

MEMÓRIAS DAS TRAVESSIAS DE VIDA

*Assistentes sociais narram
suas memórias*

ORGANIZADORES

Rosemary Negreiros de Araújo
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra
Maria José Antunes da Silva
Maria Helena Cariaga Silva
Raí Vieira Soares

MEMÓRIAS DAS TRAVESSIAS DE VIDA

*Assistentes sociais narram
suas memórias*

ORGANIZADORES

Rosemary Negreiros de Araújo
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra
Maria José Antunes da Silva
Maria Helena Cariaga Silva
Raí Vieira Soares



ORGANIZADORES

Rosemary Negreiros de Araújo

Ingrid Karla da Nóbrega Beserra

Maria José Antunes da Silva

Maria Helena Cariaga Silva

Raí Vieira Soares

MEMÓRIAS DAS TRAVESSIAS DE VIDA

*Assistentes sociais narram
suas memórias*

Volume único

ORGANIZADORES

Rosemary Negreiros de Araújo
Ingrid Karla da Nóbrega Beserra
Maria José Antunes da Silva
Maria Helena Cariaga Silva
Raí Vieira Soares

MEMÓRIAS DAS TRAVESSIAS DE VIDA

*Assistentes sociais narram
suas memórias*

Volume único

PALMAS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

REITOR

Luís Eduardo Bovolato

VICE-REITORA

Marcelo Leineker Costa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (PROAD)

Carlos Alberto Moreira de Araújo

PRÓ-REITOR DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS (PROEX)

Maria Santana Ferreira dos Santos

PRÓ-REITORA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima
Trombini Duarte

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEAQ)

Karylleila dos Santos Andrade

PRÓ-REITOR DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO (PROTIC)

Werley Teixeira Reinaldo

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes

Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas

Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar

Wilson Rogério dos Santos



abecbrasil.org.br



abeu.org.br

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

FICHA TÉCNICA

Revisão de texto

Flávio Gonzalez

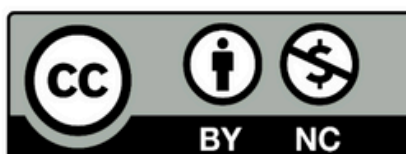
Capa e projeto gráfico

Pedro Henrique Gomes

Copyright © 2025 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

www.uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins

M533

Memoriais das travessias de vida [livro eletrônico] : assistentes sociais narram suas memórias / organização Rosemary Negreiros de Araújo ... [et al.]. Palmas, TO : EdUFT, 2025.
370p.

ISBN: 978-65-5390-188-9

1. Memoriais 2. Educação 3. Desigualdade 4. Travessias 5. Relatos Pena. I. Beserra, Ingrid Karla da Nóbrega II. Silva, Maria José Antunes da III. Silva, Maria Helena Cariaga IV. Soares, Raí Vieira V. Título.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

	Apresentação	9
1 /	Desigualdade social, educação e um sonho: uma breve história da jornada da vida de Thâmbata <i>Thâmbata Wânya Santos Farias</i>	18
2 /	Como nasce um sonho: a trajetória de uma acadêmica na cidade de Miracema do Tocantins (TO) <i>Raimunda Carvalho Lemos Rodrigues</i>	36
3 /	Eu, Kannanda Silva: eu sou porque nós somos <i>Kannanda Emilly Padilha da Silva</i>	53
4 /	Apresento a vocês Francisca Ferreira da Silva! <i>Francisca Ferreira da Silva</i>	84
5 /	“Com a palavra, Edna Castro” <i>Edna Santos Castro</i>	102
6 /	Nos caminhos e descaminhos da formação profissional, os desafios e possibilidades do se fazer um assistente social <i>Lucielton Ferreira Cruz</i>	123
7 /	Narrativas de uma assistente social: vida, formação acadêmica e profissional <i>Leila Borges de Castro</i>	157

8 /	Memorial acadêmico de Joelson Barreira de Andrade	174
	<i>Joelson Barreira de Andrade</i>	
9 /	Reflexão e percepção histórica e social: o trem da minha história	192
	<i>Marcos Antônio da Silva</i>	
10 /	Resiliência esse é meu nome: memórias validadas	215
	<i>Katrinny Fonseca</i>	
11 /	Silenciada, fiz-me ouvir: vida e trajetória de uma ativista gorda	236
	<i>Suyanne Héria Vieira de Souza</i>	
12 /	O caminho se faz caminhando: trajetória de vida e de formação de uma assistente social	265
	<i>Maria Helena Cariaga</i>	
13 /	Trajetórias e construções	287
	<i>Vanessa Pereira Rosa</i>	
14 /	Tecendo memórias: travessias de uma nordestina em busca do saber	309
	<i>Hanna Brito Holanda Soares</i>	
15 /	Vivências: minha história	324
	<i>Isaura Sousa Matos Santos</i>	
16 /	Memórias da filha do coco-babaçu: entre a terra e a tradição	336
	<i>Maria Guanamar Soares de Sousa</i>	
17 /	Da infância aos desafios acadêmicos: um compromisso com a educação	353
	<i>Romilda Macedo Oliveira Rodrigue</i>	

APRESENTAÇÃO

Esta obra nasceu do interesse e da vontade de um grupo de professoras/es e de mestrandas/os do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A vontade de escrever das/os autoras/os, recebeu o incentivo para esta produção a partir das reflexões na disciplina Estado e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, desenvolvida no primeiro semestre de 2024¹.

Na disciplina, que se propõe a abordar a questão da invisibilidade dos povos originários e dos povos de comunidades tradicionais como sujeitos de direitos, entre outras questões, os debates se encaminharam para a elaboração de memoriais, inicialmente como atividade na disciplina, e posteriormente na organização deste livro em formato de *e-book*.

Assim, a obra expressa o esforço de uma equipe, pois a pesquisa não se configura como tarefa isolada. Nessa lógica, este livro pretende contribuir com a pesquisa de discentes, graduandos e mestrandos, docentes, tendo em conta a importância do memorial como uma atividade que habitualmente constitui a produção acadêmica do assistente social e de outras áreas de formação universitária, assim como na carreira docente.

O livro que aqui apresentamos tem potencialmente um público largo de destinatários, e as experiências apresentadas são ricas em

¹ A disciplina foi ministrada pela professora doutora Rosemary Negreiros de Araújo, que é vinculada ao PPGSSocial da UFT.

ensinamentos interessantes, quer para professores, quer para estudantes que se preocupam em escrever sobre a vida, sobre sua experiência vivida, a vida pessoal, escolar, acadêmica e profissional, bem como sobre as dúvidas e os dilemas enfrentados, pois não é algo simples, já que exige reflexão e documentação por escrito. Trata-se de algo que não é fácil, porém necessário.

Nesse sentido, a reflexão por escrito é um ponto de partida para saber quem somos, pessoal e profissionalmente. Quando escrevemos sobre nossa vida individual, estamos refletindo também sobre o coletivo, pois, conforme Ecléa Bosi, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas “para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo”. (Bosi, 1994, p.417).²

Na organização do livro, cada memorial trata da vida pessoal, escolar e acadêmica de um/a autor/a, compondo um capítulo próprio da obra. O primeiro memorial intitula-se *Desigualdade social, educação e um sonho: uma breve história da jornada de vida de Thâmbata*. A autora, Thâmbata Wânia Santos Farias, diz que Miracema do Tocantins foi a cidade que testemunhou o seu nascimento. Ela narra sua trajetória como uma mulher negra em um setor periférico que sofria em sua pele as desigualdades sociais latentes em seu grupo familiar. No entanto, seus pais nutriam o sonho de um futuro melhor através da educação, de ter o primeiro membro de sua família com Ensino Superior, e assim aconteceu. Aos dezoito anos, a autora iniciou a graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, impulsionando sua jornada acadêmica no Serviço Social.

2 BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Posteriormente, já como especialista em pobreza, educação e desigualdade social pela UFT, impulsionou o estudo sobre o Serviço Social na educação. E hoje, em 2025, com orgulho, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT, seguindo a linha de pesquisa da atuação do assistente social na educação.

No segundo capítulo, de Raimunda Carvalho Lemos Rodrigues, intitulado *Como nasce um sonho: a trajetória de uma acadêmica na cidade de Miracema do Tocantins (TO)*, a autora considerou as recordações de momentos que vivenciou com a família, como também os que se tornaram fundamentais para a sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, elencou escolhas e determinações para sua formação. Também observou que existe uma relação direta entre a trajetória pessoal e a acadêmica.

O memorial intitulado *Eu, Kannanda Silva: eu sou porque nós somos*, de Kannanda Emilly Padilha da Silva, compõe o terceiro capítulo. Nele, a autora diz que, apesar de efêmera a vida no período da formação universitária, parecia ser um ciclo interminável. Com abdições e renúncias, ela realizou o sonho da busca por um diploma. A autora questiona-se: qual é o peso dessas renúncias? Seu nome está presente no título do memorial – e ela registra que seu nome foi escolhido por sua mãe ainda durante a sua gestação. Na sua narrativa, há uma tentativa de contar sua história de vida somada à trajetória acadêmica. Inevitável não haver lacunas, fragmentos de “dororidades”, mas o objetivo é poder compartilhar a alegria de ter conseguido chegar e graduar-se em uma universidade pública e, posteriormente, ainda adentrar em um programa de pós-graduação na UFT. Ressalta também que, apesar das contradições e incidências inerentes, pôde vivenciar a importância da educação em sua vida para a quebra de estigmas, para a superação de mazelas e para honrar as mulheres de sua família que vieram antes dela.

No quarto capítulo, o memorial *Apresento a vocês Francisca Ferreira da Silva!*, a autora enfatiza que o aprendizado teórico foi complementado pela prática em avanços e projetos de extensão, momentos cruciais para a consolidação de sua formação profissional. Seu memorial traz uma reflexão de sua caminhada até o mestrado, abordando, em cada etapa da vida, desafios e conquistas que contribuíram para formar a profissional que é hoje. Ao olhar para trás, a autora rememora sua trajetória marcada pela busca contínua de aprendizado e melhoria. E, ao olhar para o futuro, vê o mestrado como um novo capítulo, repleto de possibilidades e de compromissos renovados.

O texto *Com a palavra, Edna Castro* é o quinto capítulo. Nele, Edna Santos Castro, miracemense, filha caçula de Cleonizia e Janio, traz importantes fragmentos da sua história pessoal, profissional e acadêmica. Servidora pública e a primeira da família materna a concluir uma graduação, ela apresenta um breve testemunho da trajetória de uma menina, mulher, mãe, esposa, profissional, pesquisadora e aspirante a escritora, para quem o infinito é o limite.

O sexto capítulo, *Nos caminhos e descaminhos da formação profissional, os desafios e possibilidades do se fazer um assistente social*, tem a autoria de Lucielton Ferreira Cruz. Nascido em Sítio Novo de Goiás, o autor relata que sua infância foi marcada por uma vida rural difícil, com trabalho desde cedo para ajudar na subsistência da família, enfrentando desigualdades sociais e falta de serviços públicos. Cresceu em uma sociedade subserviente ao poder dos patrões e à ideologia militar, mas desenvolveu, desde cedo, sensibilidade para as questões sociais. Mesmo enfrentando dificuldades socioeconômicas, o incentivo familiar e a dedicação pessoal contribuíram para o seu excelente desempenho escolar e universitário.

Narrativas de uma assistente social: vida, formação acadêmica e profissional é o memorial de Leila Borges de Castro, que compõe o sétimo capítulo. A autora é mãe, filha, mulher, trabalhadora do sus,

assistente social e mestranda, exercendo, como diz, papéis que corroboram sua formação social. Seu memorial conta a história de uma menina do interior do Pará que cresceu em meio à pobreza material e à riqueza da leitura em uma vida simples, cercada por brincadeiras, gibis e livros velhos, e com a esperança dos pais de ela “ser alguém na vida”. A autora relata que se tornou mãe na adolescência, o que a fez adiar seus sonhos de formação superior. Por conta da maternidade precoce, ela precisou ser muito resiliente para romper com ciclos, recomeçar e não desistir dos seus sonhos, apesar dos percalços, ainda que seus objetivos parecessem longínquos.

O oitavo capítulo traz o *Memorial acadêmico de Joelson Barreira de Andrade*. Em seu texto, o autor faz uma descrição breve de sua vida acadêmica e profissional. Começa apresentando-se e registrando algumas informações pessoais. Em seguida, fala de sua formação complementar como técnico de Tecnologia da Informação (TI). Prossegue mencionando como se deu a sua formação acadêmica e finaliza abordando o seu projeto de pesquisa do mestrado e mostrando os desafios e próximos passos a seguir.

Reflexão e percepção histórica e social: o trem da minha história, de autoria de Marcos Antônio Silva, é o nono capítulo, onde o autor faz um resgate de sua arqueologia pessoal, profissional e intelectual. Em 1964, a capital pernambucana, Recife, registrou o nascimento do filho de Francisca, abandonada pelo companheiro, tornando-se mãe solo. Técnica de enfermagem, trabalhava em um hospital psiquiátrico com horas excessivas de plantões para obter melhores condições sociais ao seu rebento. No entanto, essa mãe sempre incentivou o filho aos estudos, provavelmente transferindo o desejo latente do seu ingresso no Ensino Superior. Cresceu e assim ingressou no curso de História em 1985, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Logo que concluiu, tomou posse em um cargo no serviço público. O tempo passou, migrou para o Tocantins e, em 2018, ingressou no

Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual (Unitins), mas o seu desejo maior era torna-se aluno do Programa de Mestrado em Serviço Social, objetivo concretizado em 2024, na Universidade Federal do Tocantins, no *Campus* de Miracema, na linha de pesquisa Serviço Social, diversidade e direitos humanos.

Resiliência, esse é meu nome: memórias validadas é o décimo capítulo, escrito por Katrinny Fonseca, narra a jornada de uma mulher que, após sofrer traumas de violência sexual na infância, superou adversidades e se formou em Serviço Social, tornando-se a primeira assistente social concursada de sua cidade. Com experiência em instituições para adolescentes em conflito com a lei e no Instituto Médico Legal, ela se empenha na defesa dos direitos humanos e no atendimento humanizado. Motivada por um caso de feminicídio, iniciou mestrado em Políticas Públicas Sociais em Serviço Social, focando na proteção de mulheres em situação de violência.

O décimo primeiro capítulo, *Silenciada, fiz-me ouvir: vida e trajetória de uma ativista gorda*, de Suyanne Héria Vieira de Souza, aborda a trajetória pessoal e intelectual da autora, marcada por experiências de gordofobia desde a infância e adolescência. Suyanne narra como essa vivência a impulsionou a pesquisar a gordofobia enquanto expressão da questão social. O memorial detalha sua jornada acadêmica, desde a graduação até o mestrado, destacando projetos de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de sua identidade como “gordo ativista” e sua construção intelectual em busca da docência. Também é abordada pela autora sua identidade como mulher gorda, preta, bissexual, artista e poeta, conectando suas experiências pessoais com suas escolhas acadêmicas e ativismo. Ela reflete sobre o papel da educação crítica e seu objetivo de construir subsídios para políticas públicas despatologizantes que reconheçam os direitos das pessoas gordas, evidenciando sua busca por um impacto social para além da academia.

No décimo segundo capítulo, escrito por Maria Helena Cariaga, *O caminho se faz caminhando: trajetória de vida e de formação de uma assistente social*, a autora expõe parte da trajetória pessoal e os fatos que contribuíram para o processo de formação profissional como assistente social e docente. Na descrição do seu percurso, ela apresenta uma autorreflexão a respeito de sua vida pessoal entrelaçada à profissional e acadêmica, ressaltando os aspectos mais marcantes, principalmente por fazer parte de uma família pobre, sem formação escolar. Destaca a importância dos cursos de mestrado e doutorado realizados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no período entre 2003 e 2011. E também narra parte de sua trajetória pessoal como pesquisadora e docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins desde julho de 2008.

Trajetórias e construções, escrito por Vanessa Pereira Rosa, o décimo terceiro capítulo, é a história de uma tocaninense, de família simples, com pai lavrador e mãe doméstica e lavradora. Teve sua infância na área rural, onde para estudar tinha que percorrer uma longa distância. Apesar das dificuldades, sempre priorizou a carreira escolar e acadêmica. Concluiu o Ensino Médio e em seguida ingressou na graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins. Após a conclusão do curso, tornou-se servidora pública. O interesse em pesquisar sobre violência contra mulher se deu inicialmente pelo incômodo com as mais diversas expressões da violência contra o gênero feminino, resultantes das relações patriarcais que percebeu à sua volta. Atualmente, exibe com orgulho e satisfação as conquistas de sua jornada.

No décimo quarto capítulo, *Tecendo memórias: travessias de uma nordestina em busca do saber*, Hanna Brito Holanda Soares apresenta a história de uma cearense que cresceu entre serras e canaviais, sonhando além dos horizontes do Sertão. Deixou seu berço no Ceará para buscar o aperfeiçoamento do saber no Tocantins, onde se tornou mãe, mestra em Serviço Social e servidora pública. Costurou estudos

sobre os povos indígenas Akwê-Xerente, com aleitamento, enfrentando pandemias e desafios, mas nunca deixou de tecer seus sonhos. Hoje, carrega no peito o orgulho de suas conquistas e a saudade que balança ao sopro do Sertão, lembrando que, mesmo longe, seu coração ainda pulsa no ritmo do Nordeste, mas é grata ao Tocantins.

Em *Vivências: minha história*, o décimo quinto capítulo, Isaura Sousa Matos Santos relata fatos e acontecimentos que descrevem as vivências dessa miracemense, tocantinense, orgulhosa da terra onde nasceu e cresceu observando a labuta diária de seus pais, que enfrentaram desafios e realizaram sonhos com coragem e determinação. Ela é o resultado dessa história de luta. Com esforço, em busca de conhecimento, concluiu a graduação em Serviço Social e atualmente é mestranda, mãe e esposa grata pelos percursos de sua vida.

Em *Memórias da filha do coco-babaçu: entre a terra e a tradição*, o décimo sexto capítulo, Maria Guanamar Soares de Sousa apresenta sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional, destacando os desafios e conquistas que a levaram até o mestrado em Serviço Social na UFT. Cresceu em uma família de trabalhadores rurais e quebradeira de coco babaçu, onde enfrentou dificuldades, mas encontrou na educação um caminho de transformação. Sua atuação profissional inclui experiências como professora, diretora de habitação e dirigente sindical, atividades em que sempre esteve voltada para a defesa dos direitos das comunidades rurais. No mestrado, vem aprofundando sua pesquisa sobre as mulheres na agricultura familiar, analisando seus desafios e contribuições.

E por fim, temos o décimo sétimo e último capítulo, *Da infância aos desafios acadêmicos: um compromisso com a educação*, escrito por Romilda Macedo Oliveira Rodrigues, onde a autora apresenta sua trajetória acadêmica e pessoal, destacando sua perseverança e compromisso com a educação. Sua jornada no mestrado em Serviço Social da UFT começou após desafios e escolhas, incluindo a desistência de

outro programa para se dedicar integralmente à nova oportunidade. A narrativa explora sua infância marcada por dificuldades socioeconômicas, o impacto da educação em sua vida e sua decisão de seguir o Serviço Social. A experiência acadêmica inclui graduação, especializações e participação em cursos relevantes, além de publicações e atuação profissional em diferentes áreas, como a assistência social na justiça. No mestrado, cursou disciplinas essenciais, realizou estágio docente e desenvolve pesquisa sobre Polícia Penal e Serviço Social, analisando direitos humanos e profissionalismo no sistema prisional. O memorial reflete uma trajetória de superação e compromisso com a transformação social, consolidando a educação como meio de mudança e crescimento profissional.

Na certeza de poder colaborar com o debate no Serviço Social, a fim de inspirar a construção dos memoriais de vida pessoal, escolar, acadêmica e profissional, esta obra foi tecida com a finalidade de motivar e, sobretudo, colocar em evidência a produção realizada por mestrandos/as e professores/as do Programa de Mestrado em Serviço Social do *Campus* de Miracema da UFT.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO LIVRO:

Rosemary Negreiros de Araújo

Ingrid Karla da Nóbrega Beserra

Maria José Antunes da Silva

Maria Helena Cariaga Silva

Raí Vieira Soares



CAPÍTULO 1

Desigualdade social, educação e um sonho: uma breve história da jornada da vida de Thâmbata

Thâmbata Wânya Santos Farias

Viver é mais que passar pela vida. É experimentá-la a cada segundo e ver que as ‘coisas’ que achamos pequenas são as que nos fazem grandes e nos motivam a não desistir.

Thâmbata Farias, 2024

Introdução

O presente trabalho busca apresentar um memorial descritivo a partir da reflexão e conhecimento de si, mediante uma análise da própria história durante o processo de formação do autor, objetivando ao leitor uma compreensão da trajetória da sua história/memória.

O memorial utilizado dentro da esfera acadêmica é “comumente solicitado como prerequisite para o ingresso na esfera do mundo do trabalho, compreende-se que esse gênero deve ser tomado como prática de ensino-aprendizado em todos os níveis e em todas as modalidades da educação profissional” (Cintra, 2020, p. 327).

Inicialmente, iremos apresentar uma pequena trajetória de sua primeira infância, local de nascimento e sua inserção nas primeiras séries escolares. Isso nos permitirá, a partir de suas memórias, compreendermos sua origem e o contexto histórico e social no qual estava inserido.

Podemos destacar que a “memória” é uma categoria relevante para compreendermos a história do sujeito, de modo que se trata de um relato oral da história de uma pessoa, apresentando sua trajetória de vida, bem como:

[...] as relações entre a parte e o todo, o universal e o particular [...] destaca que somos feitos de experiências, de relações com o outro, bem como, coloca em evidência a riqueza da narrativa dessas experiências contadas a partir do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos que as vivenciam (Ford, 2009, p. 65).

Conhecer o processo histórico através das memórias do sujeito é uma forma de conhecer suas vivências e sua relação com um todo. Vale destacar que o Serviço Social se utiliza da história e do processo social do sujeito para “entender a realidade na sua complexidade, para ir além da aparência dos fenômenos e percebê-los na sua essência, é indispensável à formação e ao desenvolvimento de profissionais críticos e questionadores” (Ford, 2009, p. 67).

Nesse sentido, destaca-se que o conhecimento do processo histórico e da realidade social em que o sujeito estava inserido se faz muito importante no processo de intervenção do profissional de Serviço Social, independentemente do campo de atuação.

Da primeira infância ao Ensino Médio

Sou Thâmbata Wânya Santos Farias, uma mulher preta, natural de Miracema do Tocantins (TO), filha de Vânia Silva Santos Farias e Edilson Farias da Silva, nascida em 6 de outubro de 1990, às 23h20 de um sábado. Desde então, a cidade de Miracema tem sido minha cidade natal e de permanência.

Meu pai, Edilson, nasceu em Miracema do Norte, no “antigo” Norte Goiano, em 10 de dezembro 1968, filho de lavradores. Aos 13 anos de idade, deixou sua casa para se “aventurar” no mundo do trabalho, em busca de melhores condições de vida. Com isso, percorreu várias cidades e estados do Brasil, como Pará e Maranhão. Aos 19 anos de idade, retornou a Miracema e fixou suas raízes na sua cidade natal. Foi então que conheceu minha mãe.

Vânia, nascida em 1º de junho de 1972, também de família pobre. Aos 10 anos de idade, deixou sua casa para trabalhar como empregada doméstica. Morava com seus patrões no estado de Goiás. Depois de alguns anos fora, retornou a Miracema. Aos 16 anos de idade, começou a namorar e a morar com meu pai, que estava com 19 anos. Aos 18 anos, ficou grávida de sua primeira filha: eu! Onze meses e meio depois, nasceu meu irmão, Marcáryo Willas; um ano e sete meses depois, nasceu minha irmã, Samanta Ayra, sendo que minha família passava por momentos delicados financeiramente, sem renda fixa, sem emprego, somente sobrevivendo de “bicos”.¹

Ambos não concluíram o Ensino Fundamental, mas, com o sonho de ter um futuro melhor através da “educação”, estavam determinados para que eu e meus irmãos, Samanta Ayra Santos Farias e Marcáryo Willas Santos Farias, estudássemos.

Neste memorial, apresentarei a trajetória de uma mulher negra, com seus desafios e superações, com sua luta por direitos, por espaço na sociedade em geral e mesmo nos lugares em que nossa inserção nos é negada. A luta é sempre de suma importância, pois, segundo Dácia Teles (Adjuto, 2021):

São muitos os desafios de ser uma mulher negra nessa sociedade. “Estamos na base da pirâmide social e, mesmo como vanguarda dos movimentos sociais, ainda hoje, continuamos lutando por direitos fundamentais e políticas públicas, mas também por respeito às nossas vidas!”, completa a conselheira.

Portanto, considerando o exposto na citação acima, devemos sempre procurar nos colocar em evidência, expondo nossos desafios e enfrentamentos. Considero este memorial uma das formas de luta. A outra aqui mencionada seria o fato de ocuparmos nossos

1 Venda da mão de obra de forma autônoma em serviços diários.

espaços sociais, através da leitura, dos estudos, das pesquisas, como uma forma de ascender aos diferentes espaços, sejam eles sociais ou educacionais, e ainda a participação política nos movimentos sociais em geral, entre outras.

E foi assim que eu, em 1993, aos 3 anos de idade, fui matriculada pelos meus pais no então chamado Maternal, em uma escola pública municipal chamada *Manoel Messias*, unidade educacional onde estudei até o 9º ano do Ensino Fundamental, em 2004. Foram 11 anos da primeira infância cursando na Escola Manoel Messias. Entre o 5º e o 9º ano do Fundamental, participei como voluntária em projetos internos da escola. Em um deles fui “aluna monitora”, dando aula de reforço para os estudantes que estavam com dificuldades no aprendizado.

As aulas de reforço eram de português e matemática para alunos mais novos que eu. Auxiliava nas atividades repassadas pelos professores em sala de aula, o que propiciava uma revisão do conteúdo já visto durante aula e o repasse do conhecimento para memorização. Os encontros eram realizados duas vezes por semana com cada grupo.

Além do conteúdo, esse momento propiciou também o fortalecimento de vínculos com os colegas e o conhecimento de novos, criando uma rede de amizade maior na escola, além dos meus colegas de turma.

Lembro-me que ainda criança, quando tinha por volta dos 7 anos de idade, devido a um problema de saúde do meu pai, ele precisou de tratamento durante muito tempo: foram quase 5 anos. Isso agravou ainda mais a situação precária em que vivíamos e nossa condição financeira, de tal forma que, muitas vezes, começava o ano letivo eu e meus irmãos não tínhamos nem um lápis para o começo de aulas.

Durante o tempo que meu pai ficou doente, era a minha mãe quem provia o sustento da família, numa casa com dois adultos e três crianças pequenas. O que ela ganhava era muito pouco até para a compra de alimentos, pois era diarista prestando serviços domésticos e de lavar roupa.

“No Brasil, 27,5% dos lares têm na mulher a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro. Vale ressaltar que esse fenômeno é bastante amplo e atinge, basicamente, as camadas menos favorecidas em nosso país, ainda conforme dados do IBGE.” (Fleck; Wagner, 2003, p. 32).

Nesse período, alguns amigos da família e da igreja que sabiam da nossa situação ajudavam-nos. Lembro-me ainda que, em um desses anos, uma minha professora, a querida Tia Chiquita (Francisca), me deu um caderno de 6 matérias e cadernos pequenos para meus irmãos. Eu fiquei muito feliz porque, naquele ano, eu iria usar um caderno com divisórias de “matérias” pela primeira vez. Depois que terminei a 9º ano, tive que mudar de escola, porque não era ofertado o Ensino Médio na unidade educacional onde estava. Mas, mesmo com essa mudança, fui convidada pela diretora para coordenar uma oficina de dança para crianças do 1º ao 5º ano. Foi com muito prazer que aceitei o convite.

Sempre tive grandes professores que foram muito importantes para minha formação. Josiane, minha querida professora de português, estimulou-me a escrever poemas e histórias. Foi um período em que gostava muito de escrever poema. Meu grande professo Kelson me fez gostar de biologia com uma gincana para aprender os nomes dos ossos do corpo humano (hoje não me lembro mais de todos). Foram momentos únicos. Não temos muito contato hoje em dia, mas, sempre que nos encontramos na rua, falamos-nos.

Em 2004, minha família foi inserida no programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF), passando, assim, o valor recebido a ser a nossa única renda fixa. O PBF foi criado no ano de 2003 pelo Governo Federal, como um programa de transferência de renda objetivando combater a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil, tendo como público-alvo famílias em situação de pobreza e de extrema

pobreza (Brasil, 2016). Visava também propiciar às famílias beneficiárias um apoio no acesso à saúde, à educação e à assistência social.

Os beneficiários do PBF devem seguir alguns critérios para sua permanência no programa, entre os quais manter suas crianças regularmente matriculadas e frequentando a escola, porém, não existe uma atenção especial ou um debate crítico dentro das unidades educacionais sobre a pobreza e sobre o próprio programa.

Segundo Campello (2013, p. 17), o Bolsa Família, ao se passar dos anos, “[...] se consolidou como uma política de Estado e hoje se configura como um dos elementos centrais das políticas sociais brasileiras, em um patamar incontornável dentro da proteção social”.

Em 2005, comecei a cursar o Ensino Médio no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Meus pais sempre foram “figurinhas carimbadas” na escola, pois sempre estiveram presentes acompanhando minha carreira estudantil e as dos meus irmãos. Sou grata a Deus por ter colocado um casal mais que abençoado para ser meus pais. Devo a eles tudo, em especial a minha maior motivação para estudar. Tenho muito orgulho das pessoas incríveis que são.

Durante esses anos, a maioria dos colegas de aula cresceram comigo. Lembro-me de ter tido poucos colegas novos ao decorrer dos anos. Por se tratar de uma escola em setor periférico e ter muitos alunos do próprio setor, as mudanças de estudantes no decorrer dos anos eram poucas.

Nesse período, a escola não era de tempo integral. Por isso, havia muitas atividades que envolviam os alunos e comunidade, bem como cursos de informática e aperfeiçoamento de leitura. Meus pais sempre me motivavam e os meus irmãos a sermos assíduos nas programações das escolas, apresentações culturais, gincanas e jogos interclasses. Assim, na medida do possível, eu sempre participava de todas as programações.

Em 2007, finalizei o Ensino Médio no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Durante o Ensino Médio, veio o momento de escolher qual profissão seguir, fazer uma faculdade, continuar os estudos.

Durante o Ensino Médio, era comum realizar testes de aptidão profissional. O meu dava área de humanas e sociais. Não tinha ideia do que seria o Serviço Social nessa época, mas, como tinha acabado de ser implantado no *Campus* de Miracema da Universidade Federal do Tocantins (UFT), tinham sido apresentadas informações aos alunos sobre os cursos de Serviço Social e Pedagogia que havia na cidade, na universidade pública e gratuita. Fazer faculdade parecia um sonho distante, no entanto, minha família sempre me impulsou a estudar e continuar.

Universidade: minha graduação e meu mestrado

Em 2008, fiz o vestibular da Universidade Federal do Tocantins para cursar Serviço Social no *Campus* de Miracema. A princípio, tinha somente com uma ideia por alto do que seria o curso, a profissão, pois se tratava de um curso novo no *campus* e ainda novo na cidade de Miracema. Passei no vestibular e foi uma alegria imensa para a minha família. O sentimento de orgulho tomou conta dos meus pais.

No ano de 2009, iniciei na quarta turma do Curso de Bacharelado em Serviço Social. Com o início das atividades letivas, passei a entender e conhecer melhor o curso, o seu objeto de intervenção, as áreas onde poderia atuar e o público-alvo, entre outros aspectos.

Logo no primeiro semestre, fui bolsista, o que me proporcionou participar de forma integral na universidade. O valor da bolsa me ajudou na permanência do curso e a prosseguir nessa nova jornada da minha vida que se iniciava.

A cada aula que passava, apaixonava-me mais pelo curso. No mesmo ano, logo no 1º semestre, foi lançado o edital do Programa Conexões de Saberes (PCS). Para mim, caloura, tudo era novo, siglas e mais siglas. Foi quando foi publicado o comunicado sobre o PCS. Não sabia bem o que era o programa. Mesmo quase ninguém sabendo informar direito sobre o que era o PCS, resolvi me inscrever para concorrer à bolsa. Passei na seleção. Participei da etapa da entrevista e passei. A partir daí, comecei a ser uma conexista no Grupo de Trabalho (GT) de Planejamento.

Quando saiu o resultado e vi que tinha sido uma das selecionadas, fiquei muito feliz e pensei: “Nossa, que responsabilidade!” Pois bem, como a maioria dos conexistas do GT eram calouros e nem os veteranos conheciam o programa, foi proposto a nós estudarmos e pesquisarmos sobre o PCS. Foi um momento único. Fazer parte de um programa na universidade cuja filosofia era a conexão de conhecimentos populares com conhecimentos acadêmicos. Além disso, eram proporcionados debates que somavam na nossa formação acadêmica, a respeito de temas como ações afirmativas, cotas e discriminações sociais, raciais e morais, um “leque” de questões para serem debatidas.

Fazer parte do PCS foi um momento único e muito importante nesse primeiro momento da minha graduação. Além dos debates críticos, a interação com outros alunos e o auxílio financeiro somaram para a minha permanência e conclusão do curso de Serviço Social.

Para a minha permanência na universidade, além de ser bolsista, contei muito com a ajuda dos meus pais, que sempre me motivaram e impulsionaram a estudar, e dos meus tios maternos.

Assim, permaneci no Programa Conexões de Saberes pela Universidade Federal do Tocantins, sob coordenação geral da Professora Celene Fidelis Frias Ferreira, de 2009 a 2011, desenvolvendo atividades de debate crítico, como citado anteriormente, e inerentes ao Projeto “Alfabetização de Adultos da Universidade da

Maturidade (UMA)”, desenvolvidas no *Campus* de Miracema. Esse foi um momento ímpar, onde tive o primeiro contato com a sala de aula e a docência, auxiliando nas aulas, na elaboração dos planos de execução das aulas e atividades que seriam desenvolvidas no decorrer dos dias e do período, o que proporcionou uma troca de saber significativa.

Já de 2010 a 2013, continuei no programa de permanência com o grupo “Fatos e Retratos: Discussão da Violência contra Crianças e Adolescentes nas Escolas do Tocantins”, no qual foi realizada a pesquisa de campo em unidades escolares de Miracema do Tocantins, sob orientação da Professora Doutora Silvia Regina Silva Costa. Esse grupo me proporcionou uma experiência de extensão em escolas municipais de Miracema e um contato direto com os alunos sobre violência dentro das unidades de ensino.

Em 2011, participei da Pesquisa “A realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social da Região Central – TO”, supervisionada pela Professora Doutora Célia Maria Grandini Albeiro, tendo como instrumento o questionário vinculado à Universidade Federal do Tocantins. Nesse momento, através da pesquisa na região periférica de Miracema, fomos levados a conhecer grande parte da população usuária das políticas públicas, bem como a fazer um exercício de identificação das várias expressões da questão social que eram latentes na região concernentes a famílias em situação de vulnerabilidade social.

De 2011 a 2012, realizei as atividades de estágio obrigatório no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) na cidade de Palmas (TO), sob orientação da Professora Maria José Antunes da Silva. Durante o estágio, tive a oportunidade de ter uma visão mais ampla da profissão em Serviço Social, alinhando meu conhecimento teórico à observação e ao conhecimento de campo de estágio.

De 2012 a 2013, fiz parte do Projeto “Apoio ao Idoso (Aido)”, objetivando fazer a tabulação de dados realizados com alunos da Universidade da Maturidade da UFT, sob orientação da Professora Doutora Giselli de Almeida Tamarozzi, do *Campus* de Miracema.

Em 2012, fiz parte da pesquisa nacional “Custo Aluno”, uma pesquisa nacional idealizada pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e realizada pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto) da UFT, com o objetivo de estimar o custo por aluno do transporte escolar rural brasileiro nas diferentes regiões do Brasil, focando nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em 2013, concluí a graduação em Serviço Social e apresentei o Trabalho de Conclusão de Curso com o tema “Trabalho, Adolescência e Educação”, sob orientação da Professora Doutora Silvia Regina Silva Costa. No referido trabalho, enfoquei a infância, a relação com o trabalho e o reflexo na educação. Essa investigação propiciou ter um contato com o debate sobre educação e trabalho, bem como a respeito do processo histórico das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes no Brasil.

No ano de 2016, iniciei como profissional autônoma no programa de credenciamento do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), na categoria de assistente social, para compor a equipe multidisciplinar na Comarca de Paraíso, atuante na cidade de Miracema do Tocantins, no qual estou até o presente momento.

De 2016 a 2024, concentrei-me somente na atuação no Tribunal de Justiça do Tocantins, tanto como credenciada para compor a equipe multiprofissional quanto como entrevistadora na oitiva do Depoimento Especial. Na oportunidade, somei um grande aprendizado à minha formação enquanto assistente social, mediante as diversas demandas atendidas nas mais diferentes políticas. Como exemplos, posso citar a produção de estudo social para a concessão

do Benefício de Prestação Continuada e trabalhos a respeito de destituição de família, guarda e adoção. Ou seja, as várias demandas que chegam ao Judiciário.

Nesse período, a princípio, foi um desafio atuar como profissional autônoma, pois não era comum ver a atuação de assistentes sociais nessa condição, ainda mais considerando que, no Judiciário, há particularidades, como demandas específicas solicitadas por juízes. No entanto, foi e tem sido uma ótima experiência, de modo que, quando chega uma demanda ao Judiciário, já é a última instância à qual o usuário chegou para ter efetivado seu direito por meio de uma decisão judicial. Logo, são demandas de todas as políticas e áreas, propiciando, assim, uma atuação mais ampla por parte do assistente social.

Isso me propiciou que eu não ficasse “parada no tempo” em relação à minha atuação profissional e às leituras sobre o agir profissional, devido ao fato de receber demandas de vários campos. Essa característica impulsionou-me a estudar e ler sobre diferentes temas para produzir produtos técnicos de qualidade.

Também em 2026, fiz a especialização em “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” pela UFT, momento em que o desejo pela pesquisa mais profunda sobre a atuação do Serviço Social na educação aumentou. Em 2017, finalizei a especialização apresentando um artigo com o título “Política pública, desigualdade social e educação: o Programa Bolsa Família (PBF) e sua interlocução com a escola pública”, sob orientação da Professora Doutora Célia Maria Grandini Albiero.

No artigo, foi apresentada uma breve análise bibliográfica sobre a interlocução do Programa Bolsa Família com a escola pública, tendo como objetivo geral conhecer como se dá essa interlocução, bem como uma abordagem sobre a relação entre pobreza, desigualdade social, Serviço Social e processo educacional, propiciando, assim,

debater a relevância do PBF como elemento importante na política pública dentro da escola pública.

O estudo demonstrou que é necessária a presença do assistente social dentro da escola pública, pois suas ações estão voltadas à garantia e efetivação do acesso à educação e permanência do aluno, fortalecimento do controle social, e articulação com serviços, programas e projetos visando à garantia dos direitos sociais e políticos, tanto no individual quanto no campo coletivo, na perspectiva de enfrentar a pobreza e a desigualdade social evidentes na realidade do país. Ao indivíduo em situação de pobreza e extrema pobreza lhes são negados direitos básicos à vida por parte do Estado, como alimentação, saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.

Durante a especialização, tive uma aproximação com o debate sobre pobreza e marginalização dos povos mais afetados pela pobreza, bem como com o processo histórico educacional no Brasil e sua relação com a desigualdade social. Isso me propiciou um arcabouço teórico para debate crítico, juntamente com o conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social. Foi possível, portanto, ter uma reflexão crítica sobre a pobreza para a produção do artigo de conclusão, em especial quanto ao à atuação do assistente social na educação.

A atuação do assistente social na escola vai além da elaboração de estudo socioeconômico, de modo que o referido profissional tem como objetivo propiciar a efetivação do direito social do acesso à educação de cada indivíduo, bem como atuar no envolvimento de alunos, professores, familiares nas lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação do acesso e permanência na educação pública, além de promover ações voltadas para os alunos, famílias e trabalhadores da educação, abrangendo do professor ao gestor, assim como ações não só individuais, mas coletivas, em especial voltadas para outros profissionais de demais políticas que estão envolvidos com os alunos

e seus familiares, a exemplo dos profissionais da Política Nacional de Assistência Social, focando o fortalecimento do controle social e dos movimentos sociais.

O assistente social é um profissional que possui um caráter socio-político, crítico e interventivo, e sua intervenção se faz em meio às múltiplas expressões da questão social, utilizando-se de seu saber técnico-operacional, seu conhecimento teórico-metodológico e seu comprometimento ético-político, propiciando, assim, criar ações e estratégias para os diferentes níveis (individual e coletivo, público ou privado) (CFESS, 2011).

Assim que finalizei a especialização, almejava fazer um mestrado e futuramente um doutorado, no entanto, devido às condições financeiras, não era viável. Com isso, foram passando-se os anos e foi estruturado o Mestrado em Serviço Social.

Em 2020, com o intuito de continuar os estudos que iniciei na especialização, comecei a esquematizar um projeto para concorrer ao mestrado. No entanto, por conta da pandemia de covid-19, não consegui finalizar o projeto e concorrer no processo seletivo. Depois desse período, não trabalhei no projeto.

Ao final de 2023, passando por várias mudanças na minha vida pessoal e profissional, surgiu a oportunidade de me inscrever na seleção para a turma 2024.1 do Mestrado em Serviço Social no *Campus* de Miracema da Universidade Federal do Tocantins. Pensando em um projeto para investigação, resolvi continuar estudando sobre educação, tomando com ponto de partida o tema do artigo final da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) que conclui em 2016, que foi “Política Pública, Desigualdade Social e Educação: O Programa Bolsa Família (PBF) e sua interlocução com a Escola Pública”.

Movida por esse interesse, preparei-me para a seleção do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT de Miracema,

tendo como meta dar continuidade à pesquisa iniciada durante a Especialização em EPDS. Meu objetivo era prosseguir a investigação sobre a atuação do assistente social na política de educação, porém, não mais falar sobre a inserção do assistente social, mas, sim, ampliar o estudo buscando conhecer os desafios de sua atuação em um campo ainda pouco explorado de atuação do profissional em Serviço Social.

Fiz minha inscrição sem perspectiva de ser selecionada, tendo em vista o longo tempo que me encontrava longe da academia e o curto espaço de tempo para me preparar para a seleção. No entanto, fui sendo aprovada em cada etapa até ser uma das finalistas. Surpreendente foi a palavra que definiu o momento que vi o resultado da seleção.

Considero que março de 2024 foi um mês cheio de novos e importantes começos na minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Um deles foi haver sido selecionada para o Programa de Mestrado, algo com que sempre sonhei. Quando meus pais souberam da aprovação, alegraram-se comigo e com muito orgulho passaram a notícia para todos os conhecidos de que sua filha agora era mestranda na UFT. Meus amigos que compartilham comigo esse sonho vibraram com essa conquista.

Como mencionei acima, março foi um mês marcado por boas novidades em minha vida, pois, assim que saiu o resultado do mestrado, outra realização bateu em minha porta: iniciei um contrato temporário como assistente social na Secretaria Municipal de Saúde de Tocantínia, cidade situada na margem direita do Rio Tocantins, município que possui uma população de 7.459 mil habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022.

O município de Tocantínia apresenta grandes desafios como campo de atuação para a profissão de assistente social, uma vez que possui uma população indígena de 4.086 membros do Povo Xerente, sendo o município do Tocantins com a maior população indígena,

representando 54,8% da sua população total (Mazzola, 2023). Nesse sentido, esse lugar é um campo fecundo para a profissão do assistente social, tendo em vista que:

Assistentes sociais conhecem de perto, no seu cotidiano de trabalho, as necessidades da população, seus interesses sociais e o território onde vivem. Este conhecimento dispõe de elevado potencial político, que necessita ser mais explorado pelo conjunto da categoria e pelas instâncias de fiscalização profissional, no sentido de atribuir visibilidade às condições de vida de segmentos da população trabalhadora e à importância do trabalho silencioso de assistentes sociais, contribuindo para que possam ter acesso aos seus direitos e aos meios de exercê-los (CFESS, 2021, p. 32).

É isto que tenho feito desde que ingressei nesse emprego como assistente social: encarar uma realidade nunca vivida e conhecer os diferentes territórios de diferentes grupos, procurando contribuir para dar visibilidade e efetivar os direitos sociais da população. Trata-se de um contrato temporário que somou muito no meu agir profissional através do trabalho multidisciplinar.

Quando me debrucei na escrita deste memorial, iniciado em junho de 2024, estava finalizando o primeiro período do mestrado e me sentia realizada, superando meus desafios de uma mulher negra adulta com limitações para conciliar o tempo para estudar, trabalhar e administrar sua vida pessoal.

Referências

ADJUTO, Diogo. Julho das Pretas: 25/7 é dia de celebrar a luta e resistência das mulheres negras. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, 24 jul. 2021. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1829>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS). **Bolsa Família: como funciona**. 2015. Disponível em: <https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do cotidiano – assistente social: reflexões sobre o cotidiano profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021CFess-DialogosDO-cotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2011. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: Ipea, 2013. p. 15-24.

CINTRA, Ema Marta Dunk. O gênero memorial descritivo: relato de uma experiência de ensino. **Linguagem em (Dis)curso**: LemD, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 321-339, maio/ago. 2020, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/v5TFNSbxnlwsysGj4wvGt8j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 5 nov. 2024.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. e., p. 31-38, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/y17FJKchnyMr-nhgppp463yc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: em 13 nov. 2024.

FORD, Juliana Viana. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 134, p. 52 -69, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WjbzKpcfPFqfzTYFM5ZsVQP/?format=pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MAZZOLA, Rafaela. Com 20 mil pessoas autodeclaradas indígenas no Estado, Governo do Tocantins trabalha na elaboração de políticas públicas específicas

para essa população. **Governo do Tocantins**, 9 ago. 2023. Disponível em: [https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-20-mil-pessoas-autodeclaradas-indigenas-no-estado-governo-do-tocantins-trabalha-na-elaboracao-de-politicas-publicas-especificas-para-essa-populacao/8l2trp9c9dq#:~:text=As%20cidades%20com%20maior%20popula%C3%A7%C3%A3o,Mauril%C3%A2ndia%20do%20Tocantins%20\(483\)](https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-20-mil-pessoas-autodeclaradas-indigenas-no-estado-governo-do-tocantins-trabalha-na-elaboracao-de-politicas-publicas-especificas-para-essa-populacao/8l2trp9c9dq#:~:text=As%20cidades%20com%20maior%20popula%C3%A7%C3%A3o,Mauril%C3%A2ndia%20do%20Tocantins%20(483).). Acesso em: 21 jan. 2025.



CAPÍTULO 2

Como nasce um sonho: a trajetória de uma acadêmica na cidade de Miracema do Tocantins (TO)

Raimunda Carvalho Lemos Rodrigues

Apresentação

A elaboração deste memorial faz parte de uma atividade avaliativa de pesquisa de mestrado, como requisito para o exame de qualificação de uma dissertação em produção no contexto das atividades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nesse sentido, o objetivo é descrever vivências e experiências adquiridas nesta trajetória existencial e relacioná-las à escolha do meu objeto de pesquisa.

Assim sendo, através das experiências expostas neste memorial, irei enaltecer as metamorfoses que eu vivenciei em minha vida. Para um melhor esclarecimento, “metamorfose” é uma palavra derivada do grego: *meta* (além), *morfé* (figura ou forma) e *osis* (mudança de estado). Seria, então, assim, uma MUDANÇA. Ou seja, uma evolução de pensamentos e de opiniões formados por crenças limitantes.

Diante de todos os ciclos sociais e das oportunidades que me permitiram vivenciar experiências transformadoras para meu ser, busquei elencar momentos relevantes e fundamentais para meu amadurecimento enquanto indivíduo social. Igualmente nesse processo, retrato um novo ciclo como mestranda – e nesse ínterim busco ressaltar o aprendizado, as leituras e reflexões realizadas em sala de aula, as orientações de meus mestres, a relevância das diretrizes curriculares da pós-graduação e a busca cotidiana de caminhos teórico-metodológicos, documentais e empíricos para desvelar o nosso objeto de pesquisa.

Memórias

Primeiramente, ressalto que algumas memórias aqui registradas foram obtidas em uma conversa com meu irmão Maurizam, pois eu tinha por volta de cinco anos de idade no ano de 1992. Desse modo, para a construção deste memorial, irei elencar recordações que vivenciei em minha família. Nesse sentido, compreendo as determinações para a minha formação e base fundante. No entanto, observei que, após construir este memorial, existe uma relação direta entre as nossas trajetórias pessoal e acadêmica.

Era verão do ano de 1987, em uma típica manhã do final de janeiro, precisamente num sábado, 24 de janeiro, na então cidade de Miranorte, Goiás, quando ocorreu meu nascimento, sendo realizado no hospital municipal daquela cidade. Diferentemente do nascimento dos meus quatro irmãos, meu parto não foi realizado por uma parteira. Devo descrever aqui a grandeza dessa “profissional parteira”: sua figura estava ligada diretamente à assistência à mulher durante o parto. Essa prática foi realizada durante muito tempo por outras mulheres, assim designadas parteiras ou assistentes de parto.

O momento do parto trazia sociabilidade, de tal forma que muitas mulheres nessa fase podiam ser amigas, mães, comadres, vizinhas ou pessoas escolhidas nas comunidades, consideradas capazes de colaborar com a futura mãe em alguma tarefa relacionada ao parto. Historicamente, essa prática até o século xvii consistia numa atividade ou tarefa exclusiva da função social da mulher. Assim, as parteiras eram encarregadas de ajudarem outras mulheres a darem à luz seus filhos.

Sou filha de Eugênio e Cleonice – meu pai tem a profissão de pedreiro e minha mãe exerce atividades “do lar”, termo designado a mulheres que não possuem vínculo empregatício. Na minha primeira infância, até os sete anos, moramos na então Miracema do Norte, no estado de Goiás, no setor Santa Filomena.

Minhas primeiras lembranças registradas são regadas a muito amor e carinho, principalmente, dos meus avós paternos, Cecília e Manoel, como também do meu avô materno, Raimundo, e minha tia-avó, Martiniana. Minha tia-avó tem grande destaque, pois ocupou o lugar de avó materna, devido ao fato de minha mãe ter sido criada por ela, em consequência da perda da sua mãe sanguínea, quando tinha menos de cinco anos.

Ressalto que esses detalhes são importantes para destacar, porque evidenciam o papel da convivência com minha avó paterna, Cecília, que, todos os dias até sua partida em 1992, recheava meus dias com muito amor e carinho, assim como das visitas do meu avô Raimundo e da minha avó Martiniana.

Em consonância, após o período escolar, aguardávamos ansiosos a chegada das férias, pois minha avó trazia minhas primas, e, conseqüentemente, passávamos dias e dias brincando diversas brincadeiras: esconde-esconde e jogo da queimada, entre outras. Também se fazia presente nas brincadeiras minha irmã Maria e meus irmãos Maurizam, Kleimark e Washley, pois ficávamos na rua até a noite brincando as mais variadas brincadeiras e realizando diversas aventuras.

Na inocência de criança, sem ter noção dos perigos existentes, arriscávamos, e fazíamos brincadeiras com fogo – essa, sim, era uma das nossas preferidas e mais perigosas. Consoante a essas atitudes, sofri uma queimadura na mão esquerda, mas aprendi com esse episódio que a dor passa, a ferida fecha e a cicatriz fica para você relembrar do que a vida te ensinou!

Assim sendo, iniciei minha vida escolar aos sete anos, no Colégio Estadual Dona Filomena Moreira de Paula e me lembro perfeitamente que eu tinha muita vontade de ir para escola. Mas, quando me deparei com a realidade estabelecida, lembro-me que fiquei triste, devido (aos) materiais escolares, pois eu possuía uma concepção de que, quando fosse para a escola, teria muitos materiais, entre eles

várias canetinhas, lápis de cor, caderno de desenhos e uma bolsa para carregar os materiais da escola, mas, que, na verdade, eram carregados em pacotes de arroz ou de açúcar reutilizados.

Ademais, é interessante contextualizar que a cidade agora chamada de Miracema do Tocantins sofreu o impacto da retirada da capital provisória no dia 31 de dezembro de 1989. É assim, de forma repentina, que a alegria se transformou em tristeza: todos os órgãos oficiais foram transferidos para a nova capital, Palmas, que estava em construção, e, diante disso, a população expressava que a “Capital e o capital foram embora de Miracema”. A população ficou desolada em vista do fato de que todos os comerciantes que possuíam condições de acompanhar o progresso da nova capital migraram.

Lembro-me, aos cinco anos, em 1992, que a cidade possuía ainda um certo movimento devido à fase de capital provisória, que se deu em 1989¹, mas conseqüentemente, a partir de 1º de janeiro de 1990, com a instalação oficial de Palmas, Miracema foi ficando economicamente afetada e a população passou a migrar para a “nova” capital.

Nesse contexto, é importante frisar que, aos sete anos, no ano de 1994, meu pai decidiu que iríamos migrar também, só que para a cidade de Araguaína, em Tocantins, em busca de melhorias para a família, pois a situação em Miracema não era das melhores economicamente. Assim sendo, com ajuda financeira do meu avô Raimundo, nós nos mudamos para a referida cidade.

Ainda assim, é essencial reconhecer que, no período no qual residimos em Araguaína, meu pai já não ficava mais sem empregos

1 “Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato do presidente da República. Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva” (MIRACEMA DO TOCANTINS, C2024).

e a qualidade de vida começou a melhorar. Contudo, ainda havia desafios a serem superados, porque a atividade que ele exercia na construção civil era muito exaustiva e todos os dias acordava às cinco horas da manhã e trabalhava até ao final do dia. Vale recordar que a realidade social foi se transformando aos poucos. Meu avô Raimundo se fazia sempre presente e nos ajudava com os materiais escolares, roupas e calçados.

Enquanto isso, meus pais e meu avô sempre nos motivaram aos estudos, mesmo que fosse o básico. Vale ressaltar que os materiais escolares básicos, como lápis e cadernos, nunca faltaram. Meu avô sempre me estimulou à escrita, mesmo com os vários erros de português de uma criança aos sete anos. Por volta dos doze ou treze anos, eu escrevia cartas para meus tios que moravam em outro estado. Lembro-me das mesinhas que ele comprava para a produção das cartas, momentos que eu vivenciava com felicidade.

No tocante ao exposto, Szymanzki (2003, p. 22 *apud* Bardini; Rosa, 2021, p. 3) destaca que “é na família que a criança encontra os primeiros ‘outros’ e, por meio deles, aprende os modos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito”.

Assim, é importante ressaltar que, entre as escolas nas quais estudei em Araguaína, destaco, com muito amor e carinho, o Centro de Ensino Médio (CEM) Castelo Branco – estudar na citada unidade era visto por mim como um sonho de criança. As outras duas instituições em que estudei foram a Escola Municipal Maria da Conceição e o Colégio Estadual Welder.

Concluídos meus anos de educação básica, decidi entrar para a vida acadêmica ano de 2007. Iniciei a Licenciatura em Geografia na então Universidade Federal do Tocantins (UFT), no *campus* de Araguaína. Durante essa rotina de estudos, trabalhei em um salão de beleza.

Nesse ínterim, quando cursava o 3º período, o destino me surpreendeu com a decisão do meu pai de retornar para a Miracema do

Tocantins, cidade na qual vivi na minha primeira infância. Confesso que, no ano de 2008, foi a pior notícia que poderia ouvir naquela fase da minha vida, pois estava no início do curso. Mesmo tendo em vista que trabalhava durante a semana em um salão de beleza, o custo financeiro para me manter era bastante alto na cidade de Araguaína.

É importante ressaltar que, de 2007 a 2008, a assistência estudantil ainda passava por implantação – são consideradas assistências estudantis² as ações para diminuir parte dos obstáculos encontrados na universidade, por meio de políticas e programas que garantam a permanência acadêmica de estudantes de baixa renda. Em Araguaína, residimos durante o período a partir de quando eu tinha oito anos de idade até 2008.

Em 2009, já morando novamente em Miracema do Tocantins, conheci a pessoa que mais me incentivaria a estudar e a não desistir de buscar conhecimento, Antônio, meu amável esposo. Como uma pessoa cristã, sem dúvida, essa união conjugal se tornou porto seguro para retornar à vida acadêmica.

Trajetória acadêmica

Em relação à minha trajetória acadêmica, em 2014, retornei ao ensino superior ao iniciar a graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, no *campus* de Miracema. No início, confesso que, até o 5º período do curso, hesitei em desistir da minha graduação. No entanto, foi no estágio supervisionado que realmente percebi que tinha feito a escolha certa. Nesse meio-tempo, tive a oportunidade de realizar o estágio justamente onde possuía certas inquietações:

2 A assistência estudantil existe para dirimir parte desses obstáculos, por meio de políticas e programas que garantam a permanência acadêmica de estudantes de baixa renda na universidade (Camargos, 2024).

na Secretaria de Saúde do Município de Miracema e no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A observação foi essencial durante o período de estágio, ao apresentar as demandas realizadas na Secretaria de Saúde de competência da unidade. Entre elas, surgiam ocorrências como encaminhamentos para o Tratamento Fora Domicílio (TFD)³, que é um benefício para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que consiste na assistência integral à saúde, incluindo o acesso de pacientes residentes no espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes.

Em vista disso, o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, considera que região de saúde é espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, para integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

Tive a primeira oportunidade de ter contato com a prática profissional, o que me possibilitou muitas oportunidades, em vista do fazer profissional, pois, nos dois campos de estágio, na Secretaria Municipal de Saúde e no Centro de Atenção Psicossocial, participei, com a supervisora de campo, de atividades como entrevistas e visitas domiciliares para realizar o levantamento socioeconômico das famílias; realização de estratégias de integralidade da rede; ações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); e reuniões com membros do Conselho de Saúde e Assistência Social.

3 São fornecidas passagens (terrestres ou aéreas) para o deslocamento dos pacientes vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), assim como para seus acompanhantes e doadores (se houver). Também está previsto o pagamento de ajuda de custo para alimentação e pernoite (diárias), obedecendo aos critérios no âmbito estadual (Bahia, 2024).

Ressalto como experiência marcante a elaboração de um projeto de intervenção em 2018 no estágio quatro, intitulado *Serviço Social na promoção da saúde do usuário tabagista*, realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial Dona Viturina Borba, na Unidade Básica de Saúde Maria Alaides do Amaral, atividade que propiciou realizar uma reflexão sobre os danos do tabagismo, em especial quando associado com outras substâncias.

A ação assegurou a informação sobre a importância da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais de respeito à diversidade, tendo como focos a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão sobre diferenças. A mobilização da equipe foi essencial para conseguir as parcerias necessárias à execução das atividades, que tiveram boa participação dos usuários.

Posteriormente, foi possível perceber que a realização de ações desenvolvidas em grupo tem um grande potencial de mobilização, aprendizagem e reflexão. Nesse sentido, na prática durante o estágio, vivenciei o fato de que cabe ao Serviço Social da saúde, conforme está estabelecido nos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, atender demandas da expressão da questão social (Iamamoto, 2008)⁴, de modo a buscar garantir o direito de acesso aos serviços de saúde, incentivar e estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários, participar dos programas de atenção básica na saúde e da luta pela efetivação da política do SUS, e prestar atendimento para desempenhar funções de caráter crítico e interventivo.

4 Em perspectiva de análise distinta, a questão social, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Assim, a “velha” questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens (Iamamoto, 2008).

Ressalto também a relevância de que se faz imprescindível a articulação em rede com as outras políticas na busca pela integração em ações públicas que visem ao enfrentamento das expressões da questão social.

No que se refere ao assistente social, irá utilizar-se do conhecimento de suas atribuições e competências para com as demandas cotidianas e flutuantes no atendimento aos usuários, tendo o objetivo de contribuir na mediação da efetivação dos direitos sociais, sempre pautando-se no código de ética profissional. Portanto, em sua atuação, conforme o CFESS (2009), caberá ao assistente social estimular a intersectoralidade⁵, tendo em vista a realização de ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços no atendimento às necessidades sociais.

Não se pode perder de vista que, na prática o profissional, deve-se buscar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, da assistência social e de outros espaços das unidades, a participação popular por meio dos conselhos e conferências nas decisões a serem tomadas, agindo, assim, de acordo com os “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social” (CFESS, 2009, p. 17).

Intervenções orientadas por essa perspectiva crítica pressupõem: leitura crítica da realidade; capacidade de identificação das condições materiais de vida; identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil; reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em

5 Intersetorialidade: compreender atividades que se efetivam ou se desenvolvem entre dois ou mais setores; abrange mais de um ramo, domínio, subdivisão ou seção de políticas públicas, tendo caráter participativo e de articulação entre os diferentes níveis de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – e instituições (CFESS, 2009).

conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para a modificação da realidade; e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.

Similarmente, deve-se atuar no reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996), tarefa que irá demandar uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades.

Tive a oportunidade de vivenciar, na prática, a materialização do atendimento direto aos usuários, nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidades via regulação – isso inclui, na estrutura da rede de serviços brasileira, unidades da Estratégia de Saúde da Família, postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades, Centros de Apoio Psicossocial, e hospitais gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários, independentemente da instância de vinculação, federal, estadual ou municipal.

Em suma, creio ser relevante destacar, neste memorial, a participação como monitora bolsista do projeto de extensão da universidade, no Curso de Psicologia, intitulado *Roda de Conversa com Idosos*, coordenado pelo professor Carlos Mendes Rosa, tendo como objetivo ampliar conhecimentos, repensar o imaginário social de intolerância e exclusão em relação à população idosa, e possibilitar um melhor entendimento acerca do envelhecimento e seus impactos na subjetividade do indivíduo.

O projeto proporcionou criar um espaço de fala e partilha de experiências para os idosos dentro da universidade, favorecendo a

troca de experiências entre os acadêmicos e a comunidade externa. Tivemos em 2017 a oportunidade de participar e apresentar o projeto de extensão no VII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Siepe) da UFT. E foi no grupo de extensão que realizei a pesquisa com os idosos participantes do grupo sobre o tema abuso intrafamiliar à pessoa idosa no município de Miracema do Tocantins.

Embora eu quisesse realizar a pesquisa dentro do campo de estágio supervisionado, isso não ocorreu devido ao meu afastamento das atividades acadêmicas após o diagnóstico de endometriose para tratamento cirúrgico. Com efeito, tive que optar por produzir a pesquisa dentro do grupo, visto que a atividade de monitoria teve grande contribuição.

Em dezembro de 2019, realizei a defesa do trabalho de conclusão de curso. No entanto, somente em 2021 ocorreu a colação de grau, visto que o mundo parou devido à pandemia da covid-19 em 2020. Frente a isso, as disciplinas que faltavam para concluir a grade curricular foram realizadas no formato de Educação a Distância (EAD).

Também destaco outro momento que considero importante, ocorrido em dezembro de 2022: a seleção para o semestre 2023.I do Mestrado em Serviço Social da UFT, que estava com inscrições abertas, algo que naquele momento eu não imaginava que um dia poderia se tornar realidade. Todavia, ressalto que não possuía meios nem ao menos de produzir meu pré-projeto. Não posso deixar essa parte de fora deste memorial, justamente porque o único computador que possuía apresentou defeito. Mas me perguntava: como faria para conseguir a minha inserção novamente na universidade, visto que precisaria realizar um pré-projeto de pesquisa, que é um dos critérios de seleção?

Naturalmente manifestei o interesse aos meus irmãos. Sendo assim, a oportunidade de conseguir um aparelho emprestado me surgiu. Em outras palavras, meu irmão Washley ofereceu seu *notebook*.

Diante disso, eu precisaria pesquisar sobre o que realmente me despertava e me trazia inquietações, que era: alimentação, pois obviamente já tinha adquirido leituras sobre o assunto e visualizava sua importância como um dos pilares para tratamento e prevenção de doenças. Aliados a isso, estavam presentes nas minhas memórias de infância os anos em que moramos em Miracema e as vivências dos campos de estágio supervisionado.

Já com um prévio direcionamento, aprofundei minhas pesquisas sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a respeito dos conceitos de família e da proteção social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que é um sistema público intersetorial, que reúne diversos setores do governo e da sociedade civil em torno do propósito de promover programas e ações que garantam o direito humano à alimentação.

Conforme Minayo (1993), toda investigação se inicia por um problema como uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulando-se ao conhecimento anterior, mas também pode demandar a criação de novas referências.

A realização das leituras contribuiu para fortalecer meus saberes quanto à prática da alimentação saudável como parte dos direitos fundamentais da humanidade. Nesse sentido, pude aferir a importância da temática para as políticas setoriais, em especial, para a política de assistência social, considerando como funcionam os mecanismos de apoio às famílias, aos indivíduos e às comunidades que sobrevivem na extrema pobreza, que vivem dos mínimos sociais. Constatei o papel do direito à alimentação para o setor da saúde, considerando sua influência no acesso aos serviços que são garantidos na universalidade e na integralidade, como a proteção social do Estado à família e à sociedade civil.

Acredito que o desenvolvimento da pesquisa irá contribuir para o aprofundamento da compreensão do modo como as políticas de promoção à alimentação adequada passaram a ter destaque em âmbito governamental, concretizadas mediante o Programa Fome Zero no ano de 2006, com a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) – Lei nº 11.346/2006, na busca por amplificar o debate sobre o conceito de direito humano à alimentação adequada.

E como profissional, acredito que irá me proporcionar reconhecer as demandas que serão postas através da realidade social na elaboração e avaliação das políticas sociais na busca da garantia à socialização e à mediação quanto aos direitos sociais que permitem o acesso a bens e serviços de políticas públicas, privadas e não governamentais e programas sociais.

Que tal um café? Para um bom debate, nas manhãs e tardes ensolaradas

“Uma vida não basta ser apenas vivida:
também precisa ser sonhada”.

Mario Quintana

Vale recordar as boas e memoráveis lembranças das aulas regadas ao sabor do café durante as manhãs e as tardes ensolaradas de Miracema, momentos que, em sua simplicidade, foram essenciais para a minha formação acadêmica no mestrado. Não posso deixar de registrar aqui a companhia dos colegas em sala de aula como também dos docentes que fizeram parte de toda essa jornada. E devo reconhecer a importância dos conteúdos ministrados de modo que a aprendizagem fosse significativa para a atuação do estudante como cidadão e profissional, uma vez que as aulas ministradas buscavam

de maneira efetiva a interdisciplinaridade, a problematização e a contextualização dos conteúdos.

Por essa razão, faz-se pertinente registrar aqui os deliciosos lanches compartilhados ao sabor de intensos cafés para despertar a mente. As aulas eram expositivas e dialogadas, buscando a integração entre teoria e prática, aliada a discussões de assuntos de relevância para a prática profissional do Serviço Social. Nesse percurso, foram realizados seminários com trabalhos práticos de apresentação e elaboração dos projetos de pesquisa de todos os alunos.

A propósito, é importante destacar os elementos que contribuíram para a delimitação do tema, sendo eles: as leituras e os debates em sala de aula para a elaboração do artigo intitulado *Política de Alimentação: breves considerações*, produção que subsidiou o discurso sobre alimentação como um direito fundamental e universal do ser humano, uma vez que o acesso permanente aos alimentos é uma condição fundamental para a vida de todos os indivíduos e também um direito humano que perpassa por várias políticas sociais, considerando, inclusive, a interface que se faz presente na materialização de várias dessas políticas. Assim, a formação acadêmica *stricto sensu* é instrumento de ponta para o profissional e matéria atualíssima, determinando a imperiosa necessidade de se estabelecer ao mestre em Serviço Social da UFT a possibilidade de conhecer e se fundamentar em seu processo formativo sobre a problemática dessa conjuntura societária.

Portanto, após a escrita deste memorial, que diz respeito a uma abordagem de toda a nossa trajetória, desde a infância, passando pela adolescência, até a fase adulta e acadêmica, posso afirmar que a construção do texto me permitiu mergulhar em um passado que teve momentos de muitas felicidades, mas também de tristezas e incertezas. Um passado que foi vencido, mas que nunca será esquecido. Jamais havia imaginado que esse passado estaria entrelaçado com

minha trajetória acadêmica e daria sentido ao presente e ao futuro, proporcionando um abrir de portas para novas oportunidades.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPPS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPPS, 1996.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Saúde. **Tratamento Fora do Domicílio – TFD**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/tfd/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

BARDINI, Adrian Mota; ROSA, Marilane Mendes Cascaes da. **Relação família e escola: a importância para o sucesso no processo ensino-aprendizagem**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 6 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 6 jul. 2024.

CAMARGOS, Daniela. UFT promove Seminário sobre Políticas de Assistência Estudantil no dia 18 de junho. **Universidade Federal do Tocantins**, 16 jun. 2024. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-promove-seminario-sobre-politicas-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 6 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: https://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/%7B3412879E-C2CC-4367-9339-847E62E3E82E%7D_parametros_saude.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MIRACEMA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. **História**. c2024. Disponível em: <https://miracema.to.gov.br/historia/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

QUINTANA, Mário. **Caderno H**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.



CAPÍTULO 3

**Eu, Kannanda Silva:
eu sou porque nós somos**

Kannanda Emilly Padilha da Silva

Eu sou a continuação da minha mãe e da minha avó

Eu sou Kannanda Emilly Padilha da Silva, tenho 28 anos, sou uma mulher negra de pele preta, oriunda da periferia. Sou graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e estou como discente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial), também pela UFT. Sou natural de Belo Horizonte (MG), nascida e criada até os doze anos no bairro Cabana, uma comunidade periférica da região noroeste de BH. O objetivo deste memorial¹ é de publicizar a minha trajetória acadêmica e pessoal, as minhas andanças nas trincheiras e as escolhas que me trouxeram até o presente momento, que moldam e que repercutem na fundamentação da pesquisadora que sou.

Por conta da crescente violência entre o Estado e a criminalização das drogas, a minha mãe me levou para o interior para que eu morasse com a minha avó materna, durante um período de aumento de calamidade da violência cotidiana. Na verdade, eu só conheci a minha família paterna biológica já na minha fase adulta. Tive a sorte de conviver com uma figura paterna presente, por parte do

1 “O Memorial constitui, pois, uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa simultaneamente histórica e reflexiva. Deve-se então ser composto sob a forma de um relato histórico, analítico e crítico, que dê conta dos fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmico-profissional de seu autor, de tal modo que o leitor possa ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido” (Joaquim, 2002, p. 175).

meu padrasto. Ele e minha mãe construíram o meu caráter, sempre incentivando o meu processo de aprendizagem escolar.

A realidade periférica é permeada por refrações e múltiplas expressões da questão social. Infelizmente o acesso às políticas públicas não é socialmente viabilizado a todos os sujeitos nesses espaços. Então, as oportunidades que tive de, em um primeiro momento, cursar uma graduação em uma universidade federal, de forma pública e custeada através de programas de permanência, e, mais tarde, de ingressar em um mestrado acadêmico me trouxeram outras perspectivas de vida, somadas aos conhecimentos científicos, oportunizando aproximações com outras culturas, costumes e diversidades de povos, levando-me ao descobrimento de mim mesma.

Apesar de uma figura masculina e paterna na minha casa, a minha mãe sempre precisou submeter-se à escala de trabalho 6x1, restando a ela somente os domingos para descansar, colocar em dia o trabalho doméstico e, quando era possível, aproveitar algum momento de lazer. O pilar da subsistência material do nosso núcleo familiar era em maior parte dependente da venda de sua força de trabalho.

Assim, as reuniões escolares e as idas ao médico, sempre que necessárias, em geral, eram acompanhadas pelo meu padrasto ou tias. Atualmente, a figura da minha mãe ainda está no papel de chefe da família, a estrutura principal econômica e emocional a todos os membros. Então, para entender o meu percurso de vida até aqui e o porquê das minhas inquietações, preciso trazer, mesmo que brevemente, a história da minha mãe, que maternou quando pensou que fosse impossível continuar e que impacta diretamente o meu problema de pesquisa.

O fato de ter crescido em um lar de família reconstituída, em que os adultos responsáveis trabalhavam fora e dividiam as tarefas domésticas, mas no qual os cuidados com os filhos e a preocupação sempre

presente em arrumar uma segunda fonte de renda na informalidade partiam da figura materna (e ainda permanecem no presente), sendo a minha mãe uma mulher negra de pele retinta, casada com um homem branco, sobrecarregada e triplamente marcada pelas categorias de opressão social, sempre me fez questionar o porquê de ser a mulher a mais responsabilizada e atarefada, mesmo quando há uma divisão preestabelecida das funções domésticas em seu grupo familiar.

Minha mãe, Sueli da Silva (hoje acrescentou o Borges do meu padasto), nasceu em Vitória (ES), mas cresceu no interior de Minas Gerais. Teve uma infância e uma adolescência envoltas por múltiplas expressões da questão social. Não houve para ela a garantia ao acesso dos seus direitos enquanto uma criança negra de pele retinta, da zona rural, filha de uma mulher analfabeta e de um pai usuário de álcool de forma abusiva, ambos marcados pelo racismo estrutural, sem condições mínimas para manter as necessidades básicas de minha mãe e de seus quatro irmãos. Os membros da família de minha avó nunca foram vistos como sujeitos.

Sem as condições de prover nem mesmo a subsistência básica aos filhos, o meu avô, um homem alcoólatra e machista, também não permitia que minha avó trabalhasse fora para somar na renda. Ele levou a sua família para a cidade e nela foram todos morar num barraco de um cômodo e com um banheiro do lado de fora, no bairro Cabana, em Belo Horizonte, na expectativa de que houvesse mais oportunidades e melhores condições de vida na zona urbana.

Diante essa realidade social em que os seus direitos foram invisibilizados e ainda negados, situação agravada pela violência e pelo racismo estrutural, dois dos meus tios foram “apadrinhados” pelo tráfico de drogas. Já a minha mãe conseguiu fugir dessa realidade posta, pois, desde a sua infância, trabalhava como doméstica em casas de famílias de outra classe social, para ajudar a manter os pais e os irmãos mais

novos. Nesses cenários, teve acesso a outras pessoas sem os marcadores sociais de opressão, que elucidaram para ela a expectativa de superação da extrema pobreza e da miséria advindas da sua realidade.

Aos dezessete anos, Sueli engravidou de mim. Não conseguiu cursar o Ensino Médio. Sem forças e sem uma rede de apoio, não conseguiu abortar. Foi expulsa do barraco de um cômodo, afinal, já havia pessoas demais para ser alimentadas e abrigadas. Quando nasci, sem expectativa, a menina que não foi instruída sobre sexualidade, que não teve o seu direito defendido, tentou ceifar a nossa vida para nos livrar da dura realidade a que estávamos impostas, porém não era esse o nosso destino e, enfim, a minha mãe recebeu um pouco de ajuda e foi impedida de tal fim, sendo minimamente acolhida e abrigada por uma tia, irmã do seu pai.

Faz-se necessário que eu abra um parêntese aqui para problematizar acerca da ausência do Estado nesses anos de 1990 a 2000. Se hoje há o mínimo de preocupação com o bem-estar social da população negra, isso se deu através de muita luta por parte desse contingente da sociedade, pois a hegemonia burguesa dissemina o ódio racial e o sensacionalismo midiático da barbárie, legitimando a violência policial etc. Nesse sentindo, historicamente a culpabilização da pobreza recai sobre as mulheres negras.

As mistificações midiáticas não deveriam ofuscar um fato simples e patente: as adolescentes não criam pobreza ao dar à luz. Pelo contrário, elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres – porque não têm oportunidade de receber educação, porque para elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados, nem a formas criativas de lazer. Elas são mães em uma idade tão precoce porque métodos seguros e efetivos de contracepção não estão disponíveis para elas (Davis, 2007, p. 33).

Então essa menina pretinha, de 17 anos, que nunca havia se sentido amada, respeitada, acolhida, reergueu-se nas possibilidades e voltou para as casas das famílias para trabalhar e nos sustentar. Mais uma vez, ela abdicou de si, em prol de outra vida, sem apoio da família, sem apoio real e concreto de ninguém. Havia a política de creches, em que fui matriculada desde os meus quatro meses, de modo que entrava bem cedo e só saía no início da noite. Quando fiz um ano, minha mãe conheceu o meu padrasto e formou a sua própria família, com mais poder de liberdade para si. Quando eu tinha nove anos, eles tiveram a minha irmã.

Dentro dessa realidade tão cruel e marginalizada, a minha mãe me criou me colocando a par dessa situação, sem fantasiar, e tentou ao máximo me transmitir o amor materno que a sua mãe, foi de certa forma, impedida de demonstrar para ela e os irmãos. Foram anos de ausência presencial para me sustentar e para que, na minha infância, ao contrário da vivenciada por ela, eu pudesse ter o meu direito de criança respeitado e exercido de forma leve, saudável, divertida e sempre incentivada nos estudos.

A vivência da maternidade, somada à idealização dos papéis de gênero no seio das famílias, condicionou a minha mãe a viver em um lugar de solidão e abdicção de si mesma. Um lugar em que o imaginário social a colocou como uma rocha forte e inquebrável. Impedida de chorar, de cuidar de si, essa condição fez parte da sua construção enquanto mulher negra reconhecida socialmente à margem da sociedade, e ainda impactada diretamente pelo luto simbólico, sendo decorrente das expressões das violências e das vulnerabilidades pertinentes que são colocadas como resultantes da culpa individual e não da desigualdade social legitimada no capitalismo.

Estereótipos racistas da supermulher negra forte são mitos que atuam nas mentes de muitas mulheres brancas, que lhes permitem ignorar até que ponto as mulheres negras têm

probabilidades de ser vitimizadas nesta sociedade, e o papel que as brancas podem cumprir na manutenção e perpetuação dessa vitimização (hooks, 2005, p. 14).²

A minha infância na periferia foi permeada por cenários de violência na comunidade e na escola. Sofri *bullying*, além de ter sido muito tímida e introvertida, tive dificuldades de socialização com as outras crianças, mas, no seio familiar, tive uma família acolhedora e, dentro das condições socioeconômicas, muito presente. Um dos episódios mais marcantes de que me recordo foi quando eu estava na antiga 8ª série do Ensino Fundamental e eu subia o morro para ir à escola, antes das 7 da manhã e já havia meninos de idade semelhante à minha, com armas em mãos, na posição de vigias.

Já na adolescência, o meu primeiro emprego com a carteira de trabalho devidamente assinada foi em uma multinacional de *fast-food*, aos 14 anos. Conciliei o emprego e os estudos, que eram no turno da noite, por quase dois anos. Não estive presente em vários momentos com os colegas de turma por estar sempre cansada e sem energia para socializar, além do fato de que eu ainda continuava sofrendo *bullying* por parte de alguns.

Lélia Gonzalez, diante dessa realidade que paira sobre parte da população brasileira, interseccionada por marcadores sociais, pondera que “ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2018, p. 42).

No ano de 2013, concluí a minha formação do Ensino Médio na Escola Estadual Professor Raymundo Cândido, tendo sido cursado

2 “hooks nasceu Gloria Jean Watkins, mas adotou o nome artístico em homenagem à bisavó. A escritora usava bell hooks em minúsculo como forma de enfatizar, segundo ela, “a substância de seus livros, não quem eu sou” (Lima, 2021).

sempre em escola pública. Não havia incentivo para ingressar no Ensino Superior por parte das escolas em que estudei, porém havia um programa do Governo Federal como incentivo de permanência e conclusão na educação básica, denominado *Poupança Jovem*.

Na época, os alunos de localidades com altos índices de famílias em situação de vulnerabilidade social, oriundos de escolas com taxas elevadas de evasão escolar, cumprindo os requisitos necessários, como não repetir de série, ter média e frequência nos encontros com a assistente social e a equipe multiprofissional do CRAS de referência, na conclusão do Ensino Médio, recebiam o repasse do quantitativo de três mil reais. Nesse período, morávamos eu, a minha mãe, meu padrasto e a minha irmã, em uma casa alugada de três cômodos. Diante da nossa realidade, repassei essa quantia para a minha família construir os cômodos iniciais, em uma área que conseguimos comprar, para ajudar que a nossa mudança ocorresse o mais rápido possível.

Preciso destacar que, depois dos meus 9 anos de idade, mudei-me muito de bairros e cidades. Consegui criar vínculos, alguns que milagrosamente estão comigo até hoje, mas eu nunca consegui me sentir pertencente a um lugar, de fato. Com 9, fui morar no bairro Gamas, durante um ano com a minha avó, pertencente à cidade de Nova Serrana, localizada a mais de 120 km de BH. Depois voltei para o Cabana por mais um ano, mais ou menos, e fomos todos (minha mãe, padrasto e irmã) para o Gamas. Aos 12 anos, nos mudamos para a cidade de Contagem, na Região Metropolitana de BH. E quando eu estava por volta dos 14 anos, mudamos para cidade de Esmeraldas, também na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em Esmeraldas, moramos em várias casas, fizemos mais algumas mudanças entre casas, então, quando pude ajudar um pouco financeiramente a minha família a se estabilizar em uma residência própria, eu o fiz sem pensar. Seguimos no mesmo endereço na atualidade.

Entrei no curso de Serviço Social no início de 2016 em uma instituição privada, o que era possível de conciliar com a minha carga

horária de trabalho, porém, eu só consegui me manter um período. Na época, eu estudava em um bairro afastado da região central de BH, Venda Nova, morava na cidade de Esmeraldas e trabalhava no Barro Preto em BH, ou seja, era preciso utilizar diariamente vários transportes públicos, sendo metrô e ônibus para transitar entre os três locais. Para a minha família, ainda era outra realidade fazer uma faculdade, pois concluir o Ensino Médio e ter um trabalho CLT já era um grande marco e o ideal a ser alcançado.

Eu sempre quis cursar Serviço Social, porém a rotina entre conciliar o trabalho e o curso, acrescida à correria entre um transporte público e outro, fez eu adiar o sonho da faculdade por algum tempo. Eu era nova, mas já me sentia estagnada e presa em uma realidade da qual não poderia me desprender, até que, por incentivo da minha família e de alguns amigos, decidi prestar o Enem pela segunda vez e “jogar” para cidades menores, com o intuito de conhecer outras culturas e para fugir da vivência das cidades grandes, dos trânsitos intensos e da correria em que eu me via.

Eu trabalhava nesse período em um hospital de referência em cirurgia cardíaca, entre outras, em Belo Horizonte, e houve muitas críticas de colegas de trabalho a respeito de eu ir para Tocantins estudar um curso que não é valorizado diante de outros cursos considerados de elite. Escutei discursos xenofóbicos acerca do desconhecido, por parte de médicos, enfermeiros, mas as minhas colegas que eram oriundas da classe trabalhadora e tinham o mesmo cargo de recepcionista como eu incentivaram-me a largar o emprego e ir estudar, inclusive, serei eternamente grata a Eduarda Bento, que pegou o cartão de crédito do marido emprestado, para que eu pudesse comprar passagens aéreas e ir ao Tocantins me matricular quando saíram os resultados do sisu.

Novamente, graças ao apoio da minha mãe principalmente – pois, até eu ser contemplada com a Política de Assistência Estudantil,

pude contar com o apoio financeiro dela, além de emocional – tive o privilégio de poder sair do meu emprego e me aventurar em outro estado, sem conhecer nada nem ninguém na nova cidade. Mudei-me para cursar o tão sonhado Serviço Social. Através da Lei de Cotas, adentrei no Ensino Superior em outubro de 2017.

As ações afirmativas se constituem como partes de uma importante e necessária política de reparação histórica, viabilizando uma mínima disputa igualitária (longe de ser equitativa) nas instituições do Estado e da sociedade civil. Na minha família, sou a primeira a obter um diploma da educação de nível superior.

[...] A ação afirmativa no mercado de trabalho, bem como no ensino superior, não deve ser apenas defendida, mas, em última instância, deve ser ampliada para que possa ajudar todas as pessoas que atualmente sofrem a discriminação produzida por nosso governo e por nossa sociedade capitalista, racista e sexista (Davis, 2017, p. 35).

Durante o período da minha graduação na UFT, consolidei a minha rede de apoio na cidade de Miracema, o que minimizou a saudade causada pela distância e pela vivência da nova realidade inserida. A graduação teve início em outubro de 2017, com o calendário já apertado por conta das greves anteriores à minha entrada na universidade.

A UFT, através dos programas de permanência, possibilitou-me ser a primeira mulher negra da minha família com formação de nível superior. Sendo eu, neta de uma negra analfabeta e filha de uma mulher que, pelas mazelas sociais, não concluiu ainda os estudos de nível médio. Da realidade de onde venho, ter sido possível cursar a graduação em uma universidade federal é uma quebra nas estatísticas.

Infelizmente, ao longo do percurso, perdi alguns colegas para as expressões da violência, pessoas que não tiveram a mesma sorte que eu. Meu amigo mais próximo, cuja amizade construí assim que

cheguei em Miracema, tirou a sua vida por conta do patriarcado estrutural que é tão presente aqui no estado do Tocantins. Vivenciei a morte do meu primo de apenas 18 anos para o “tribunal” do tráfico, enquanto ainda lutamos para que meu tio e meu outro primo se reabilitem e não pereçam no mesmo fim.

Miracema foi a cidade em que vim parar, que me acolheu e pela qual sou muito grata por toda a evolução em diversos âmbitos da minha vida. Sou grata também por todas as possibilidades que o curso de graduação em Serviço Social me viabilizou – a educação acadêmica, a qualificação profissional enquanto futura assistente social, enquanto cidadã, e ainda a sorte que tive de não ser mais um número nos noticiários diários sobre as estatísticas de vidas ceifadas pela marginalização e pela exclusão, projetadas aos sujeitos semelhantes a mim. E durante a graduação, também me descobri bissexual e tive acesso aos debates acerca da sexualidade, da crítica e da problematização da idealização que a branquitude estabelece sobre os corpos negros. Foi uma fase de descobertas e de aproximação com debates do feminismo negro.

UFT: tão, tão distante

No *campus* de Miracema existem duas unidades: a Unidade Warã e a Unidade Cerrado. Nelas, são ofertados os seguintes cursos: graduações em Pedagogia (licenciatura), Psicologia (bacharelado), Serviço Social (bacharelado) e Educação Física (licenciatura); especialização em Política Social e Serviço Social; e Pós-Graduação *Stricto Sensu* – mestrado em Serviço Social.

Comparada a outros *campi*, o de Miracema é um local pequeno, em que as relações são mais intimistas e facilitadas, no sentido de que todos se conhecem e mantêm um contato com certa proximidade,

o que minimizou os sentimentos de solidão e distanciamento de casa, no meu percurso durante a graduação.

O debate étnico-racial relacionado ao gênero no estudo das classes sociais sempre motivou a minha trajetória acadêmica, reafirmando o meu local de pertencimento, enquanto mulher, negra e periférica. Nesse sentido, busquei participar de estudos e programas que fizessem sentido para a minha realidade de vivência social, política e econômica, além de contribuir para a minha formação acadêmica.

Envolvei-me em projetos de extensão que versavam sobre temas da área de Direitos Humanos e iniciei em grupos de pesquisa que estudavam sobre a formação sócio-histórica brasileira e as relações étnico-raciais. Dentre eles, destaco o Projeto de Extensão PIBEX Acadêmico 2018.2 - EDIS Interseccionalidades, realizado pelos cursos de Serviço Social e Psicologia da UFT, durante o período de outubro de 2018 até abril de 2019.

Adentrei em uma formação feminina, composta por mulheres de todos os períodos do curso. Juntas montamos uma chapa para participar das eleições do Centro Acadêmico de Serviço Social e fomos eleitas. No entanto, quando iríamos assumir a nova gestão, houve a pandemia da covid-19 e, por conta do impacto inesperado daquele momento, não atuamos e nem conseguimos manter o coletivo. Durante esse período, voltei para Minas Gerais, permanecendo dois anos na casa da minha mãe.

Seguindo, citarei brevemente algumas atividades acadêmicas da graduação que partiram da minha aproximação e do meu conhecimento do feminismo negro, do Movimento Negro e de outras pautas da agenda das lutas sociais, fundamentais para a minha pesquisa no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e que de certa forma motivaram-me a viabilizar a continuidade no percurso da educação e da pesquisa.

São sobretudo as interpelações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem, a meu ver, ser ouvidas

e estudadas, se desejamos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária. Em particular, acho indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (inclusive a sexualidade), de classe e de “raça” (Falquet, 2008, p. 122).

Integrei o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Práxis e “Questão Social” na linha de pesquisa: Trabalho, Práxis, “Questão Social” e Emancipação humana, pela Universidade Federal do Tocantins, sob a tutoria do professor Dr. Davi Perez. Iniciei um projeto de pesquisa que estudaria a formação do Tocantins e as lutas de classe com a professora Dra. Maria José. No que diz respeito às disciplinas, cursei optativas que me aprofundaram o estudo acerca da interseccionalidade de raça, gênero, geração e classe social na sociedade brasileira.

Participei da palestra *Ensino e pesquisa: articulação entre graduação e pós-graduação na universidade pública*, como parte dos eventos relacionados ao Programa de Formação Docente Continuada (Profor), coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação da UFT, realizado em 11 de dezembro de 2017 no *Campus* de Miracema.

Em 2018, integrei a comissão organizadora do evento: Semana de Integração Acadêmica “Entrei e vou ficar”, momento em que pude recepcionar os alunos ingressantes no curso de Serviço Social e ainda reforçar a minha vivência e entrada no ambiente acadêmico.

Participei do Congresso do Povo Brasileiro, etapa regional, realizado em 9 de junho de 2018 no auditório da Universidade Federal do Tocantins, no *campus* universitário de Miracema, oportunidade em que pude me aproximar de movimentos sociais e debates acerca das demandas de lutas da população nortista, rural e do campo.

Participei do Encontro Local de Estudantes de Serviço Social (ELESS Tocantins), na qualidade de ouvinte, realizado em 28 de abril

de 2018, na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). E em 2019, fiz parte do encontro intitulado “A (re)articulação do movimento estudantil no Tocantins e Políticas Públicas e direitos sociais: existência e resistência”, realizado em 4 de maio de 2019, também sediado na Unitins.

Tive a experiência de participar de conselhos e deliberações da sociedade civil acerca das políticas socioassistenciais, quando colaborei com a IX Conferência Municipal Democrática de Assistência Social, com o tema: Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social, realizada em 5 de setembro de 2019 no município de Miracema do Tocantins. Essa experiência me aproximou do meu campo de estágio, que viria a ser realizado integralmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Miracema.

Estive também no evento: I Seminário Estadual de Práticas Educativas em Contexto de Restrição e Privação de Liberdade do Tocantins, realizado em 13 de setembro de 2019, sediado na UFT no *campus* de Miracema. Esse seminário teve uma ampla participação de outros cursos e *campus*, como, por exemplo, o *campus* de Tocantinópolis, que hoje faz parte da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Particpei da Palestra técnica aos espaços ocupacionais do Assistente Social: a política de Assistência Estudantil e o processo de trabalho do/a Assistente Social no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), promovido pela Coordenação de Estágio do Serviço Social, em parceria com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSEFP) e do curso de Serviço Social da UFT, realizado em 22 de outubro de 2019, no *campus* do IFTO em Palmas.

Na pandemia, por conta da necessidade de isolamento social, foram ofertados diversos cursos e eventos *on-line*, para debates de temas pertinentes no contexto pandêmico, em que vivenciávamos

a ausência de um governo à frente de políticas de contenção para sanar e/ou minimizar as inúmeras mortes causadas pela covid-19. Eu particularmente pude participar das atividades remotas, graças à Política de Inclusão Digital de iniciativa da UFT, através da qual fui contemplada com um auxílio para custear um *notebook*. Alguns destes cursos foram: curso *on-line* Movimentos antirracistas, marxismo e Serviço Social, no período pandêmico em 2022, organizado pela Editora Cortez, através do qual foram ofertadas algumas aulas com as temáticas antirracismo e antissexismo, envelhecimento e saúde mental da população negra, e branquitude.

Participei do curso de formação “Fascismo e Racismo”, organizado pelo Levante Popular da Juventude e a Escola Nacional Paulo Freire, realizado nos dias 4, 9, 11 e 16 de junho de 2020.

Participei da I Escola Nacional de Formação Lélia Gonzalez, evento organizado pelo Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, durante os meses de julho a setembro de 2020, de forma remota.

Participei do Webinar NUDEM Convida: “Cadê o meu direito? Acesso ao aborto legal para mulheres e meninas no Rio de Janeiro”, realizado em 6 de outubro de 2020, pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Participei como ouvinte do Laboratório Vivencial “O impacto da pandemia na vida social, educacional e profissional do adolescente: a ansiedade e depressão na organização do tempo”, promovida pelo projeto de extensão Grêmios estudantis: ações para a organização, a participação política e a iniciação científica, do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESFEP), dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social do Campus de Miracema da UFT, na data de 4 de dezembro de 2020.

De forma remota, também cursei a disciplina Questões Étnico-Raciais, Política Social e Serviço Social II, do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, da Universidade Federal

Fluminense (UFF), ministrada pela professora Dra. Maria Raimunda Penha Soares, no primeiro semestre de 2021, com a carga horária de 60 horas.

Pela primeira vez, estive presente em uma sala (de forma remota) majoritariamente composta por pessoas mulheres e pessoas negras. Foi maravilhoso e engrandecedor poder compartilhar experiências e descobrir pontos em comum, em especial os marcadores de raça e gênero que acometem a pluralidade de sujeitos negros. Senti-me muito à vontade para participar dos diálogos, por ter sido acolhida pelas colegas de turma e pela professora referenciada.

A disciplina me ensinou sobre a necessidade da pesquisa acadêmica para a resistência negra e as tomadas de luta dessa população da qual faço parte, através da leitura e do debate de autoras negras clássicas e contemporâneas, da necessidade de reaver as nossas histórias sem os estigmas da marginalização e dos estereótipos idealizados pela branquitude, propagados e naturalizados no cotidiano das relações sociais.

Os meios de comunicação vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo (Carneiro, 2003, p. 125).

Participei do II Simpósio Feminista da UFT – Pensar o Poder sobre, por e para as Mulheres, realizado em março de 2021 de forma remota.

Participei do VII Seminário Abolição Inacabada: reconfiguração do racismo e as resistências negras, promovido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família (NUAFRO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizado em 13 de maio de 2021, de forma *on-line*.

Particpei do Evento: I Seminário em Defesa da Educação Pública: desafios educacionais na realidade brasileira, realizado no período de 11 a 16 de agosto de 2021, remotamente. Esse e outros eventos foram importantes para a minha formação e para o período de construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A escrita do TCC ocorreu na mesma época em que optei por permanecer em Minas Gerais, assim, não consegui realizar o Estágio obrigatório II no período estimado. Eu estava trabalhando como cuidadora de três crianças, morando no local em que estava empregada, então eu dividia o tempo entre o trabalho e a pesquisa. Foi um período desafiador em todos os sentidos da minha vida, mas, sob a orientação da professora Dra. Cecília Froemming, de forma remota, conseguimos construir um bom material.

Para que eu e minhas colegas conseguíssemos terminar os estágios e concluir o processo, lutamos em conjunto com a professora Dra. Rosemeire dos Santos, no Colegiado do curso, e conquistamos o direito de cumpri-los de forma acelerada sob a sua supervisão acadêmica. Dessa maneira, os estágios II, III e IV ocorreram ao longo de um período letivo, o que nos exigiu um comprometimento com as presenças e o cumprimento das horas no campo de estágio, respeitando o Código de Ética e os regimentos internos dos campos de estágios e da UFT.

A minha trajetória acadêmica não foi fácil, assim como ascde outras várias pessoas, no entanto, da minha turma, formada inicialmente por quarenta alunos, somente quatro (todas sendo mulheres) chegaram ao final. Passamos por períodos de greves, por falta de professores e por uma pandemia que atrasou em dois anos a nossa formação. Some-se a isso mais um período em que optei por não voltar para Miracema após a pandemia da Covid-19, pois estava instável emocionalmente e empregada, assim, o que era para durar quatro anos e meio, conforme o PPC do curso, durou quase seis anos para

mim. No fim, formei-me em uma turma composta majoritariamente por mulheres negras.

De fato, travamos em coletivo uma luta para alcançar não somente nossos objetivos, que eram concluir a graduação e obter o diploma da formação acadêmica, mas também defender o que nos era de direito. Citando uma autora com quem tive contato já posteriormente a esse momento, durante o estágio em docência, Suely S. Almeida, destaco a sua seguinte afirmação: “Sob a sociabilidade burguesa e a hegemonia patriarcal e racista, as lutas são travadas cotidianamente, num quadro em que os direitos humanos, profundamente imbricados na vida social, são constantemente postos em xeque e as desigualdades sociais são reproduzidas exponencialmente” (Almeida, 2004, p. 65).

Colei grau em gabinete no final de julho de 2023, na expectativa de adentrar no mercado de trabalho, mas ainda estive presente na cerimônia oficial de 31 de agosto do mesmo ano, data em que minha mãe e minha tia conseguiram estar presentes.

Preciso destacar que vivenciei a cerimônia oficial, graças às minhas amigas Débora, Maria Tereza e Rosiane, que me presentearam com o vestido e o penteado; à minha tia Flávia, que me presenteou com um par de sandálias; e à minha mãe, que me presenteou com outros componentes idealizados da “beleza feminina”. Foi a realização de vários sonhos, o meu, o de minha mãe, o de minha avó, o de minhas tias.

Pude ter a honra de ver a minha mãe e a minha tia viajando de avião pela primeira vez, e pela primeira vez também no Tocantins. Elas vieram celebrar a conquista do meu diploma no Ensino Superior, como dito anteriormente, que não foi só por mim. A viagem, a minha colação de grau e o carinho que a família criada no Tocantins teve de acolher a minha família sanguínea fazem parte de pequenas conquistas que merecem ser frisadas e celebradas, pois, em outro contexto anterior, seriam impossíveis e inimagináveis.

Não estava confiante de permanecer em Miracema e trilhar mais dois anos na universidade pública, visto que não consegui um trabalho em que fosse possível conciliar o mestrado e o emprego, porém, tive muito incentivo para continuar da minha família, amigas(os), colegas de curso e até mesmo por parte de alguns professores da UFT. Foi um período desafiador, pois eu e outros colegas bolsistas ficamos os dois primeiros meses sem o recebimento do auxílio financeiro.

Durante esses meses, eu tive a sorte/privilégio de poder contar com a ajuda financeira de minha mãe e minhas tias. Mais uma vez, abdicamos coletivamente de outras necessidades primárias para que eu pudesse me manter minimamente os meses sem a Bolsa Capes Social.

Iniciei no mestrado acadêmico durante o segundo semestre de 2023, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFT, que foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Ministério da Educação (MEC) em 26 de outubro de 2018. A proposta do Programa do Mestrado em Serviço Social da UFT apresenta 36 créditos e uma carga horária total de 540 horas, abarcando disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como atividades programadas, possibilitando ainda a integralização de até doze créditos de estágio em docência não obrigatórios, conforme o regimento geral da pós-graduação *stricto sensu* da UFT. Diante do meu interesse em continuar o debate acerca da categoria étnico-racial e do recorte de gênero, escolhi a linha de pesquisa Serviço Social, diversidade e Direitos humanos, sob a orientação da professora Dra. Cecília Nunes Froemming, dando continuidade ao nosso percurso de pesquisa da graduação.

Cursei as disciplinas de: Estado, Política e Direitos Humanos; Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social; Pesquisa Social; Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia em tempos de neoliberalismo; Povos Indígenas e Quilombolas; e Orientações da dissertação I e II.

Das disciplinas listadas, todas tiveram uma significativa importância para o aprofundamento das temáticas específicas do meu tema de pesquisa, que perpassa pelas relações étnico-raciais e de gênero e os conteúdos gerais do Serviço Social.

Os conteúdos programáticos e a metodologia da disciplina Pesquisa Social, somados às orientações, nortearam o meu processo de escrita da dissertação. Essa disciplina amenizou algumas lacunas acerca da metodologia, do percurso necessário metodologicamente, as técnicas, instrumentos de pesquisa, etc., norteadando-me a um aprofundamento maior, em comparação à fase da escrita do meu tcc na graduação. A professora da disciplina, Dra. Maria Helena Cariaga, através dos recursos didáticos como apresentação de seminários, divisão de textos e indicações de vídeos, entre outros, também direcionou a prática docente da turma, no sentido de exemplificar, em sua prática, o nível de conhecimento, de comprometimento e de professora que devemos nos espelhar.

A disciplina Estado, Política e Direitos Humanos me ajudou grandemente na escrita de artigos e no meu Estágio de docência, que realizei na disciplina Serviço Social e Direitos Humanos, ofertada na grade curricular do curso de graduação em Serviço Social. Pude aproveitar e referenciar diversos textos que foram lidos e debatidos em sala de aula durante o período letivo.

Foi a disciplina Povos Indígenas e Quilombolas, ministrada pela professora Dra. Rosemary de Araújo Negreiros, que possibilitou o início da escrita deste memorial. Os textos debatidos na disciplina, que eram anteriormente fragmentados ou pouco aprofundados, possibilitaram-nos ter uma sensibilidade maior aos contextos e particularidades de outros grupos de sujeitos que em sua maioria são estigmatizados e marginalizados na sociedade – outras formas de sociabilidade que são negadas e invisibilizadas na estrutura social do capitalismo.

Através da disciplina e da iniciativa da docente, pudemos ter a experiência única que foi a participação como ouvinte na palestra do cacique Raoni. Além disso, ao longo da disciplina, recebemos na sala de aula indígenas da etnia Xerente e representantes de grupos tradicionais quilombolas. Também fizemos seminários acerca dessa etnia e de outros grupos tradicionais.

Estive presente no II Encontro Pesquisador@s Negr@s no Tocantins, realizado de 1º a 3 de novembro do ano de 2023, na UFNT, no Centro de Ciências Integradas (CCI) de Araguaína. Na modalidade de Apresentação Oral de resumo expandido, no Grupo de Trabalho Cultura, Território Negro e relações étnico-raciais, apresentei o meu trabalho, intitulado *Dos estereótipos à coisificação: a idealização dos corpos negros femininos na cultura brasileira*.

Nesse evento, com outros colegas de outros cursos de Miracema, pensamos em conjunto em realizar um evento semelhante, porém, condensando no nosso *campus*. Foi então que, a partir da apreensão e participação, construímos de forma unificada um evento em alusão ao Mês da Consciência Negra.

Colaborei na organização do evento unificado em alusão ao mês da Consciência Negra, ocorrido no dia 27 de novembro de 2023, denominado *Estratégias de enfrentamento ao racismo no Ensino Superior*. Tivemos uma mesa de abertura composta pela professora Dra. Daniele Vasco e pelo professor Dr. Ladislau Nascimento, ambos do colegiado do curso de Psicologia, e pelo professor Dr. Francisco Gonçalves, do colegiado do curso de Pedagogia.

Realizamos uma roda de conversa acerca das *Trajetórias e vivências dos discentes na Universidade Federal do Tocantins*, oficina de *Slam* e poesia, com alunas/os dos cursos da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Educação Física.

A experiência apreendida na realização e participação também enquanto ouvinte foi de grande valor para o meu conhecimento

acadêmico. Foi um momento de partilhas com outros estudantes vinculados a outros cursos, além de dar voz aos protagonistas e autores negros do *campus*. Conforme, Patrícia Hill Collins (2019, p. 40), “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização”.

Foi aprovado para ser publicado o meu artigo *Mulheres negras e os estereótipos idealizados na cultura brasileira* nos anais eletrônicos do VI Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família (SIPINF): desafios à preservação/reconstrução da Democracia, da Saúde e da Vida, sendo proposto e coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Em sua 12^a edição, no ano de 2023, o evento de abrangência internacional consolidou-se tanto na comunidade acadêmica quanto entre gestores e trabalhadores das políticas públicas. Foi realizado na PUC-RS no período de 18 a 20 de outubro de 2023.

Também publiquei um texto nos anais eletrônicos do XVII Seminário de Iniciação Científica da UFT (2022), com o título *Serviço Social e a luta de classes: as disputas por renda da terra no campo e na cidade no Tocantins 1988-2020*, escrito com a professora Dra. Maria José Antunes da Silva.

Tive ainda a oportunidade de construção do artigo intitulado *Particularidades e contradições dos direitos humanos no Brasil, em tempos de neoliberalismo*, com a colaboração das professoras Dra. Cecília Nunes Froemming e Dra. Eliane Marques de M. Amicucci. O trabalho ainda será publicado na Revista Em Pauta, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O Estágio em docência que realizei na disciplina Serviço Social e Direitos Humanos, ofertada na grade curricular no curso de

graduação em Serviço Social da UFT do *campus* de Miracema, com a carga horária de 60 h, ministrada durante o semestre letivo de 2024.I, foi supervisionado pelo professor Dr. Raí Vieira Soares. Na metade da disciplina, houve uma pausa ocasionada pela greve dos docentes e servidores técnico-administrativos das universidades federais de todo o país. No entanto, as experiências que eu adquiri durante o percurso das aulas ofertadas foram extremamente importantes para a minha formação como uma futura profissional da educação.

O professor, além de ser um excelente profissional, mostrou-me ser um ser uma pessoa dotada de humanidade e sensibilidade para as demandas dos alunos. Direcionou-me a usar ferramentas que aproximam os alunos das aulas e dos textos trabalhados; norteou-me para alguns detalhes que, sem dúvida, somaram na minha qualificação e no meu aprendizado.

E a convite do professor Dr. Raí V. Soares, participei como facilitadora de um encontro do curso de formação em Direitos humanos, do Projeto de Extensão Rede de Cidadania e Direitos Humanos da UFT, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Participei como facilitadora das oficinas e fui a mediadora da mesa temática da ABEPSS Itinerante em setembro de 2024, que teve como tema Diretrizes curriculares, debate étnico-racial e projetos pedagógicos.

Participei em 2024, da palestra intitulada *Direitos Humanos, Meio Ambiente e Povos Indígenas*, que teve como convidado principal o maior nome da liderança indígena brasileira da atualidade, conhecido internacionalmente, o cacique Raoni, pertencente à etnia Kaiapó (ou Mebêngôkre, como se autodenominam). O evento, que ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins, foi organizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e contou com uma mesa composta pelo desembargador Marco Villas Boas, pelo juiz Wellington Magalhães e pelo procurador da Funai, Lusmar Soares.

Estiveram presentes representantes de outras etnias indígenas, dos povos Kaiapó, Tapirapé, Juruna, Xavante, Xerente, Karajá, Javaé, Krahô e Apinajé, oriundos de vários lugares do Tocantins, do Pará e do Mato Grosso.

O cacique Raoni discursou em sua língua materna e houve a tradução simultânea para a língua portuguesa através de dois tradutores (um homem e uma mulher também indígenas). Ele fez um apelo aos povos indígenas e aos caciques presentes para lutarem pela ampliação das terras indígenas e para continuarem valorizando a cultura de cada grupo, sem ceder à lógica mercadológica e capitalista.

O evento foi um momento único, espetacular, emocionante e de imensurável importância. A figura do cacique Raoni, com seus 95 anos, conseguiu reunir mais de duzentas pessoas indígenas, vindas de longas distâncias, para ouvir a sua palavra ancestral e representativa, que a todo momento reforçou a necessidade da paz e consenso entre os povos, para fazer avançar as lutas por seus direitos e para não ceder às pressões dos homens brancos representantes do Estado e do mercado.

Na minha perspectiva enquanto mulher negra, pude perceber que o desembargador pronunciou algumas falas problemáticas, com, por exemplo, quando se referiu a “*habitat*” para falar das terras e culturas indígenas. Também tive essa impressão quando se referiu ao processo de multirracialização e identidade nacional do Brasil – que historicamente situado se deu, na verdade, por e através do estupro dos corpos de mulheres negras e indígenas. Na fala do desembargador, ele disse que somos todos “meio” indígenas, pois foi o casamento das indígenas com os europeus brancos que consolidou o país. Em suas palavras, “foi na cozinha da Cunhã, que o Brasil foi criado...”.

Na visão dele, enquanto homem branco e figura de relevância do serviço público, é abstrusa essa romantização da violência que foi e se mantém estrutural, a violação dos corpos de pessoas não brancas

e que são marginalizadas e estigmatizadas em múltiplos e interseccionados marcadores de opressão. Ele também chamou a atenção para a importância da sustentabilidade, do consumo consciente e, no fim, para a aliança necessária e o respeito aos povos indígenas.

Vários historiadores, autores e intelectuais negros já desmentiram o mito da democracia racial e a romantização que entrelaça a construção da identidade nacional brasileira. Conforme Lélia Gonzalez (2018, p. 35) nos traz:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.). Este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial.

No mais, tudo foi muito interessante para ser descrito em palavras, mas, trazendo para a universidade em que desenvolvemos pesquisas científicas, através de métodos, técnicas e instrumentos, a História Oral e a História de Vida se mostraram importantes técnicas de conhecimento.

Um dos pontos positivos da História Oral é justamente a possibilidade de adentrar em múltiplas fontes interpretativas da causalidade pesquisada, em que o sujeito entrevistado é o próprio narrador da história. Não há distinção de raça, classe e gênero, pois todos os sujeitos são importantes e todas as histórias importam. Nas palavras de Thompson (1998, p. 44), essa técnica possibilita “[...] uma série de trocas, uma dialética entre informação e interpretação, entre educadores e suas localidades, entre classes e gerações”.

O cacique Raoni, apesar da idade avançada para o padrão de vida com que estamos urbanamente acostumados, trouxe, em suas falas

acerca da memória enquanto criança, histórias que lhe foram passadas pelo seu pai, avô, tios e comunidade, através da oralidade. Assim, nas palavras de Raoni, considerando que todos o estavam prestigiando, foram tratados por ele como parentes, sobrinhos, netos, irmãos etc. Ele clamou para que, através dos registros históricos, das práxis e das relações sociais, haja a continuidade da cultura, da manutenção da linguagem, línguas e dialetos, das práticas específicas, da identidade subjetiva e singular. Clamou pela preservação da história e das culturas distintas dos vários povos originários e tradicionais brasileiros. Exemplificou com sua própria experiência de vida, dizendo que, apesar de ter viajado e de continuar viajando por vários territórios dentro e fora do Brasil, ele mantém as suas tradições e cultos, apreendidos em sua infância.

Ele quebrou o protocolo, chamando outros caciques que estavam participando, para subirem ao palco e se apresentarem também. Um desses líderes indígenas refutou não de forma direta, mas contradição a romantização feita anteriormente pelo desembargador, discursando sobre a invasão do Brasil e sobre o estupro banalizado e naturalizado que ocorreu de forma indiscriminada por centenas de anos pelos invasores.

Ainda debateu acerca do fato de que, apesar de positivadas as leis e a Constituição Federal de 1988, que garantem os direitos em amplos aspectos às populações indígenas e tradicionais, em sua materialização, não são efetivadas, resultando na continuidade de mortes das pessoas pertencentes aos grupos minoritários. Assim, indígenas e outros grupos minoritários continuam sendo silenciados e sem ter a garantia real de tais leis, com a falta de acesso aos direitos básicos e fundamentais dos seres humanos.

“Enquanto eu ainda estiver em condições, estarei lutando por nós”, afirmou na ocasião o cacique Raoni.

Eu sou porque nós somos

Apesar de efêmera, a vida no período da formação universitária parece ser um ciclo interminável. Quantas abdições são feitas, como não estar presente nos momentos únicos com a família e os amigos mais íntimos, além do tamanho do peso da renúncia que é morar fora realizando um sonho, em busca do diploma.

Bom, não é possível medir quantitativamente tais abdições nas distintas pesquisas acadêmicas, tendo a todo o tempo o sistema de cobrança de desempenho e de produção. Acredito que, apesar de serem respostas subjetivas, reúnem-se, em grande parte, no campo das emoções, dos sentimentos e dos afetos. “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho” (Han, 2015, p. 14).

A minha trajetória até o presente momento não foi isolada de interferências externas. Vejo-me permeada por particularidades infundas que são as marcas deixadas por outras pessoas com quem pude me conectar em alguma medida. Descobri-me bissexual; perdi entes da minha família e amigos; e, escrevendo este memorial, deparei-me com lembranças de momentos da minha adolescência que pensava já estarem superadas, mas que ainda me machucam; enfim, mesmo rodeada de pessoas, tendo consciência dos meus privilégios (em comparação com a realidade de colegas do mestrado, que são mulheres, mães, esposas, trabalhadoras e mestrandas, entre outras funções), a solidão e a angústia foram sentimentos predominantes em alguns dias.

Não posso ser hipócrita e não dizer que a sensação de incapacidade, de estar desapontando a criança que um dia fui, passou-me por vários momentos nesse percurso. A infância pobre sempre seguiu relembrando que a vida universitária não é o suficiente no presente vivenciado para acessar melhores condições materiais para a minha

família, então, sempre houve dúvidas e incertezas em me tornar mestra em Serviço Social, considerando a minha história de vida, na realidade da sociedade capitalista.

Tive a grande sorte de conhecer a rica cultura do estado de onde venho, que é veladamente estigmatizada e marginalizada. Como todos os espaços, o Tocantins tem pontos positivos e pontos negativos, pessoas amigáveis e pessoas autointituladas “cidadãs de bem”. Vir com o coração e a mente aberta me possibilitou viver o que há de melhor por aqui.

O mesmo se aplica à vivência na UFT, nas tardes na antiga “Casa das Corujas”, que era, no período da graduação, um espaço de convivência entre os alunos e que hoje, quase concluindo o mestrado, graças ao Movimento Estudantil, foi substituída pela Casa dos Estudantes. Relembro os debates na Casa dos Pombos, as idas à Biblioteca e o breve período em que tivemos um Restaurante Universitário funcionando, enfim vivências em um *campus* pequeno, mas que permitiu, em uma época da minha graduação, muita união entre os alunos, oriundos de diversas regiões do Brasil. Assim, convivi com pessoas do Maranhão, do Pará, de Pernambuco, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, enfim, uma gama de multiculturalidades brasileiras, que nunca achei ser possível reunirem-se com convivência e compartilhamento, ocupando os mesmos espaços.

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incommon nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista (hooks, 2015, p. 207).

Guiando-me neste processo de externalizar facetas significativas da minha vida, na construção e na afirmação da minha identidade,

escrevendo este pequeno memorial “*in vida*”, recordo-me da canção do compositor e cantor Milton Nascimento, na qual diz em seus versos: “Nada a temer, senão o correr da luta/ Nada a fazer, senão esquecer o medo/ Abrir o peito à força, numa procura/ Fugir às armadilhas da mata escura/ Longe se vai sonhando demais/ Mas onde se chega assim?/ Vou descobrir o que me faz sentir/ Eu, caçador de mim” (Eu caçador [...], 1981).

O mestrado é composto de intensas leituras guiadas e debatidas nas disciplinas, dos créditos vencidos, das participações em eventos e apresentações de trabalhos. Momentos que viabilizam o processo da melhora e do desenvolvimento da escrita e da oralidade, sendo somente dois anos de tirar o fôlego, resultando em noites de insônia. Entretanto, preciso destacar que a presença, o apoio e o acolhimento que recebi dos amigos tocantinenses fizeram ser menos dolorido esse percurso.

No mestrado, conheci e tive grandes trocas com pessoas de maiores vivências no âmbito profissional e de vida que me motivaram e me trouxeram novas e outras perspectivas. Foram colegas de turma fundamentais no processo de continuidade e aprendizado, além de permitirem o contínuo compartilhamento dos distintos projetos de pesquisa e das particulares histórias de vida, somados ao preparo e ao senso de humanidade de alguns professores com quem tive o privilégio de conviver e por eles ser ensinada no PPGSocial.

Finalizo aqui este pedaço da minha vida, com algumas partes coladas, com algumas lacunas, com algumas “dororidades”, mas com extrema alegria em ter tido a oportunidade e a capacidade de finalizar mais um ciclo. No mundo utópico, tudo seria sempre perfeito, mas, no nosso mundo real e palpável, as contradições e incidências estão aglutinadas em tudo e em todos os contextos e sujeitos. Ressalto que sou muito grata à Universidade Federal do Tocantins e aos laços proporcionados através da vivência na instituição.

“Nenhuma batalha se vence sozinho/ São várias as mãos para erguer o caminho/ [...] Eu sou por que nós somos/ Escute o que diz esse antigo provérbio africano” (Trecho da música: “Eu sou porque nós somos, de Mukambu”, 2021).

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. Violência e Direitos Humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p. 40-68, 2004.

CAÇADOR de mim. Compositores: Luiz Carlos Sá; Sérgio Magrão. Intérprete: Milton Nascimento. *In*: Caçador de mim. Intérprete: Milton Nascimento. [S. l.]: Ariola/Polygram, 1981. 1 LP, faixa 6.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 17, p. 117-133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

EU sou porque nós somos. Compositor e intérprete: Mukambu. *In*: Na quebrada. Intérprete: Mukambu. [S. l.]: Mukambu, 2021. 1 EP, faixa 5.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 13, n. 1/2, p. 121-142, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

hooks, bell. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba**, [s. l.], jan./fev. 2005.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 196-210, jan./abr. 2015.

LIMA, Ísis. Por que bell hooks é escrito em minúsculo? Escritora morreu nesta quarta-feira. **Rádio Jornal**, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://radiojornal.neio.uol.com.br/noticia/2021/12/14921851-por-que-bell-hooks-e-escrito-em-minusculo-escritora-morreu-nesta-quarta-feira.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 20-44.



CAPÍTULO 4

**Apresento a vocês
Francisca Ferreira da Silva!**

Francisca Ferreira da Silva

Apresentação

Apresento aqui a importância do memorial acadêmico, que é um documento descritivo e reflexivo que narra as vivências e experiências pessoais e profissionais de um indivíduo, destacando os marcos significativos de sua trajetória. No âmbito do Serviço Social, o memorial assume grande importância, pois permite que o acadêmico relacione suas práticas e aprendizados com os fundamentos teóricos e éticos da profissão.

É uma ferramenta que promove o autoconhecimento e evidencia o processo de desenvolvimento pessoal e profissional, além de possibilitar uma análise crítica das ações e intervenções realizadas, promovendo a melhoria contínua da prática. Este texto assume a tarefa de compreender o processo histórico da minha vida como mulher, mãe, esposa e profissional. Para atingir esse objetivo, foi necessário refletir e descrever os fatos vividos em várias etapas da vida, desde a infância até o momento tão esperado de fazer o mestrado.

O presente memorial foi estruturado e dividido em três partes: Trajetória pessoal, Trajetória acadêmica e Trajetória profissional. Este capítulo apresenta, portanto, minhas trajetórias pessoal, acadêmica e profissional, detalhando as atividades realizadas após a inclusão no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

*Confie em tudo o que você aprendeu até aqui.
Tenho certeza que você se sairá muito bem!*

Após um longo período de estudos, chegou a hora de testar os seus conhecimentos.

Mantenha a confiança e acredite que todo o tempo investido na aprendizagem será recompensador.

As suas conquistas de amanhã dependem dos seus esforços hoje.

Trajetória pessoal

Eu, Francisca Ferreira da Silva, tive uma infância marcada por desafios e descobertas, que foi a base que moldou muitos dos meus valores e perspectivas. Cresci em uma família que valorizou a educação e o trabalho árduo, o que incentivou minha paixão pelo aprendizado e pela superação pessoal. Nesse ambiente familiar, pude experimentar brincadeiras, responsabilidades domésticas e as primeiras experiências escolares desenvolvidas para o desenvolvimento de uma visão de mundo que valorizasse a perseverança e a resiliência.

Fui criada pelos meus avós maternos, Gerônimo Ribeiro da Silva (pai-avó) e Maria de Jesus Ferreira da Silva (mãe-avó), pelo fato de que na época minha mãe, Augustinha Ferreira da Silva, (filha caçula dos meus avós maternos,) quando deu à luz a minha pessoa, era menor de idade (16 anos). Cresci cercada de amor e carinho dentro das condições possíveis que meus pais tinham. Eu era uma criança que não podia ser criança, mas era feliz, pelo fato de ser inocente, sem malícia alguma era “feliz”.

Nasci em Imperatriz, Maranhão, e fui criada em Axixá, Tocantins, onde passei minha infância até entrar na adolescência, aos 12 anos. Em 1997, minha família mudou-se para Divinópolis (TO) e lá vivi experiências marcantes: envolvi-me com a comunidade religiosa, ajudando as freiras, participando como catequista, e fazendo parte do coral da igreja. Durante esse tempo, estudei e concluí a 7ª série do Ensino Fundamental.

Em 1999, meus pais decidiram que deveríamos nos mudar para Palmas (TO), acreditando nas maiores oportunidades que a capital oferecia. Inicialmente, moramos de aluguel por dois anos, até que meu pai conseguiu um lote por um programa do governo estadual, que nos permitiu pagar parcelas acessíveis. Nossa casa foi construída em mutirão: levantamos as paredes, colocamos janelas, portas e cobertura. E com o tempo, fomos ajustando o lar para se tornar confortável.

Na adolescência, os sonhos começaram a tomar forma mais concreta. Nessa fase, enfrentei dilemas típicos da idade, como a busca por identidade e a definição de um futuro profissional. As interações sociais e as atividades escolares intensificaram o desejo de contribuir para a sociedade, levando-me a considerar o Serviço Social como uma vocação.

Concluí o Ensino Médio, casei-me logo depois e tive meus filhos (dois meninos), um após o outro. Para complementar a renda da casa, trabalhei como manicure e *designer* de sobrancelhas em um salão de beleza. Essas experiências moldaram meu senso de resiliência e minha dedicação.

Divorciei-me após 15 anos de casada. Estou em um novo relacionamento. Tenho três filhos, 22, 20 e 6 anos de idade (este último fruto do novo relacionamento).

A escolha pela graduação nessa área (Serviço Social) foi uma decisão à qual aderi quando eu tinha 13 anos de idade, porém era um Serviço Social segundo uma visão um tanto assistencialista que nasceu de uma adolescente e foi evoluindo e transformando-se no que tenho agora, iniciado com os trabalhos voluntários que eu realizava na igreja – foi quando ouvi pela primeira vez falar sobre a profissão de Serviço Social.

Logicamente, essa postura ingênua que possuía do Serviço Social foi evoluindo para o modo como penso e vivo a profissão atualmente,

mediante outra perspectiva. Com o aprofundamento acadêmico, essa visão amadureceu. Hoje, compreendo o Serviço Social de maneira crítica e estruturada, alinhando a profissão a princípios que combatem as desigualdades estruturais e promovem a justiça social.

Como destaca Netto (1996), “o Serviço Social não se limita à prática assistencialista; é uma profissão que, historicamente, tem se transformado, buscando responder às contradições da sociedade”.

Essa transformação me fez perceber que a atuação do assistente social é pautada por um compromisso ético-político, que transcende o assistencialismo e trabalha para enfrentar as expressões da questão social de forma emancipatória. Essa compreensão molda a profissional que sou.

Durante toda a minha vida em Palmas, de 1999 até 2015, nunca havia saído para outro estado (passeio turístico ou trabalho), pois as condições financeiras não permitiam viagens. As poucas viagens que fiz foram em busca de oportunidades de trabalho na minha área. Em 2015, fui a Brasília para o processo seletivo da Marinha. Em 2018, viajei para São Paulo, onde fiquei por 24 horas para um treinamento no Colégio Madre Clélia Merloni. Em 2019, fiz outra viagem, dessa vez para entregar a documentação do processo seletivo do Exército, que era composto apenas de títulos.

Essas viagens representavam minha busca incessante por um emprego com estabilidade e salário justo. Em 2022, vivi minha primeira experiência turística: uma viagem para Recife, organizada pelo meu irmão mais novo e minha cunhada, que incluiu meu filho caçula, Arthur Felipe, e eu nesse passeio inesquecível.

Hoje, com o mestrado, tive a oportunidade de retornar a Brasília, dessa vez para um seminário, e está sendo maravilhoso vivenciar essas experiências e oportunidades de crescimento.

Trajetória acadêmica

Durante a graduação, já estava casada e tinha dois filhos. Realizando uma reflexão sobre a questão de ser mãe e universitária, é importante levar em consideração que:

O curso de Serviço Social é composto majoritariamente por mulheres desde a sua gênese. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na pesquisa que analisa o perfil profissional da/o Assistente Social, 97% são profissionais declaradas do sexo feminino enquanto apenas 3% do sexo masculino (CFESS, 2005). Sendo assim, desde sempre enfrenta questões relacionadas à maternidade em todos os âmbitos da profissão, uma vez que a maternidade é um fenômeno que ultrapassa questões culturais, econômicas e sociais, tanto em sala de aula com discentes mães ou docentes que são mães, quanto pelas profissionais inseridas nos espaços sócio-ocupacionais ou das usuárias mães (Nunes; Silva, 2022, p. 6).

Assim como muitas outras mulheres que são mães, enfrentei os desafios da vida universitária com muita dedicação e superação. Conciliar as responsabilidades maternas com a carga de estudos acadêmicos exige esforço constante e resiliência. A universidade, por ser um ambiente que exige tempo, energia e envolvimento, tornou-se um espaço onde precisei desenvolver estratégias para equilibrar meu papel de mãe e o compromisso com a formação acadêmica. Essa experiência, embora desafiadora, fortaleceu meu senso de propósito e minha determinação em me tornar uma profissional qualificada e comprometida com o Serviço Social.

O aprendizado teórico foi complementado pela prática em estágios e projetos de extensão, momentos cruciais para a consolidação da minha formação profissional.

Este memorial, portanto, é uma reflexão sobre minha caminhada até aqui (mestrado). Cada etapa da vida, com seus desafios e

conquistas, contribuiu para formar a profissional que sou hoje. Ao olhar para trás, vejo uma trajetória marcada pela busca contínua por aprendizado e melhoria. E, ao olhar para o futuro, enxergo o mestrado como um novo capítulo, repleto de possibilidades e de compromissos renovados com a profissão do Serviço Social.

Trajetoária profissional

Após concluir a graduação, consegui atuar na área de formação, em um contrato temporário como servidora. Apesar de ainda não ter conquistado a estabilidade por meio de um concurso público, estou determinada a alcançar essa meta. Tenho me dedicado aos estudos, buscando aprimorar meus conhecimentos e me preparando para os desafios dos processos seletivos e concursos com o objetivo de garantir uma posição eficaz na profissão que escolhi.

A primeira atuação profissional foi na Delegacia de Narcotráfico (DENARC) em 2012, onde meu trabalho consistia em orientar e encaminhar familiares e usuários de drogas para clínicas de recuperação e redes de apoio. Essa experiência permitiu-me entender melhor as complexidades envolvidas nas questões de dependência química e as necessidades de intervenção social em benefício dessas famílias. Foi um ano de contrato temporário. Após o término, passei dois anos desempregada.

Durante os dois anos em que estive desempregada, permaneci em Palmas, dediquei-me integralmente   família, o que me proporcionou momentos de cuidado e presença com os entes queridos. Apesar das dificuldades, busquei novas oportunidades e participei de processos seletivos desafiadores, como para técnica temporária do Exército e da Marinha, embora não tenha sido selecionada. Essa fase foi de aprendizado e resiliência, fortalecendo minha determinação.

Em 2016, fui técnica credenciada pelo Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM), onde minha principal função era a

produção de relatórios sociais para subsidiar decisões judiciais em processos como adoção, guarda e acolhimento institucional. Essa atuação no campo sociojurídico despertou em mim reflexões sobre o desenvolvimento das histórias das famílias ao longo dos processos judiciais e a importância de um olhar atento e humanizado por parte dos profissionais do Serviço Social.

Em 2020, fui convidada a integrar a equipe de Serviço Social do Hospital Geral de Palmas, uma das maiores instituições hospitalares da Região Norte, onde atuo até hoje. No contexto hospitalar, o trabalho com as famílias é de extrema importância. Essa vivência me ensinou a considerar a família como uma unidade social que demanda cuidados específicos, reforçando a relevância de uma abordagem integral no atendimento.

Entre 2020 e 2022, trabalhei no Hospital de Campanha de Combate à Covid-19 (HECC), onde atuei na linha de frente durante a pandemia. Essa experiência foi particularmente intensa, pois colaborava diretamente com outros profissionais da saúde no combate ao coronavírus. Vivenciar a linha de frente do combate à Covid-19 reforçou em mim a compreensão de como a ausência de políticas públicas e sociais adequadas pode afetar de maneira severa a realidade das famílias brasileiras.

Mestrado 2024.2

Entrei no mestrado após três tentativas. Confesso que passei por uma fase de dificuldade em me expressar e de falar em público. Hoje sou consciente de que, para conquistar uma vaga, para ingressar no mestrado, torna-se mais difícil quando estamos com várias atividades em nossa vida cotidiana. O fato de trabalhar fora de casa, somado ao trabalho doméstico e às responsabilidades com os filhos, ou seja, ser mãe e “dona de casa”, deixa-nos numa vida agitada, o que diminui

nosso poder de concentração. Porém, quando estamos com a vida mais tranquila, as ideias fluem melhor, temos maior facilidade para organizar nossas ideias, sistematizar o conhecimento, assim como para expor os nossos pensamentos.

No entanto, não devemos desistir e sim perseverar. No processo seletivo de 2023.2 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da UFT, estava sentindo maior segurança. Consegui amadurecer as ideias desenvolvidas em meu pré-projeto de pesquisa e o meu tema já estava mais consolidado. Assim, conquistei uma vaga. Fiquei muito feliz em poder iniciar o mestrado na área por mim pretendida.

Hoje, em 24 de junho de 2024, na reta final do primeiro semestre do mestrado acadêmico, sinto muita gratidão a Deus e ao programa de mestrado pela maravilhosa formação que venho recebendo. A cada disciplina cursada, sinto que amplio minha formação. Cada etapa acrescenta coisas novas à minha formação e diferentes reflexões à minha forma de ver o mundo.

Disciplinas cursadas

As disciplinas cursadas no primeiro semestre do mestrado em Serviço Social foram: Pesquisa Social, Estado de direito de povos indígenas e comunidades tradicionais e Serviço Social na área sociojurídica.

Pesquisa social

A disciplina Pesquisa Social, ministrada pela Dra. Maria Helena Cariaga Silva, abrange uma série de objetivos importantes que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas dos estudantes nas Ciências Sociais e no Serviço Social.

Esses objetivos acima contribuíram não apenas para que eu expandisse o conhecimento teórico sobre o tema em questão, mas

também foi importante para que eu me sentisse hoje munida de ferramentas práticas e habilidades necessárias para a pesquisa social e para a prática profissional engajada e informada, trazendo subsídios importantes para o meu projeto de pesquisa.

Confesso que o primeiro dia dessa aula me impactou bastante. Fiquei com muitas perguntas: “O que estou fazendo aqui? É isso mesmo que eu quero estudar?” No entanto, com a segunda aula dessa disciplina, acordei para a realidade do meu sonho. A partir desse momento, aproveitei cada texto indicado e me envolvi profundamente com os conteúdos apresentados. A disciplina não só despertou meu interesse, como também me inspirou a seguir em frente e a valorizar ainda mais a importância da pesquisa social no Serviço Social.

Estado de direito de povos indígenas e comunidades tradicionais

Na disciplina Estado de direito de povos indígenas e comunidades tradicionais, ministrada pela Dra. Rosemary Negreiros de Araújo, tive a oportunidade de perceber que o Serviço Social a cada dia amplia seu olhar a fim de perceber diferentes grupos, povos e comunidades de diferentes territórios. A disciplina, abrangendo uma série de objetivos importantes que foram essenciais para um entendimento profundo e crítico, proporcionou-me compreender os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, através dos estudos sobre legislações nacionais e internacionais que protegem os direitos desses grupos, como a Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Pude compreender que o assistente social, para ter uma visão ampliada desses grupos, relacionando-os ao Estado e aos direitos

conquistados ou em processo de luta, precisa analisar a história e a cultura dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, além de examinar a história, a cultura, as tradições e os modos de vida dessas coletividades para entender suas características e a importância de sua preservação.

Tive a oportunidade de agregar conhecimento a partir do estudo sobre o impacto das políticas públicas, podendo avaliar como afetam os povos indígenas e as comunidades tradicionais, incluindo questões de saúde, educação, território e meio ambiente, através do desenvolvimento de uma perspectiva crítica e reflexiva, sobre o tratamento dado a esses grupos pelo Estado e pela sociedade, identificando desigualdades e injustiças e propondo formas de superação.

Pude perceber também a importância de capacitar para a atuação profissional, que diz respeito à tarefa de preparar os alunos para atuar profissionalmente na defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, nos campos jurídico, social, ambiental e em outras áreas.

Através da participação em atividades com indígenas de diferentes povos, pude perceber a importância da promoção do diálogo intercultural, mediante atividades que incentivaram o respeito e o diálogo intercultural, valorizando a diversidade e promovendo a inclusão e a equidade. A aproximação com estudos de **casos concretos** permitiu a realização de análises mediante situações reais envolvendo conflitos e soluções relacionadas aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Por fim, a disciplina proporcionou à minha formação a capacidade de refletir sobre o desenvolvimento sustentável, um tema atual e importante para o Serviço Social. Nesse sentido, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

[...] a ideia de trabalhar com esta temática, que faz parte da Agenda Global, é fortalecer a relação entre o desenvolvimento

social e a sustentabilidade ambiental. “Os quatro temas da Agenda Global estão interligados e todos são igualmente importantes. Não há como proteger as pessoas em perigo social, econômico e/ou político sem também olhar para o seu ambiente físico, natural e construído. É imperativo que reconheçamos que esses vínculos são inseparáveis ao trabalharmos em todos os níveis para enfrentar as injustiças globais, promovendo a sustentabilidade comunitária e ambiental [...]”. (Werkema, 2017).

Nos dias de hoje, essa questão do desenvolvimento sustentável para a profissão do assistente social, conforme atesta o próprio documento do CFESS (Werkema, 2017), é uma temática que envolve o Serviço Social em escala mundial. Esse tema faz parte da agenda do conjunto formado pelo CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Inclusive foi tema de uma de uma nota técnica que analisa o desenvolvimento sustentável e a chamada “Economia Verde”, no âmbito dos encontros Rio + 20 e Cúpula dos Povos de 2012. O objetivo do documento foi contribuir com o debate crítico sobre as concepções de desenvolvimento sustentável, de acordo com a deliberação 24 do Eixo Seguridade Social do 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em 2012 em Palmas (TO).

Essas questões trazidas para o seio de nossas discussões e que não faziam parte de minhas leituras foram importantes para que, juntamente com a turma nessa disciplina em questão, pudéssemos discutir a relação entre os direitos desses grupos de povos originários e comunidades tradicionais e o desenvolvimento sustentável, considerando a importância de suas práticas tradicionais para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Por fim, devo dizer que esses objetivos foram fundamentais para proporcionar uma compreensão profunda e crítica dos desafios enfrentados pelos diferentes povos indígenas e comunidades

tradicionais que habitam não apenas a Amazônia, mas outras regiões de nosso país, preparando os estudantes não apenas para um crescimento acadêmico, mas também para uma atuação profissional que promova a justiça social e a equidade.

Foi inspirador ver como essa disciplina contribuiu significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional, conectando-me com minhas origens e fortalecendo meu compromisso com questões sociais importantes.

Na região em que fui criada, conhecida como Bico do Papagaio, em Axixá do Tocantins, minha família enfrentou muitos desafios para garantir o sustento. Minhas tias e minha avó, como tantas outras mulheres da região, eram quebradeiras de coco-babaçu. Essa vivência influenciou minha compreensão sobre as questões sociais e a importância de lutar por melhores condições de vida.

Serviço Social na área sociojurídica

A disciplina Serviço Social na área sociojurídica, ministrada pelos professores Dr. André Luiz Augusto da Silva e Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo, obordou objetivos muito relevantes e essenciais:

a) Contribuição no processo formativo de mestres em Serviço Social: a disciplina visa aprofundar as análises relacionadas ao universo sociojurídico. Isso significa que os estudantes são preparados para compreender de maneira mais aprofundada as interações entre os aspectos sociais e jurídicos da sociedade, capacitando-os para atuar de forma mais eficaz nesse contexto.

b) Aprimoramento dos estudos sobre a justiça e sua aplicabilidade na sociedade brasileira: outro objetivo importante é explorar como os princípios de justiça são aplicados na prática dentro da sociedade brasileira. Isso inclui não apenas o conhecimento teórico, mas

também a análise das políticas públicas, dos sistemas jurídicos e das questões sociais que afetam diretamente a aplicação da justiça.

Os objetivos mencionados contribuem para o processo formativo de mestres em Serviço Social, através do aprofundamento das análises no universo sociojurídico e de aprimoramento dos estudos sobre a justiça e sua aplicabilidade na sociedade brasileira. Eles não apenas enriquecem o conhecimento teórico, mas também preparam os profissionais para lidar de forma mais eficaz e informada com questões sociais complexas dentro do contexto jurídico.

As disciplinas cursadas no mestrado de Serviço Social foram fundamentais para aprofundar conhecimentos. A formação recebida até o momento, através das aulas e discussões, foi crucial para amadurecer minha visão sobre o objeto de estudo e fortalecer meu compromisso profissional.

O debate acadêmico e a troca de experiências com colegas e professores permitiram uma compreensão mais aprofundada e crítica das transformações nas políticas Sociais e seus impactos. Isso não apenas enriqueceu meu entendimento teórico, mas também me preparou melhor para lidar com os desafios profissionais na área de Serviço Social.

Essa formação robusta e abrangente consolidou meu compromisso com a justiça social, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de minha pesquisa e atuação futura como pesquisadora social.

Continuarei a aprofundar essas reflexões e a descrever os impactos e aprendizados ao longo do meu percurso, pois essa análise é crucial para compreender a interseção entre minha trajetória pessoal e o contexto socioeconômico e político mais amplo, especialmente no campo do Serviço Social.

Eventos

- Direitos Humanos, Meio Ambiente E Povos Indígenas – 2024.
- XVII Dia do Assistente Social e II Amostra Científica de Produção do Conhecimento – 2024.
- VII Seminário Internacional de Política Social
- Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio: Tecnologia, Corporações, Desinformação ao Avanço da Direita

Projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa, com o título *Serviço Social na educação: atuação do assistente social na escola*, veio da necessidade de aprofundar o conhecimento e promover a atuação do assistente social no ambiente escolar, especificamente no Ensino Fundamental da rede municipal de Palmas. Surgiu em 2020, a partir de minha decisão de retomar os estudos e ingressar no mestrado. A ideia para essa pesquisa foi motivada por uma experiência que ainda não tinha vivenciado como profissional do Serviço Social e pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a contribuição do assistente social no ambiente educacional.

Desenvolvimento do Projeto: o estudo tem como objetivo compreender o papel e as contribuições do assistente social no contexto educacional, explorando como esse profissional pode atuar na promoção da inclusão, na mediação de conflitos, no apoio psicossocial e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente escolar e o bem-estar dos estudantes. A pesquisa pretende evidenciar a importância do assistente social nas escolas, destacando as perspectivas de avanços e as contribuições que esse profissional pode trazer para a construção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Delimitação do tema: a pesquisa se propõe a analisar a atuação do/a assistente social em escolas de Ensino Fundamental no município de Palmas. A escolha por esse contexto específico permite explorar as particularidades das políticas educacionais municipais e as estratégias que os profissionais de Serviço Social adotam para lidar com os desafios sociais e educacionais presentes nesse cenário.

Essa delimitação possibilita um estudo detalhado das práticas e metodologias utilizadas, oferecendo um panorama das contribuições do Serviço Social no ambiente escolar, além de propor estratégias para fortalecer a articulação entre as políticas sociais e educacionais.

O desenvolvimento desse projeto representa uma etapa importante na minha trajetória profissional e acadêmica, pois conecta a experiência prática à pesquisa teórica, possibilitando novas reflexões e contribuições para o campo do Serviço Social na educação.

Conclusão

A elaboração e construção do memorial para a disciplina Estado de direito de povos indígenas e comunidades tradicionais representa um processo de profundo aprendizado e reflexão. Este trabalho permitiu-me consolidar o conhecimento adquirido durante o curso, ao mesmo tempo em que proporcionou uma conexão mais intensa com a realidade vivida pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais.

A criação do memorial foi uma oportunidade de expressar, de forma crítica e criativa, a importância da resistência e da luta desses povos pela garantia de seus direitos. Essa experiência reforçou meu compromisso com a justiça social e a necessidade de promover ações que valorizem e protejam a diversidade cultural, social e política dessas comunidades no contexto do Estado de direito.

Estou extremamente satisfeita e muito feliz por estar cursando o mestrado. Este momento representa uma conquista importante na

minha trajetória, não apenas acadêmica, mas também pessoal. Cada aula, cada leitura e cada discussão têm sido uma oportunidade de crescimento e aprofundamento em temas que considero fundamentais para a minha prática profissional. A decisão de voltar a estudar e me dedicar ao mestrado foi uma das melhores escolhas que fiz, pois me sinto mais preparada e motivada para enfrentar os desafios do meu campo de atuação.

Além disso, estou vivendo um tempo maravilhoso de aprendizado e dedicação. O mestrado tem me proporcionado um mergulho profundo no universo do Serviço Social e da educação, permitindo-me explorar novas perspectivas e compreender melhor as dinâmicas sociais que impactam diretamente a vida das pessoas. Cada novo conhecimento adquirido me fortalece e reforça minha paixão pela área, fazendo-me acreditar ainda mais no poder transformador da educação.

A experiência de estar em um ambiente acadêmico rodeada por colegas e professores que compartilham do mesmo interesse e comprometimento tem sido extremamente enriquecedora. Essa convivência me estimula a refletir, questionar e buscar sempre mais, ajudando-me a expandir meus horizontes e a desenvolver uma visão crítica e fundamentada sobre as questões sociais que enfrentamos.

Sinto-me verdadeiramente grata por esta fase e pela oportunidade de me dedicar a algo que amo. O mestrado tem sido uma jornada de autoconhecimento e realização, onde cada esforço é recompensado com novos aprendizados e conquistas. Estou animada para continuar trilhando esse caminho, ciente de que ele me proporcionará ainda mais crescimento e oportunidades de contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, [s. l.], v. 50, p. 87-132, 1996.

NUNES, Ivna de Oliveira; SILVA, Thainara Cristina Amorim da. A permanência de mães no ensino superior: um debate sobre a maternidade universitária no curso de Serviço Social a partir de uma pesquisa bibliográfica do CBAS 2016-2019. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00630.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

WERKEMA, Rafael. O Dia Mundial de Serviço Social nas vozes de assistentes sociais do Brasil e do mundo. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/1352>. Acesso em: 30 out. 2024.



CAPÍTULO 5

“Com a palavra, Edna Castro”

Edna Santos Castro

Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

(Pizziment apud d'Ambrosio, 2020).

Sou Edna Santos Castro, tenho 31 anos, miracemense, filha de Cleonisia e Jânio, irmã de Edson, mãe de Eloá e Helena, a musa de Elker Rocha. Tocantinense nata, nasci, cresci e vivi minhas melhores experiências em Miracema do Tocantins, lugar que, entre as idas e vindas da vida, acolhe-me como que em um abraço.

Quando criança, gostava de andar pelas ruas da cidade, pedalar, brincar na porta de casa com a vizinhança e parentes, passar trotes para a minha tia simulando que ela havia sido contemplada em um sorteio qualquer. Jogava bola e queimada, pulava elástico até a altura do pescoço, brincadeira em que eu me considerava uma atleta, de tão boa que era!

Nas férias escolares, costumava ir para a casa da minha avó materna, Zélia Barbosa, carinhosamente chamada de Mãe Vença. Ela morava na “roça”, casa de palha, chão batido, fogão a lenha e lamparina. A casa era simples, mas a diversão era garantida. Quando

criança, aguardava ansiosamente por esse momento porque sabia que teria muito banho de rio, pescaria e caminhadas no mato. Engoli inúmeros peixes “piabas” com o propósito de aprender a nadar, mas sem sucesso. Essa foi minha infância: leve, divertida e perto da família. Fui amada e protegida como toda criança deveria ser.

Minha avó materna foi a única que conheci. E guardo dela lindas lembranças. Se eu fechar meus olhos, consigo até sentir seu perfume. Ela era uma mulher negra, de cabelos crespos, sempre envolvidos em lenço, que ela fazia questão de usar em todos os lugares. Gostava também de usar conjunto de roupas: saia e camisa de botão, cuja estampa era cuidadosamente escolhida. Apesar da vida difícil, eu nunca a vi reclamando e sempre tinha uma palavra reconfortante para os momentos difíceis. Ela era uma mulher religiosa e devota do Divino Espírito Santo, devoção que herdou de sua mãe e que mantemos, ao realizarmos anualmente a reza do Divino Espírito Santo.

A “Reza da Vença”, como ficou conhecida, é uma tradição que nossa família reproduz há mais de um século e reúne centenas de fiéis e pagadores de promessas de toda a região. A divindade é celebrada sete semanas após o domingo de Páscoa. Para esse dia, preparamo-nos o ano inteiro, como devoção à divindade e à união da família.

Mãe Vença faleceu aos 93 anos, vítima da covid-19, no primeiro ano da pandemia. Devido às circunstâncias, não conseguimos nos despedir dela. Foi tudo muito rápido: não teve velório, não teve reza, nem família reunida. Ela foi sepultada durante a noite às pressas, diante da incerteza e do medo de uma doença ainda desconhecida. Sofremos um luto solitário e uma não despedida. Mas seguimos e nos apegamos à sua memória viva.

Minha bisavó, Maria Antônia, migrou do Maranhão para o Tocantins no século passado, pelos anos de 1910. Mulher negra, solteira, analfabeta, devota do Divino Espírito Santo e sozinha. Fugindo da pobreza, firmou-se no interior do Tocantins e aqui estabeleceu

um lar, não menos difícil que no passado, mas certamente com a esperança de futuro não vislumbrado em terras maranhenses.

Ela morou na roça, trabalhou e foi mãe solo de cinco filhos, dentre eles, minha avó materna, que não teve uma vida muito diferente da mãe dela, só conseguindo ser alfabetizada aos 70 anos de idade. Trabalhou na roça quebrando coco-babaçu e foi mãe solo de outros cinco filhos, dentre eles minha mãe, que seguiu a descendência e viveu a dura realidade da vida na roça: trabalho infantil, escassez de alimentos e pouquíssimas possibilidades de estudo.

Aos 11 anos de idade, com a promessa de estudar na cidade, minha mãe foi morar em uma casa de família. Lá ela cuidava das crianças e da casa pela manhã e à tarde frequentava a escola, ocasião em que ela teve acesso à Certidão de Nascimento que até então não possuía. E, assim, trabalhando como doméstica, ela conseguiu concluir o Ensino Fundamental.

O trabalho infantil era muito mais comum naquela época, principalmente de meninas que eram recrutadas para o trabalho doméstico em casas de família. Lembro da minha avó dizer que não gostaria de mandar minha mãe ir trabalhar “em casa de família”, mas que não viu nenhuma opção para ela ter acesso à escola e a melhores condições de vida.

Minha mãe seguiu trabalhando como doméstica até os 23 anos. Em 1988, quando conheceu meu pai, eles se casaram, e, em 1989, nasceu meu irmão. Na época, meu pai era pedreiro e minha mãe passou a ser dona de casa. Em 1992, minha mãe voltou a trabalhar, agora como auxiliar de serviços gerais, profissão em que ela se aposentou no ano de 2022. Minha mãe só conseguiu concluir o Ensino Médio em 2006, meu irmão e eu já estávamos crescidos.

Nasci em 1993, em circunstâncias diferentes das vivenciadas por minha mãe, avó e bisavó. Morei na cidade, cresci em uma família de estrutura dita “tradicional”, iniciei minha vida escolar na idade certa

e não vivi as privações que as minhas ancestrais viveram. Olhando em retrospecto, talvez eu seja o sonho de uma vida melhor que minha bisavó Maria Antônia buscava, que minha avó Zélia nem imaginava e que minha mãe não teve a oportunidade de vivenciar.

Venho de uma geração de mulheres, e comigo se encerra o ciclo secular de pobreza, trabalho compulsório, doméstico e infantil. Tornei-me a primeira pessoa da minha família materna a concluir o Ensino Médio em idade regular, ingressar numa universidade e ser aprovada em concurso público. Em 2017, tornei-me mãe pela primeira vez e em 2019 pela segunda. Em ambas as gravidezes, conheci minha versão mais valente, resistente a amorosa. Sendo mãe de duas meninas, faço-me portal para uma nova geração de mulheres, para as quais o que antes pairava no campo do impossível não passa do trivial.

Escola e universidade

Comecei a frequentar a escola e fui alfabetizada nos anos 2000, aos sete anos de idade. Recordo-me com carinho e saudade da minha primeira professora, “Tia Alda”. Uma mulher alta, magra, de cabelos curtos e com uma voz mansa que me despertou para o mundo da leitura. Lembro também da minha primeira sala de aula, da organização das cadeiras, da cor das paredes e do cheiro de giz de cera.

Em 2002, mudei de escola e passei a estudar no Colégio Tocantins, local em que permaneci até a conclusão do Ensino Médio. Em toda minha trajetória colegial, sempre fui considerada uma “boa aluna”. Sentava-me nas primeiras cadeiras, fazia todos os trabalhos, tirava sempre boas notas – guardo até hoje meus Boletins Escolares –, mas também fui rotulada com adjetivo de “rebelde”, por contestar muitas coisas, por não aceitar qualquer resposta, e já cheguei até a desafiar meus professores.

Foi no Colégio Tocantins que vivi os melhores momentos da minha adolescência, as melhores amizades e a base da minha formação pessoal e escolar. Em 2023, fui convidada para ministrar uma palestra sobre “violência contra a mulher” no meu antigo colégio. Era para apresentar para todos os/as estudantes do Ensino Médio. Fiquei muito honrada com o convite e de pronto aceitei. A palestra seria no auditório Roda Viva, que fica dentro do colégio. Quando eu entrei naquele lugar, passou um filme na minha cabeça: desde a minha infância até a adolescência. Poder voltar naquele espaço como profissional foi muito gratificante, uma verdadeira honra.

O auditório Roda Viva, em minha memória, era um lugar imenso. No entanto, após dez anos desde a última vez que estive ali, ao entrar, percebi que ele parecia bem menor. O espaço, na verdade, não havia mudado; fui eu quem cresci! Depois de ter estado em tantos outros palcos, aquele que, para minha versão adolescente, parecia ser o centro do mundo se revelou apenas mais um salão.

Retornar a lugares que já frequentei se tornou um exercício habitual para mim, uma oportunidade de refletir sobre a transitoriedade das circunstâncias da vida. Situações que antes considerava de extrema importância muitas vezes se revelam menores do que realmente eram. Essa prática me ajuda a ganhar perspectiva e a valorizar o que realmente importa.

Em 2010, concluí o Ensino Médio e pairava sobre mim uma grande indecisão: *o que fazer?* Durante o ano de 2010, prestei o vestibular no meio do ano da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para o curso de Engenharia Biotecnológica no *Campus* de Gurupi. Fui aprovada, mas não pude fazer minha matrícula porque não havia concluído o Ensino Médio e também não tinha condições financeiras para mudar de cidade. Situação que para mim no primeiro momento foi uma grande frustração, mas, com passar do tempo, tive o entendimento

de que aquela aprovação representava o meu potencial, e eu poderia fazer qualquer coisa. Senti-me fortalecida.

No mesmo ano, prestei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e como já sabia que não conseguiria residir em outra cidade, acabei ingressando no curso de Serviço Social da UFT, por ser em Miracema. Ter uma universidade pública “na porta” de casa era uma oportunidade que não poderia dispensar.

No primeiro semestre de 2011, aos 18 anos de idade, iniciei minha graduação em Serviço Social. O sentimento era de vitória, estava entusiasmada e minha expectativa foi se confirmando na medida em que avançava no curso. A graduação em Serviço Social foi uma escolha involuntária, por ser mais factível em minha realidade. Estar naquele ambiente acadêmico e acessar os/as professores/as e a literatura do curso representou para mim uma “virada de chave” e respondeu a algumas inquietudes da Edna adolescente e “rebelde sem causa”. Posso dizer que me (re)encontrei.

A graduação representou para mim uma jornada de autodescoberta, assim, reconheci-me como mulher, preta, da classe trabalhadora, feminista, de esquerda. E aquela minha mania de questionar o estado natural das coisas, que por muitas vezes me fez ser desqualificada e tida como inapropriada e/ou revoltada, tomou contornos de qualidade de uma pessoa revolucionária e crítica. Aos poucos, as coisas foram fazendo sentido. Tornei-me uma rebelde com causa. Obrigada por isso, UFT!

O conhecimento tem o poder de atribuir significado às coisas, até mesmo às banalidades do dia a dia. Ele me permitiu desenvolver uma consciência crítica e refletir sobre minhas ações e as das pessoas ao meu redor. Com isso, todos nós evoluímos, assim, para além de uma formação acadêmica, minha graduação serviu para que eu pudesse perceber um mundo através do real aparente.

Durante a minha graduação, tive a oportunidade de ser bolsista do Programa Institucional de Monitoria (PIM) e do Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI). Como monitora, participei ativamente do processo de formação de diversos acadêmicos e pude perceber que uma das melhores maneiras de aprender é através do ensino. Essa experiência não apenas me permitiu contribuir para o desenvolvimento dos alunos, como também despertou em mim um profundo interesse pela docência, profissão que exerci posteriormente. Essa vivência reforçou minha convicção de que a educação é uma via de mão dupla, onde ensinar é também um poderoso meio de aprendizado.

Um dos momentos mais desafiadores de toda a minha graduação, sem dúvida, foi o estágio supervisionado. Naquela época, a cidade de Miracema não oferecia campos de estágio suficientes, o que me levou a buscar oportunidades em outras cidades, como Palmas, Lajeado, Tocantínia e Miranorte. Meu estágio foi realizado na capital, o que exigia viagens diárias a Palmas. Muitas vezes, eu tinha aulas no período da manhã, estágio à tarde e aulas à noite, resultando em uma rotina exaustiva de deslocamentos e estudos. Ao longo de dois anos de estágio, percorri muitos quilômetros e vivenciei experiências que não apenas me ensinaram muito, mas também moldaram meu perfil profissional.

Meu estágio foi realizado na Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social (SETAS), um órgão do executivo estadual responsável pela implementação das políticas de assistência social. Minha supervisora, a assistente social Evanilde Brito, ensinou-me não apenas sobre a prática profissional, mas também sobre o verdadeiro significado do trabalho no serviço público, área em que eu atuaria no futuro. Durante muito tempo, ela foi uma referência profissional para mim, mas, com o passar dos anos, acabamos perdendo o contato.

Quase oito anos depois, tive a felicidade de reencontrá-la em um voo de Guarulhos para Palmas. Ela se sentou ao meu lado e ambas

ficamos emocionadas com o reencontro. Relembramos as dificuldades daquela época e, mais uma vez, pude exercitar a reflexão sobre os lugares que já frequentei. Dessa vez, apliquei essa reflexão às situações vividas e percebi o quanto amadureci e como as adversidades enfrentadas também contribuíram para a minha formação.

Experiência profissional

Em 2014, ainda durante a graduação, comecei a prestar concursos públicos. Nesse mesmo ano, logrei êxito no concurso da extinta Secretaria de Defesa Social (SEDS), hoje Secretaria de Cidadania e Justiça (SECIJU). Na ocasião, fui aprovada para o cargo de Agente Especialista – Assistente Social e para Técnica em Defesa Social – atualmente Policial Penal. Escolhi assumir o cargo correspondente à minha formação superior. No entanto, só fui convocada para posse em 2017. Durante esse intervalo, concluí minha graduação e participei de processo seletivo para professora substituta do curso de Serviço Social da UFT, onde lecionei de 2016 a 2018. Para mim foi a realização de um sonho, pois sempre aspirei à carreira docente.

Passado esse período, assumi, em 2017, cargo efetivo no serviço executivo estadual, vinculado ao Sistema Socioeducativo, e escolhi ser lotada no Centro de Internação Provisória Feminino de Palmas (CEIP), à época, atuando como assistente social. Integrei a equipe técnica da unidade socioeducativa e, juntamente com minhas/meus colegas pedagogos/as, psicólogos/as, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, enfermeiros/as, dentistas, analistas jurídicos, médicos/as, passei a fazer parte de uma grande equipe multidisciplinar de acompanhamento das medidas socioeducativas em meio fechado.

Em 2018, fui desafiada a assumir a chefia da unidade CEIP Feminino. Encorajada pela minha equipe, aceitei o cargo e permaneci à frente da unidade por um ano. Esse período foi marcado por

intenso trabalho e desafios diários. Como uma mulher jovem, na época com 24 anos, enfrentei a realidade de liderar em um ambiente predominantemente masculino e machista. Muitas vezes, precisei “colocar o pé na porta” para garantir que minha voz fosse ouvida. Por isso, levei fama de mandona, autoritária e rígida, somente porque fui assertiva e profissional.

Além disso, enfrentei as dificuldades estruturais relacionadas à execução das medidas socioeducativas, que exigem um esforço significativo, mesmo diante da escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, que vão desde a ausência de efetivo mínimo para a operacionalização do trabalho até dispor de apenas um computador para uma equipe de onze profissionais. Aliadas a isso, ainda havia ocorrências do tipo: incêndios, rebeliões, ameaças e tentativas de fuga. Esses eram apenas alguns dos desafios do cotidiano de trabalho, que é permeado pelo estigma associado a meninas que cometeram atos infracionais.

Esse estigma afeta diretamente os/as profissionais que atendem a esse segmento. A visão amplamente difundida de que as medidas socioeducativas são penas e, portanto, uma forma de castigo contribui para a ideia de que “quanto pior, melhor”. Essa perspectiva de precariedade impacta todos os envolvidos na execução das medidas socioeducativas: socioeducandos/as, profissionais, familiares e prestadores de serviços. Como resultado, a convivência em um ambiente precário, instável, hostil, violento e insalubre acaba sendo naturalizada. E o maior desafio diante desse contexto é não se deixar endurecer e naturalizar a barbárie. Confesso que não foi uma jornada fácil, mas, com o tempo, consegui conquistar o respeito das socioeducandas. Assim, as barreiras começaram a se dissipar, pois percebemos que éramos todas mulheres, apenas em posições diferentes.

No final de 2019, ao retornar da minha licença-maternidade, fui convidada a assumir um cargo na Superintendência de Administração

do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA), a assumir a coordenação do Núcleo Pedagógico do Sistema Socioeducativo (NUPED). Passei a compor a gestão e saí “da ponta” da execução das medidas, do contato direto com adolescentes. Minha nova função era garantir que o eixo pedagógico do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) fosse implementado nas unidades socioeducativas de todo o estado.

Na nova função, tive a oportunidade de viajar o Tocantins de norte a sul, conhecer de perto a realidade de diversas unidades socioeducativas e compartilhar com meus colegas os limites e as possibilidades do trabalho com adolescentes em conflito com a lei. Trabalhar na gestão foi uma verdadeira “virada de chave” para mim. Ao atuar nos bastidores, lidando com planos, projetos, planejamentos e orçamentos, percebi que a execução do serviço “na ponta” é apenas uma parte do todo.

Apesar de me sentir como uma “engrenagem” movimentando uma grande máquina, essa sensação estranha também trouxe a percepção de pertencer a algo maior, um tipo de sentimento oceânico. Alguns anos depois, já fora do cargo, tive a oportunidade de acompanhar entregas de materiais e de insumos e a realização de cursos e de outros projetos dos quais participei, o que reforçou essa conexão sobre a importância do trabalho em equipe.

Em 2021, eu assumi a recém-criada Assessoria ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, figurei como um dos braços da SASPDCA – como disse um famoso herói da Marvel: “Grandes poderes vêm com grandes responsabilidades”. Nessa época, passei a coordenar uma equipe maior com várias frentes de trabalho, que correspondiam aos eixos operativos do sistema socioeducativo. Respondia também pela ação “2324” do Plano Plurianual, responsável pelo suprimento de fundos, além de participar de comissões e continuar a viajar pelo estado. Foi um período gratificante e de intenso trabalho.

Em 2022, despedi-me da gestão e do sistema socioeducativo. A vida na capital, com duas filhas pequenas, sem uma rede de apoio, aliada à “correria” de sair de casa pela manhã e só retornar no fim do dia, não permitia a mim e ao meu companheiro participar da infância das nossas filhas da forma que havíamos planejado. Então, decidimos regressar para Miracema do Tocantins. Não foi uma decisão fácil, pois tive que abrir mão do cargo que estava ocupando e da minha zona de conforto profissional, mas foi necessário, pois queríamos proporcionar uma infância livre, próxima da família e dar atenção à educação de nossas filhas, principalmente na fase escolar inicial. E, assim, encerrei meu ciclo no sistema socioeducativo do Tocantins.

Em junho de 2022, foi autorizada minha cessão para a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e decidi ficar lotada na 7ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e Vulneráveis de Miracema do Tocantins (DEAMV). A proposta inicial era eu realizar o procedimento de escuta especializada em Miracema e atender as crianças e os adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, o que nunca se concretizou devido à falta de equipamentos necessários. Assim, meu trabalho foi absorvido pelo serviço da delegacia, no atendimento às mulheres vítimas de violência.

O contato com mulheres vítimas nessa condição e a proximidade com os inquéritos policiais trouxeram-me uma nova visão sobre os impactos da violência sobre a mulher. Apesar de eu sempre problematizar o ser mulher e as assimetrias de gênero, minhas experiências profissionais só me proporcionaram o contato com autores/autoras de atos infracionais e pouco ou nenhum contato com as vítimas.

O novo trabalho despertou em mim questionamentos sobre o padrão de violência doméstica e me levou a querer entender quem são essas mulheres e por que a violência está presente em suas vidas. Foi nesse contexto que iniciei minha primeira aproximação com meu objeto de pesquisa. A inquietude, quase uma angústia, de presenciar

repetidamente vítimas buscando os serviços policiais e relatando as violências sofridas e, mesmo assim, retornando aos relacionamentos abusivos me deixou inconformada. Para extravasar esse descontentamento, decidi voltar às salas da universidade, onde poderia aprofundar meus conhecimentos.

Trajetória no mestrado

Depois de sete anos fora da universidade, decidi que era hora de retornar. O retorno foi marcado como um momento de “reconciliação” com minha profissão, pois a experiência profissional me trouxe algumas provocações que me fizeram por vezes questionar minha formação e muitas das convicções que elegi como sendo absolutas. Só depois de algum tempo, compreendi que a prática profissional me trouxe amadurecimento e desconforto que revelaram que eu carecia de mais aprofundamento teórico e estudo.

As aulas iniciaram no segundo semestre de 2024. Treze anos antes, em 2011, eu havia feito esse mesmo movimento: sentei-me nas cadeiras da universidade para descobrir um novo mundo. No entanto, não sou mais a Edna de outrora, aquela de 18 anos de idade que residia com os pais. Retomo minha trajetória acadêmica carregada de vivências pessoais e profissionais e atravessada pela experiência mais transformadora de todas: a maternidade. Ser mãe, trabalhadora e estudante colocou-me numa situação totalmente diferente das que eu tinha vivenciado até então. Por conta do contato com uma tripla, por vezes quádrupla, jornada, pude sentir o esgotamento físico, intelectual e social que infelizmente não é exclusividade minha, pois recai sobre todas as mulheres que ousam cruzar a fronteira do normatizado, que é cuidar da casa e dos filhos.

As aulas iniciaram-se em agosto de 2024 e lá estava eu, oficialmente mestranda e pronta para essa nova fase da minha jornada

acadêmica. Comecei com o pé direito. No primeiro período, matriculei-me em três disciplinas: Estado, Política Social e Direitos Humanos; Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia em tempos de Neoliberalismo; e Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social.

Foi muito gratificante retornar às aulas e aprender com os professores e colegas. Senti-me revigorada. A disciplina Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia em Tempos de Neoliberalismo, ministrada pelo professor Dr. João Nunes, dialogou diretamente com meu objeto de pesquisa. A literatura apresentada durante as aulas foi fundamental para a fundamentação do meu trabalho, aumentando minha certeza sobre a relevância do tema que me propus a explorar.

Escritoras e pesquisadoras renomadas, como Saffioti, Angela Davis, Scott e Judith, estiveram, através do estudo de suas obras, presentes em nossa sala de aula. Os debates promovidos em torno dos textos trouxeram-me novas perspectivas sobre conceitos como raça, gênero, sexualidade e violência, entre outros.

Pude compreender melhor como a construção do gênero opera sobre o ser feminino e como isso foi e é reproduzido ao longo do tempo. Com a análise mais ampliada a respeito da construção de gênero, pude também compreender como o patriarcado, a violência e a opressão agem de forma a colonizar o comportamento feminino. A conexão entre essas categorias e o modo como elas se transformaram ao longo do tempo foram fundamentais para a compreensão do meu objeto de pesquisa, de modo que, durante a disciplina, graças aos debates dos textos e a interação com os colegas mestrands, pude aperfeiçoar meu trabalho dissertativo.

Durante a disciplina, produzi um artigo científico, intitulado *50 tons de violácea: retrato da violência de gênero*, no qual pretendi refletir a respeito da violência sofrida por algumas mulheres. O título é uma metáfora e evoca a cor violácea como uma referência às marcas deixadas nas vítimas de violência doméstica.

Com o propósito de criar um cenário, o trabalho foi iniciado com recortes de manchetes de jornal que trazem casos de violência contra mulheres. Na sequência, foram apresentados dados estatísticos e posteriormente tecidas considerações a respeito de gênero, patriarcado, violência e do modo como a combinação desses elementos influencia na dinâmica social e violência contra as mulheres. Por fim, foram apresentadas as possibilidades de políticas públicas para a igualdade de gênero.

A disciplina foi extremamente proveitosa, enriquecendo meu arcabouço teórico e proporcionando diversos *insights* sobre meu objeto de pesquisa. Além disso, promoveu debates estimulantes, leituras relevantes e fichamentos, todos elementos que considero fundamentais para o processo de aprendizagem.

Na disciplina Estado, Política Social e Direitos Humanos, ministrada pelas professoras Dra. Maria Helena Cariaga e Dra. Josenice Ferreira Araújo, tive a oportunidade de ampliar minha perspectiva sobre o papel do Estado e sua atuação na legitimação de segmentos populacionais específicos, conforme as circunstâncias e os interesses dominantes. Alguns textos propostos na ementa já haviam sido abordados durante a minha graduação, e nessa releitura consegui estabelecer novas conexões e aprofundar minha compreensão sobre os temas discutidos.

A dinâmica proposta pelas professoras favoreceu o protagonismo dos mestrandos, estimulando a participação de todos por meio de seminários temáticos e debates. A interação da turma em torno dos temas possibilitou o contato com diversas perspectivas, uma vez que cada discente traz consigo diferentes leituras e concepções.

Conceitos como Estado, políticas públicas, neoliberalismo e capital permeavam todas as aulas, e foi uma experiência enriquecedora observar como essas categorias dialogam diretamente com diferentes objetos de pesquisa. Sempre tive interesse em compreender

a sociedade capitalista e como esse modo de produção impacta a vida das pessoas.

Durante os debates da disciplina, pude direcionar meu olhar para as mulheres vítimas de violência doméstica e analisar como elas são afetadas por esse modelo de sociabilidade. Essa reflexão foi extremamente oportuna para o aprimoramento do meu objeto de pesquisa, pois não se pode considerar um “sujeito” dissociado da sociedade em que vive, principalmente quando este compõe a base de uma pirâmide social de opressão

A disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, ministrada pelo professor Dr. André Luiz Augusto da Silva, proporcionou uma abordagem aprofundada de conceitos fundamentais do Serviço Social. Embora alguns dos textos já tivessem sido lidos durante a minha graduação, a bibliografia proposta nessa disciplina permitiu uma revisitação crítica direcionada ao meu campo de investigação.

O estudo das tendências teórico-metodológicas do Serviço Social representa um retorno ao passado, ao mesmo tempo em que projeta possibilidades para o futuro. Esse movimento é de extrema importância e deve ser lançado sobre qualquer objeto de análise, pois possibilita uma compreensão mais abrangente e contextualizada das práticas e teorias que fundamentam a profissão e as intervenções possíveis a ela.

Em relação a essa disciplina, gostaria de destacar a habilidade do professor em provocar reflexões críticas e desconfortáveis sobre a corrente teórica hegemônica do Serviço Social. De maneira inteligente e perspicaz, o docente conseguiu levar a leitura da bibliografia básica a um patamar incomum, capaz de suscitar inquietações e provocar novas elaborações acerca da construção do Serviço Social, do papel do assistente social e de como o cotidiano é capaz de criar armadilhas metodológicas.

Essa abordagem foi particularmente pertinente, pois propiciou-me um processo de desconstrução que enriqueceu minha compreensão não só sobre aspectos profissionais como também pessoais. Desconstrução que só o desconforto é capaz de provocar.

Ao final da disciplina, juntamente com as colegas mestrandas Guanamar e Sandra, produzimos um artigo científico, intitulado *Por que Marx? Contribuições do materialismo histórico dialético para o Serviço Social na contemporaneidade*, no qual nos propusemos a analisar as principais contribuições do materialismo histórico e dialético da tradição marxista para o Serviço Social na contemporaneidade.

A partir de uma abordagem qualitativa, foram apresentadas as principais correntes de pensamentos filosóficos que influenciaram a formação profissional em Serviço Social no Brasil, demonstrando as bases e alguns conceitos presentes na teoria do materialismo histórico e dialético e suas principais contribuições para o exercício profissional dos assistentes sociais que buscam decifrar e desvendar as relações sociais na sociedade capitalista, superando perspectivas conservadoras.

Enfim, o primeiro período do mestrado em Serviço Social foi vencido. Foi um período intenso. Conciliar trabalho, produção acadêmica e vida familiar e social não foi fácil. Mais uma vez, recaiu sobre mim o peso de ser mulher, mãe e agora pesquisadora. Em fevereiro de 2024, iniciei o segundo período do mestrado, aproximando-me da reta final das aulas e aumentando a expectativa em relação à qualificação do meu projeto de pesquisa. Matriculei-me na disciplina obrigatória Pesquisa Social, e em duas disciplinas optativas: Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, e Serviço Social no Campo Sociojurídico.

Embora já tivesse cumprido os créditos necessários, decidi frequentar as disciplinas optativas, pois reconheço a relevância dos conteúdos abordados para a minha formação acadêmica e para o desenvolvimento da minha pesquisa. Decisão que se comprovou

acertada, haja vista o conhecimento e as experiências vividas no decorrer do semestre.

A disciplina Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ministrada pela professora Dra. Rosemeiry Negreiros de Araújo, foi uma imersão cultural, principalmente no estado do Tocantins, o que para mim representou uma oportunidade de revisitar inclusive minha trajetória familiar através da tradição das quebra-deiras de coco-babaçu. As aulas foram marcadas por momentos de confraternização que traziam leveza e descontração.

A dinâmica das aulas ocorreu por meio de debates e seminários que promoveram discussões que iam além da temática dos povos indígenas e comunidades tradicionais, abrangendo categorias transversais como capitalismo, neoliberalismo, colonização e racismo, entre outras. Essa abordagem se revelou extremamente pertinente, uma vez que todas as existências são influenciadas pelo modo de produção dominante.

Embora meu campo de investigação não esteja diretamente situado na temática da disciplina, o estudo sobre povos indígenas e comunidades tradicionais dialogou transversalmente com meu foco de pesquisa. Isso se deve ao fato de que mulheres, indígenas e comunidades tradicionais compartilham uma base comum de opressão, sendo seus corpos e vidas frequentemente alvos de colonização e violência.

Aproveitando o ensejo da transversalidade, no curso da disciplina, pude participar de uma ação interventiva, ministrada pela professora Dra. Rosemeiry Negreiros: Ccex I - Realidade Social da Amazônia Povos e Comunidades Tradicionais, realizada na Aldeia Brupre. A proposta era realizar uma roda de conversa com mulheres indígenas e abordar a temática da violência doméstica, suas várias tipologias e manifestações, bem como realizar atividades com as crianças indígenas sobre violência doméstica e contra crianças.

Na divisão das atividades, coube-me a função de coordenar as atividades com as crianças indígenas. Na oportunidade, conduzi uma dinâmica conhecida como “semáforo do toque”, que consiste basicamente em informar, através de cores, as partes do corpo que podem e que não podem ser tocadas. A interação com as crianças foi bastante satisfatória, apesar do distanciamento cultural, pois elas eram bem pequenas e estavam mais familiarizadas com a língua materna – Akwẽ. Nós nos comunicamos através da linguagem universal do sorriso, do lúdico e do acolhimento.

Outra atividade transversal desenvolvida no curso da disciplina foi a participação numa roda de conversa em alusão ao Dia Internacional contra Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres e Crianças. Na oportunidade, fui convidada para debater sobre o assunto, uma vez que tenho desenvolvido pesquisas na área.

Não poderia deixar de mencionar a participação da turma na palestra *Direitos Humanos, Meio Ambiente e Povos Indígenas*, promovida pelo Tribunal de Justiça do Tocantins e ministrada pelo cacique Raoni Metuktire, um grande líder indigenista. A palestra aconteceu no dia 21 de maio de 2024, nas dependências do tribunal. O ambiente estava repleto de indígenas de várias etnias e diferentes partes do Brasil. Foi emocionante ouvir os cantos, as danças e sentir a energia ancestral de um povo que há tempos reivindica seu direito de existir.

Raoni conduziu sua fala em sua língua materna, mebêngôkre, que foi traduzida para o público não indígena por um intérprete. Ele falou sobre paz e união e sobre cuidar da nossa casa comum: o planeta Terra. Outro assunto abordado por Raoni e outros indígenas foi o respeito ao território dos povos originários, que vem sendo invadido e destruído pelo capitalismo feroz.

Foi uma grande satisfação estar naquele dia, naquele lugar, ouvindo as palavras de Raoni e sentindo toda a vibração de quem realmente “não foge à luta”. Em outras circunstâncias, muito

provavelmente não estaria ali. Essas vivências e provocações me fazem sentir viva e privilegiada por poder refletir sobre a minha própria existência e não apenas sobreviver, como fizeram meus ascendentes.

A disciplina Pesquisa Social, ministrada pela professora Dra. Maria Helena Cariaga, foi fundamental para o direcionamento da elaboração da metodologia do meu projeto de pesquisa, constituindo-se como um elemento essencial para a condução de qualquer processo investigativo. Através das abordagens teóricas e práticas apresentadas ao longo da disciplina, pude desenvolver uma compreensão mais aprofundada dos métodos e técnicas de pesquisa, o que se revelou crucial para a estruturação adequada do meu projeto de pesquisa. Categorias como totalidade, singularidade e universalidade foram bastante exploradas no decorrer dessa disciplina, numa tentativa de abraçar os diferentes objetos de pesquisa trazidos pelos mestrandos.

A dinâmica adotada pela professora possibilitou um amplo debate sobre métodos e metodologias de pesquisa, sempre enfatizando a diferença entre eles e a postura que o pesquisador deve adotar em relação ao objeto de análise. Essa postura foi amplamente discutida em sala, considerando que os objetos da pesquisa social estão em constante mobilidade. Essa realidade exige uma atenção redobrada por parte do pesquisador, que não deve direcionar sua energia em busca de uma “verdade” absoluta ou de uma resposta definitiva. Em vez disso, é fundamental que ele permaneça atento às diversas nuances da realidade e ao modo como esse movimento causa impactos no foco da investigação.

A disciplina Serviço Social no Campo Sociojurídico foi ministrada pelos professores Dra. Josenice Ferreira Araújo e Dr. André Luiz Augusto da Silva, tendo como proposta trazer para o debate convidados a fim de propiciar algumas aproximações com diversos espaços ocupacionais relacionados ao sociojurídico, estratégia que se revelou extremamente proveitosa.

Apesar de estar inserida profissionalmente no espaço sociojurídico, o contato com outros profissionais revela diferentes realidades. Cada experiência é única e traz uma série de possibilidades que, para mim, foram aproveitadas na análise do meu objeto de pesquisa, pois a abordagem da análise e do combate à violência contra a mulher passa necessariamente pelo meio sociojurídico.

Ao final da disciplina, juntamente com minha colega de mestrado Guanamar Soares, produzi o artigo científico intitulado *A ilusão do direito: reflexões sobre a seguridade social brasileira*, no qual buscamos analisar a realidade da seguridade social sob o prisma do orçamento, considerando as contradições, limites e possibilidades de acesso a direitos sociais e previdenciários numa sociedade de capitalismo dependente.

Não poderia deixar de mencionar minha participação no estágio de docência, uma exigência para os discentes do mestrado acadêmico que proporciona uma vivência prática da “sala de aula”. Embora já tivesse tido experiências anteriores nesse contexto, o estágio de docência me ofereceu uma oportunidade renovada de estar em sala de aula sob a supervisão de um professor. O Dr. Raí Oliveira aceitou participar do meu processo formativo, e essa experiência se revelou extremamente enriquecedora para meu crescimento acadêmico e profissional.

Referências

D'AMBROSIO, Oscar. Aniversário de Cora Coralina é festa da arte. **Jornal da USP**, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/aniversario-de-cora-coralina-e-festa-da-arte>. Acesso em: 21 jan. 2025.



CAPÍTULO 6

Nos caminhos e descaminhos da formação profissional, os desafios e possibilidades do se fazer um assistente social

Lucielton Ferreira Cruz

Apresentação ou os sentidos de uma trajetória expressos num memorial

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática .

(Marx, 2016).

Um memorial é sempre um ato reflexivo e profundo. Escrever experiências vividas é sempre avaliar seus sonhos, revivê-los, catalogá-los e, além de procurar os sentidos deles, verificar atentamente como e por que cada um se realizou ou não se realizou em direção à concretização do grande projeto de vida do seu sonhador.

Escrever este memorial me colocou um grande desafio nunca antes experimentado: o de materializar em palavras e seus significados minhas “práticas de vida”, muitas vezes conscientes, outras não, mas sempre em direção a uma formação profissional que articulasse minha história de sujeito social do mundo rural, indivíduo simples, como os “pobres do campo”, no dizer de Giovenardi (2003) ou nascido e criado na “sociabilidade do homem simples”, no dizer de Martins (2010).

O fato é que minha constituição sócio-histórica foi realizada em meio à natureza, vivendo como ser da natureza, todavia num espaço totalmente conflituoso e contraditório. De paisagens iluminadas pelo sol brilhante, pelo verde da floresta, sempre banhadas por riachos

e ribeirões de temperatura deliciosa, refrescante e relaxante, esse espaço social e genuinamente geográfico fez a história dos homens simples do Bico do Papagaio.

Aos presentes, o Bico do Papagaio é uma mesorregião da Amazônia Oriental. Por aqui se inicia suas contradições: região de tríplice fronteira entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, territórios de terras ricas em recursos naturais, espaços muito cobiçados por suas riquezas escondidas não apenas embaixo do solo, mas acima dele e também na cultura que ali se fez, se construiu na luta pelo desbravamento de uma região distante das áreas de desenvolvimento capitalista, desde, principalmente, a invasão do império estadunidense no território sociogeográfico, sociopolítico e sócio-histórico brasileiro. Estou me referindo de um período que se inicia na década de 1930 e se acirra após a instauração do Estado Militar, danoso à sociedade brasileira, de 1964 a 1984.

Conquanto guarde uma beleza natural estrondosa e uma sociabilidade simples, o Bico do Papagaio tem sido palco de violentos conflitos e manifestações sociais prejudiciais ao alcance da cidadania para a maioria de sua população. Conflitos esses que, incrustados no cotidiano de seus habitantes, dificilmente passam despercebidos aos olhos de quem os sofre e, mesmo assim, têm formado e ainda formam homens com histórias de superação e realizações, conforme se verá neste memorial.

Elaborado com o objetivo de compor uma publicação acadêmica, notadamente produzida no campo *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), este memorial tem como contextura o relato crítico e reflexivo da minha formação social de vida até chegar à formação profissional de assistente social, à atuação como gestor público municipal da política de assistência social e à condição de estar prestes a concluir o mestrado acadêmico em Serviço Social no PPGSS da UFT.

Tecido pelos fios conectores das experiências de vida, visando atender à demanda da publicação solicitada pelo PPGSS da UFT aos seus acadêmicos em exercício, este memorial está organizado com base no modelo oferecido pelo programa para a apresentação no momento da qualificação do projeto de pesquisa e dissertação a ser defendida no processo final da conquista do título de mestre em Serviço Social.

Seguindo o modelo elaborado para a qualificação, elaborou-se este memorial, organizado em duas partes. Na primeira, será apresentada a minha trajetória de vida pessoal e profissional até a chegada no mestrado em Serviço Social no PPGSS da UFT. Na segunda, pauta-se a vida acadêmica empreendida no mestrado e suas implicações na minha vida profissional e pessoal.

Fazendo uma “descrição densa”, no dizer de Geertz (2008), dos fatos mais relevantes daquilo que ousou classificar como minha trajetória de vida, apresento aqui experiências relevantes, iniciadas na infância pobre e difícil, que perpassa pela educação básica até a adultez, a princípio trabalhador do campo e depois, estudante de graduação e de pós-graduação, com acesso ao desempenho profissional de assistente social e mestrando em Serviço Social numa universidade pública, traçando uma pesquisa social no campo da política nacional de habitação rural de interesse social.

Uma trajetória de dificuldades e realizações: como se nasce, cresce e se forma um assistente social no Bico do Papagaio

Quanto mais conscientemente faça a sua História, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem a enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente da sua libertação (Freire, 1989).

Um tocantinense goiano, nascido em tempos de inculcação ideopolítica dos valores antidemocráticos e de exploração do trabalhador rural na Amazônia

Homem do Bico do Papagaio, nascido junto com seus povoados no auge da exploração da Amazônia, ou melhor, da extração de suas riquezas feita pelos grandes projetos capitalistas, com todo o apoio legal do Estado, no seio da imensa “floresta tropical”, como se refere Souza (2001).

Quando cheguei ao mundo dos homens, em 1984, o Brasil completava seu vigésimo ano de Ditadura Militar, uma das mais cruéis na América Latina. Sabe-se que o regime, a nível de Brasil, já se encontrava politicamente fragilizado, considerando que a burguesia já vinha experimentando seu retorno ao governo do país desde 1982, claro, com o apoio dos movimentos populares e sindicais, indignados com os aparatos perversos dos militares para com os grupos vulneráveis da sociedade.

Mas, no interior da Amazônia, a maioria da população não sabia da realidade sociopolítica que se passava no país. Ao contrário, a Ditadura ainda se mantinha em pleno poderio ideopolítico, em todas as suas esferas, e certamente contava com a credibilidade da população rural, que fazia questão de garantir suas ordens, normas e formas de organizar a vida social local, principalmente o trabalho assalariado “sem salário”, ou melhor, sem as garantias trabalhistas, dos homens e mulheres que migravam para o Bico do Papagaio em busca de melhores condições de vida, justamente, garantidas pelo salário de trabalhador rural nas grandes fazendas, que naquela época se modernizavam implementando processos de industrialização da agricultura, talvez já mostrando os caminhos da formação do agronegócio capitalista.

Cercado por esse contexto, eu nasci no município de Sítio Novo de Goiás, pequena localidade, considerada interior do antigo norte

de Goiás. Posso dizer que cheguei ao mundo num espaço de exuberante beleza natural, com visível fartura de alimentos e relações sociais afetivas, porém de escassos recursos sociais de salvaguarda dos direitos humanos e sociais. Um lugar governado pelas famílias mais ricas do lugar; um lugar de muito trabalho rural, mas sem políticas públicas e sociais de proteção ou apoio ao bem-estar dos moradores.

Afinal, um lugar onde a Ditadura Militar instalou o famoso “boia-fria”, o proletariado rural, anteriormente tratado como camponês, agora proletarizado pela “modernidade das relações de produção capitalistas no campo”, como bem nos ensina Mazzeo (1988, p. 50) ao se referir ao milagre econômico instituído pelos militares em nome da modernização da Amazônia.

Nos anos de 1980, Sítio Novo de Goiás era um lugar de contradições entre o aconchego da natureza e a falta de desenvolvimento social e econômico. A desigualdade social de classes, retratada por um quadro formado de muitos pobres do campo em relação aos poucos fazendeiros e mandatários do lugar, fazia de Sítio Novo de Goiás um grande povoado onde as necessidades básicas dos grupos vulneráveis, de trabalhadores, eram satisfeitas na base da amizade, do compadrio ou do paternalismo dos patrões.

Mas sem serem notadas, as contradições eram camufladas pelas promessas de uma sociedade em pleno desenvolvimento social e econômico, seguida da esperança na realização das promessas. Cantava-se “esse é o país que vai pra frente”, a música de propaganda dos militares, emplacando sua cruel Ditadura que tinha por objetivo último implantar o modelo de produção capitalista no Brasil, como bem ensinou José Paulo Netto (2008), forjando uma alienação ideopolítica de credibilidade no poder que extorquia nossas riquezas e as transferia para os cofres dos capitalistas imperialistas norte-americanos.

No final dos anos de 1980, em pleno movimento de queda da Ditadura Militar, em Sítio Novo de Goiás, as relações sociais locais

ainda eram orientadas pelos famosos *slogans* do governo militar: “Pra frente Brasil”; “Ninguém segura este país”; “Quem não vive para servir o país, não serve para viver no Brasil”; e “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que funcionavam como sustentação ideológica para a pretensa política do “milagre econômico”.

Vivenciar o mito do “milagre econômico” foi meu maior aprendizado durante o período da infância. Crescendo e me sociabilizando nos rincões da Amazônia, apreendi que vivia numa das regiões mais ricas do mundo, mas que precisava se desenvolver, sobretudo através de investimentos públicos e incentivos fiscais, conforme orientava a carta da política do “milagre econômico” dos militares, centrada, principalmente, no crescimento econômico através da exportação de produtos primários, tais como os minérios e os produtos agrícolas existentes abundantemente no solo brasileiro. Historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos são unânimes em expressar esse contexto para a sociedade, tais como Mazzeo (1988), Netto (2008), Napolitano (2011) e Gaspari (2014).

Ainda na infância, era possível notar as disparidades sociais presentes no cotidiano de vida simples e subserviente de uma família de trabalhador rural e, ao mesmo tempo, pequeno produtor rural, de produtos para a subsistência familiar. Fatos propagandeados não coincidiam com a vida de privações, arrocho salarial e excesso de horas de trabalho, ou seja, superexploração, no sol quente, sem proteção adequada, para além do tratamento estúpido e autoritário praticado diariamente pelos patrões. Muito cedo já foi possível perceber que as promessas de modernização e cidadania aos grupos vulneráveis não chegavam a Sítio Novo de Goiás. Ainda muito cedo, aos 9 anos, passei a trabalhar na lavoura com minha mãe, para ajudá-la na subsistência.

Outrossim, não sabíamos que o mundo rural era umas maiores preocupações da política governamental da Ditadura Militar, embora

escutássemos diariamente as ocorrências de conflitos de terra e da luta de grupos agrários por demandas sociais de melhoria das condições de vida. Nesse sentido, lemos em Napolitano (2011) que os problemas agrários no interior do Brasil eram uma das maiores preocupações políticas para fazerem um governo exitoso dentro dos objetivos econômicos da Ditadura Militar. Como diria José Paulo Netto (2008, p. 6): a meta era “adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maior de internalização do capital”, sem contar os propósitos políticos de atacar os sujeitos insurgentes contra o sistema capitalista e eliminar todas as possibilidades de se pensar em uma nova forma de sociedade, no caso, retratada como comunismo, pelos militares.

Nessa prospecção, os militares passaram a fomentar a migração interna do país para a Amazônia, e na Amazônia dos centros urbanos para as regiões agrícolas – “ricas de oportunidades”, como acenavam as propagandas. Conta Napolitano (2011) que a ação visava “estimular a migração para regiões de fronteira agrícola, como a Amazônia, onde o braço humano, o chamado ‘capital-trabalho’, derrubava as árvores e preparava o caminho para a *integração* e o *progresso*”. Todavia, nesse movimento, quem se machucava eram, notadamente, os migrantes que, ao escutar o canto da sereia, instalavam-se na terra, para depois serem expulsos pelas grandes empresas que chegavam depois com subsídios fiscais para instalar a modernização agrícola no país. Desnecessário dizer que os resultados dessa injustiça social recaem no surgimento e na vivência de várias manifestações da questão social no campo.

Desnecessário citar que o norte de Goiás, o Pará e o Maranhão circunscreviam uma das regiões mais procuradas por quem quisesse explorar terras rurais muito férteis e produzir mercadorias de desenvolvimento regional.

Nesse antigo norte de Goiás, na década de 1980, ainda se constituía a época da formação dos povoados do Bico do Papagaio, iniciada nos anos de 1960, agora, incentivada pelos investimentos do Estado na mobilização de pessoas e famílias para trabalhar nas grandes fazendas que se instalaram em suas localidades, a partir dos anos de 1970, como parte dos grandes projetos capitalistas para a Amazonia Oriental, conforme se estudou em Costa *et al.* (1979).

Em meio a esse movimento de expansão de um território rico em recursos naturais, mas politicamente tratado com insustentabilidade do meio ambiente e dos direitos sociais dos seus grupos de moradores, em franco desenvolvimento nos moldes do sistema capitalista e suas inerentes contradições sociais, eu concluí minha infância e vivenciei a adolescência rodeado por um verde de flora deslumbrante, uma fauna rica em espécies domésticas e alimentícias, uma prática agrícola de subsistência, cotidiana e produtora de grande fartura, capaz de prover uma subsistência suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação, embora as demais necessidades básicas ficassem a desejar naquela época.

Todavia, em 1988, com quatro anos de idade, Sítio Novo de Goiás se transforma em Sítio Novo do Tocantins, isso vinculado à criação do novo estado da Amazônia Oriental, o Tocantins. Agora, tocantinense, como o quinto filho da família Ferreira Cruz de Sítio Novo do Tocantins, desenvolvi uma infância nos moldes da vida do lavrador do antigo norte de Goiás, com valores marcados pelo apego à natureza, honestidade, respeito à vida humana e, sobretudo, a subserviência ao patronato, de quem emanava o poder político sobre a sociedade, marca do povo tocantinense, formado sobre a batuta ideológica da Ditadura Militar, mas sempre valorizando o trabalho e a convivência social do homem de sociabilidade simples em sociedade que sente na pele as manifestações sociais problemáticas, muito embora não consiga vislumbrar as soluções. Essa preocupação pesou muito na minha formação pessoal e profissional.

Hoje, com 40 anos de idade, “pai de família” há mais de dez anos, tenho uma esposa e um filho, de 7 anos, Rafael Arcanjo dos Santos Ferreira. Entretanto, até chegar nesse momento, entre a infância e o casamento, dois fatos me conduziram a ser um adulto sensível às manifestações da questão social. Fatos decisivos para a formação de um profissional do Serviço Social, já detentor do título de técnico agrícola, conquistado no Ensino Médio Profissionalizante.

O primeiro: muito cedo me deparei com um fato marcante para a compreensão da realidade que hoje eu desenvolvo. Foi o cenário de escassez de recursos sociais para a satisfação das necessidades básicas, em relação às condições postas como cidadania – apreendidas depois da formação de assistente social, vivenciado durante a infância e a adolescência.

Lembro perfeitamente que a saúde pública, como política social de tratamento especializado das doenças que afetavam os grupos sociais locais, por exemplo, era um serviço inexistente na minha localidade. Enquanto isso, os problemas de doenças eram tratados de forma rudimentar sob as orientações da cultura popular, tais como chás e remédios feitos de ervas locais, ou também rezas e benzedeiças junto aos enfermos. Quando o problema de saúde era muito grave, sempre se saía para tratamento nas cidades mais desenvolvidas, do Tocantins, do Maranhão ou do Pará.

O outro fato pode ser representado pela descoberta, ainda na fase da juventude, das possibilidades de solução dos entraves causados pela escassez, sobretudo em meio à zona rural do município, através da implementação e da execução das políticas públicas e sociais entre os grupos de aparente vulnerabilidade e risco social, comumente tratados como agricultores.

Nessa trajetória, não há como deixar de mencionar a vivência de uma infância e uma adolescência plenas de dificuldades em termos de recursos econômicos e oportunidades de experimentar uma educação

de qualidade. Para além disso, havia problemas de saúde e familiares e outros entraves que limitavam meu desenvolvimento infantojuvenil, isso devido ao fato de ter sido criado sem pai e bastante doente, pois sofria de asma e éramos tão pobres que não tínhamos energia elétrica e consequentemente também não tínhamos ventilador. O que ocorria era que minhas irmãs passavam o dia me balançando em uma rede para poder respirar, e à noite, quando minha mãe chegava, ficava com essa missão para as minhas irmãs descansarem. Isso levou muitos anos até eu ser curado dessa doença. Contudo, as dificuldades inerentes à saúde não me fizeram desistir do objetivo de ir para escola, iniciar os meus estudos e me desenvolver com o objetivo de me formar profissionalmente.

O tempo de despertar para a realidade social rural: reminiscências do Ensino Médio Profissionalizante

Até os meus 19 anos, morei em Sítio Novo do Tocantins, onde adquiri minha formação educacional desde a Educação Infantil até completar o Ensino Fundamental. Sempre estudei em rede pública. Apesar dos problemas inerentes à política de ensino, obtive excelente desempenho, com bastante esforço, dedicação e incentivos por parte da minha mãe e de minhas irmãs.

Minha trajetória do Ensino Fundamental foi realizada na Escola Estadual Manoel Estêvão de Souza e o Ensino Médio em dois colégios públicos. Iniciei no Colégio Marechal Ribas Júnior, onde contei com excelentes professores e deu-se o início do despertar pela busca do conhecimento, pois sempre o que me motivou foi a certeza de que a única coisa que ninguém pode tomar de você é o conhecimento e de que somente através dos estudos eu poderia romper com aquela pobreza que assolava a nossa família. Porém finalizei o Ensino Médio no CEM de Araguatins. Em seguida, cursei o Ensino Profissionalizante

de Técnico em Agropecuária com habilitação em agricultura, na Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA). E hoje posso afirmar e comprovar que sou a grande prova de que tudo o estudo salva, transforma e liberta.

O Ensino Médio foi uma fase importante na minha vida de estudante, não apenas pelo aprofundamento do aprendizado sobre a realidade humana e social, produzido em sala de aula, mas também pelas experiências socioeducativas transversais, capazes de proporcionar grandes descobertas. Descobertas sobre a natureza humana e sobre o mundo ao redor, especialmente no que diz respeito às relações sociais e seus movimentos diferenciados na sociedade.

Um dos principais pontos de aprendizado feito no Ensino Médio foi o de conhecer pessoas de diferentes origens e culturas, ampliando meus conhecimentos gerais e me fazendo perceber a importância da diversidade social na formação humana e de uma sociedade. Além disso, o Ensino Médio é um período em que os jovens começam a se descobrir melhor, explorando sua identidade e seus interesses. Os assuntos mais abordados em sala de aula foram a democracia, os direitos humanos e a justiça social nas aulas de História e Sociologia, disciplinas que nos preparam para sermos cidadãos mais conscientes.

Assim, todos esses conhecimentos adquiridos nas disciplinas vinculadas às ciências humanas e sociais foram verdadeiros aparatos para a minha formação técnica e profissional exercida no Ensino Médio. Engajado na área das ciências exatas e da terra, estudei os problemas da vida rural dos grandes e pequenos produtores agrícolas, seus modos de produção e organização social, econômica e cultural. Todo esse amplo debate se juntou às percepções das contradições sociais vivenciadas na fase infantojuvenil, sendo capaz de me suscitar a preocupação com os problemas sociais dos pequenos produtores rurais, principalmente aqueles viventes nos povoados de Sítio Novo do Tocantins que apresentam, hoje, sérias dificuldades em viver

de forma digna em sua realidade social, principalmente a situação habitacional.

De uma formação acadêmica feita na modalidade de EAD, sem pesquisa e sem extensão, que conduziu ao exercício profissional nas políticas públicas e sociais e ao interesse pelos seus estudos

O ingresso na universidade é uma das memórias mais marcantes de minha vida. É inesquecível o momento em que noticiei à minha mãe de que havia obtido a aprovação no vestibular para o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Naquele instante, ela, muito feliz, compreendeu que havia conseguido me repassar toda a sua sensibilidade com a condição social de privação de direitos sociais de cidadania vivenciada entre os pobres do campo de Sítio Novo do Tocantins.

Outro motivo de regozijo esteve no fato de eu ter sido aprovado no vestibular de uma universidade pública, mesmo para me formar num regime de Educação a Distância (EAD), considerando que essa era a única oportunidade em universidade pública num município pequeno do Bico do Papagaio. Assim, em 2007, aos 23 anos de idade, ingressei no curso de graduação em Serviço Social. E, no primeiro semestre de 2011, estava fazendo a formatura de assistente social. Foram 4 anos de curso, 8 semestres, sem reprovações, sem faltar às aulas e sempre procurando ir um pouquinho mais além dos materiais didáticos dispostos para a formação.

Na jornada acadêmica da Unitins, algumas disciplinas foram especialmente marcantes para mim, justamente porque conduziram debates esclarecedores sobre a dinâmica social da sociedade brasileira, abordando o funcionamento das relações sociais civis e institucionais com detalhes explicativos de sua natureza e

contradições, e a relação do Estado com as várias esferas sociais nos seus diversos âmbitos dos planos social, político e econômico. Claro está que todo o conhecimento adquirido na formação de assistente social esteve centrado unicamente nas disciplinas oferecidas no programa de formação.

Contudo, embora, o curso tenha se proposto a oferecer um painel teórico e metodológico da profissão de Serviço Social na realidade brasileira, pois, oferecendo cotidianamente, a possível compreensão dos principais problemas e desafios enfrentados pelo assistente social, não apenas na sua formação acadêmica e profissional, mas nos seus campos de atuação, nos espaços sócio-ocupacionais vivenciados para o exercício da profissão, cabe esclarecer que a graduação da Unitins não desenvolveu nem pesquisa e nem extensão universitária.

Desenvolvendo uma matriz curricular adequada às Diretrizes Curriculares do Serviço Social, algumas disciplinas inseridas no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e do núcleo de fundamentos do trabalho profissional foram fundamentais para a minha formação de assistente social na Unitins, em meio a um contexto diferenciado dos centros urbanos comumente estudados pelo Serviço Social.

Centradas numa realidade social própria do mundo rural, a ser explicada e compreendida por um futuro assistente social, algumas disciplinas foram fundamentais para se absorver a dinâmica da organização da sociedade vivenciada no cotidiano dos seus residentes.

O debate sobre a formação sócio-histórica do Brasil foi decisivo para se descobrir todo o processo de constituição sociopolítica, socioeconômica e sociocultural do Bico do Papagaio com suas especificidades humanamente geográficas, socialmente históricas, culturas e relações políticas de “engajamento” ao sistema capitalista.

Estudando a história do Brasil, descobri os processos de constituição de uma sociedade latino-americana, historicamente submetida

a sociedades capitalistas centrais e desenvolvidas, incluindo nesses quadros as políticas encaminhadas para imprimir ao nosso país os modelos de sociedades dominantes. Nesse processo, também foram apreendidas as principais distorções enfrentadas pelas sociedades da Amazônia, historicamente também submetidas às pressões do modelo capitalista dominante. A partir daí, foi possível perceber os porquês de se viver numa sociedade simples, mas marcada pela diferença de classes sociais, constituída pelos mandatários e governantes e por todos aqueles desprovidos de propriedades produtoras de riquezas e que, assim, sobrevivem do seu trabalho, exercido em relações socialmente injustas.

Outras disciplinas, centradas nos esclarecimentos necessários à profissão do Serviço Social, ofereceram, sobretudo, as bases explicativas dos funcionamentos da sociedade capitalista. Passei a compreender como se estabelecem as relações travadas entre o Estado e a sociedade, as funções sociais do Estado e sua natureza enquanto instrumento de dominação capitalista.

Nas disciplinas que tratam dos fundamentos da vida social, procurei aproveitar ao máximo os conteúdos de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e Questão Social; Política Social; Direitos Humanos e Cidadania e Ética Social. Tais matérias ensinaram-me que, na constituição da sociedade burguesa em que se vive, esta constituída de classes sociais fundamentais e antagonicas, processadas numa relação de dominação e subordinação cujos interesses sociopolíticos e socio-históricos são diferenciados, o Estado se mantém com a função social de fazer a mediação para assegurar direitos sociais básicos àqueles grupos vulneráveis, que, por se encontrarem em condições de escassez das necessidades básicas, precisam de políticas sociais capazes de lhes suprir as demandas sociais vigentes.

Munido do conhecimento teórico-metodológico da profissão, iniciou-se o Estágio Supervisionado, cujo processo de organização e execução proporcionou novos olhares, agora com vivências na realidade social problemática, consubstanciada pelas manifestações da questão social que os assistentes sociais se preparam para enfrentar, primeiro fazendo a leitura da realidade, depois interpretando os pontos nodais e problemáticas que se apresentam para o Estado, para o gestor das políticas sociais e para os profissionais com seus projetos de intervenção, no trabalho de enfrentamento dos problemas postos.

No Estágio Supervisionado em Serviço, apreende-se, principalmente, que as políticas sociais se constituem como os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, portanto, são os lugares onde se faz o exercício profissional do assistente social. A minha experiência de Estágio Supervisionado foi realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Acompanhado da gestora da assistência social, na época, e mais da assistente social que conduziu meu estágio como supervisora de campo, pude apreender múltiplas informações acerca das diretrizes, objetivos, modos de aplicação e funcionamento das categorias de beneficiários.

Não obstante, vivenciei um campo de estágio pequeno e aparentemente simples, entretanto, as manifestações da questão social que lá se encontravam nada tinham de simplicidade, ao contrário, pois se mostravam extremamente complexas, de difícil discernimento e de complicadas alternativas de solução, muito embora toda política social aponte suas estratégias de solução.

Situado na gestão, pude acompanhar todos os programas estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para a população vulnerável de Sítio Novo do Tocantins, lembrando que do SUAS o município só havia implantado o serviço socioassistencial de proteção básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Paralelo ao CRAS,

a assistência social mantinha um programa social de emergência e acompanhava os Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada direcionados aos idosos cadastrados.

Ressalto que foi uma experiência de grandes aprendizados. Momento de conhecer funcionamentos, dinâmicas e relações institucionais com as quais lida o assistente social no seu dia a dia. Momento de se sentir um profissional antes de o ser e de concordar com lamamoto (2009), quando ela diz que o espaço sócio-ocupacional do assistente social representa um reflexo da conjuntura social em que se encontra inserido, uma espécie de constructo sócio-histórico que se ergue na sociedade capitalista, todavia, num âmbito menor. Assim, no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social se movimentam todas as relações próprias da sociedade capitalista, com suas relações contraditórias e instâncias da organização social da sociedade.

Marcado pela eterna luta de classes, o espaço sócio-ocupacional se ocupa das relações sociopolíticas internas das instituições sociais onde trabalha o assistente social, agenciadas pelo Estado por meio do desenvolvimento das políticas sociais. Para lamamoto (2009), as políticas sociais atuam como instâncias redutoras das tensões e expressões da questão social, produzidas nas relações de dominação de classe que abrangem todos os setores dos grupos vulneráveis.

Dessa explicação de lamamoto (2009) se extrai a concepção das políticas sociais como o espaço privilegiado do exercício profissional do assistente social, tal como explana Pastorini (2007) no seu debate sobre a natureza das políticas sociais e sua vinculação com o Serviço Social.

No caso do Estágio Supervisionado desenvolvido durante a minha formação de assistente social, na política de assistência social, foi possível vivenciar na prática os ensinamentos de lamamoto (2009, p. 345), sobretudo quando se refere ao espaço de trabalho do assistente social como o lugar de se desenvolver as habilidades e competências

profissionais, onde o profissional precisa exercer “específicas exigências de capacitação acadêmica [...] que alimentam um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social [...] em direção ao acesso dos beneficiários aos direitos sociais de cidadania”.

É nessa relação de garantia de direitos sociais do Estado para com a sociedade que o Serviço Social se reconhece como uma das profissões mais habilitadas para atuar nas esferas das políticas sociais. Desnecessário dizer que todo o processo de aprendizado na formação da Unitins perpassou por leituras e debates de autores centrais nos estudos da formação do assistente social.

Conquanto o regime de formação em EAD não ofereça a segurança do trabalho acadêmico realizado no regime pedagógico presencial, não há como negar que a formação da Unitins foi deficitária no quesito reflexões e análises mais profundas e detalhadas dos conteúdos programados para o estudo. Um fato marcante dessa deficiência esteve na ausência das leituras diretas dos autores debatidos e citados.

Durante a graduação, nunca tive a oportunidade de ler um livro ou pesquisa publicada por José Paulo Netto, nem por Marilda Iamamoto e, assim, verificou-se a mesma lacuna com todos os autores mais envolvidos na direção hegemônica da profissão, “a vanguarda da profissão” como se refere José Paulo Netto (2008). Todos os textos aplicados nas aulas eram produções interpretativas de professores desconhecidos da vanguarda do Serviço Social. Vale ressaltar, a maioria professores locais, contratados pela Unitins.

As lacunas produzidas por essa incipiência dos materiais de estudo mais rigorosos sobre o Serviço Social veio a se refletir mais tarde, depois de formado, quando passei a assumir meu lugar profissional em Sítio Novo do Tocantins. Posteriormente, senti o vazio intelectual quando planejei entrar no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins.

Atualmente, meu objetivo de formação acadêmica e profissional está em me tornar mestre em Serviço Social, mesmo reconhecendo a falta de experiência em pesquisa e extensão como uma lacuna da graduação enquanto um desafio a ser superado, considerando que essa motivação para o mestrado surgiu ainda na graduação, justamente durante o Estágio Supervisionado, quando vivenciei profissionalmente complexos problemas enfrentados pelos beneficiários da assistência social. Entre esses problemas, acenava-me de forma bem solapada pela cultura local a questão do déficit habitacional entre os povoados de Sítio Novo do Tocantins. Isso ficou pautado durante as visitas domiciliares, quando assistimos famílias inteiras morando de forma rudimentar sem o menor resquício de dignidade, em casinhas pequeninas construídas de adobe, cobertas de palha, com chão de barro batido, geralmente com três compartimentos apenas para abrigar famílias de mais de seis pessoas, na sua maioria.

Ainda como assistente social em formação, senti a dor da falta da moradia digna para os grupos rurais dos povoados. Não hesitei em considerar, informar e sugerir à gestão do município a necessidade urgente de contemplar nas iniciativas sociais locais uma demanda de construção de casas através de um programa de habitação de interesse social, voltado para os povoados da zona rural. Formei-me assistente social em 2011, porém, em 2012, o município iniciou a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida/Programa de Habitação Rural de Interesse social em Sítio Novo do Tocantins, com uma demanda para entregar casas a 200 famílias de pequenos produtores rurais, ou seja, agricultores familiares. Contudo, foram cadastradas mais de 400 famílias solicitantes no programa. Já como assistente social, engajado na leitura e na intervenção da realidade social de Sítio Novo do Tocantins, senti-me profissionalmente realizado, mas continuei curioso a respeito da política de habitação rural de interesse social. Precisava compreender contradições e relações não claramente

estabelecidas que atravessavam a questão da moradia digna na zona rural de Sítio Novo do Tocantins. E com essa semente de questão de pesquisa social, em 2022, caminhei para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, no *Campus* Universitário de Miracema do Tocantins.

Das atividades profissionais de Assistente Social em Sítio Novo do Tocantins

Lembrando que concluí a formação de bacharel em Serviço Social em 2011. Engajado na política de assistência social do município, desde a experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social, já me sentia vinculado à prática política do CRAS de Sítio Novo do Tocantins. Agora, como assistente social do CRAS, de lá conseguia ter a visão de totalidade das principais manifestações da questão social que perpassavam pelos grupos vulneráveis do município. Concorro plenamente com aqueles profissionais que classificam o CRAS como o espaço central de exposição das manifestações da questão social de uma localidade, sendo ela um bairro ou um município, como se passa em Sítio Novo do Tocantins.

Mas não demorou muito para eu me tornar o gestor da política de assistência social do município, já no ano de 2013. Assumindo em 01/06/2013 como secretário municipal da Assistência Social e responsável pela gestão das políticas públicas dessa área, abandonei a função de técnico agropecuário especializado em agricultura, que passei a exercer, na Prefeitura Municipal, após concluir meu curso técnico na EAFA.

Somando as experiências do estágio Supervisionado em Serviço Social, que me engajaram na política de assistência social, minha contratação como assistente social do CRAS por um ano e, posteriormente, minha atuação como secretário municipal de Assistência Social, posso conferir que estou no 13º ano de minha vida profissional

como assistente social. Contudo, como vinte anos como funcionário público, considerando que anteriormente fui técnico agrícola do município de Sítio Novo do Tocantins por sete anos, enquanto me preparava para ser um assistente social, valorizado pelos grupos vulneráveis do município, fato de me impeliu a avançar no conhecimento da profissão tanto no campo teórico quanto no trabalho profissional do assistente social, a ser aprimorado com o título de mestre em Serviço Social.

Como um assistente social e técnico agrícola chega a um programa de mestrado em Serviço Social de uma universidade pública e se encontra com seu objeto de pesquisa

A experiência de aluno especial

Côncio de que ingressar em um programa de mestrado de uma universidade pública seria uma árdua missão, pois, a princípio, exigiria vencer lacunas educativas e históricas de um egresso da modalidade de EAD, mas tranquilo quanto às minhas deficiências, passei a acessar o *site* do PPGSS da UFT, em busca de informações sobre o mestrado em Serviço Social. Muito esperançoso e crente de que eu conseguiria alcançar meu objetivo, encontrei no *site* uma chamada para aluno especial. Por força da sorte e do meu objetivo, havia sido aberta uma chamada para aluno especial do mestrado em Serviço Social da UFT.

Sem hesitar, organizei a minha inscrição, totalmente dentro dos padrões e quesitos exigidos. Na data do resultado, para a minha satisfação e aumento da esperança de chegar ao mestrado, estava lá meu nome entre os selecionados para cursar, em 2022.1, a disciplina Estado, Política Social e Direitos Humanos, conduzida pelas professoras Dra. Maria Helena Cariaga e Dra. Vanda Micheli, matéria considerada por

mim a mais importante de todas as estudadas durante o mestrado. Tal importância foi constatada a partir do momento em que me envolvi num conteúdo capaz de suprir todas as maiores lacunas que o ensino EAD deixou para aprender na vida profissional.

Com uma ementa centrada nos estudos das categorias Estado, Políticas Sociais, Direitos Humanos, capitalismo, questão social e Serviço Social, a disciplina desenvolveu debates imprescindíveis para o assistente social poder fazer sua compreensão dos principais problemas vivenciados nos espaços sócio-ocupacionais durante o exercício profissional.

Questões intrínsecas à dinâmica do modo de produção capitalista estudadas sob a perspectiva materialista dialética marxista foram abordadas com enfoques na elucidação da natureza da sociedade capitalista e sua constituição de classes, constituídas nas relações de produção capitalista de mercadorias. Estudamos as relações conflituosas constituídas entre as classes fundamentais, sob a dominação e o poder ideopolítico, econômico e cultural do capital, produzindo o incessante processo de luta de classes.

O rebatimento na classe trabalhadora e na sua luta por direitos humanos e sociais e a necessidade de intervenção do Estado como o grande mediador dos conflitos sociais através da instituição das políticas sociais foram outros debates estudados, seguidos pelas discussões sobre as políticas sociais, principalmente na leitura de Behring e Boschetti (2007), cujos apontamentos perpassaram pela compreensão dos significados da política social em sua relação com o Serviço Social, com o sistema capitalista e com as teorias sociais que têm explicado seu surgimento, sua relação com as classes sociais, até chegarmos nas políticas sociais tratadas pelo Estado brasileiro.

Ainda, como aluno especial do PPGSS da UFT, frequentei a turma de Pesquisa Social de 2022.2, coordenada pela Dra. Mariléa Salvador.

Naqueles dias, conheci o que seria o rigor teórico-metodológico defendido no ensino, na pesquisa e na extensão em Serviço Social.

Advindo de uma sociedade conservadora e não preocupada com a interpretação e conhecimento profundo da realidade que se passa no cotidiano das nossas experiências de vida social, descobri, logo de início, que a realidade mesma é o devir, o que está escondido atrás da aparência, que o aparente nem sempre é a realidade mesma das coisas do mundo dos homens. E a pesquisa é a produção do conhecimento na busca do devir.

Apreendemos sobre o devir e as formas de observá-lo, identificá-lo e descortiná-lo, orientado pelo pensamento social marxiano. A disciplina de Pesquisa em Serviço Social teve como seu conteúdo principal o método em Marx de conhecer e de interpretar a realidade social objetiva, que se mostra por si mesma, bastando para tal saber identificá-la.

Orientados pelos princípios e determinações do materialismo dialético, aprendemos do que se trata a pesquisa social, quais seus tipos mais usados na academia do estado burguês, como se processam as principais metodologias de pesquisa no Serviço Social e como se planeja um projeto de pesquisa.

Não preciso contar que eu me sentava na primeira carteira, de olho vidrado nos debates que se seguiam a cada aula. Inserido numa turma considerada boa pela docente e pelo colegiado do mestrado, a maioria dos colegas eram egressos da graduação da UFT, assim como já haviam feito a Especialização em Políticas Sociais, também na UFT.

Eu era apenas um aluno especial, sem grandes experiências em estudos rigorosos no Serviço Social, principalmente no método marxiano de produção de conhecimentos, mas era o primeiro que chegava e o último que saía, anotava todas as dúvidas e ao final perguntava todas as questões sem respostas para a professora. O resultado dessa experiência foi concluir o semestre junto com meu projeto de pesquisa para concorrer à vaga de aluno titular na próxima seleção.

Também, ao final do semestre, fiz, junto com todos os colegas, o trabalho final da disciplina: planejar e escrever a metodologia da pesquisa a ser desenvolvida no mestrado. Nesse trabalho, reencontrei-me com meu antigo objeto de pesquisa, aquele que me surgiu quando me senti sensibilizado com as condições precárias das moradias das famílias rurais dos povoados de Sítio Novo do Tocantins.

Encontro e reencontro com o objeto de pesquisa, mas, para fazer o trabalho final da disciplina, confesso que precisei ler e estudar da forma nunca antes feita por mim. Contudo, com o acompanhamento da professora, fui elaborando meu trabalho final e entreguei na data marcada. O resultado foi ter alcançado a nota A, que, para mim, teve o brilho de um excelente. Agora me sentia capaz e seguro de que seria aprovado na próxima seleção. E, assim, se realizou.

O ano de cursar as disciplinas como aluno regular

Cheguei à UFT, como aluno regular, em março de 2023. Muito feliz, precisava cursar as disciplinas obrigatórias que me faltavam, já que havia concluído duas anteriormente como aluno especial – Estado, Política Social e Direitos Humanos e Pesquisa Social. Agora faltava apenas uma disciplina obrigatória – Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, além das optativas – Gênero, Sexualidade, Etnia e Raça em tempos de Neoliberalismo e Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Foi o ano que experimentei a maior carga de estudos durante toda a minha formação de assistente social, considerando a quantidade e a qualidade dos conteúdos das disciplinas e os trabalhos acadêmicos que cada uma exigiu durante o seu percurso.

Em Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, disciplina coordenada pelo professor Dr. André Luiz Augusto da Silva, conhecemos todas as principais correntes de pensamento social e filosóficas

sustentadoras dos arcabouços teórico-metodológicos das ciências sociais, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e o Serviço Social.

Com todo o cuidado de mostrar as raízes do pensamento social ocidental, a disciplina fez o debate sobre o positivismo e a fenomenologia; em seguida, estudamos as correntes idealistas dominantes desde os pré-socráticos até Hegel, para, em seguida, atentarmos para o debate sobre o materialismo histórico e dialético de Marx. Conduzidos pelo pensamento marxiano, realizamos estudos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e a questão da liberdade em Marx. Confesso que essa abordagem foi vivenciada por mim como uma viagem fantástica pelo mundo da reflexão dialética, pela descoberta do incessante movimento da realidade e das relações do homem com a sociedade, do homem com a natureza e do homem com ele mesmo, em todas as suas instâncias sociais.

Concluídas as disciplinas obrigatórias, participei das turmas de Gênero, Sexualidade, Etnia e Raça em tempos de Neoliberalismo e Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Disciplinas riquíssimas de informações e reflexões sobre aspectos inerentes à formação da sociabilidade humana no contraditório mundo social capitalista, principalmente no que diz respeito às diversidades aparentes e não aparentes das relações sociais constitutivas da realidade social.

Na disciplina Gênero, Sexualidade, Etnia e Raça em tempos de Neoliberalismo, coordenada pelo professor Dr. João Nunes, fizemos uma excursão pelo debate sobre gênero e sexualidade e suas intercorrências e implicações teóricas e conceituais com raça e etnia nas conjunturas sócio-históricas que perpassam do colonialismo ao neoliberalismo, principalmente na América Latina.

Conforme pautado no título da disciplina, em tempos de neoliberalismo, ou seja, em tempos de avanço da política de extrema direita, de surgimento na mídia e, no cotidiano da sociedade brasileira, de

grupos neofascistas e neonazistas, convive-se com o aumento alarmante dos dados de feminicídio, violência contra a mulher, violência contra pessoas LGBTQIAPN+, perseguição implacável a moradores de rua, e racismo contra a população negra e os povos originários.

Nesse clima social de aumento do terror contra os segmentos da classe trabalhadora, com frequência vistos indiscriminadamente como pessoas vulneráveis pela ideologia de extrema direita, um estudo que atualize a sociedade sobre os significados de gênero e sexualidade articulados às situações de raça e etnia se faz necessário para esclarecer não apenas os conceitos em movimento, mas, sobretudo, as formas de enfrentar as manifestações da questão social que envolvem, nos dias atuais, as contradições sociais de violência, racismo e assédio às mulheres, crianças, adolescentes, idosos, indígenas, negros e populações empobrecidas, de modo geral.

A segunda disciplina optativa Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, coordenada pela professora Dra. Rosemary Negreiros, desenvolveu-se em torno de uma ementa que tratava, de modo geral, de uma exposição da diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na América Latina e, principalmente, de uma abordagem sobre todos os problemas socio-culturais que esses povos e comunidades têm enfrentado no processo histórico da formação do Brasil e a respeito das intervenções que o Estado vem apresentando, ao longo desse processo histórico, no trato com os povos indígenas e originários, principalmente na Amazônia.

Com essa ementa desenvolvida em sala de aula, a disciplina levantou os debates urgentes sobre a invisibilidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos e a atuação do Estado capitalista perante essas populações diferenciadas. Nesse contexto, consideramos como ponto alto dos estudos os debates e explicações dialogadas sobre as lutas dos movimentos sociais dos

Povos da Floresta com suas ações organizativas na afirmação da territorialidade e dos direitos sociais na Região Norte e na Amazônia Legal.

Das atividades de pesquisa, orientação da dissertação, extensão e produção de trabalhos para publicação

Considerando que o mestrado em si é o primeiro curso *stricto sensu* da carreira na formação de pesquisadores e docentes da comunidade acadêmica, quando se insere num programa de mestrado, já temos um projeto de pesquisa em mente. No meu caso, esse projeto foi pensado durante a experiência como aluno especial da disciplina Pesquisa em Serviço Social. Nesse momento, certifiquei-me do objeto de pesquisa que já carregava comigo desde o meu envolvimento profissional com o Serviço Social no Estágio Supervisionado praticado na graduação e logo iniciei a orientação de dissertação.

Ao iniciar a orientação, fui convidado a ingressar no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social Crítico – Gepesscrítico. A partir dessa inserção, apresentei o projeto de pesquisa, intitulado *Habitação Rural de Interesse Social em Sítio Novo do Tocantins: desafio para o Serviço Social no “Bico do Papagaio”*. Como objeto de estudo ficou delimitada a *Política de Habitação Rural de Interesse Social, especificamente no Programa Nacional de Habitação Rural*, ação integrante do Programa Minha Casa Minha Vida nos Povoados da zona rural do município de Sítio Novo do Tocantins no Bico do Papagaio e suas contradições sociopolíticas, enquanto espaço sócio-ocupacional do assistente social em processo de intervenção profissional do Serviço Social, no período de 2019 a 2022. Ficou também definido que o objeto de estudo seria problematizado pela questão da pesquisa que procurava saber como se explicam as contradições e complexidades apresentadas pela política de habitação rural de interesse social em Sítio Novo do Tocantins desenvolvida nos povoados do município.

Definiu-se a seguinte questão de pesquisa: como tem se processado a intervenção social feita pelos assistentes sociais junto aos beneficiários dessa política pública e social?

Partindo da questão norteadora da pesquisa, foram desenvolvidos o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa, a fundamentação teórica e a metodologia da pesquisa. Resumindo, a pesquisa foi planejada sob a metodologia de uma pesquisa participativa, de abordagem qualitativa, realizada através de trabalho de campo e trabalho bibliográfico.

Orientado pelo método que a academia costuma chamar de materialismo dialético, desenvolvi a pesquisa de mestrado. Sob a orientação crítico-dialética materialista da professora orientadora, aprendi primeiramente que é possível pensar dialeticamente através do método praticado por Marx (2008), descrito por ele como um caminho “do particular ao geral” e, confortavelmente, explicado por Menezes (2022) como um caminho revolucionário de compreensão da sociedade capitalista enquanto uma sociedade de classes em eterna luta, provocada pela história, na construção da base real da realidade, lugar de se desenvolver as relações sociais em seus múltiplos aspectos.

Para Marx, como aponta Menezes (2022, p. 19), “há um processo de relações sociais, fundamentalmente, materiais que promovem a existência da sociedade capitalista e entendê-la é considerar uma série de aspectos [...]” que se encontram na história concreta, crítica, não idealista, da realidade, mas “de carne e osso”, como diz o autor.

Com esse rigor metodológico, embora não apartado do processo epistemológico que constitui a pesquisa em Serviço Social, vai-se a campo. Chega-se até a realidade dos povoados de Sítio Novo do Tocantins e procura-se, na realidade vivida cotidianamente, retratada nas condições objetivas de vida dos produtores e trabalhadores rurais que lá habitam, a sua história e seus modos de viver, seus recursos e

seu engajamento com a política de habitação rural de interesse social que lhes proporcionou, enquanto direito social básico, uma moradia.

Busca-se saber se realmente essa população conquistou a moradia digna, partindo da descrição das situações presentes na realidade, abordando desde o início do processo de conquista da casa até as condições em que foram entregues e que se apresentam atualmente. Vale ressaltar que o objetivo da pesquisa não é fazer uma avaliação da política implementada, mas, sim, captar as contradições impressas e desenvolvidas no processo de implementação, execução e usufruto do programa habitacional desenvolvido, sobretudo, com a contribuição do exercício profissional do assistente social, como membro da equipe técnica do programa. Nessa tarefa, foram entrevistadas 50 famílias. E os primeiros resultados foram apresentados no exame de qualificação do projeto de pesquisa, totalmente aprovado pela banca examinadora.

Concomitantemente ao trabalho de orientação, desenvolvimento da pesquisa e escrita dos resultados colhidos nesse processo de produção de conhecimentos, atividades de extensão foram desenvolvidas durante o ano de 2023. Desenvolvidos pelo Gepesscrítico, aconteceram, de 17 a 19 de outubro de 2023, o I Colóquio Internacional e o III Colóquio de Pesquisa Social Crítico-Dialética, para o qual fui convidado pela minha orientadora para participar da comissão organizadora como representante estudantil da pós-graduação.

Para além das atividades de organização dos minicursos que aconteceram nesse evento, sendo dois: *Conhecer para transformar ou conhecer para reproduzir?*, conduzido por Ivo Tonet, e *Pesquisa e Serviço Social Crítico – fundamentos e possibilidades no processo de intervenção*, conduzido por Manuel Mallardi, docente de Trabajo Social da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Unicen), de Tandil, Argentina, fez-se o aproveitamento de acompanhar as reflexões críticas elaboradas e apresentadas pelos autores.

Ainda como membro de comissão organizadora, participei do *I Encontro da Agricultura Familiar de Miracema do Tocantins: diálogo com as políticas públicas para a agricultura familiar (CONAB/MDA/ Crédito Fundiário/BASA/Banco Fomento) e associações de assentados e comunidades tradicionais*, no auditório da Unidade Warã, do Campus Universitário de Miracema da UFT, evento , realizado no dia 31 de outubro de 2023 sob patrocínio do Gepesscrítico, vinculado ao Curso de Serviço Social (Graduação e Pós-graduação) da UFT.

Programado para promover a aproximação dos assentamentos rurais de Miracema com os órgãos das políticas públicas para a agricultura familiar, através do diálogo e da troca de saberes entre todos os sujeitos – públicos e privados – envolvidos, visando o fortalecimento do desenvolvimento rural no município, esse evento ensinou, basicamente, como se dialoga de forma ampla e crítica sobre um assunto que trata da garantia dos direitos sociais de cidadania para um grupo social específico. No caso, foi abordada a totalidade dos processos que envolvem a agricultura familiar em Miracema do Tocantins. Ressalta-se que o evento contou com a participação de todos os órgãos envolvidos com a temática nas três esferas do Estado.

Ainda em 2023, em janeiro, aconteceu o Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares da Comarca de Itaguatins, outro evento de grande envergadura realizado em Sítio Novo do Tocantins, sob a minha coordenação e participação dos novos conselheiros tutelares de Axixá do Tocantins, Itaguatins do Tocantins, Maurilândia do Tocantins, além de Sítio Novo do Tocantins. Essa capacitação foi executada pedagogicamente como atividade de extensão aprovada e titulada pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFT.

Vale ressaltar que, ao exigir do seu acadêmico produções científicas, em forma de artigos e resenhas, além da dissertação, o mestrado prepara o profissional para publicar textos científicos em periódicos e em outros meios de divulgação de pesquisas e debates com fundamentação científica.

Nessa esteira da produção de textos, preparei dois artigos como matérias de avaliação de disciplinas. No primeiro, debati os avanços e os retrocessos da política de habitação de interesse social no Brasil, ocorridos nas conjunturas democrático-participativas dos governos progressistas brasileiros instalados de 2002 a 2015 e nos governos da extrema direita instalados oficialmente de 2016 a 2022. Nesse artigo, expressei os modelos de Estado diferenciados pela proposta ideopolítica da classe dominante em relação ao trato dos direitos sociais requeridos pela classe trabalhadora, em outras palavras, como cada tipo de Estado desenvolve as políticas sociais de direitos dos trabalhadores e seus setores equivalentes e aproximados.

Como conclusão, postulei que um Estado democrático valoriza a conquista da cidadania para a classe trabalhadora e suas franjas, enquanto o Estado implementado pela extrema direita descarta totalmente as contribuições públicas para o bem-estar dos grupos subalternos. Ressalto que esse artigo foi enviado para a Revista Mundo Livre, publicação multidisciplinar do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes (periódico B1 – Capes), tendo sido aceito para a publicação com correções obrigatórias. Tais correções foram feitas e, no momento, aguarda-se a sua publicação.

No segundo artigo, pesquisei e expus os processos de formação sócio-histórica e política dos povoados da Amazônia, objetivando chegar à existência dos povoados de Sítio Novo do Tocantins e seus processos de sociabilidade, próprios do mundo rural em pleno capitalismo avançado. Fizemos, através do percurso histórico da formação dessas comunidades, a explicação da dinâmica social de vida, trabalho e relações empreendidas com o Estado e com a sociedade. Este artigo está sendo organizado para futura publicação.

Considerações finais: dez anos de aprendizado em dois de estudo

Sempre que se conversa sobre o mestrado, suas exigências e as dificuldades mais comuns vivenciadas nesse momento da formação acadêmica, escuta-se que esse é o momento mais difícil a se galgar na formação de um pesquisador e futuro docente. Pensando sobre isso, fico de pleno acordo com essa compreensão.

Momento mais difícil por vários motivos, porque se chega num espaço de aprendizado em clima de já saber de tudo o que se vai tratar ali. Todas as leituras são comumente apresentadas para pessoas já conhecedoras daqueles assuntos, daquela linguagem científica e filosófica, daquelas reflexões dialéticas e carregadas de conhecimentos aproximados de assuntos já tratados anteriormente. Essa realidade chega como algo já vivido e experimentado. Aqui reside a grande dificuldade – o mestrado não é para amadores, mas para estudiosos.

Com esse parecer, chego à conclusão do quanto foi difícil pra mim enfrentar todas as exigências do mestrado. Advindo do ensino de EAD, sem exercício de pesquisa nem extensão; sem leituras-fontes de conhecimentos e pesquisas reconhecidas de produção de conhecimento no Serviço Social e toda a sua fundamentação teórico-metodológica e filosófica, confesso que vivi dias completamente diferenciados.

Novidades se fizeram uma constante no meu cotidiano, grandes descobertas e aprendizados, sempre desejados, mas nunca vivenciados. Entrar no movimento real da sociedade capitalista, conhecer suas principais contradições, descobrir que essa sociedade pode ser interpretada e gerenciada por duas grandes visões de mundo: a positivista-funcionalista e a dialética materialista ou mecanicista.

Descobrir a luta de classes cotidiana, as funções precípuas do Estado e a natureza do Estado de direito com suas políticas sociais e, estas, com seu funcionamento duplo, de atendimento às suas classes

fundamentais, suscitou em mim uma realidade: a necessidade de estudar, estudar incessantemente, para, enquanto assistente social, chegar a poder contribuir materialmente com um mínimo de transformação social.

Hoje, às vésperas de fazer a defesa da minha pesquisa e entregar minha dissertação de mestrado em Serviço Social, sinto-me como se tivesse vivido dez anos em dois! E, assim, prefiro finalizar com a seguinte reflexão de Marx (2008, p. 47): “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Referências

BEHRING, Eliane; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).

COSTA, José Marcelino M. da *et al.* **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 4).

GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; AABEPSS, 2009. p. 341-375.

MARTINS, José de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ética, 1988. (Série Princípios).

MENEZES, Jean Paulo P. de. **O método em Marx**: um estudo sobre o presente como síntese de múltiplas determinações. São José do Rio Preto: Práxis Editorial, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? *In*: MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.



CAPÍTULO 7

Narrativas de uma assistente social: vida, formação acadêmica e profissional

Leila Borges de Castro

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
Só levo a certeza de que muito pouco sei
Ou nada sei.

(Tocando em frente, Almir Sater e Renato Teixeira).

Introdução

No presente tópico, segue-se um breve resumo da minha vida e história. Aos meus 39 anos e há 22 morando em Palmas (TO), sou natural do estado do Pará, onde começa a minha história. Nasci aos 30 dias do mês de maio do ano de 1985 no Hospital Municipal da pequena cidade de Parauapebas, Pará. Sou mãe de Henrique, 22, e de Heloisa Helena, 17, e sou tutora de Tory, da raça pinscher, de 9 anos. Sou divorciada.

Este texto trata-se de uma narrativa autobiográfica na qual pretendo discorrer sobre memórias significativas que marcaram minha história de vida e aprendizados. Dessa forma, é uma seleção de fatos e recortes de vivências que quero contar. Para isso, vou revisitar experiências e reunir os acontecimentos ao longo da vida, as memórias de infância, família, amigos, mestres, aprendizados, frustrações, desafios e escolhas. Nesse sentido, o memorial torna-se uma retomada histórica e permite folhear as páginas da vida, explorando e elegendo quais elementos dizer.

No dizer de Ianni (2011), nenhum de nós é resultado de nossa biografia vista cronologicamente. Para o autor, cada um de nós é resultado de um acontecimento ou de alguns acontecimentos excepcionais em alguns momentos da vida.

A cada linha narrada, eis um fragmento que se desvela a mim numa tentativa de narrar minha própria existência. Esse movimento me traz para perto, me permite refletir sobre cada escolha que fiz, é um reconhecimento do meu eu.

Meu eu

Meu nome é Leila, de origem árabe, que significa “noite” ou “negra como a noite”. De acordo com o *Dicionário de nomes próprios*, a raiz etimológica do meu nome está no árabe *Láyla*, que se originou a partir da palavra *láylah*, que quer dizer “noite”, fazendo com que o nome ganhasse o significado de “negra como a noite”.

Segundo meus pais, fora palpite da médica que efetuou meu nascimento, Dra. Lílian. Nasci de parto normal e após esterilização cirúrgica da minha mãe. Considero essa informação um tanto quanto relevante em minha história de vida, representando para mim a minha persistência e determinação, alguns de meus traços principais.

Ainda nas palavras de Ianni (2011, p. 405), quando nós sabemos o nome de uma pessoa, nós temos um dado sobre ela, mas nós não conhecemos a pessoa. E se nós temos a idade, a profissão, a religião que ela pratica, sua ideologia política, sindical e sua família etc., então, nós vamos, ao conhecer essas características, descobrir quem é a pessoa. É pela reflexão sobre o conjunto de informações e fatos que iremos decifrar as determinações que constituem esse ser social. E essas determinações constituem o real e são indispensáveis para que se o explique.

Sou a sexta de sete filhos de Cristóvão e Luiza. Ele era pedreiro e carpinteiro e ela empregada doméstica e tantas outras coisas que conseguiam fazer para conseguir sustentar a família. Ambos aposentados atualmente, semianalfabetos, de origem tocantinense, migraram para região sul do Pará na década de 80 em busca de melhores condições de vida e trabalho, atraídos pela exploração da mineração.

Sempre foram obstinados pela educação dos filhos desde muito cedo, e é aí que talvez comece minha dedicação aos estudos. Eu cresci ouvindo que precisaria estudar para ser “alguém na vida”. Isso soava estranho para mim naquela época. Meus pais foram, com certeza, os primeiros incentivadores, os alicerces e também as molas propulsoras do meu desenvolvimento humano. Portanto, não poderia falar sobre mim sem antes mencioná-los aqui como minhas primeiras referências de vida.

Cresci, junto aos meus seis irmãos e meus pais, em uma casa simples de madeira, feita pelo meu pai, com um pomar no quintal, no bairro Cidade Nova. A água vinha do poço, tirada manualmente. Não tínhamos nem chuveiro, nem televisão, nem geladeira. A água era filtrada em um filtro de barro. Minha mãe era sempre muito cuidadosa e zelosa com a casa e os filhos. Notava-se isso pelo brilho das panelas enfileiradas numa prateleira, também feita pelo meu pai.

Nesse mosaico de recordações, guardo com imenso carinho as lembranças das histórias contadas por meu pai, quando, em seus domingos de folga, eu o esperava ansiosa enquanto fazia a barba e cantarolava/assobiava músicas de Roberto Carlos: “Quando uma mulher pequena vem falar no meu ouvido, o meu coração dispara...”

Em seguida, precisaria organizar suas ferramentas de trabalho, dentro de um pequeno caixote de madeira – o cheiro de ferro era bastante peculiar. E então começava a minha viagem preferida, a contação de histórias enquanto amolava seus serrotes, lima, organizava martelos e pregos dentro da caixa com muita paciência. Minha mãe fazia o almoço. Meus olhos brilhavam e vagueavam entre as

ferramentas, seus movimentos e gestos enquanto contava as histórias de cordéis, algumas delas: *O pavão misterioso*, *A princesa da pedra fina* e outras que não me recordo os nomes.

Era simplesmente fantástico. E mais incrível ainda era o modo como meu pai as contava: ele gesticulava, fazia suspenses. Eu simplesmente adorava suas histórias e principalmente ouvi-lo contar. Quando eu tinha 8 anos, meu pai me deu de presente um pequeno livreto de cordel “*A princesa da pedra fina*” – e tenho certeza de que meu interesse pela leitura surgiu de ouvir suas histórias na minha infância. Por isso, Luft (2009) afirma que a infância é o chão sobre o qual caminharemos o resto de nossos dias.

As radionovelas e historinhas infantis que escutava no rádio da minha mãe também aguçaram minha imaginação e me chamavam bastante a atenção, além das brincadeiras que costumávamos brincar com outras crianças em frente à rua, entre elas, esconde-esconde, pique-cola, amarelinha, pula-corda, casinha, bete, queimada, subir em árvores e escolinha, que era uma das minhas preferidas e geralmente acontecia embaixo das árvores no quintal. Assim, fui crescendo entre as brincadeiras de faz de conta e o mundo real, descobrindo outras formas de enxergar o mundo ao meu redor.

Vida escolar: dos primeiros passos à graduação em Serviço Social

Os primeiros passos da minha vida escolar iniciaram-se aos 6 anos, quando fui matriculada na escola por meus pais para ser alfabetizada. Para Freire (1987), a alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: “aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra. E a sua palavra humana imita a palavra divina: é criadora”. Foram muitas expectativas criadas no imaginário daquela menininha tímida de olhar comprimido e curioso e bochechas rosadas, quase sempre envergonhadas.

Minha primeira escola se chamava Primavera e era uma pequena casa de madeiras pintada de azul ao final da Rua 2. Tinha apenas duas salas e duas turmas por turno. Eu estudava no turno matutino. Minha primeira professora se chamava Antonia Glacy, era uma mulher franzina de sorriso largo. Minha pequena mochila, uma sacola de tecido com um caderno e alguns pequenos lápis de cor dentro, recebidos pelos irmãos mais velhos que, de tanto terem sido apontados, já lhes faltava tamanho, porém ainda tinham cores e podiam deixar qualquer desenho mais bonito e colorido.

Daquele lugar há um amontoado de lembranças, algumas boas e outras nem tanto. A começar pelas boas, lembro perfeitamente da minha primeira cartilha *Mundo Mágico* e de algumas lições que ainda hoje sei de cor. Lembro-me do momento em que comecei a aprender a ler e, tal qual o título da cartilha, foi um dos momentos mais mágicos da minha vida. Era como se as letras se tornassem bailarinas e juntas descem as mãos formando pequenas palavras e depois dançassem no ar belos textos. Recordo-me também das brincadeiras, das cantigas e das festinhas.

Recordo-me ainda de um dia muito chuvoso, bem cedo em que a ventania estava muito forte e meu pai estava em casa e então foi me levar à escola, pois para ele chuva não era um motivo para faltas, e me envolveu em uma capa plástica, colocou-me no colo e eu o achava tão forte e corajoso, afinal era uma grande enxurrada e havia muita ventania, mas ele não parecia se importar nem com os raios e trovões.

Um fato sobre minha alfabetização é que fiz um teste de proficiência aplicado pelas professoras na época – não compreendi o porquê –, mas no último dia de aula, ao findar a festinha de despedida, as professoras, apontando para mim, chamaram-me e entregaram-me um papel e disseram-me que eu entregasse à minha mãe. Assim o fiz, porém, no caminho, movida pela curiosidade, abri-o e, na tentativa de ler, vi que estava escrito o número 2. Minha mãe procurou a escola

e foi orientada a pegar minha transferência e levar à Escola Chico Mendes e me matricular na 2ª série. Ao questionar, as professoras lhe afirmaram que eu havia concluído a Alfabetização e a 1ª série no mesmo ano e seria a única aluna a ser transferida.

Recordo-me de que houve algumas reuniões com os pais das outras crianças e, ao ficarem sabendo, não concordaram e houve bastante burburinho. Porém fui matriculada na escola mencionada, que era a maior escola pública da cidade e ficava localizada no centro. Todos queriam estudar lá. Confesso que estava assustada, não conhecia ninguém e, no primeiro dia, fui encaminhada para uma sala grande, cheia de livros, a biblioteca, e lá uma professora disse à minha mãe que eu teria que fazer algumas provas, para comprovar que eu realmente estava apta a ingressar na referida série matriculada.

Lembro-me de que senti medo e respondi todas as provas no período da manhã e à tarde foi feito um ditado ou prova oral. Eu estava muito cansada, lembro que meus pés mal podiam alcançar o chão e ficavam pendurados na cadeira. Isso me sinaliza que minha estatura era muito pequena na época. Ao findar as provas, minha mãe veio me buscar e então nos deram a notícia de que eu poderia estudar naquela escola. Minha mãe ficou muito feliz.

Da 3ª até a 8ª série, cursei na escola que havia sido construída no bairro Primavera e havia sido recém-inaugurada. Por ficar mais perto de casa, além de todos irmãos estudarem lá, minha mãe decidiu então pela minha transferência. Na 3ª série, minha professora Isneide era incrível, inspirou-me e inspira-me ainda hoje. Eu participava de concursos de poesia, apresentações e desfiles na escola, fazia tudo para agradá-la, afinal ela era, para mim, uma ídola. Ela levava sua tv e vídeo-cassete para a escola, fazia sessão de cinema e foi lá que assisti ao meu primeiro filme, *Free Willy*. Ela era realmente encantadora. Ganhei o prêmio de melhor aluna da turma e junto, meu primeiro livro de verdade, *Bang Bang à italiana*. Confesso que tentei gostar

daquela leitura e, apesar de ter começado várias vezes, não consegui ler até a décima página por não ter me despertado o interesse pelo gênero textual.

Tive outros vários bons professores e professoras que marcaram minha trajetória, cada um com suas particularidades foram acrescentando algo em mim. No Ensino Fundamental e já na transição para a adolescência, aos 12 anos, fazia a 7ª série e, nesse momento, comecei a me sentir pressionada a pertencer ao grupo de meninas da minha turma. Entre revistas de atores e cantores famosos, signos e conversas sobre garotos, perdi um pouco da minha essência, bem como o foco dos estudos, e essa foi uma experiência difícil. Fiquei na recuperação em matemática pela primeira vez e me senti muito mal.

Já no Ensino Médio, iniciei na Escola Estadual Euclides Figueiredo, a então Escola Chico Mendes onde funcionava o Ensino Fundamental pela manhã e nos períodos da tarde e noite o Ensino Médio e mudava também a gestão escolar. Nesse período da minha vida, já estava um pouco menos tímida e já tinha mais facilidade para fazer amizades e tentava me divertir enquanto estudava. Quero ressaltar as apresentações de seminários – embora não gostasse muito dessas atividades, percebo que me ajudaram bastante em minha desenvoltura ao falar em público e me expressar.

No 2º ano do Ensino Médio, engravidei na adolescência aos 15 anos e consegui concluir com atividades de reposição. Aos 16 anos, fui mãe do meu primeiro filho, Henrique. Parei de estudar um ano e depois me mudei para Palmas. Aos 17 anos, voltei a estudar e concluí a 3ª série do Ensino Médio na Escola Estadual Santa Rita de Cássia. Nesse momento, minha realidade já estava bem diferente e precisava conciliar as responsabilidades de ser mãe, esposa e dona de casa. Precisei dar uma pausa em meus sonhos e me dedicar aos cuidados com meu filho. Aos 21 anos, tive minha segunda filha, Heloísa. Meus dois filhos são minha razão de prosseguir.

Em 2007, fiz a prova do Enem e tive duas opções de escolha, Administração e Serviço Social. A primeira opção me chamava a atenção para auxiliar nos negócios da família. Porém optei pela segunda opção, pela flexibilidade de conciliar a carga horária dos estudos semipresenciais com a maternidade (minha pequena ainda estava amamentando) e demais responsabilidades domésticas. Enfim, naquele momento, até cheguei a pesquisar sobre a grade curricular de ambas as opções, porém não foram esses os critérios que motivaram minha escolha.

Ingressei no Ensino Superior de forma semipresencial na Universidade Norte do Paraná no ano de 2008, incentivada pelo meu irmão mais novo, Milton, que fazia faculdade também. Essa modalidade de ensino a distância era uma novidade naquele momento. Participei da segunda turma e foram muitos os obstáculos que precisei enfrentar: uso de plataformas, problemas de transmissão, desistência da turma, trabalhos acadêmicos e tantas outras responsabilidades que envolvem um processo formativo.

No primeiro dia de aula, eu estava muito animada com meu retorno à sala de aula e me recordo que minha resposta à professora, ao nos perguntar quais eram nossas expectativas, foi: “Não faço a menor ideia do que seja o Serviço Social ainda, porém meu objetivo é estudar, não importa o que seja, eu lhe garanto que, se me ensinarem, estou pronta para aprender”.

Por outro lado, a instituição disponibilizava uma gama de materiais impressos, digitais e acesso à biblioteca digital de excelente qualidade. Fui me familiarizando com o ambiente virtual de aprendizagem e me adaptando às novas formas de aprender. Eram *chats*, fóruns, atividades virtuais, prazos, leituras e mais leituras, avaliações e aulas presenciais uma vez por semana para sintetizar o conteúdo ofertado com a mediação de uma tutora, uma profissional do Serviço Social que mediaria as falas e os debates, após a transmissão da aula em tempo real.

Era tudo muito novo e fui encontrando minha forma de fazer minha autogestão de estudos de acordo com minha realidade, e considero importante ressaltar que, apesar da flexibilidade de horários que teria para estudar, isso me exigia um nível de maturidade que nessa modalidade de ensino requer, tendo em vista que o aluno se torna responsável pelo seu processo de aprendizagem, reduzindo, portanto, a responsabilidade da instituição de ensino na garantia das condições de qualidade na oferta do ensino.

Decidi estudar no período noturno em casa, após as crianças dormirem, e assim conseguia ler o material antecipadamente e me preparar para os debates em sala. E desse modo, à medida que eu conhecia, ia cada vez mais me identificando com a profissão. Além disso, haviam seminários, provas, trabalhos acadêmicos e estágio supervisionado que me aproximavam ainda mais e me despertavam o interesse por aprender mais.

Sobre a etapa do estágio supervisionado em Serviço Social, considero como uma experiência importante e significativa para mim. Realizei meu estágio curricular obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Aurenny IV, de Palmas, que mais tarde fora desativado. Foi aí que definitivamente me identifiquei com o Serviço Social. Minha supervisora de campo era a Marques, uma profissional simples e acolhedora que me ensinou muito sobre prática, gestão de processos de trabalho, consciência crítica e relativa autonomia do Assistente social em sua práxis. Tive a oportunidade de vivenciar várias atividades e de compreender a materialização dos instrumentais do Serviço Social, trabalho em equipe, visitas domiciliares, trabalho com grupos e de fazer relação entre teoria e prática em minhas reflexões diárias, no atendimento direto aos usuários, na elaboração de relatórios e pareceres sociais e na concessão de benefícios assistenciais.

Possuo também formação em duas pós-graduações, sendo a primeira na área de Gestão em Políticas Públicas e Serviço Social pelo Itop em Palmas em 2014 e a segunda uma especialização na área de Processos Educacionais e Preceptoria no Sistema Único de Saúde (sus) pelo Hospital Sírio Libanês em 2020.

Trajetória profissional ao mestrado

Minha trajetória profissional aliada ao Serviço Social iniciou-se um pouco mais tardiamente. Eu estava com 30 anos. Considero que fiz o caminho inverso: primeiro tive filhos e depois retomei os estudos. Aqui, abro parênteses para dizer algo sobre minha trajetória de vida pessoal que está intrinsecamente relacionada à minha identidade profissional.

Antes de ser assistente social, era mãe e esposa e auxiliava nos negócios da família, o que acrescentou em meu desenvolvimento pessoal. Porém me divorciei aos 33 anos. Casei-me muito cedo, aos 16 anos, após engravidar do meu primeiro filho, e vivi em um relacionamento abusivo por 18 anos. Sobrevivi à violência doméstica. Ao iniciar a graduação em Serviço Social, ainda que inconscientemente, iniciava um plano de saída, uma “rota de fuga” e foi assim, um passo de cada vez, que consegui criar um novo caminho, sozinha com meus filhos já adolescentes. Hoje eu costumo pensar que o Serviço Social foi a ponte que me trouxe de volta para mim. Reencontrei-me com minha essência, minha identidade, refiz-me enquanto ser humano.

Após concluir a graduação em 2012, optei por estudar para concursos públicos. No começo sem muita pretensão e depois fui me dedicando e afinando cada vez mais. Vale dizer que fiz algumas provas antes da aprovação e não obtive os resultados esperados, até que em 2014 abriram editais do município de Palmas para o quadro geral e da Saúde. Naquele momento, fiz as duas provas, porém meu foco era

o quadro geral, já que minha aproximação no estágio com a política de Assistência Social havia me despertado interesse e afinidade.

Ressalto e relembro uma fala minha corriqueira naquela época: “não trabalharia na área da saúde”, pois, durante a formação acadêmica, não me identificava com essa política. Além disso, quando criança, tinha aversão a ambientes hospitalares e definitivamente essa não era a minha primeira opção. Para minha surpresa, o destino me pregou uma peça e em abril de 2015 vieram a aprovação e a nomeação como servidora municipal da Saúde. No dia 5 de maio do mesmo ano, entrei em exercício profissional.

No momento me veio um misto de sentimentos de alegria e receio e um imenso frio na barriga. Tudo isso por conta de não saber exatamente o que me esperava, da inexperiência e do peso da responsabilidade do exercício profissional em consonância com os princípios éticos políticos da profissão. Então me vi despida. Antes de iniciar as atividades, busquei na literatura arcabouços teóricos e parâmetros para a atuação na Saúde que subsidiassem minha prática e a construção da minha identidade profissional, além de buscar por profissionais mais experientes, construí, assim, um espaço de diálogo e trocas.

Iniciei minha atuação em uma Policlínica da Atenção Especializada no Jardim Aurenny I. Era uma unidade antiga e a maioria dos servidores também. Aos poucos, fui me reconhecendo e reinventando naquele lugar. Lá eram ofertados atendimentos com médicos especialistas e equipe multiprofissional. Atuei nessa unidade por um ano, e no ano seguinte, com a aprovação de uma portaria que reorganizava a Atenção Primária em Saúde no município de Palmas, fui então realocada na Atenção Primária à Saúde (APS) e passei a compor o então Núcleo de Apoio ao Saúde da Família (Nasf), passando por diversos territórios de saúde e mudanças nos processos de trabalho, redivisão de equipes e novas atribuições. Foi necessária uma nova

revisão teórica dos documentos que norteavam a prática do Serviço Social nos Nasf.

Foram tempos de construção e reconstrução em minha prática. Lidar com os conflitos e as tensões institucionais, sem, contudo, perder de vista o projeto ético-político da profissão foi elemento marcante nessa fase. Já em 2019, fui selecionada para o cargo de preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade pela Fundação Escola de Saúde de Palmas e passei a compor o corpo docente da unidade educacional de Prática Profissional. Desde então, atuo também na formação de profissionais residentes para equipes multiprofissionais do sus. Com o tempo, as alegrias, as frustrações e as aproximações sucessivas com a política de Saúde e com o sus se reformularam em mim e consolidaram minha identidade e bandeira de luta. Hoje sinto profunda identificação com minha profissão e com o Sistema Único de Saúde.

Minha inserção no mestrado é um sonho. Começou a ser gerada desde 2019 com a notícia da implantação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social no *campus* de Miracema (RO). Portanto, estar aqui e agora cursando o mestrado é a concretização de algo que sonhei e me planejei desde então, porém somente agora consegui de fato, com organização, planejamento estratégico, dedicação, renúncias e apoio de familiares e amigos. Surgiu, assim, a oportunidade e me sinto muito feliz por isso.

Acredito na transformação da sociedade por meio da educação. E nessa perspectiva, busco aprimorar a minha prática profissional por meio da construção do conhecimento científico e novas formas de pensar. Considerando a minha trajetória profissional no Sistema Único de Saúde atrelada ao trabalho multidisciplinar, afirmo que isso sempre me motivou a querer entender melhor as dinâmicas das relações sociais que se estabelecem na prática e desvendar o universo que une as categorias profissionais em torno de um objeto de trabalho, “o cuidado em saúde”.

A partir desse pressuposto, surgiu, portanto, a curiosidade de entender, para além do campo do trabalho, as relações sociais e seus vieses multifacetados. Enquanto assistente social, meu compromisso ético-político é com a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios do código de ética e com a luta geral dos/as trabalhadores/as e mais especificamente trabalhadores/as do sus.

Acredito ainda na possibilidade de contribuir significativamente no compartilhamento de novos conhecimentos e nos resultados da pesquisa para a transformação de práticas no sus. Tendo em vista a notoriedade e reconhecida reputação dessa instituição em nosso estado e do seu relevante papel na formação de sujeitos pensantes e na contribuição social da pesquisa para a coletividade, alinhando-se com os meus objetivos de pesquisa e projeto de vida, vislumbro portanto, uma oportunidade para a ampliação no campo do saber, considerando a importância do saber científico para a transformação de dada realidade e tendo a certeza de que irá agregar significativamente em minha prática no sus.

Ressalto que, antes da publicação do edital do mestrado, eu já havia me organizado e fui iniciando a escrita do projeto de pesquisa. Conversei com algumas colegas mais experientes nessa área sobre como se dariam as etapas, busquei diversas instruções, tracei um plano de estudos, realizei a delimitação do meu objeto de pesquisa, a revisão bibliográfica e a separação de conteúdos afins para a leitura. Desde então me dediquei a esse projeto, que costumo dizer que está intrinsecamente alinhado ao meu projeto de vida. Precisei tomar decisões difíceis, como, por exemplo, entregar uma turma de residentes em Serviço Social na qual era facilitadora desde 2019 até 2023 na Unidade Educacional Integralidade do Cuidado Individual, da Fesp, pois avaliei que não conseguiria conciliar essa atividade com o mestrado.

Realizei minha inscrição, organizei os documentos e concluí o projeto de pesquisa em janeiro. Segui as etapas e fui aprovada em março do mesmo ano. O início das aulas se deu ainda no mesmo mês. E como moro em Palmas, precisei reorganizar minha rotina, deslocamento, gastos e liberação do trabalho. Iniciei com três disciplinas, sendo elas: Pesquisa Social, com a professora Dra. Maria Helena Cariaga, Estado e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades tradicionais, com a professora Dra. Rosemary Negreiros, e Serviço Social no Campo Sociojurídico, com os professores Dr. André Luiz Augusto da Silva e Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

Começar algo novo é sempre desafiador no início e requer uma dose diária de esforço e dedicação. Conhecer pessoas novas, a turma e os professores, lugares novos e também novas formas de pensar tem sido uma empreitada que tem gerado para mim muitos aprendizados. Meu projeto de pesquisa está intitulado como *A prática interdisciplinar na Atenção Primária em Saúde em Palmas (TO)*. Meu objetivo inicial é estudar o uso das ferramentas interdisciplinares na atenção e cuidado integral dos usuários na APS. Minha motivação foi buscar conhecer melhor as formas pelas quais se dá o uso dessas ferramentas, para, então, mapeá-las e, posteriormente, observar como seu uso pode implicar na maneira da produção de saúde integral nos territórios.

Ressalto ainda o movimento humanizado e espontâneo por parte de uma das nossas colegas, Thâmbata Farias, que reside em Miracema e nos recebeu de forma muito solidária, apresentando alguns pontos e atrativos de Miracema. No primeiro dia, ao findar a aula, fomos jantar à beira do rio e no outro dia almoçamos juntos também na Praia do Funil, um dos pontos turísticos da região.

Em relação às vivências significativas até aqui, quero destacar a experiência de conhecer uma aldeia xerente (Boa Esperança) e o CRAS, no dia 18 de abril, com a professora Dra. Rosemary Negreiros em Tocantínia (TO). Na ocasião, foram realizadas diversas apresentações

culturais, ritual de boas-vindas com o pajé e anciãos, e demonstração da preparação do pararuto, um bolo de mandioca assado em palhas de banana junto ao chão em cova, além de exposição de artesanato, oficinas de pintura, brinquedos e argila.

Os indígenas daquela aldeia relataram que o Serviço de Saúde realiza atendimento mensal itinerante pelas aldeias. Em relação à Assistência Social, segundo eles, necessitam se deslocar até Tocantínia para acessar os serviços ofertados no CRAS. Alguns indígenas acessam o ensino superior pela UFT e outros estão no mercado de trabalho formal em Tocantínia e Miracema.

A vivência nos proporcionou uma aproximação maior com Povo Xerente, seus diálogos e sua realidade, o que complementou significativamente as discussões e debates em sala de aula. Como aponta Freire (1987), pelo fato mesmo de esta prática educativa constituir-se em uma situação gnosiológica, para ele, o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da “doxa” pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá, no nível do “logos”.

Participamos ainda de uma palestra com o Cacique Raoni, intitulada *Direitos Humanos, meio ambiente e povos indígenas*, no Tribunal de Justiça (TJ) de Tocantins. Também participei das apresentações dos projetos de pesquisa na Semana do Assistente Social da UFT, em Miracema, em 8 de maio; da aula da disciplina Estado e Direitos do Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, com a participação dos convidados representantes do Povo Xerente, bacharel em Serviço Social e doutorando, Alexandre Xerente Shapazane e da sua esposa, a pedagoga Juliete Predi. Além disso, fiz parte da realização dos seminários temáticos apresentados em sala pelos grupos: Quilombolas, Povos Indígenas e Quebradeiras de Coco.

A metodologia das aulas e as disciplinas abordadas em sala, bem como o conteúdo programático, foram de suma relevância em meu

processo de formação e aprendizagem, principalmente no aprofundamento teórico relacionado ao meu objeto de pesquisa. São, portanto, aspectos relevantes de um momento crucial para a vivência do mestrado e para a ampliação e o aprimoramento teórico, ainda que a sobrecarga de leituras demande de mim uma capacidade maior de gestão do tempo nos períodos de dispersão.

Por fim, considero importante também destacar que, em meu tema de pesquisa, pretendo, entre outras coisas, discorrer acerca do histórico da política de saúde no Brasil, o que se relaciona com a linha de pesquisa do mestrado Serviço Social e Políticas Sociais.

Referências

DICIONÁRIO de nomes próprios. c2024. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. esp., p. 397-416, abr. 2011.

LUFT, Lya. **Perdas e ganhos**. 34. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2009.

TOCANDO em frente. Compositores: Almir Sater; Renato Teixeira. Intérprete: Almir Sater. *In*: Ensaio. Intérprete: Almir Sater. [S. l.]: Coqueiro Verde, 1991. 1 CD, faixa 5.



CAPÍTULO 8

Memorial acadêmico de Joelson Barreira de Andrade

Joelson Barreira de Andrade

Identificação

Meu nome é Joelson Barreira de Andrade, tenho 37 anos de idade, nasci em 9 de fevereiro de 1987, em Miracema do Tocantins, sou casado e pai de dois filhos.

Sou servidor público federal, ocupante do cargo de assistente em administração, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Miracema, desde o dia 19 de janeiro de 2009. Meu endereço de *e-mail* é joelsonba@uft.edu.br. Meu currículo *lattes* está localizado no endereço: <https://lattes.cnpq.br/9613561442549010>.

Além disso, também sou psicólogo formado na Universidade Federal do Tocantins, inscrito no Conselho Regional de Psicologia sob o número 23/002752.

Também sou pastor evangélico, ordenado pela Ordem dos Ministros Batistas Nacionais, atuando na Igreja Batista Ágape em Miracema do Tocantins. Com isso, sou formado em Teologia, em um curso livre concluído no Centro de Formação Ministerial Ágape, em Paraíso do Tocantins.

Atualmente estou cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT, no *campus* de Miracema.

Formação complementar

Diferente da maioria dos acadêmicos, meu memorial começa com formações complementares. Uma vez que eu não tinha nenhum desejo

de entrar no ensino superior logo após a conclusão do Ensino Médio. Como alguém cuja origem é a classe baixa, nunca foi uma opção estudar em uma universidade particular e, na época (2004), a Universidade Federal do Tocantins era recente e não tinha tantas opções de curso que me fossem interessantes. As poucas que me interessavam eram ofertadas em cursos integrais. Isso me impossibilitava de cursá-las, pois era necessário que eu trabalhasse durante a graduação.

Houve até uma possibilidade de bolsa de estudos em outro estado, o que infelizmente não foi possível, pois meus pais não conseguiram me dar o suporte que eu precisaria morando longe. Portanto, decidi investir em conseguir um emprego que fosse melhor que *office boy* ou vendedor, pois esses eram os mais comuns na época para quem não tinha nenhuma formação técnica ou superior. Decidi, então, focar em um curso técnico, ao mesmo tempo em que tentava passar em algum concurso público, para nível médio.

Meu primeiro emprego foi como instrutor de curso de informática. Como já tinha certificado na área e apresentava certa facilidade com isso, decidi entrar em um curso técnico na área de Tecnologia da Informação, na então Escola Técnica Federal, que hoje se chama Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO). Ali permaneci durante os dois anos de curso, de 2005 até 2007.

Nesta mesma época, prestei os seguintes concursos públicos: para Operador de Computador no Quadro Geral do Estado, que ofertava 10 vagas em Miracema e eu fiquei na 13ª posição. Depois prestei para técnico de Informática na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), que ofertava 9 vagas, em Palmas, e fiquei na 11ª colocação. Também prestei concurso para Assistente em Administração na Universidade Federal do Tocantins, que ofertou 14 vagas para o *campus* de Miracema e eu fiquei na 22ª colocação. Todos esses concursos ocorreram no ano de 2005 e não obtive êxito em nenhum deles.

No ano seguinte, tive que servir ao Exército, no Tiro de Guerra II-008, em Miracema do Tocantins. Na época, eu tinha alguma aspiração pela carreira militar e a experiência no Tiro de Guerra foi bastante interessante. Servi na mesma época em que fazia o curso técnico em Palmas, e isso tornou o tempo de serviço bastante desafiador.

As instruções ocorriam de segunda a sábado, das 5 às 7 horas da manhã. Após a instrução, todos os conscritos eram liberados, sendo que apenas um permanecia durante a manhã inteira, dando suporte às atividades gerais do quartel. No período da tarde, outro militar permanecia até o fim do dia, quando uma equipe de 5 atiradores (nome dado ao militar que serve em tiro de guerra) chegava para permanecer de guarda durante a noite toda. Isso era necessário, pois, no quartel, havia uma sala onde as armas de fogo utilizadas eram guardadas. Consequentemente, era necessário que durante as 24 horas do dia houvesse pelo menos 2 militares presentes no quartel. No caso, o comandante, um sargento e mais um atirador. No período noturno, apenas a equipe ficava de guarda.

Como eu estudava à noite toda em outra cidade, sendo que eu saía às 17:15 e retornava à 01:00 ou 01:30 da manhã, não tinha possibilidade de eu compor a equipe que ficava de guarda. Com isso, eu permanecia no quartel após a instrução todos os dias da semana, no período da manhã. Como eu tinha grande habilidade com informática, eu atuava bastante no suporte às atividades administrativas do quartel, o que me fez ter bastante contato com o comandante, que me deu várias informações de suas vivências na caserna. Isso me deu um conceito bem claro e realista do que é a vida militar. Caso eu optasse por essa carreira, toda essa experiência seria bastante útil para que tivesse uma noção clara do que esperar no dia a dia, sem romantismos ou outras concepções idealizadas que são bastante comuns em aspirantes ao militarismo.

Uma vez cumpridas minhas obrigações militares, busquei emprego em Palmas. Já que era o último semestre do curso técnico, eu tinha a necessidade de conseguir um estágio ou um emprego. Acabei conseguindo um trabalho remunerado em uma empresa de automação comercial. Durante esse período, eu coloquei em prática parte dos conhecimentos adquiridos no curso técnico, dando manutenção em emissores de cupom fiscal, computadores e *notebooks*.

Permaneci na empresa durante todo o ano de 2007, morando sozinho em Palmas. Foi uma experiência bastante singular. Apesar de vir para Miracema nos finais de semana, viver sozinho em outra cidade me fez compreender o conceito de liberdade, pois essa condição precisa ser pautada por regras e responsabilidades, não se tratando de simplesmente fazer o que bem se entende sem se preocupar com as consequências. Enfim...

No final do ano, minha mãe foi diagnosticada com depressão, em um nível relativamente severo. Isso me fez deixar o emprego e retornar para Miracema, para ajudar no cuidado e tratamento dela. Durante esse período, tentei empreender um negócio simples com o meu irmão, que consistia em fazer trabalhos de digitação. Não deu muito certo, mas foi no que eu trabalhei durante todo o ano de 2008. Fiz vários trabalhos para acadêmicos da UFT de Miracema e consegui desenvolver um bom domínio das regras da ABNT vigentes na época.

No final de 2008, recebi com uma grata surpresa a notícia de que eu havia sido chamado no concurso da UFT para trabalhar no *campus* de Miracema. Mesmo que eu tenha ficado na 22ª posição de um total de 14 vagas, o concurso havia sido prorrogado e os assistentes do *campus* de Miracema haviam sido transferidos para outros lugares ou passado em outros concursos. Isso fez com que os aprovados nas posições seguintes, até a 23ª colocação, fossem convocados posteriormente.

Assim, iniciei o ano de 2009. Feliz e ansioso pelo novo emprego, e apressado com tantos exames médicos e documentos de posse que eu precisei providenciar. Mas deu tudo certo e no dia 19 de janeiro de 2009, assinei meu termo de posse. No dia seguinte, 20 de janeiro de 2009, apresentei-me para trabalhar no *campus* de Miracema, iniciando minha carreira no serviço público federal.

Desde minha posse até hoje, trabalhei em diversos setores, como Biblioteca, Laboratório de Informática, Secretaria Acadêmica (2 vezes), Patrimônio e Coordenação de curso (2 vezes). Sempre tive bastante contato com os professores e com os alunos, pois os setores em que atuei, com exceção do Patrimônio, deixavam-me muito próximo da atividade-fim da instituição. E sempre preferi assim. A única vez em que atuei em uma função burocrática foi uma experiência bastante complicada com a qual não me identifiquei de nenhuma maneira. Como essas são as duas possibilidades de trabalho que tenho no *campus* de Miracema, sempre optei por estar diretamente em contato com o público-alvo da instituição.

Outro ponto importante em minha trajetória é a minha formação teológica. É meio complicado explicar o termo “vocação religiosa” em um ambiente universitário laico, portanto não perderei tempo fazendo isso. O fato é que eu comecei a estudar teologia evangélica antes de ter sido chamado para trabalhar na Universidade Federal. Permaneci nesses estudos durante cerca de 3 anos.

Durante os meus estudos no seminário teológico, comecei a me interessar pela Psicologia. Já havia um certo interesse antes, mas, durante os estudos eclesiais, esse interesse aumentou bastante, uma vez que, além dos assuntos pertinentes à prática religiosa e os conhecimentos teológicos, também se estudam formas de aconselhamento. Interessante mencionar que aconselhamento é a atividade mais rotineira e comum na minha prática ministerial atualmente.

Como comecei a trabalhar na UFT depois de iniciar o seminário teológico, logo de início já ouvia falar da vinda do curso de psicologia para o *campus*. Decidi que, assim que tal curso chegasse, eu estaria na primeira turma. Felizmente esse momento chegou. Em 2015, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), acredito que pela terceira vez, pois ouvi várias conversas de que o Curso de Psicologia seria aberto no ano seguinte e, na época, as seleções para a UFT ocorriam apenas pela nota do Enem.

No início de 2016, ocorreu uma seleção simplificada e eu fui selecionado para a primeira turma de Psicologia. E assim iniciaram-se meus estudos de graduação em nível superior.

Formação acadêmica

Por mais que pareça “clichê”, eu realmente iniciei o Curso de Psicologia com o objetivo de ajudar as pessoas. Tanto a minha formação quanto a prática religiosa me colocaram em contato com muitas pessoas em sofrimento. Com a crença de que a Psicologia pode ajudar bastante, respeitados os seus limites, entrei no curso realmente buscando aprender a ajudar aquelas pessoas que estivessem passando por sofrimento. Não apenas para ser aplicado no contexto da igreja, mas também para atuar profissionalmente nessa área.

O período da graduação foi bem complexo. Surpreendi-me com o enviesamento de ideias e pensamentos presente na universidade. Considerando que a Psicologia é uma ciência, as ideias enviesadas, pautadas pelo pensamento progressista, que eram emitidas por vários professores, assustaram-me bastante no início, pois percebi uma preocupação maior com estar politicamente correto do que com o fato de ajudar o paciente em sofrimento. Ciência não é politicamente correta, assim como não é politicamente incorreta. Não é progressista, assim como não é conservadora ou liberal. E infelizmente, a

experiência da graduação não foi a melhor para mim, porque percebi uma preocupação maior, de boa parte dos professores, com ser progressista e politicamente correto, mais do que com dominar os conhecimentos que eram passados e que seriam necessários na futura prática profissional. Por conseguinte, a preocupação com o que de fato a ciência diz não era tão grande assim nesses docentes.

Em contrapartida, tive experiências maravilhosas com alguns professores que eram diferentes. Ou que não se preocupavam tanto com posicionamentos ideológicos e políticos; ou que me respeitavam e me compreendiam; ou que simplesmente eram éticos, deixando suas opiniões pessoais fora da sala de aula e focando no conhecimento a ser passado. Esses professores me inspiraram a cogitar, quem sabe um dia, a possibilidade de tentar me tornar docente. Antes disso, jamais havia pensado nessa possibilidade.

Durante os anos da graduação, que eram pra ter sido cinco, mas acabaram sendo seis devido à decisão de suspender as atividades durante a pandemia de Covid-19, tive contato com algumas das diversas áreas da Psicologia, como a clínica, a social, a comunitária, a hospitalar, a educacional, a organizacional e a do trabalho. Também estudei sobre a avaliação psicológica, área com a qual me identifiquei bastante, mas que não era o foco do curso.

O colegiado da época havia decidido que o curso focaria em formar profissionais preparados para a prática clínica psicanalítica e para atuação na psicologia social e comunitária, uma vez que estas eram as possibilidades de inserção profissional mais comuns na época. Consequentemente, havia um foco exageradamente grande na psicanálise freudiana e na psicologia social. A despeito disso, as áreas que mais me interessaram foram a psicologia analítica junguiana, a avaliação psicológica e a psicologia organizacional e do trabalho.

À medida que os anos de graduação foram passando, várias possibilidades foram surgindo. De início pretendia unir a psicologia

com a música, para desenvolver meu trabalho de conclusão de curso, como uma forma de unir um interesse particular com a graduação. No entanto, decidi focar em um interesse ainda maior e que tivesse uma quantidade menor de publicações, visto que esse era um fator relevante na hora de escolher um tema de pesquisa.

A musicoterapia é uma área amplamente utilizada e pesquisada. Facilitaria bastante para encontrar bases bibliográficas, mas seria difícil produzir um trabalho que tivesse uma mínima relevância.

Não mencionei isso antes, mas além da música, eu tenho um interesse muito grande na aviação. Um sonho de infância que nunca consegui correr atrás pelas limitações financeiras e geográficas a que estava exposto. Financeiras por causa do alto custo de formação e geográficas devido a, até pouco tempo, não haver escolas de formação funcionais no estado.

Quando decidi o tema de minha pesquisa, que foi feito no quarto ou quinto período, optei por unir esse tema de grande interesse com a Psicologia. É uma área ainda pequena no Brasil, não tem muito material publicado, mas seria possível produzir um trabalho com uma mínima relevância.

Por volta do quinto período, quando comecei a ter disciplinas voltadas para a pesquisa, comecei a desenvolver artigos que já traziam o diálogo entre a Psicologia e a aviação. Fiz entrevistas semiestruturadas, pesquisei em bases de dados reconhecidas e tive contato com revistas científicas. Em cada uma das disciplinas de pesquisa, que foram 3 no total, tive que desenvolver um artigo em que eu comecei a caminhar por esse universo de conhecimento ainda limitado no nosso país, mas com uma relevância fundamental.

Na disciplina de tópicos de pesquisa em Psicologia, ou algo assim (nunca decorei os nomes das disciplinas), praticamente deixei pronta a introdução do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Após alguns estágios e quatro anos, veio a pandemia. O colegiado da época, assim como a universidade como um todo, achou uma boa ideia suspender as atividades. No entanto, em comum acordo com minha orientadora, optei por usar o tempo livre para desenvolver minha pesquisa e construir o meu TCC.

Tratava-se de um artigo de cerca de 40 laudas. Contudo, que isso não tornou as coisas mais fáceis, pois a exigência foi a mesma que haveria para uma monografia normal. Além disso, a dificuldade de encontrar materiais que pudessem contribuir com a minha pesquisa configurou-se como o maior desafio.

Todavia, ao final de 2020, quando as atividades na UFT já ensaiavam um retorno, meu TCC estava pronto. Minha defesa foi em janeiro de 2021, remotamente. Um ponto interessante de minha defesa de TCC foi que minha professora também orientou outros dois colegas que desenvolveram trabalhos relacionados com o mesmo assunto: povos indígenas. Não me recordo especificamente os temas de cada um, mas a professora acabou convidando uma docente do Curso de Pedagogia, que tinha *expertise* nesse assunto, para compor a banca. E de fato a defesa dos meus dois colegas foi muito boa, com a docente convidada fazendo colocações pertinentes quanto ao tema abordado. No entanto, a orientadora achou uma boa ideia manter a mesma colega convidada para compor a minha banca, cujo assunto não tinha absolutamente nada a ver com povos indígenas. Foi bastante curioso ver a professora de outro curso fazendo questionamentos e colocações totalmente desconexas do assunto que eu havia acabado de apresentar, além de colocações em desacordo com o texto, fazendo-me pensar que ela não havia lido o meu trabalho. Enfim...

Após a defesa, minha orientadora simplesmente me pediu para enviar o trabalho para a biblioteca para posterior publicação no repositório da universidade. E diferente dos demais acadêmicos, a defesa do TCC não significou o fim da minha graduação, pois ainda havia

duas modalidades de estágio que eu precisava cumprir. E convencer o colegiado a ofertar estágio no período da pandemia foi bastante trabalhoso, pois os professores estavam muito resistentes quanto à ideia de atendimentos psicológicos *online*. Mas, após uma pequena luta tanto minha quanto de alguns colegas da turma, consegui estagiar, mesmo fazendo atendimentos a distância. E assim finalizei a minha graduação, tendo colado grau no dia 13 de janeiro de 2022.

Um ponto muito interessante do meu cargo público é que existem incentivos à qualificação profissional bem expressivos. Quando eu concluí a graduação, tive um incentivo de 25% sobre o meu salário base, o que foi bastante útil, pois, apesar de ser concursado e isso me gerar uma certa estabilidade financeira, meu cargo é de Ensino Médio. Isso faz com que meu salário não seja tão atraente. Ainda é maior que a média geral, mas não tem muita perspectiva de aumento. Uma opção é me qualificar profissionalmente fazendo cursos de graduação, que fiz, e pós-graduação. Aqui me vi diante de um dilema, pois pós-graduações em nível de especialização geralmente são ofertadas por instituições privadas, havendo a cobrança de mensalidades. Já em nível de mestrado, existem vários programas nas universidades públicas, mas nenhum na área de psicologia no estado em que vivo. Como pai de família que sou, me casei em 2011 e tive filho em 2013 e filha em 2016, é bastante complicado me mudar para outro estado, durante dois anos, tendo que retornar depois, para cursar um mestrado em Psicologia. Também é bastante dispendioso ficar viajando para assistir aulas fora, uma vez que apenas recentemente eu vim aprender a administrar minhas finanças de maneira responsável. Consequentemente, ainda tenho dívidas passadas que me impedem de empreender projetos mais exigentes financeiramente.

Entre os vários programas de mestrado que há na UFT, soube que havia um no *campus* em que trabalhava. Na verdade, antes de concluir a graduação, uma professora do programa tentou me convencer a

participar de uma seleção que estava ocorrendo na época. Todavia, isso não era algo que eu pensava seriamente naquele momento. Mas, após dois anos de formado, sentindo a necessidade de crescer profissionalmente, tanto prestando outros concursos para nível superior quanto buscando maneiras de melhorar meus ganhos financeiros, decidi tentar um mestrado.

Entre os vários programas oferecidos pela UFT, nenhum deles me despertou muito interesse, pois nenhum era da minha área de formação. Havia alguns nos quais meus conhecimentos “conversavam” com as áreas de pesquisa, mas nada que me chamasse tanta atenção. Decidi, então, tentar o mestrado que era ofertado no *campus* em que atuo. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social já tem alguns anos e algumas turmas formadas. Pensei em tentar primeiramente no lugar onde estou. Caso não obtivesse êxito, tentaria outros em *campi* diferentes.

Como, na época, eu trabalhava na Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social, pedi alguns conselhos aos professores do curso com que eu tinha mais afinidade para me orientar sobre a construção do meu pré-projeto de pesquisa, pois não possuía nenhum conhecimento na área de Serviço Social. Uma professora me orientou a ler alguns livros da bibliografia básica do curso, os mesmos que estavam descritos no edital de seleção, e assim o fiz.

A maneira como a individualidade é percebida no Serviço Social me chamou bastante atenção, um modo bem diferente de como a Psicologia o faz, uma vez que o Serviço Social atua voltado para o social, não se atentando tanto para as necessidades individuais. Na verdade, alguns autores até desmotivam um comportamento individualista, associando-o como algo que foi imposto pelas classes dominantes ou que beneficia aqueles que detêm os meios de produção.

As bases de pensamento utilizadas pelo Serviço Social orientam os indivíduos a pensarem mais em sociedade do que como

individualidades. Assim, conforme as minhas concepções (que podem estar equivocadas), o indivíduo é visto como parte do meio em que está inserido e, conseqüentemente, é incentivado a participar ativamente para que sejam melhoradas as condições sociais dos demais indivíduos inseridos no mesmo meio. Isso ocorreria a partir do exercício intelectual, no acesso a conhecimentos sobre o capitalismo e suas contradições e na militância política, objetivando uma mudança das conjunturas a que o sujeito está exposto.

A princípio pensei em elaborar um pré-projeto na forma de uma comparação das cosmovisões, tanto do Serviço Social quanto da Psicologia, a respeito do indivíduo. Fui desaconselhado pelas professoras com quem conversei, pois o conceito de cosmovisão não é bem aceito. Todavia, tive acesso aos jargões “condições objetivas e subjetivas”.

Pelo que entendi, condições objetivas são as principais preocupações do Serviço Social, pois o assistente social busca dar condições às pessoas de mudar o contexto em que estão vivendo, permitindo o acesso a benefícios e meios para que possam se tornar protagonistas de suas próprias histórias. Já as condições subjetivas acabam não sendo a preocupação principal do assistente social, mas são algo presente nas políticas de Assistência Social. Por ser esta uma preocupação mais direcionada a profissionais da Psicologia, que atuam nesse ramo do serviço público, decidi que havia encontrado um ponto de convergência para que eu pudesse construir o meu pré-projeto de pesquisa e submetê-lo à seleção do mestrado.

Já para a Psicologia, a individualidade é o foco principal do trabalho. Mesmo que haja a Psicologia de grupos, o uso de grupos focais, principalmente em contextos de Assistência Social e Saúde, a Psicologia percebe o indivíduo como um universo a ser explorado, investigado e ajustado. A subjetividade configura-se como o meio principal em que essa ciência se desenvolve, sendo que toda a produção científica gira em torno do indivíduo.

Claro que o meio em que o indivíduo vive é considerado, mas a forma como o sujeito assimila tudo aquilo que viveu e passou consiste no objeto de estudo e de atuação da Psicologia. E isso é perceptível em todas as áreas, inclusive nas supracitadas. A clínica, que desenvolve várias bases teóricas para auxiliar a compreender a constituição da personalidade do sujeito, levando-se em consideração todas as suas experiências familiares, além dos espaços de convivência que o paciente vivenciou, como escola, clubes, igrejas, esportes etc. Entre as bases teóricas da Psicologia Clínica, figuram a Psicanálise, a Psicologia Comportamental e a Psicologia Analítica (sendo esta a base com a qual me identifico e que usarei para construir a dissertação).

Entre as outras áreas, temos a Avaliação Psicológica, que consiste na aplicação de testes psicométricos que buscam compreender aspectos específicos da personalidade do indivíduo. Também a Psicologia Social, que mesmo que dê mais importância ao meio em que o ser humano está inserido, ainda assim considera a criatura como seu objeto principal de atuação e estudo. Em todas as áreas da Psicologia, o indivíduo ocupa o lugar principal, pois como uma ciência humana, a pessoa é o núcleo acerca do qual o conhecimento se desenvolve.

Sobre as percepções acima citadas, construí meu pré-projeto, o que foi bastante complicado, pois é bem difícil construir algo em uma área cujos conceitos e jargões eu não domino. Gastei bastante tempo pesquisando sobre os conceitos básicos e ideias comuns para a construção do trabalho. Mas o esforço foi compensado, tendo eu sido aprovado na seleção. Não conheço muitas pessoas que passaram numa seleção de mestrado na primeira tentativa.

Iniciei, então, uma nova etapa de minha formação profissional. Um desafio e tanto conseguir acompanhar as discussões em sala de aula, quando, na maioria das vezes, eu não faço a mínima ideia de sobre o que os colegas estão falando. Além disso, um obstáculo tem sido o pensamento progressista, que, no Serviço Social, é o

pensamento dominante. No Curso de Psicologia, atrapalhava muito, mas, no mestrado em Serviço Social, é a base.

Como conservador que sou, acredito que conhecer a forma como aqueles de quem discordo pensa é algo que irá me enriquecer bastante como pessoa, no sentido de respeitar as opiniões diferentes e de conseguir trabalhar em conjunto, pois as diferenças de opinião e posicionamento só são um problema quando não há maturidade e respeito. E no mestrado, talvez pelo fato de os colegas, em sua maioria, serem pessoas maduras, não tenho tido problemas quanto à imaturidade ou falta de respeito.

Até o presente momento, tive 3 disciplinas, sendo que uma foi de Pesquisa Social, em que foram trabalhados vários textos sobre a pesquisa, os diversos tipos de pesquisa e as diversas formas de se pesquisar dentro das ciências sociais. Como minha graduação teve uma forte presença da pesquisa, mas nas ciências humanas, para mim a disciplina ajudou a relembrar algumas coisas e a perceber algumas diferenças. A outra disciplina foi de Estado e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, na qual foram trabalhadas as questões relacionadas aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que nem sempre são respeitados pelas grandes empresas e pelo agronegócio. Também tive a disciplina de Serviço Social co Campo Sociojurídico. Nesta foram trabalhados alguns filósofos que servem de base para o pensamento jurídico no Brasil, assim como as possibilidades de inserção do Serviço Social nessa área. Essa última disciplina foi ministrada pelo mesmo professor que está me orientando na dissertação do mestrado. Com isso, tive a oportunidade de fazer o meu estágio em docência.

Ministrar aulas de filosofia em uma turma de graduação foi uma experiência totalmente nova e diferente. Mesmo eu sendo um pastor ordenado que fala em público toda semana na igreja, ministrar aulas na universidade foi bem diferente. Claro que a experiência de

preparar e ministrar sermões ajudou bastante, tanto nos estudos preparatórios quanto na desenvoltura durante as aulas. Mas, ainda assim, foi uma vivência muito interessante e que cooperou bastante para a minha formação, pois a carreira docente, que antes não era algo que me despertava interesse, acabou se tornando uma opção real, apesar do desafio imenso de preparar uma aula em um assunto que não domino e ministrá-la de maneira que os alunos realmente entendam.

Além disso, houve a construção de um artigo com um colega que também é oriundo de outra área de formação. Foi uma aprendizagem, pois nunca gostei de fazer trabalhos em grupo. Artigo em dupla então é algo que sempre evitei fazer. Mas construir um trabalho com um colega com pensamentos e ideias diferentes foi bastante enriquecedor, tanto para mim quanto para o trabalho que produzi.

Atividades de pesquisa

Como mencionado anteriormente, a minha pesquisa na graduação foi em um assunto completamente diferente e fora do Serviço Social. Com isso, acredito que não tenha nenhuma relevância para o programa de mestrado. Mas o fato de ter feito uma revisão integrativa me gerou uma experiência que, tenho certeza, será bastante útil na hora de buscar fontes bibliográficas para a minha dissertação.

Embora ainda não esteja trabalhando na construção da minha dissertação, pois as atividades do mestrado demandam bastante tempo e dedicação, minha linha de pesquisa continua ligada à percepção que tive da diferença de visão do ser humano, tanto pela Psicologia quanto pelo Serviço Social. Assim, por enquanto, meu tema de pesquisa é “o sujeito social em Karl Marx e Carl Jung”. Pretendo trabalhar as ideias dos dois autores sobre o sujeito social, e ver se há concordâncias, discordâncias e relevância para a prática profissional na assistência social. Pelo menos é o que pretendo fazer.

De antemão, já sei que Jung discorda de Marx em diversos pontos. Não penso que isso será um problema, pois posso explorar bastante essa desarmonia no meu trabalho, colocando os dois pontos de vista de maneira bem clara e discorrer sobre algumas delas.

Como há psicólogos e assistentes sociais trabalhando juntos em vários setores do serviço público, tenho expectativas de que meu trabalho tenha alguma relevância para servir de norte para eles, uma vez que são duas graduações bem diferentes, com bases teóricas bem distintas. Esse trabalho, de uma maneira bem rudimentar, apresenta dois autores considerados importantes em ambas as profissões, acredito que será útil para que um compreenda melhor a forma como o outro pensa, visto que, no serviço público, assistência social, saúde, justiça, educação, ou nas demais áreas em que assistentes sociais e psicólogos trabalham juntos, essa compreensão, ainda que singela, pode ajudar bastante.

Conclusão

Para concluir este memorial, deixo aqui minhas considerações. Aqui contei vários pontos relevantes da minha trajetória profissional e acadêmica. Como um técnico de informática, psicólogo, pastor evangélico e servidor público federal, que está cursando um mestrado em Serviço Social, não tenho muita certeza se o que foi colocado aqui tem alguma relevância ou importância para o programa de mestrado, pois sei que existe a preocupação com os profissionais formados e o perfil destes.

Os desafios são grandes, mas isso não é novidade em minha vida. Entendo que, para cada vitória, existe uma batalha anterior. E este mestrado será mais uma vitória em minha trajetória.

Pretendo, após, tentar outros concursos em nível superior. Em alguns deles, o título de mestre conta pontos para a classificação

final. Também não descarto a docência, mesmo que não seja minha primeira opção. Talvez essa concepção mude no futuro.

Já na minha carreira atual como servidor público de nível médio, o mestrado será reconhecido na forma de incentivo à qualificação, melhorando significativamente o meu salário.

Para além de tudo isso, este mestrado está sendo uma experiência e tanto. Espero sinceramente que eu consiga êxito em todas as disciplinas e que a minha dissertação seja um trabalho minimamente relevante.



CAPÍTULO 9

Reflexão e percepção histórica e social: o trem da minha história

Marcos Antônio da Silva

Sólo le pido a Dios que el dolor no sea indiferente, que la reseca muerte no me encuentre vacía y sola, sin haber hecho lo suficiente. [...] Es un monstruo grande y pisa fuerte toda la pobre inocencia de la gente.

(Gustavo Santaolalla, 2002).

Introdução

Nos trilhos da história, venho resgatar o meu sítio arqueológico e/ou as reconstruções das arqueologias das minhas memórias e das histórias de vida profissional e acadêmica. Para isso, apego-me aos conceitos da filosofia nietzschiana existencial: por que estou neste planeta? O que me tornei como ser humano? Por que a profissão de professor? São reflexões e percepções descritivas deste memorial, elencando os acontecimentos mais significativos desde o meu nascimento, passando pela minha infância até os dias de hoje.

Ao escrever este texto memorial, faço um passeio na “máquina do tempo”, voltando ao caminho da minha história privada: infância (década de 60), adolescência (década de 70), juventude (década de 80), maturidade (60 anos em 2024) e vida profissional. Como diz a canção de León Gieco, interpretada por Gustavo Santaolalla (2002): “sou um monstro grande que pisa forte”. E aqui estou, mesmo com as adversidades do meu tempo histórico e social neste plano terrestre. Sim, plano terrestre. Porque acredito na finitude do ser na Terra, mas que há outra dimensão para o meu “**espírito**”, ou seja, outras formas de existir após o óbito corpóreo.

Assim, ao repensar sobre o meu processo histórico, enquanto sujeito de transformação social, em uma sociedade marcada por tantas desigualdades, remeto-me à expressão de Paulo Freire (1987, p. 84) que diz: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. É nessa perspectiva que me tornei professor e também assistente social, pois entendo que cada indivíduo tem o compromisso de buscar uma sociedade mais justa e solidária.

Para tanto, passo a refletir sobre os fatos da minha existência e descrever as suas etapas desde a infância social e escolar até o ingresso na universidade. É importante dizer que, na década de 80, o processo seletivo para ingressar na faculdade era feito somente por meio do vestibular. Para mim, esse marco temporal sobre o meu ingresso na Faculdade de História compreende um sentimento de êxtase na transição de um ciclo entre o Ensino Médio e, então, o Ensino Universitário. Foram 4 anos de reconstrução da pessoa Marcos Antônio. Eu até lembro de mãinha me dizendo: “A Universidade mudou a sua cabeça”. Ela tinha razão. Percebi que outros paradigmas sociais, políticos e culturais que me foram apresentados fizeram-me crítico, sem dogmas. Passei por uma metamorfose.

Ademais, também destaco que o curso escolhido *a priori* foi Direito, mas mudei de opção por influência da história social e política do país, e também por uma inquietude da consciência cidadã na busca de entendimentos da História na visão dos oprimidos colonizados. Nessa direção, optei por cursar Licenciatura em História (1985), na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). E posteriormente (em 2018), estava novamente ingressando num curso de bacharelado, dessa vez em Serviço Social, na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Concluída a graduação em 2022, obtive inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) sob o N° 4532.

As origens do meu ser: a história do nascer, infância e vida escolar

As minhas memórias da infância iniciam-se no estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Quanto à convivência familiar, tenho muito forte a presença de mãe Francisca e vovó Nita, pois o meu pai Severino entrou num navio no Porto de Recife e não se sabe que destino tomou. Era oficial da Marinha do Brasil (1964); e, analogamente à narrativa da canção de Chico Buarque: *Minha história* (1971):

Ele vinha sem muita conversa, sem muito explicar, eu só sei que falava e cheirava e gostava de mar. [...] E minha mãe se entregou a esse homem perdidamente [...] Ele, assim como veio, partiu, não se sabe pra onde e deixou minha mãe com o olhar cada dia mais longe, esperando parada, pregada na pedra do porto.

“Quando enfim eu nasci”, em 7 de março de 1964, na maternidade do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), no bairro de Casa Amarela, meu genitor não estava lá. Em referência à canção do compositor Chico Buarque, a partida do meu pai, ao abandonar mãe Francisca, tornou-a responsável pela minha existência e sobrevivência, encaminhando-me para a vida social com responsabilidade de criança, adolescente, jovem e adulto. Mãe solo, nordestina, mulher guerreira, igual a tantas Franciscas, cumpriu com as suas “obrigações”. São essas as memórias contadas no ambiente familiar.

Memória... Parafraseando Severino [...] a história particular de cada um de nós se entrelaça numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com outras situações culturais. [...] por outro lado, os próprios posicionamentos teóricos ou práticos, que foram sendo assumidos a cada momento. Desse ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido

ela, que caracteriza a história particular do autor. O Memorial deve cobrir a fase de formação do autor, sintetizando aqueles momentos menos marcantes de desenvolvimento e aqueles mais significativos; depois deve destacar os investimentos e experiências no âmbito da atividade profissional, avaliando sua repercussão no direcionamento da própria vida; o amadurecimento intelectual pode ser acompanhado relacionando-o com a produção científica [...]. (Severino, 2007, p. 245-246).

Recordo-me, neste momento em que escrevo as minhas memórias, dos meus primeiros anos de vida, em especial, a convivência com a minha vovó materna Nita. Recordo-me do seu carinho e de sua paciência, pois eu era muito chorão, principalmente quando mãinha estava no trabalho. Era muito apegado a ela.

A educação escolar

O meu processo de escolarização, especificamente a alfabetização, foi conduzido por mãinha Francisca, que, nas noites depois das jornadas de atividades domésticas ou após os plantões no hospital em que trabalhava (a sua formação era de técnica em enfermagem), sentava-se na minha cama ou na cadeira de balanço (típica do Nordeste) e, assim, iniciava as narrativas das fábulas clássicas ou inventava-as ao menino Marcos Antônio, seu filho primogênito.

Lembro-me das histórias contadas por mãinha: entre elas, *Branca de neve e os sete anões*, *A gata borralheira* e *Os três porquinhos*. Para efeito de ilustração, segue a narrativa ficcional que destaco: *A história de João preguiçoso*.

João morava com sua mãe no brejo, bem distante do vilarejo onde se localizava um castelo e no qual morava a princesa Margot, que era muito triste, não sorria, sem ânimo para a vida, solitária no alto

da torre, com olhares para o cotidiano indiferente, olhando para o nada. João, já rapaz com 18 anos, era muito preguiçoso e alheio ao mundo à sua volta. A mãe Joana, aos gritos, ordenava:

– João, João, deixa de preguiça e vai buscar lenha na mata.

– Já vou, mãe. – responde o filho.

E, assim, João foi à mata buscar lenha, mas teria que atravessar um riacho. Quando chegou à margem do riacho, escutou uma voz feminina:

– João, João, me bota na água.

– Quem é você? Não estou te vendo.

– Aqui, aqui, olha para o chão. – respondeu a piaba.

João olhou para margem do riacho e viu a piaba a debater-se, quase morrendo. Ele se assustou, mas perguntou o que ela queria.

Ela disse: – Me joga nas águas do riacho que te concedo um desejo.

E, assim, João atendeu ao pedido da piaba.

Quando a piaba já estava nas águas serenas do riacho, ela perguntou:

– Qual o teu desejo, João?

– Quero um feixe enorme de lenha e que ele vá para a casa da minha mãe a galope.

Assim, aconteceu.

– Olha, o feixe já está pronto. – disse a piaba – É só você montar nele como se fosse um cavalo e falar a frase mágica: “Vamos, vamos”.

Ao passar no Castelo, a princesa Margot estava na janela e, quando presenciou a cena do feixe galopando e João cavalgando, começou a gargalhar alto sem parar, tanto que despertou nos residentes admiração. Todos queriam saber o motivo das gargalhadas da princesa, pois há anos nunca tinham visto tal comportamento dela. Após ela voltar

à normalidade, comentou que um jovem rapaz passou cavalgando em um feixe de lenha, causando-lhe risos incontroláveis.

O rei Pedro, seu pai, ficou feliz com o acontecido e imediatamente convocou todos os rapazes do seu Reino para um baile real, com plebeus e nobres, pois aquele que fez a sua filha sorrir se casaria com ela. Assim, todos foram ao baile e logo a princesa reconheceu João, que estava vestido pobremente. Casaram-se e viveram felizes para sempre.

Francisca mãinha ainda acrescentava: “Fui convida para a festa e trouxe bolos, entre outras iguarias, mas, como estava chovendo, escorreguei e as guloseimas espalharam-se e não consegui juntá-las, por isso não trouxe para casa”.

Foram essas histórias infantis e outras que promoveram o início da *minha alfabetização mágica*, despertando em mim o interesse pelo ato da leitura. As brincadeiras de escola com as primas mais velhas foram também os indicadores para o meu processo de alfabetização. Ensinavam-nos as vogais – a, e, i, o, u – e o alfabeto. Os recursos didáticos eram quadro negro e giz e a sala de aula era o terraço.

Decerto, o método de ensino e aprendizagem era empírico, ao ser comparado com os conceitos dos teóricos da Pedagogia. Exemplo: a Pedagogia e o método freiriano. Nessa direção sobre a alfabetização de Freire: “Conta-se que seu pai, com um pedaço de pau, desenhava na terra arenosa as palavras mais significativas da vida deles ou de seu universo cultural; depois as dividia em sílabas que, em seguida, eram reagrupadas para formar novas palavras” (Agostini, 2019, p. 182).

Nesse contexto, as brincadeiras de escola e a contação de histórias por mãinha foram a “porta” de entrada para promover a minha alfabetização e o meu ingresso na escola primária (da 1ª à 4ª série) ou ensino do 1º Grau (como se chamava na época) – eu estava com 7 anos de idade (em 1971). Somente nessa idade era aceitável uma criança ingressar na rede pública de ensino. Lembro-me também de que nesse período os castigos (palmatórias, ficar de joelhos em

sementes de milho e feijão) eram a pedagogia usada pelas professoras primárias. Aqueles estudantes que não sabiam a tabuada ou a leitura eram os escolhidos. Não fui alvo desses castigos horrendos dos tempos que configuravam o governo militar no Brasil.

As abordagens pedagógicas do ensino, portanto, era voltadas para “doutrinar” as crianças no civismo militar e patriótico. O método de ensino era tradicional e a aprendizagem por repetição e memorização sem ressignificar o contexto histórico e social em todas as disciplinas do currículo escolar. – ao contrário do que preconiza Freire (2019, p. 28): “ensinar exige rigorosidade metódica”, uma vez que, ao proporcionar aprendizagens de transformação social, “leituras de mundo”, os sujeitos vão construindo e reconstruindo saberes para um novo projeto societário, contrapondo-se à proposta econômica e social do modo de produção capitalista.

Passaram-se os anos da minha vida escolar (de 1975 a 1979), compreendendo o ginásio (da 5ª à 8ª série). Lembro-me de que nessa fase escolar estudei em diversas escolas e morei em diversas cidades do interior de Pernambuco: Palmares, Chã de Capoeiras, Paudalho, Carpina e outras cujos nomes me fogem das minhas memórias de pré-adolescente. O motivo dessa vida nômade era o fato de meu padrasto Heleno ser militar e exercer a função de subdelegado. Essa fase saudosa de nômade, de lugares, cheiros, de pessoas que encontrei, com quem convivi e deixei para trás, foi de despedidas poéticas traduzidas na poesia *Trem caipira* (de Ferreira Gullar, 1975): “Lá vai o trem com o menino, lá vai a vida rodar, lá vai ciranda e destino, cidade e noite a girar [...] pro dia novo encontrar, correndo vai pela terra, vai pela serra, vai pelo mar [...] cantando pela serra, o luar, correndo as estrelas, voar no ar”. Corroborando Ghiraldelli Júnior (1996): e encaminha-se a outro ciclo escolar, o 2º Grau ou Científico (que corresponde hoje ao Ensino Médio).

O período de 1980 a 1982, parafraseando a “Belle Époque”, *foi para mim divisor d’águas*, pois a vida de nômade chegou ao seu fim. Lá estava eu no 2º Grau. Fixamos residência em Recife nos bairros de Afogados e Caxangá. Registre-se ainda que as diretrizes nacionais da educação e do currículo escolar eram norteadas pela Lei nº 5.692/1971.

Assim, concluí essa fase escolar nos Colégios Francisco de Paula Araújo e Ginásio Pernambucano. Esse Ginásio se mantém há dois séculos (fundado em 1825). *A priori*, o seu público escolar era de origem da classe dos aristocratas e dos intelectuais pernambucanos.

Destaque para alguns estudantes de renome que estudaram naquele Ginásio: Clarice Lispector; Ariano Suassuna; Celso Furtado; e Epitácio Pessoa. A história registra que a sua fundação ocorreu quando o atual estado de Pernambuco ainda era uma província do Império português, sob administração do presidente José Carlos Mairinck da Silva Ferrão. O Ginásio Pernambucano situa-se no centro do Recife, na Rua da Aurora, com “portas” abertas para o Rio Capibaribe. Esse rio atravessa a cidade com suas pontes da época maurícia, período do domínio holandês (de 1630 a 1654).

O método do ensino em geral era a “decoreba”, pautada na pedagogia da repressão humana, com diretrizes curriculares oriundas da Ditadura Militar. A esse propósito, Ghiraldelli Júnior (1996, p. 113) aponta: “O ensino médio, segundo Campos, deveria atender à população em sua maioria, enquanto o ensino universitário fatalmente deveria continuar reservado às elites. Mas o ensino médio deveria perder suas características de educação propriamente humanista e ganhar conteúdos com elementos práticos”.

Situando-me nessa fase da história política do Brasil, lembro-me do início do processo de redemocratização do país, quando ainda era governado pelo presidente militar João Baptista Figueiredo, que sempre em seus discursos políticos dizia: “abertura democrática lenta, gradual e segura”.

Iniciamos nesse momento a campanha das Diretas já para presidente da República, apoiada por vários seguimentos da sociedade: intelectuais de esquerda, estudantes universitários, cantores e cantoras, clérigos católicos da ideologia libertária (a Teologia da libertação) e partidos políticos, como PT, PMDB e PSDB. Na época, houve a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição Federal em 5 de outubro de 1988.

Os anos de 1982 a 1984 foram para mim de nuvens escuras, pois tive uma crise depressiva, porém, a minha referência foi a mitologia da fênix: renascer das cinzas. “Eu renasci”. Por exemplo: fiz um curso técnico em administração de empresas e obtive aprovação em concurso público na função de agente administrativo no Departamento de Estradas e Rodagem do estado de Pernambuco (DER-PE).

A trajetória profissional e o ingresso na universidade

Concurso público de nível médio

Em junho de 1982, um novo ciclo do meu projeto de vida, aos 18 anos, proporcionou-me a inserção no mercado de trabalho por meio do concurso público para o DER-PE. Para um jovem sem experiência, passar em um concurso público, numa função administrativa e com carga horária de trabalho de apenas 30 horas semanais (das 7 às 13h), foi um dádiva, um privilégio para poucos. Foram 10 anos na função de assistente administrativo nos setores de Recursos Humanos e na Diretoria Geral do Departamento.

Acrescento que, em 1994, solicitei licença sem vencimentos para trabalhar na docência no estado de Tocantins, na cidade de Dianópolis, por meio do Programa Prolabor, do Ministério da Educação (MEC). Anos depois (em 1999), pedi exoneração do DER-PE, quando fixei residência nesse estado.

Confesso, assim, que esse momento de materialização do meu projeto de vida rompeu com as minhas incertezas quanto ao amanhã, ou à sobrevivência social, haja vista que, na época, para os jovens da classe trabalhadora, a oportunidade de trabalho existente era apenas de *office boy*. Porém, não estou aqui menosprezando o trabalho de *office boy*, pois também é um trabalho de valor.

Contudo, eu pensava em ir mais longe e frequentar uma universidade. Anos depois (em 1985), celebrei o ingresso no curso de História no horário vespertino. Isto é, optei por um turno de estudo que diferia em geral da alternativa possível para os jovens da classe trabalhadora, que, por sua condição de sobrevivência social, labutavam o dia inteiro e, quando possível, faziam faculdade à noite, para ampliar seus projetos de vida.

A licenciatura em História

Em janeiro de 1985, nesse clima de realização, inscrevo-me no vestibular unificado. Com a aprovação no processo seletivo, passei em Direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No entanto, transferei-me para o Curso de Licenciatura em História na Universidade Católica de Pernambuco, por conveniência pessoal e de acesso, pois o meu trabalho localizava-se no bairro de Santo Amaro e a universidade no bairro da Boa Vista.

Na minha vida universitária, foi possível conciliar o trabalho com os estudos. Acrescento ainda que, no segundo semestre do curso, eu e outros companheiros formamos uma chapa para concorrer à eleição do Centro Acadêmico (CA) de História, na qual fomos vitoriosos. Esse foi o início da minha militância política de ideologia de transformação social, para os conservadores de esquerda.

Durante o período universitário, a participação em movimentos sociais de luta contra a opressão do Estado burguês foi uma pauta frequente, tendo como metas, por exemplo: a derrota dos militares

e a escolha de um congresso constituinte. Apesar de o ideário político do senador Tancredo Neves não estar em consonância com a nossa bandeira de luta, em consenso, apoiamo-lo para o Colégio Eleitoral. Outra luta importante foi a retirada da União Nacional dos Estudantes (UNE) da clandestinidade.

Na década de 1980, em especial na sua transição (1989) para a próxima década, concluí a graduação em licenciatura plena em História. Logo participei de uma seleção para o exercício da docência em escolas : para o Colégio Paroquial Nossa Senhora de Fátima e o Colégio Márcio Gomes, ambos localizados na cidade de Paulista, em Pernambuco (1992 a 1993). Finalizado esse ciclo, ocorreu a minha chegada ao estado do Tocantins.

Trabalho docente no estado do Tocantins

Em 1º de fevereiro de 1994, parti do terminal rodoviário do Recife para um novo palco no meu caminho profissional e pessoal. O destino me conduziu à região norte, ao estado do Tocantins, então o mais jovem da Federação, recém-emancipado do estado de Goiás. Foi uma decisão tomada de maneira consubstanciada mediante seleção do meu currículo pelo Ministério da Educação, promovida pelo Programa Prolabor, política educacional do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o programa, o objetivo era contratar professores de diversas licenciaturas para o exercício profissional nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, as que mais apresentavam carência desses profissionais.

Desse modo, ingressei na Educação Básica em 8 de fevereiro de 1994. Estava eu contratado no Colégio João d'Abreu, localizado na cidade de Dianópolis, administrado pelas freiras da Congregação das Escravas do Divino Coração, de origem espanhola. A fundação do colégio e a

instalação da Congregação ocorreram em 1952. A unidade escolar inicialmente funcionava como um internato para moças da classe dominante.

Enquanto docente, ministrei aulas de História, Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Logo no ano seguinte (1995), a madre diretora Sallete d'Ávila acrescentou uma disciplina específica ao Curso de Magistério: História do Brasil, que compreendia uma divisão didática entre Brasil Colônia, Império e República.

De 1998 a 1999, a Regional de Ensino de Dianópolis da Secretaria de Educação (Seduc) designou-me para coordenar o Programa para a formação de professores “leigos” (Proformação), que lecionariam no Ensino Fundamental mesmo sem ter formação em Magistério. O Proformação teve como parceiros o MEC, estados e municípios. Configurou-se um curso de nível médio para a habilitação em Magistério. A metodologia dos processos de ensino e aprendizagem incluía parte da carga horária cumprida a distância e parte de maneira presencial. A parte presencial consistia em encontros semestrais (em julho e dezembro) em Dianópolis.

Ademais, os professores cursistas eram acompanhados por seus tutores semanalmente com atividades pedagógicas elaboradas pelo MEC. Acrescente-se que, de 2000 até junho de 2002, trabalhei na Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, mediante concurso público. Mas, por conta da baixa remuneração paga, optei por retornar ao estado do Tocantins, dessa vez para assumir vaga conquistada após um concurso público realizado em 2002.

O concurso para professor da Educação Básica do estado do Tocantins

Em 2002, ser aprovado em concurso público para professor foi uma dávida, haja vista que existiam muitos candidatos concorrendo com grandes potencialidades. O resultado final do certame foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins em 17 de maio de 2002

(Nº 1.191, Ato nº 557, de 16 de maio de 2002, que nomeia o Professor Marcos Antônio da Silva, em nível de especialista em História).

Esse período, a princípio, foi muito desafiador, uma vez que fui lotado no município de Colinas do Tocantins, no centro do estado. Foram dias e meses de angústia para adaptar-me à cidade e ao trabalho. Tudo mudou em relação à minha vida em Maceió, capital do estado de Alagoas. Quanto ao exercício profissional no Colégio João XXIII, foi uma experiência de qualificação entre a teoria e a prática, embora as aulas e os processos de ensino e aprendizagem estivessem consolidados, de modo muito significativo, como no Colégio João d'Abreu, lá nos idos dos anos 90. Essa fase já foi por mim citada neste memorial.

De 2002 a 2006, consolidou-se o meu exercício profissional no estado do Tocantins, como professor na Regional de Ensino da cidade de Colinas, porém, via concurso interno, fui selecionado para a função de assessor pedagógico do currículo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na Regional de Ensino de Palmas. Uma das atribuições era compor a equipe que fazia parte da formação continuada dos professores e professoras da Rede Estadual. Foram 7 anos nessa função.

Em 2010, solicitei remoção para a docência na Escola Estadual Madre Belém, localizada na quadra 606, próximo à minha residência. Estive lotado nessa escola até o ano de 2018, quando, em março do mesmo ano, essa unidade de ensino mudou de endereço, transformando-se na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso.

Atualmente estou lotado na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, compondo a equipe multiprofissional formada por assistente social, psicólogo e orientador educacional. Essa escola, na sua configuração de tempo e permanência dos estudantes, adota o sistema de educação em tempo integral. Localiza-se na região sul da capital: Quadra 401 Sul, Av. NS 1 com Av. LO 9, Conjunto 2, em Palmas, Tocantins.

A graduação em Serviço Social

Outros tempos, outra formação profissional. Em 2018, decidi complementar a minha formação nas ciências humanas e sociais aplicadas, através do bacharelado em Serviço Social. Novamente, depois de anos, o meu desafio era inscrever-me e passar no vestibular da Universidade Estadual do Estado do Tocantins.

Assim, fui a aprovado e ingressei no Curso de Bacharelado em Serviço Social, no período noturno. Não foi fácil, uma vez que, pela manhã e à tarde, encontrava-me em exercício profissional na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso. Na verdade, a minha vida pessoal e profissional foi recheada de desafios. Nada foi fácil para mim. Sempre as adversidades estiveram presentes na minha vida.

Logo que passei a frequentar as aulas, comecei a adquirir as fundamentações teóricas propostas pelas diretrizes curriculares da formação do futuro assistente social. Essas diretrizes curriculares são referendadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 1996. É importante registrar que, a cada aula presencial, apropriava-me do entendimento sobre o objeto do Serviço Social: as expressões da questão social, em tempo de capitalismo monopolista, como descreve Netto (2017).

De 2018 a 2021, além das disciplinas obrigatórias da formação acadêmica, foram desenvolvidas atividades complementares, assim organizadas: I Semana Nacional de Direitos Humanos – Desafios e Perspectivas, com carga horária de 4 horas; XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Brasília, no período de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019 (do qual participei como ouvinte), com carga horária de 34 horas; III Semana de Direitos Humanos: Sociedade e Meio Ambiente; Seminário: Fortalecendo a Rede do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5ª Semana do Assistente Social, promovido pelo CRESS, no dia 10 de maio, da qual participei na condição de ouvinte.

Também partipei do livro digital *As dimensões das Políticas na Contemporaneidade*, como autor do artigo *A importância social dos docentes da Educação Básica brasileira*, publicado pela Editora Unitins em 16 de agosto de 2022.

Em 2019, iniciei a minha participação no Projeto de Extensão Ciclo de estudos e debates sobre o trabalho e o Brasil. Esse projeto estava sob a coordenação do professor Dr. Mauri Antônio da Silva. Tal projeto ainda se encontra em andamento, e mesmo eu tendo concluído o Curso em Serviço Social, ainda faço parte dos estudos e debates que acontecem a cada quinze dias, ora de modo presencial, ora de modo *online*.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus (de 2020 a 2021), as atividades do estágio obrigatório foram adiadas, mas, quando foram autorizadas, e realizadas sob as orientações das professoras mestras Ana Paula de Souza Baganha e Ewandelina de Moraes Folha Leite, o meu estágio foi cumprido no Hospital Geral de Palmas (HGP). Esse estágio nos setores hospitalares de emergência e de internação (2021) proporcionou-me conhecer a práxis de uma parte da política de saúde, no caso o Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre isso, Nogueira e Miotto (2006, p. 218) fazem o seguinte recorte:

O processo de implantação do Sistema Único de Saúde tem sido marcado por intensos debates que refletem a presença de interesses antagônicos em relação a sua consolidação, tanto como política calcada na universalidade, equidade, integralidade, participação da população e dever do Estado, quanto em dificuldades para construir modelos assistenciais ancorados na concepção ampliada da saúde, que foi a base do processo de proposição do SUS.

Desse modo, o estágio também construiu momentos de debates teóricos como complemento entre teoria e prática. Mas uma vez,

Nogueira e Mito (2006, p. 218) expressam-se sobre esse debate, afirmando: “Esta discussão está presente no Serviço Social através de produções bibliográficas que podem ser apreendidas sob duas perspectivas. Uma que pauta o debate de forma mais intensa no eixo ético-político e outra que direciona a análise para a prática profissional no âmbito do sus”. Concluo este diálogo entre a teoria e prática do estágio em Serviço Social, afirmando que me oportunizou uma visão mais ampla do exercício profissional.

Em 2021, especificamente numa manhã do mês de novembro, às 10h, estava eu, via Meet, a postos para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado: *A importância social dos docentes da educação básica brasileira em virtude da pandemia do coronavírus em 2020 e 2021*. Para finalização a contento, contei com a orientação do professor Dr. Mauri Antônio da Silva, que foi essencial para que eu pudesse realizar essa produção acadêmica e, assim, concluir a minha formação como Bacharel em Serviço Social.

Registre-se que esse ciclo da minha vida acadêmica (realizado de 2018 a 2021) se encerrou oficialmente com a colação de grau concedida pela Universidade Estadual do Tocantins em 11 de agosto de 2022, às 20h, em solenidade no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, na cidade Palmas, Tocantins.

Aprovação no mestrado em Serviço Social

Em uma visão cronológica do tempo, a memória leva-me a um acontecimento recente, em meados de dezembro de 2023, quando tomei conhecimento do Edital N° 17/2023 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da UFT, que disciplinava o processo seletivo para aluno regular de mestrado. Nesse momento, o ponto de partida seria o cumprimento de todas as fases da seleção: inscrição e homologação, informação sobre o Currículo Lattes, submissão e

análise de projeto de pesquisa e participação em entrevista. Foram momentos tensos, de tantas incertezas. Mas, quando o resultado final foi divulgado, lá estava o meu nome. Eu fui acometido de um silêncio de um encontro com o meu eu. As lágrimas de felicidade rolaram no meu rosto.

Após esse momento de êxtase, a matrícula, o primeiro dia de aulas, os mestrandos e as mestrandas, tudo me motivou inexoravelmente. Ademais, cursar as disciplinas Estado e Direito dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Pesquisa Social no Campo Sociojurídico aguçou-me e despertou-me um “leque” de possibilidades de fundamentações teóricas e profissionais, desse modo, qualificando-me a apropriar-me de leituras e autores desconhecidos, para obter posterior clareza, qualificação e defesa do projeto de pesquisa.

Creio que é importante frisar que esse mestrado pela Universidade Federal do Tocantins, no *Campus* de Miracema (Wuarã), tem me proporcionado vivências não só acadêmicas, mas também de enriquecimento dos meus saberes e identidade em comparação a tudo o que eu já havia vivenciado antes em minha vida no estado do Tocantins.

O pré-projeto de pesquisa

Em face da exigência da seleção do mestrado e da minha vivência nos processos de ensino e aprendizagem enquanto docente e coordenador de equipe multiprofissional (composta por assistente social, psicólogo e orientador educacional), decidi pesquisar sobre os desafios para as atividades escolares durante a pandemia do novo coronavírus, período no qual a educação a distância foi utilizada como alternativa incontornável por conta da necessidade de isolamento social.

Ainda contextualizando o processo de ensino e aprendizagem na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, é importante

citar que, em março de 2020, em virtude do protocolo de segurança sanitária contra a pandemia, o trabalho pedagógico dos professores passou a ser virtual. Assim, o território de ensino (ou o “chão da escola”, grifo meu: **a sala de aula**) passou a ser as residências dos estudantes. Nesse contexto, os alunos precisaram ser orientados nas atividades escolares pelos seus responsáveis.

Partindo desse pressuposto, a centralidade do meu projeto de pesquisa consiste em analisar se houve valorização do trabalho docente e das políticas públicas educacionais, especificamente nesse período pandêmico, diante da complexidade do trabalho pedagógico e de suas precariedades.

Assim temos como título do projeto: *Trabalho pedagógico docente na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, de Palmas, Tocantins, em virtude da pandemia do coronavírus em 2020 e 2021.*

O objetivo geral é compreender como se deu o trabalho pedagógico docente no contexto da pandemia de Covid-19, em 2020 e 2021, na Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em Palmas, Tocantins.

Como objetivos específicos, adotamos: a) analisar os impactos da ausência das aulas presenciais na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem na modalidade remota; b) verificar se a metodologia dos roteiros de estudos entregues aos estudantes foi suficiente para garantir a aprendizagem na ausência do acompanhamento do fazer pedagógico do(a) professor(a); c) identificar as percepções nas falas dos sujeitos envolvidos (familiares) sobre as dificuldades de acompanhamento das atividades propostas nos processos de ensino e aprendizagem.

Todavia, na temática proposta da pesquisa, também há um cunho social e de militância enquanto sujeito participante da liderança sindical (do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Tocantins – SINTET).

Disciplinas cursadas no mestrado e atividades

Há também referências para a construção desses novos saberes acadêmicos que foram as disciplinas cursadas no 1º semestre de 2024: Pesquisa Social, ministrada pela professora Dra. Maria Helena Cariaga Silva; e Estado e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ministrada pela professora Dra. Rosemary Negreiros de Araújo.

Metodologia de trabalho

As disciplinas se organizam como percursos de leituras e seminários de acordo com as ementas das disciplinas, partindo dos pressupostos de que as construções dos conhecimentos são tarefas coletivas que envolvem leituras de textos com diversas visões teóricas.

A metodologia consistiu na observação e no conhecimento da realidade na perspectiva do método do materialismo dialético. Para isso, foram promovidos organização de ideias, exercícios de escrita e diálogos entre os pares sobre os processos de produção acadêmica, atividades cuja condução das professoras doutoras titulares das disciplinas do programa de mestrado foi de suma importância.

A cada leitura, como parte da avaliação, os mestrandos realizavam postagens de sínteses e fichamentos dos textos indicados nas bibliografias. Ainda nessa construção dos saberes e leituras em sala de aula, realizaram-se atividades como a apresentação de seminários com temas específicos em consonância com os tópicos das ementas, como, por exemplo: Estado e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Seguindo o cronograma, na segunda disciplina citada, tivemos a oportunidade, em 21 de maio de 2024, de ouvir a palestra *Direitos humanos, meio ambiente e povos indígenas*, com o palestrante cacique Raoni Metuktire.

Além disso, houve a realização de seminários temáticos apresentados em sala sobre Quilombolas, Povos Indígenas e Quebradeiras de Coco.

A disciplina Estado e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, além de promover as fundamentações teóricas sobre os povos originários e tradicionais, apresentou processos de luta para o reconhecimento das ancestralidades e a legislação que garante a importância social de tais coletivos humanos.

Participação em projeto de extensão e evento no mestrado

Particpei do Projeto Cine Debate: gênero, diversidade e direitos humanos, através do qual foram exibidos filmes que promoveram a construção de debates com o objetivo de colaborar com construção teórica da nossa formação acadêmica, enquanto mestrando. Pudemos assistir aos seguintes filmes: *Desmundo* e *O jovem Karl Marx*, exibidos respectivamente em 25 de abril e 5 de junho de 2024, no *Campus* de Miracema da Universidade Federal do Tocantins.

Considerações finais

As reflexões que fiz sobre a arqueologia, a existência e as memórias da minha vida desencadearam reflexões profundas nos meus eus: pessoa, estudante, profissional e mestrando. Desse modo, pude dar atenção aos impactos no sujeito social e profissional, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, numa perspectiva não messiânica, mas de luta.

Sobretudo, sabemos do antagonismo entre a classe trabalhadora, na qual estou inserido, e a classe dominante, formada pelos donos dos meios de produção, parcela da sociedade que deseja a dominação política e social, contrariando o advento de um novo projeto societário mais equânime.

Conclui-se a discussão deste memorial com a percepção de que, neste processo de reinventar as adversidades através dos caminhos percorridos desde o meu nascimento até a minha maturidade, o trem da minha história ainda me conduz por meio dos trilhos que me levaram para a docência e para a vida, com pressa de chegar a outros desafios.

Referências

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

MINHA história. Intérprete e autor da letra em português: Chico Buarque. Compositor: Lucio Dalla. *In*: Construção. Compositor e intérprete: Chico Buarque. [S. l.]: Philips Records, 1971. 1 LP, faixa 9. (Versão em português de Gesù bambino).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde–SUS e as exigências para os Assistentes Sociais.

Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional, [s. l.], v. I, p. 218-241, 2006.

O TRENZINHO caipira. Letra: Ferreira Gullar (1975). Compositor: Heitor Villa-Lobos. *In:* Bachiana Brasileira Nº 2 (1934). Compositor: Heitor Villa-Lobos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5aoxE2r5TQ>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÓLO le pido a Dios. Intérprete: Gustavo Santaolalla (2002). Compositor: León Gieco. *In:* IV LP. Compositor e intérprete: León Gieco. [S. l.]: Music Hall, 1978. I LP, faixa 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTIS (UFT). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial). **Edital Nº 17/2023 PPGSSOCIAL**. Torna público o processo seletivo para aluno regular - 2024.I do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/i-j9vedvSayM99ud8Qdmsw/content/EDITAL%2017_2023%20%20-%20PPGSSOCIAL%20-%20%20ALUNO%20REGULAR%202024.I. Acesso em: 20 dez. 2024.



CAPÍTULO 10

Resiliência esse é meu nome: memórias validadas

Katrinny Fonseca

O obrigatório e o proibido andam de mãos dadas;
Esse incrível paradoxo numa sociedade onde poucos têm muito;
A pandemia é só uma lupa aumentando o tamanho do que já existe
deixando a realidade inegável, jogando na cara o frágil chiste humano;
Da nossa prepotência diante da natureza absoluta
tudo fica evidente: nossa força, nossa carência;
A força de quem, mesmo sem recursos, tem que tirar potência não sei
de onde; A carência dos que sempre estão precisando de mais e mais;
“Moça, a gente se arrisca porque precisa; se pudesse,
estaria na praia pegando uma brisa”;
Mas a praia não pode;
Só que não é de hoje que a praia não pode, que o teatro
não pode, que o cinema não pode, que passear de noite não pode;
“A gente nunca pôde nada moço”! Nem morrer!
Só trabalhar, servir e proteger os outros;
Mas se a gente se protege é trouxa, se não se protege é burro? Porra!
Indignação é pouco, a loucura é muita, a sociedade é desigual;
A elite é sempre a mesma, a política não dá descanso, a vergonha é
infinita, os vendidos nunca decepcionam e os mansos dão sono, a
proibição dos pobres é o luxo dos ricos;
“Moço, eu bem queria que fosse obrigatório mudar isso pra melhor”.
Sim, amigo... e eu bem queria que fosse proibido perder a esperança.

Marlos Drumond

Apresentação

Alguns homens veem as coisas como são, e dizem “por quê?” Eu sonho
com as coisas [...] e digo “por que não?”

George Bernard Shaw

Ao escrever este texto, assumo a tarefa de repensar sobre o processo histórico da minha vida enquanto mulher, mãe, esposa e profissional. Para atingir o objetivo, foi preciso refletir e descrever fatos que passei durante várias etapas de vida, desde a infância até o momento tão esperado do mestrado e já pensando em um doutorado, por que não!?

O presente memorial tem como propósito atender a uma demanda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins(UFT), *Campus* de Miracema. Conforme afirma Behr (2007), o memorial é um gênero discursivo que permite ao sujeito narrar a sua trajetória acadêmica e profissional, promovendo uma reflexão sobre as experiências vividas.

O percurso acadêmico que culminou na minha entrada no mestrado proporcionou um significativo amadurecimento intelectual, o que contribuiu para uma maior clareza em relação ao objeto de estudo escolhido. Segundo Lopes (2015), a formação acadêmica é essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de conhecimento.

Ao longo deste memorial, realizo uma autorreflexão sobre diversos aspectos da minha vida pessoal, familiar, profissional e acadêmica, desde os meus primeiros estudos no Ensino Fundamental. Conforme destacado por Santos (2012), a construção da identidade profissional passa pela análise da própria história e das influências recebidas ao longo do tempo.

A minha trajetória no mestrado é apresentada de forma detalhada, incluindo as disciplinas cursadas e as atividades desenvolvidas nesse período acadêmico. De acordo com Cunha (2018), o mestrado é uma etapa importante na formação de pesquisadores e contribui significativamente para a produção de conhecimento científico na área em questão.

Início este memorial afirmando que superei as adversidades da vida e reconstruí a minha trajetória.

Sou descendente de uma mulher estigmatizada como mãe solteira na época, devido à incapacidade de minha genitora de prover os cuidados necessários para suas filhas. Portanto, fui criada por minha avó materna em um ambiente rural.

Minha avó tinha onze filhos, sendo que os mais velhos já haviam se mudado para a cidade em busca de emprego e para construírem suas vidas. Entretanto, sempre estavam presentes nas datas comemorativas, realizando grandes festas.

Lembro com carinho das celebrações da Semana Santa. A Sexta-Feira Santa era um dia de quietude, sem atividades domésticas, com conversas mais discretas, em respeito a essa data sagrada. Por outro lado, o Sábado de Aleluia era marcado por festividades. Levantávamos cedo, minha tia Edna, que era três anos mais velha do que eu, juntamente com minhas outras tias, com quatro anos de diferença, e eu fazíamos a festa. Subíamos na árvore de manga e aguardávamos ansiosas pela matança do porco e pelos preparativos, uma experiência muito gratificante.

Recordo ainda que meu avô plantava arroz e reservava uma porção para alimentar os pássaros. Tínhamos um cachorro que caçava tatus sozinho e os trazia na boca. Minha avó sempre reservava uma parte da presa para o cachorro, o que o incentivava a continuar caçando. Nossa propriedade rural era muito fértil, com diversas árvores frutíferas, além de cana-de-açúcar, gueiroba, galinhas e mandioca. Lembro também que havia um abatedouro de gado próximo à chácara e minha avó reunia toda a família para limpar o bucho da vaca, lembrando-me vividamente de esfregar com escova de lavar roupa.

Na zona rural, brincávamos de roda, ao som da música *Ciranda, cirandinha*, sob a luz da lua ou quando acendíamos uma fogueira. Em dias de chuva, divertíamos-nos brincando nas enxurradas.

No entanto, não se pode ignorar que, mesmo diante de momentos de alegria e serenidade, minha trajetória também foi marcada por

adversidades. Ainda na infância e residindo na zona rural, fui vítima de violência sexual aos cinco anos de idade, em Almecegas, localidade situada em Brazlândia, no Distrito Federal. Os traumas advindos desse episódio perduram até os dias atuais, trazendo consigo sequelas emocionais e psicológicas. Entretanto, essa experiência dolorosa foi determinante na formação do meu caráter e na construção da minha capacidade de acolher e cuidar de pessoas que passaram por situações semelhantes. Por meio desse doloroso processo, adquiri um entendimento profundo das diversas fases e sentimentos envolvidos no processo de recuperação de vítimas de violência, o que guia e inspira minha atuação na área profissional e acadêmica. A minha jornada educacional formal teve início aos seis anos, frequentando instituições de ensino na mesma localidade.

No ano de 1989, houve uma terrível chacina naquela região, levando minha família a tomar a difícil decisão de deixar o campo e se mudar para a cidade. Assim, encerrei o ano letivo na pré-escola, ainda na zona rural, sendo levada para a escola todos os dias por minha tia Edna, a bordo de um ônibus. Os anos se passaram, a vida escolar continuou, e lembro-me de estudar na 4ª série no Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), em Brazlândia, caminhando diariamente cerca de cinco quilômetros a pé para chegar à escola. Recordo também de retornar para casa e ser vítima de violência física por um grupo de quatro adolescentes, dos quais fugi amedrontada.

Em conversas familiares, compartilhava o meu desejo de cursar uma faculdade. Por vir de uma família rural, marcada por um ciclo de pobreza e violência doméstica, muitos duvidavam e até mesmo riam dos meus planos de ingressar no Ensino Superior. Éramos uma família composta por três irmãs, com uma diferença de três anos entre cada uma. Vivíamos com minha avó materna, meu avô, minhas tias e tios, totalizando quinze pessoas. Retomamos o contato com nossa mãe, fomos morar com o padrasto e minhas irmãs, presenciando e sofrendo com a violência doméstica.

Aos 11 anos, mudamo-nos para uma casa adquirida do governo, onde fui responsável pelo lar e por minhas irmãs enquanto minha mãe trabalhava para sustentar a família. Aos 14 anos, comecei um relacionamento amoroso e aos 16 me casei com o intuito de sair da casa de minha mãe. Engravidei na primeira relação sexual, dando à luz minha filha Nicolý, aos 16 anos. Formamos uma família e continuei estudando, além de vender produtos de forma autônoma para ajudar nas despesas da casa.

Em 2009, tive a oportunidade de iniciar uma faculdade pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), enquanto enfrentava a difícil situação de meu esposo ter sido alvo de um assalto e ter ficado paraplégico, dependente de hemodiálise e internado por seis meses no Hospital Regional da Asa Norte em Brasília.

De acordo com o estudo de Coulon (1995), a admissão na faculdade torna-se uma fase importante, ou seja, uma passagem, que, em um sentido etimológico, implica em um domínio com certos ritos, convivência com dificuldades e luta por poder. Um fator importante para a qualidade de formação dos profissionais universitários seria um ambiente acolhedor de aprendizado no Ensino Superior, ou seja, seriam quesitos que se relacionariam com o desenvolvimento humano, e também com as competências técnicas, englobando as dimensões sociais, morais e cognitivas. Tanto reflexões dirigidas quanto responsabilidades adquiridas podem ser originadas de determinado aspecto do ambiente acadêmico (Morais *et al.*, 2017).

Dessa forma, unem-se os conhecimentos científicos apresentados no ambiente acadêmico, que vão auxiliar na construção de nossa capacidade crítico-reflexiva e nas nossas vivências e emoções, que fazem parte de nossa leitura de mundo (Freire, 1996), o que antecede à leitura da palavra e nos transforma enquanto sujeitos. Assim, são bases na minha formação acadêmica: de um lado, a formação profissional relacionada à história familiar, com valor emocional

agregado; e, por outro, para além dos títulos, o desejo de fazer a diferença com compromisso e assiduidade, pensando no necessário desenvolvimento profissional com excelência e assertividade. Por isso, experiência de vida, anseios, sentimentos e desafios permitem reflexão sobre nosso desenvolvimento profissional, agregando saberes múltiplos à prática educativa, em uma relação de saberes e uma reforma do pensamento que são tarefas necessárias para o tempo presente (Morin, 2003).

Retornamos para casa, onde pela primeira vez precisei acessar o serviço de um assistente social com uma prática burocrática em prol dos interesses do Estado. Devido a essa experiência, decidi me tornar uma profissional diferenciada, engajada em debates e em defesa dos usuários, mesmo trabalhando para o Estado.

O que percebo é que todas as experiências agregam valor ao nosso processo de ensino e aprendizagem, assim:

A experiência é a atividade do sujeito que mantém consigo mesmo uma relação na qual ele se observa, se decifra e se arrisca, potencializando significativamente as possibilidades de transformação. Isto não significa que o sujeito é soberano de si mesmo; ao contrário, ele só se forma na interação com o outro e com o mundo (Zen; Carvalho; Sá, 2018, p. 87).

Chegamos ao Tocantins, onde cursei Serviço Social, enquanto cuidava de meu marido paraplégico e minha filha. Consegui passar em um concurso da Prefeitura de Palmas para auxiliar na renda familiar. Em 2010, meu esposo veio a falecer, e eu decidi permanecer no Tocantins para concluir meus estudos e continuar trabalhando.

[...] a história particular de cada um de nós se entrelaça numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com outras

situações culturais. [...] por outro lado, os próprios posicionamentos teóricos ou práticos, que foram sendo assumidos a cada momento. Desse ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido ela, que caracteriza a história particular do autor. O Memorial deve cobrir a fase de formação do autor, sintetizando aqueles momentos menos marcantes e desenvolvendo aqueles mais significativos; depois deve destacar os investimentos e experiências no âmbito da atividade profissional, avaliando sua repercussão no direcionamento da própria vida; o amadurecimento intelectual pode ser acompanhado relacionando-o com a produção científica [...]. (Severino, 2007, p. 245-246).

Em 2011, concluí a graduação e fui aprovada em um concurso em Aparecida do Rio Negro, tornando-me a primeira assistente social concursada do município. Diante das adversidades pelas quais passei, especialmente o falecimento de meu esposo, reflito com grande apreço sobre a experiência nessa cidade, que carinhosamente apelidei de “Paris para os íntimos”.

No primeiro contato com Aparecida do Rio Negro, a superficialidade não permite reconhecer o verdadeiro valor, julgando o local apenas pela sua aparência. No entanto, ao conhecer a dinâmica social e as relações estabelecidas, conscientizamo-nos da importância de não nos prendermos às aparências. Neste contexto, aprendi, como profissional, a analisar a realidade de maneira integral, proporcionando um atendimento humanizado, colocando em prática minha *expertise* no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS é um espaço público voltado para a oferta de serviços de Assistência Social, que busca garantir o acesso aos direitos sociais de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Entre os serviços oferecidos, estão orientações sobre benefícios sociais, apoio para a resolução de questões familiares e cuidados com

os filhos, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e acesso a outros serviços públicos.

A vivência em Aparecida do Rio Negro ampliou meus horizontes, permitindo-me amar e compreender o ser humano, bem como lutar pelos direitos e garantias constitucionais. Exercendo minha profissão como servidora municipal, adotei uma abordagem crítica e dialética, na qual o usuário é encarado como detentor de direitos e garantias, especialmente nos grupos de apoio compostos por crianças, adolescentes, famílias e idosos, abrangendo todos os estratos sociais.

Após ser aprovada em um concurso do estado do Tocantins em 2013, fui nomeada analista em desenvolvimento social do Centro de Internação Provisória de Palmas. A internação é destinada a adolescentes que se enquadram na faixa etária estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com idades de 12 a 18 anos incompletos.

Esses adolescentes são encaminhados ao centro socioeducativo por determinação escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Considerando que a medida socioeducativa tem duração máxima de 3 anos, o programa pode acolher adolescentes com até 21 anos incompletos. Entre os adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, destacam-se aqueles que são impedidos de conviver com outros adolescentes devido a atos infracionais como estupro de vulnerável, feminicídio e violência doméstica, em especial contra a genitora. A maioria desses adolescentes tem entre 16 e 17 anos, são do sexo masculino e de etnia negra ou parda. Os principais motivos de internação são atos infracionais similares ao roubo, seguidos pelo tráfico de drogas e homicídios (Brasil, 2019).

Os atos infracionais cometidos pelos adolescentes estão associados à vulnerabilidade social a que estão expostos, envolvendo baixa frequência escolar, falta de atividades durante o tempo livre

e exposição precoce a substâncias ilícitas e criminalidade, muitas vezes dentro do âmbito familiar (Costa *et al.*, 2016). Outros estudos apontam que esses adolescentes estiveram mais expostos à violência fora do ambiente familiar.

Atuando na equipe multidisciplinar, em meio a um ambiente predominantemente masculino e marcado pelo desrespeito aos direitos humanos dos adolescentes em medida socioeducativa, onde o projeto político-pedagógico institucional não era devidamente seguido, desempenhei o papel de assistente social na unidade. Como a primeira profissional dessa área dentro do Centro, busquei sensibilizar todos os membros da equipe para a necessidade de respeitarem o ECA e, principalmente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Nesse contexto, não recorremos ao uso de armas, mas, sim, ao poder da comunicação, do respeito e das relações interpessoais, formando, desse modo, uma equipe multidisciplinar coesa.

Na tentativa de reduzir a fragmentação entre os saberes, causada pela separação das disciplinas e pelo desrespeito à totalidade do indivíduo, a interdisciplinaridade é apresentada como uma estratégia para superar tais efeitos negativos (Furtado, 2007). Dessa forma, equipes multiprofissionais criam um ambiente propício para a interdisciplinaridade (Peduzzi, 2001; Miranda; Rivera; Artmann, 2012), que se destaca como uma modalidade de trabalho que vai além da simples união de profissionais de diversos campos do conhecimento, configurando-se na interação mútua entre as práticas técnicas e a relação entre os profissionais (Peduzzi, 2001). West e Lyubovnikova (2013) recomendam que as equipes sejam compostas por profissionais com habilidades e conhecimentos que possibilitem atingir objetivos compartilhados de forma interdependente.

A conexão entre as práticas multiprofissionais e a colaboração entre os membros da equipe é mediada pela “linguagem simbólica” (Peduzzi, 2001), que facilita a circulação de diálogos reflexivos sobre os

sentimentos e as expressões dos envolvidos (Araújo; Rocha, 2007). No entanto, é importante ressaltar que cada profissional se apropria de discursos e práticas próprios de seus respectivos campos de formação.

Para compreender as relações sociais que permeiam o trabalho, Habermas (1989), por meio de sua Teoria da Ação Comunicativa, argumenta que os indivíduos, através de seus discursos autônomos e opinativos, buscam compreender o que está sendo comunicado e estabelecem consensos que orientam suas ações com base em acordos linguisticamente pactuados. Quando há presença de coerção, tais consensos se tornam inválidos, resultando em comunicações estratégicas (Habermas, 1989).

A partir da interação entre as práticas técnicas e a relação interpessoal entre os profissionais, transformamos o Centro de Internação Provisória de Palmas em um ambiente que respeita o desenvolvimento singular de cada adolescente, tornando-se um espaço de referência interpessoal e de integração com a família, em conformidade com a lei e proporcionando oportunidades de transformação de vidas.

No ano de 2017, fui convidada para assumir a gestão como chefe de unidade da semiliberdade feminina da cidade de Palmas, enfrentando desafios ao trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, por conta de atos infracionais de alto periculosidade.

A medida de semiliberdade é uma forma de restrição de liberdade na qual o adolescente permanece, por um período de seis meses a três anos, em uma casa, sob a orientação e monitoramento de uma equipe profissional. Durante esse período, ele recebe permissão para participar de atividades externas, com a obrigação de frequentar a escola e ter oportunidades de iniciação profissional por meio de serviços e projetos sociais disponíveis na rede de atendimento. Quando o adolescente cumpre as regras acordadas ao longo da semana, é autorizado a visitar a família nos finais de semana, caso contrário, pode receber a visita dos familiares na unidade (Paraná, 2010).

As unidades responsáveis por essa medida se apresentam como instituições modernas, baseadas em um modelo de gestão da infância e juventude que valoriza a família como base de sua organização. Trata-se de espaços que, em sua estrutura física e em suas estratégias pedagógicas (tanto institucionais quanto intersetoriais), demonstram um dinamismo articulado com os preceitos legais mais recentes, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 1990; 2012). O objetivo é oferecer um atendimento individualizado e promover o vínculo com a família de origem e a comunidade, ressaltando a importância da família no sistema socioeducativo.

Durante essa gestão, tive a oportunidade de participar de um processo seletivo para cursar a pós-graduação na Escola Nacional de Socioeducação, pela Universidade de Brasília (UNB). Fui aprovada em políticas públicas em socioeducação e publiquei trabalho na UNB sobre a atuação do profissional de Serviço Social com a família do adolescente no Centro de Internação Provisória de Palmas.

Em 2018, assumi um cargo no serviço psicossocial do Instituto Médico Legal (IML) em Palmas. Reconhecido pela sociedade com certo receio, o IML é uma instituição que auxilia o poder policial no fornecimento de exames periciais para a elaboração de provas substanciais que podem ser utilizadas nos processos criminais. A busca pela justiça, o trabalho coerente, ético e a conduta que preza pelo ser humano em sua singularidade são características que permeiam o cotidiano dessa instituição e de todos os profissionais que nela atuam. Entretanto, a instituição, cuja missão é manter a ordem, a moralidade e a saúde públicas e assegurar o bem-estar coletivo, é vista por uma parte da sociedade como sinônimo de amoralidade e de ameaça à saúde, vida e bem-estar coletivo (Aldé, 2003).

O IML é um órgão da Polícia Civil (PC) responsável pela realização de perícias médicas e pela emissão de laudos técnicos, não

abrangendo somente situações relacionadas a mortes. O resultado das visitas das vítimas a esse local fornece ao Estado documentos oficiais que subsidiarão investigações e julgamentos de processos criminais relacionados a agressões físicas, acidentes, estupro, atentados violentos ao pudor, tentativas de homicídio, homicídios consumados e suicídios, entre outras situações. O IML lida cada vez mais com perícias em lesões e outros tipos de violência que não resultam em morte, e neste contexto está inserido o Serviço Psicossocial.

O estigma da “morte” deve ser superado e compreendido como sinônimo de vida, de justiça. Segundo Francalacci (2011), noventa e cinco por cento das perícias realizadas no IML são feitas em pessoas vivas. O serviço prestado pelo IML é de pronto atendimento, estando disponível para a população 24 horas por dia (Francalacci, 2011).

O Serviço Psicossocial do IML de Palmas funciona ininterruptamente, 24 horas por dia, todos os dias da semana, atendendo à livre demanda das autoridades competentes, mediante requisição pericial, dos 139 municípios do estado do Tocantins, além de outros órgãos que compõem a rede de proteção social das vítimas de violência, sendo o único serviço existente (Figueiredo *et al.*, 2019). A equipe de peritos do Serviço Psicossocial é responsável pela avaliação de casos de pessoas que enfrentaram situações de violência em seu cotidiano, com o objetivo de garantir um atendimento individualizado e traduzir da melhor maneira possível para as autoridades requisitantes os fatos relatados durante o ato pericial, em busca da justiça.

O objetivo principal do atendimento psicossocial é realizar perícias sociais e psicológicas em pessoas que estão em situação de violência dentro ou fora do ambiente familiar, podendo ser de natureza física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. As provas científicas obtidas a partir dos relatos das vítimas são encaminhadas ao Instituto (Figueiredo *et al.*, 2019). Em 2019, participei da escrita do livro *Epidemiologia Médico Legal de Palmas/TO*, como uma das

coautoras do capítulo 15, intitulado *Serviço Psicossocial do IML Palmas/70*. A obra, publicada pela Editora CRV Curitiba em 2019, aborda casos de violência doméstica e sexual.

Foi em 2022 que um acontecimento despertou meu interesse pela pesquisa, resultando em meu ingresso no mestrado. Uma vítima atendida no Centro Integrado Dezoito de Maio, extensão do Instituto Médico Legal, beneficiada por medidas protetivas, veio a ser vítima de feminicídio por seu agressor, após solicitar a proteção. Esse trágico evento despertou em mim o desejo de contribuir com a sociedade, questionando se as medidas protetivas realmente protegem possíveis vítimas.

O desejo de responder a essas perguntas provocou em mim inquietudes e gerou a vontade de tornar-me pesquisadora, embora eu não soubesse inicialmente os procedimentos necessários para retornar ao meio acadêmico. Reconheci em mim a resiliência e a persistência para alcançar meus objetivos, ciente de que, quanto mais pesquiso e leio, mais me torno consciente da minha insignificância e da necessidade de colaboração mútua para enriquecer nossa jornada.

Assim, após refletir sobre o impacto da violência contra as mulheres e a eficácia das medidas protetivas, decidi ingressar no Programa de Mestrado em Políticas Públicas em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT) na cidade de Miracema, a fim de aprofundar meus conhecimentos e contribuir para o avanço da área.

Iniciei a escrita do meu projeto em 2022 e vislumbrei a possibilidade de cursar um mestrado no final de 2023 na Universidade Federal do Tocantins, quando meu projeto despretensioso ganhou forma e me inscrevi para concorrer a uma vaga, realizando, assim, meu sonho de tornar-me mestra. Fui aprovada e comecei o mestrado em 18 de março de 2024 em Miracema do Tocantins, tendo como docentes professores de renome, tais como: Dra. Maria Helena Cariaga, Dra. Rosemary Negreiros, Dr^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo e Dr. André Luiz Augusto da Silva.

A disciplina de Pesquisa Social, ministrada pela Prof^a. Dr^a Maria Helena Cariaga no 1º semestre de 2024, às segundas-feiras, das 14h às 18h, teve como objetivo principal a compreensão dos fundamentos, pressupostos e processo investigativo do método dialético-crítico na produção do conhecimento do Serviço Social e das Ciências Sociais. Os objetivos específicos incluíram o estudo do materialismo histórico e dialético de Marx, a investigação social como produção científica, e o desenvolvimento da elaboração de um projeto de pesquisa social.

O conteúdo programático da disciplina abrangeu temas como a construção e a elaboração da crítica dialética materialista e histórica de Marx, o caráter científico da investigação social e os fundamentos da pesquisa em Serviço Social, além da elaboração do projeto de pesquisa social. A metodologia de ensino incluiu aulas expositivas, leitura prévia de textos, interpretação dos alunos, debates, seminários, trabalhos práticos de apresentação e elaboração do projeto de pesquisa.

A disciplina de Pesquisa Social foi fundamental para os alunos no percurso do mestrado, fornecendo ferramentas essenciais para a realização de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. Percebeu-se a importância dos diferentes métodos de coleta de dados e a ampliação das possibilidades de pesquisa, impactando diretamente na qualidade das futuras investigações acadêmicas.

Posteriormente, a professora Dra. Rosemary Negreiros ministrou a disciplina intitulada Estado e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades tradicionais, às terças-feiras, das 8h às 12h, proporcionando uma imersão em um universo dos povos originários e das comunidades tradicionais, em seu diálogo com os direitos desses grupos, na relação com o Estado.

Participamos de visitas à aldeia dos povos originários Xerente, autodenominados Akwê Xerente, e encontramos com o cacique Kayapó Raoni Metuktire, líder indígena dedicado à preservação da Amazônia e dos povos nativos. A experiência em debates e seminários

em sala de aula nos transformou em seres sociais dialéticos, ampliando nossa compreensão e compromisso com a justiça social.

Durante o curso, tivemos a oportunidade de analisar a legislação específica relacionada aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, bem como debater os desafios enfrentados por esses grupos na atualidade. Aprofundamos nossos conhecimentos sobre a importância da demarcação de terras indígenas, da preservação do meio ambiente e da promoção da cultura e dos saberes tradicionais.

Por meio das reflexões e debates promovidos na disciplina, fomos instigados a repensar nossos privilégios e a compreender as diversas formas de discriminação e violência enfrentadas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Aprofundamos nossa consciência crítica e nosso engajamento em prol da garantia dos direitos humanos e da justiça social.

A disciplina ministrada pela professora Dra. Rosemary Negreiros foi fundamental para nossa formação acadêmica e pessoal, pois nos proporcionou uma visão mais ampla e crítica sobre as questões relacionadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais. A experiência vivenciada durante o curso certamente deixará uma marca indelével em nossa trajetória como futuros profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos e da diversidade cultural.

Durante o primeiro semestre letivo de 2024, às terças-feiras, das 14h às 18h, tive a oportunidade de cursar a disciplina de Serviço Social na Área Sociojurídica, ministrada pelos renomados professores doutores André Luiz Augusto da Silva e Josenice Ferreira dos Santos Araújo. O enfoque da disciplina foi aprofundar a reflexão sobre o significado do Serviço Social nesse contexto específico, considerando os fundamentos críticos e ontológicos do Projeto Ético-Político da Profissão no Brasil.

Ao longo das aulas, pude compreender a importância da área sociojurídica como um eixo relevante de atuação para os assistentes

sociais, especialmente diante do avanço do projeto estatal e da judicialização das relações sociais. Através de debates e reflexões sobre o Direito, com base em autores como Hegel, Marx e Pachukanis, bem como a respeito das questões relacionadas à política de segurança, retribuição e justiça restaurativa, fui capaz de ampliar meu conhecimento sobre a aplicabilidade do Serviço Social nesse campo.

Além disso, a disciplina proporcionou uma análise crítica sobre a relação entre o Serviço Social e o judiciário, abordando questões como espaços ocupacionais, exercício profissional, cumprimento de pena e mediação interdisciplinar. A presença de convidados especiais enriqueceu ainda mais o debate, permitindo uma valiosa troca de experiências e conhecimentos para o meu processo formativo como mestranda em Serviço Social.

Por fim, o trabalho de construção do livro ao final do semestre foi uma oportunidade única de consolidar o aprendizado adquirido ao longo das aulas, bem como de contribuir para a disseminação de conhecimento na área sociojurídica. Em suma, a disciplina de Serviço Social na Área Sociojurídica foi fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando *insights* e reflexões que certamente irão orientar minha atuação futura nesse campo específico.

Minha trajetória acadêmica até o momento tem sido permeada por desafios e conquistas que me tornaram quem sou hoje: uma pesquisadora dedicada e comprometida com a produção de conhecimento relevante e com o impacto social.

Durante o mestrado, pretendo investigar a efetividade das medidas protetivas e propor alternativas para melhorar a proteção das mulheres em situação de violência. Com o apoio de orientadores e colegas de pesquisa, sei que poderei avançar nessa jornada de descobertas e aprendizados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, encaro o desafio do mestrado como uma oportunidade de expandir meus horizontes, desenvolver habilidades acadêmicas e profissionais, e, principalmente, fazer a diferença na vida das mulheres que enfrentam diariamente a violência de gênero. Estou confiante de que, com dedicação e comprometimento, poderei alcançar meus objetivos e contribuir de forma significativa para a construção de um mundo mais justo e seguro para todas e todos.

Ao finalizar, gostaria de mencionar a importância dos amigos que fiz ao longo desse processo de imersão no conhecimento, contribuindo de maneira única para enriquecer minha jornada acadêmica.

Além disso, desejo expressar minha gratidão aos professores que, com sua dedicação e *expertise*, foram fundamentais para o meu crescimento intelectual durante esse período. Suas orientações, críticas construtivas e incentivos constantes foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico.

Não posso deixar de mencionar a importância da instituição de ensino em que estive inserida, que proporcionou não apenas o conhecimento teórico necessário, mas também oportunidades de prática e vivência que ampliaram minha visão de mundo e meu campo de atuação profissional.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência e pelas palavras de incentivo que me motivaram a persistir e alcançar meus objetivos. Sem o apoio e o suporte de todos vocês, não teria sido possível chegar até aqui.

Assim, encerro este memorial com os sentimentos de gratidão e de orgulho por tudo o que conquistei e aprendi ao longo dessa jornada acadêmica. Estou certa de que os desafios que estão por vir serão apenas mais uma oportunidade de crescimento e superação. E encontro-me preparada para enfrentá-los com determinação e perseverança.

Referências

- ALDÉ, J. Polícia e sociedade: expectativas, estereótipos e representações. **Polícia, Cidadania e Direitos Humanos**, Lisboa, v. 16, n. 3, p. 205-210, 2003.
- ARAÚJO, A. F.; ROCHA, L. E. Organizações cultivam soluções. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], n. 64, 2007.
- BEHR, M. R. O papel da liderança em uma organização que aprende. **Jornal de Dinâmica Organizacional**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 45-56, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Coordenação Geral de Assuntos Socioeducativos. **Levantamento Anual Sinase 2017**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdosINASE2017.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- COSTA, A.; SILVA, C.; MENDES, R. **Revista Portuguesa de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 345-358, 2016.
- COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CUNHA, F. R. A influência da cultura organizacional no desempenho das equipes de trabalho. **Revista de Gestão e Organizações**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 75-88, 2018.

FIGUEIREDO, Helisiane Fernandes Moreira *et al.* Serviço Psicossocial do Instituto Médico Legal de Palmas/TO. In: BITENCOURT, Evandro Leite; REIS JÚNIOR, Paulo Martins; FIGUEIREDO, Helisiane Fernandes Moreira (org.). **Epidemiologia Médico Legal de Palmas**. Curitiba: CRV, 2019. p. 205-218.

FRANCALACCI, A. Perícias realizadas no IML em pessoas vivas. **Revista Brasileira de Medicina Legal e Ciências Afins**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 205-210, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. A. **O impacto da gestão do conhecimento nos processos de inovação**: um estudo empírico na indústria farmacêutica. 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface**, Botucatu, v. 1, n. 22, p. 239-255, 2007.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LOPES, A. B. A importância da comunicação nas organizações. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 25-38, 2015.

MIRANDA, F. M.; RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E. A. Avaliação de impacto do Projeto de Promoção da Saúde em trinta famílias de diferentes etnias de um aglomerado urbano em estado de vulnerabilidade social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 4, p. 752-760, out./dez. 2012.

MORAIS, Alessandra *et al.* Assunção de responsabilidade e reflexão dirigida no curso de pedagogia: implicações para a adaptação e formação no ensino superior. **ETD: Educação Temática Digital**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 482-509, 2017.

MORIN, E. Ética e imaginário. *In*: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (org.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PARANÁ. Secretaria da Criança e da Juventude. **Semiliberdade**. Curitiba: Secretaria da Criança e da Juventude do Paraná, 2010.

PEDUZZI, M. **O trabalho em saúde: abordagens qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, P. C. Gestão de pessoas e liderança: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 546-561, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WEST, M. A.; LYUBOVNIKOVA, J. Illusions of team working in health care. **Journal of Health Organization and Management**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 134-142, 2013.

ZEN, A.; CARVALHO, M. G.; SÁ, A. B. Reflexões sobre as relações entre formação e experiência. **Revista da Faculdade de Educação**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 69-89 jul/dez., 2018.



CAPÍTULO 11

Silenciada, fiz-me ouvir: vida e trajetória de uma ativista gorda

Suyanne Héria Vieira de Souza

Uma voz silenciada: a consciência em mim

Eu sempre pensei que um dia poderia mudar o mundo, de certa forma. Não sabia como, muito menos por onde começar ou se era possível. Falar sobre minha trajetória pessoal e intelectual é um desafio, reviver certos acontecimentos que foram imprescindíveis para formar a pessoa que sou hoje, digamos, chega a ser até um pouco doloroso, mas necessário. Com 25 anos, quase na crise dos “30”, caminho para uma história de vida que, no seu atual momento, já enfrentou violências físicas e psicológicas por parte dos que diziam me amar.

Entretanto, não é minha intenção transformar isso aqui em um registro de sofrimento, mas, sim, da experiência de quase morte e depois de muita terapia. Essa sou eu, assumidamente uma mulher preta, gorda, bissexual, puta, bacharela em Serviço Social por uma das melhores faculdades federais do Triângulo Mineiro, mestranda em Serviço Social na conceituada Federal do Tocantins e com uma pesquisa inédita que me transformou em referência no estudo da gordofobia enquanto expressão da questão social no Serviço Social.

A minha trajetória de vida e intelectual é uma só. Digo isso porque, mesmo antes da gordofobia se tornar o meu objeto de pesquisa, ela já era presente no meu dia a dia, desde sempre. Eu vivo a minha pesquisa, é a minha vida literalmente. Falando de uma forma mais íntima, antes de chegarmos aos caminhos intelectuais, muitas foram as vezes em que chorei, olhando-me no espelho sem conseguir reconhecer-me, odiando-me e desejando que o que eu via não fosse real. Nascemos e somos inseridas em uma sociedade com um padrão estético surreal e

desumano, que odeia e mata pessoas gordas, a exemplo da gordofobia implícita ou explícita nos discursos e práticas médicos.

Diversos foram os “obstáculos” no caminho de me entender sendo como sou dentro desse sistema. Hoje, com 25 anos, eu me sinto inteiramente à vontade, e com a maior liberdade, para continuar contando minha história.

Sou filha adotiva de pais brancos heteronormativos. Tenho duas irmãs brancas, mais novas, e eu cresci com minha irmã do meio, que tem 23 anos e é branca e magra, enquadrada no padrão estético e saudável dominante em nossa sociedade. Uma família inteira de pessoas brancas e magras que nunca passaram e nunca entenderam minhas vivências enquanto jovem mulher gorda e preta. Sentir a falta de alguém que me entendesse foi uma das piores coisas, durante a minha vida, crescendo sem representatividade no meu dia a dia. Sempre fui a amiga gorda, a filha gorda, a prima gorda, e mesmo que meus amigos e uma parte mínima da minha família não me resumissem ao meu peso, o mundo ao meu redor se encarregava disso.

Para o meu pai, correntemente meu corpo era errado e doente, desde os meus oito/nove anos, época da qual me recordo, em que estive rodando nas mãos de diversos médicos, nutricionistas e endocrinologistas que buscavam me “consertar”, mesmo não havendo nada de errado comigo. Durante minha infância e na pré-adolescência, fiz de tudo, hidroginástica, academia, muay thai, natação, sempre forçada, sempre aos prantos. Nunca nada ia até o fim; meus ciclos de “conserto” eram interrompidos. E, cada dia mais, eu era tomada por uma tristeza profunda, misturada com uma falta de compreensão sobre as razões que me forçavam a passar por isso. Era como se eu dissesse para mim mesma: meus pais e o mundo só vão me aceitar se eu for magra e saudável.

Em casa, tudo era regrado, eu só podia comer o que me era dado, seguindo a dieta passada pela nutricionista. Minha mãe apenas

obedecia ao que meu pai falava, montava meu prato e colocava na mesa. Por muito tempo, nem meu próprio prato de comida eu podia montar. Quando íamos a restaurantes, sempre escutava coisas do tipo “vai comer isso tudo?”, sempre com olhares de reprovação, das poucas vezes em que eu montava meu prato.

Hoje, por exemplo, não consigo mais frequentar academia e, sempre quando comecei, abandonei logo em seguida. Uma criança de 9 anos que deixava de brincar para estar em uma academia fazendo exercício para emagrecer e que hoje, quando ainda tem recaídas e tenta começar algo para não continuar “feia e errada”, sente-se culpada por interromper o processo. Recordo-me da última vez em que viajamos para outra cidade para fazer exames e foi constatado que não tinha nada de errado comigo, era só “falta de vergonha na cara”.

Com a separação dos meus pais, a vigilância constante do meu pai, cerceando o que eu comia ou deixava de comer, não existia mais. Com a separação deles, as idas constantes aos médicos para o tratamento da “obesidade” diminuíram até que também deixaram de existir.

Com meus 13 a 14 anos de idade, comecei a praticar esportes na escola, futsal e depois handebol, e era algo que eu realmente amava e gostava de fazer. Em casa, passei a poder comer o que quisesse, mesmo escutando alguns alertas de reprovação da minha mãe.

Até meus 17 anos, no final do Ensino Médio, pratiquei esportes constantemente, sem culpa. Fazia porque gostava. Posso dizer que foi uma das minhas melhores épocas. Eu era (ainda sou) uma gorda que praticava exercício sem culpa. Fazia isso porque gostava, não porque as atividades físicas se tornavam imperativos em minha vida com a finalidade de alcançar, pelo emagrecimento, o chamado “peso ideal”.

Porém, nesse período, dos 14 aos 17 anos de idade, houve um acontecimento que me marca até momento presente. Numa certa manhã, numa das minhas idas a uma igreja católica com meu pai, enquanto esperávamos na escadaria a minha irmã, para irmos embora,

ele me disse algo terrivelmente cruel que marcou minha alma, entre as tantas crueldades que já ouvi: “Eu sou homem, eu sei disso, homem nenhum vai querer namorar com uma gorda”. Ao me dizer isso, ele demonstrou uma forma de preconceito hoje entendida como gordofobia, em que as mulheres gordas são vistas como se não fossem dignas do afeto do homem tão somente por serem gordas.

Meu pai já me fez comer o meu próprio vômito, enquanto me batia de cinta em uma das vezes que me colocava à força para comer as coisas da dieta, mesmo quando eu não suportava nem o cheiro dos alimentos. Não tenho mais nenhum contato com meu pai, desde as últimas eleições em que ele deixou de considerar eu e minha irmã como filhas dele por termos votado diferente. Ter as nossas próprias opiniões e pensamentos sobre o mundo era considerado rebeldia e desrespeito para nosso pai. No dia dos resultados das últimas eleições, e lembro como se tivesse sido hoje, ele comunicou que não era nosso pai mais e que também não pagaria mais pensão. E assim fez, eu, que estava recém-formada, sem nenhum tipo de auxílio financeiro além do dele, fiquei completamente jogada na sarjeta, mas sobrevivi, né? Não graças a ele, mas sobrevivi. E minha irmã também.

Acho que por isso me sobem tamanhos ressentimento e ódio quando vejo minhas produções carregarem o sobrenome dele, Souza. Porque não foi por ele que consegui chegar aonde cheguei, muito pelo contrário. Se fosse por ele, eu estaria morta.

Bom, voltando ao que interessa... O final da minha adolescência e começo da vida juvenil foi um divisor de águas em minha vida. Isso porque, quando estava prestes a fazer 18 anos, coloquei um basta nessas situações, hoje percebidas como gordofóbicas, e comecei a me impor no que dizia respeito a mim e a meu corpo, aos meus limites e às minhas possibilidades como pessoa gorda. Passei, então, a não mais aceitar as “opiniões” que me desqualificavam, que não reconheciam minhas pertencas sociais, minhas diferenças.

Foi uma libertação em todos os sentidos. Parei de tentar suprir as expectativas da minha mãe referentes à forma com que eu deveria ou não me vestir, o corte de cabelo, tudo. Meu corpo era só meu. Meu cabelo, que antes chegava ao comprimento das nádegas, raspei no zero.

Porém, nem sempre eu fui uma mulher gorda maior: de um manequim 42/44 aos 17 anos, passei a usar 64 aos 20. A pressão estética deu lugar a uma gordofobia violenta. Com essa transformação do meu corpo, comecei a perceber que alguma coisa grave estava acontecendo ao meu redor, isto é, as agressões sutis ou não, as situações de gordofobia se tornaram mais evidentes e constantes, justamente porque, quanto maior o corpo, maiores são o preconceito e a exclusão, e mais agressivos, violentos e recorrentes são os episódios de gordofobia.

As mulheres sofrem diversas formas de opressão numa sociedade patriarcal e machista como a nossa. Sofrem ainda mais as mulheres gordas, pretas e periféricas num mundo terrivelmente excludente, que foi e é projetado para pessoas magras, que faz com que as pessoas gordas se sintam deslocadas, desencaixadas, desenraizadas, portanto, passíveis de serem abandonadas, de serem ridicularizadas, de serem descartadas.

O mundo não foi feito para pessoas como eu, e as pessoas no meu entorno fazem questão de deixar isso muito evidente. Por exemplo, quando vou aos bares com meus amigos, costumo avisar logo que não consigo amanhecer em um lugar onde não tem uma cadeira que me comporta, onde tenho que sentir dor nas costas e ficar com a metade da bunda para fora. Como poderia eu participar de todas essas coisas que jovens gostam de fazer (sociologicamente, práticas de sociabilidade juvenis) e me sentir feliz, sentindo dor em cadeiras inadequadas, em lugares que não me propiciam acesso digno?

Eu não consigo tomar um sorvete da tarde na sorveteria em frente a minha casa porque lá não tem cadeira que comporte o meu corpo. Constantemente eu tenho momentos de lazer que me são negados

por falta de acessibilidade. Na faculdade, já cheguei a preferir assistir aula no chão a passar quatro horas em uma cadeira que me causava dor e desconforto.

Dessa forma, é nítida a forma como a gordofobia sempre fez parte das minhas relações sociais e do meu dia a dia. Esse presente tópico, que tão rápido nomeei de “a consciência em mim”, diz respeito justamente à síntese de toda uma vida que resultou nesse momento decisivo onde reivindiquei o meu corpo e o tomei de volta sob o meu controle. A gordofobia às vezes me sufoca, e costumo até brincar com quem é próximo a mim, afirmando que “onde eu vou minha pesquisa está”, que não consigo tirar férias dela.

A cabeça não tem um minuto de sossego, porque o meu corpo gordo está sujeito a sofrer gordofobia 24 horas por dia, e isso é um fato. Mas às vezes também é um pouco doloroso pensar em como a gordofobia molda todos os campos da minha vida, que acabo de perceber aqui em minhas análises de pensamento que pouco mencionei a rotina escolar nos Ensinos Fundamental e Médio, esses que também são de extrema importância quando preciso falar sobre minha história.

Na escola, nunca me preocupei muito em ser o destaque da turma em questão de nota. Tirava o necessário para passar e estava ótimo, mas uma coisa nunca mudou: sempre fui muito boa em história e português. Era a típica aluna que os professores reclamavam que conversava além da conta em sala de aula, mas que também sempre estava à frente de tudo. Era uma líder nata, sempre à frente dos projetos escolares. E convenhamos que falar “mais do que a boca” hoje é a minha arma mais poderosa. O “poder do discurso”, tal qual Foucault (2013) traz.

Cresci com uma ideia de mundo totalmente diferente de tudo o que eu sei e vivo hoje. Crescemos acreditando que a vida adulta é tudo pelo que almejamos, esperamos anos para poder sair de casa, para sermos independentes. Mas a realidade da vida adulta é completamente diferente.

Antes, ainda muito jovem, sempre tive medo de que minha passagem por esse plano fosse de apenas dor e sofrimento, e tinha receio de morrer sem deixar nada significativo para trás. Atualmente com 25 anos, tenho a clareza de que, se eu me for nos próximos cinco minutos, partirei sabendo que deixei uma marca na Pesquisa Gorda e no Serviço Social.

Silenciada, fiz-me ouvir: da graduação ao mestrado

Coeficiente de rendimento 9,25. Essa é a porcentagem de o a ro de quatro anos de graduação, sem nenhum exame ou reprovação e um Currículo Lattes, digamos, perfeito a nível de graduação, em vista das coisas que pensei alcançar durante esses anos iniciais de trajetória acadêmica. Aqui não vão ver modéstia da minha parte, ou me encontrar dizendo que me arrependo da forma como levei esses quatro anos (com uma terapia teria sido melhor e esse é o meu único arrependimento). Porque a obsessão pelos estudos e uma busca quase suicida por ressignificar minhas vivências violentas foram o que me colocou em primeiro lugar nesse programa.

Minha psicóloga, pelo menos a cada três sessões, lembra-me do quanto é necessário que eu reconheça a importância da minha trajetória acadêmica e da minha pesquisa para conseguir parar de me autossabotar, de me sentir insegura. É contraditório, mas atualmente sinto uma insegurança e um medo além da conta de falar sobre meu estudo, de falar sobre as coisas que sei, de expressar minhas opiniões. Em sala, tornei-me aquela que mal abre a boca para falar e nunca fui assim. Às vezes, não consigo nem me reconhecer. Quem é Suyanne Héria hoje? Mas quem foi Suyanne Héria?

De uma forma muito carinhosa, de que sempre irei lembrar, o Serviço Social é parte da minha história, também graças à minha

querida amiga Bárbara Barcelos. Em um período muito sombrio da minha vida, com situações familiares que me colocaram em um limbo da própria existência, foi ela que me lembrou que o Enem abria no meio do ano. E assim, inscrevi-me e passei no curso da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Federal de Uberaba, onde residi por quatro anos e meio.

Aqui, acredito que posso fazer uso de uma cronologia para abordar os fatos e os acontecimentos. Os períodos iniciais foram de suma importância para que a futura profissional surgisse em mim, e que eu me entendesse como tal. Logo no primeiro período da faculdade, tive contato com as duas mulheres que viriam a se tornar partes fundamentais do meu “eu” professora-pesquisadora e que no fim se tornaram muito mais do que minhas professoras, mas minhas amigas, que tanto me ajudaram quando mais precisei: Regina Rezende, que me levou a entender que o meu lugar sempre foi na sala de aula, e Idalice Ribeiro, que viu em mim o potencial para uma carreira científica brilhante. Não tem como falar da minha história sem falar delas. E aqui já passo a ter contato com o que seria a minha primeira linha de pesquisa e as primeiras produções intelectuais. As linhas (paixões) que se encontram: Educação e Política e o desafio da Diversidade e Direitos Humanos.

Eu nunca fui uma pessoa muito religiosa, mas fui criada na igreja. Não ia com tanta frequência, mas minha mãe sim, sempre. E das vezes em que fui pude tomar contato com relevações sobre mim (direcionadas para mamãe) que diziam que eu salvaria vidas, e que estava destinada a grandes coisas. Que os planos de Deus na minha vida eram maiores do que se poderia imaginar. Não sei o que pensar a respeito, mas acho que Deus sempre cuidou de mim, mesmo com minhas ressalvas em relação a sua existência. Se vou salvar vidas ou se já cheguei a salvar eu não sei. Mas as orações de minha mãe tão fortes e sinceras para o Deus dela sempre me protegeram.

Seguindo para a grande ironia do destino, eu que na adolescência sempre falava que não me ligaria com nada que envolvesse política, deparei-me no primeiro período com o Projeto de Extensão Jornadas de Discussão “Educação, Ideologias e Movimento Escola sem Partido” (2ª Edição), realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política; Educação e Cultura (GEPPEC), em que Idalice era coordenadora do Projeto e do Grupo.

Durante a graduação, participei de projetos que moldaram completamente minha vida acadêmica e fazem parte da pesquisadora gordoartista que sou hoje. Atuei e ainda atuo no GEPPEC, desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão, desde 2018, vinculado ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Filosofia e Ciências Sociais do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFICS) do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) da UFTM, no qual colaborei na realização de projetos que atualmente integram o Programa de Extensão Jornadas pela Democracia, entre os quais o Projeto de Extensão Jornadas de Discussão “Educação, Ideologias e Movimento Escola sem Partido”. É daí que surgiu minha primeira experiência de Iniciação Científica, com o título *Discursos do Movimento Escola sem Partido sobre doutrinação política e ideológica nos livros didáticos de Sociologia*, no qual meu objetivo foi conhecer e analisar os sentidos dos discursos do Movimento Escola sem Partido sobre a suposta “doutrinação” política e ideológica cognominada comunista ou socialista presente nos livros didáticos de Sociologia. Nessa pesquisa, abordei os empreendimentos desse movimento para impor sua concepção de educação, contribuindo, assim, para as reflexões sobre a constituição de políticas educacionais que estabelecem o uso de materiais didáticos e os saberes constitutivos das práticas educativas nas escolas.

Em 2021, ainda na graduação, ministrei palestra em uma mesa-redonda composta por doutores e mestres da área de Ciências Sociais,

intitulada *Políticas antidemocráticas da Educação Básica: currículos entre disputas, retrocessos e potencialidades emancipadoras* (Mesa-redonda [...], 2021) durante as atividades do projeto de extensão Jornadas de Discussão: “a corrosão da democracia e as novas formas de autoritarismo” – 3ª edição, evento no qual eu era extensionista. Foi de suma importância para que eu começasse a acreditar de fato na capacidade que sempre tive ver a confiança da Idalice na minha aptidão, mesmo ainda tão jovem e em começo de carreira acadêmica, para dividir espaço com figuras como Ileizi Fiorelli, doutora em Sociologia, especialista em políticas de educação, currículos e Sociologia no Ensino Médio essas que foram minhas temáticas de pesquisa. Esse momento em específico foi o pontapé inicial do meu “eu” palestrante. Pensa só, tão jovem e já ocupando espaços como esse. De fato, estive e estou destinada a grandes coisas. Poucos podem dizer que tiveram tamanho privilégio.

E no meio disso tudo, veio o meu ingresso no Programa de Monitoria da UFTM já no segundo período, atuando primeiro como monitora voluntária e depois como bolsista na disciplina que Regina ministrava: “Introdução ao Serviço Social”. E quem me conhece sabe que foi amor à primeira vista. Não à toa é a disciplina que tanto desperta o meu desejo de ser docente. Regina, que também sempre acreditou no meu potencial, proporcionou-me experiências acadêmicas que ficarão guardadas para sempre na minha memória, e ela sabe do que estou falando.

De sete períodos fui monitora de Introdução em cinco. E a cada monitoria ou momento em que meus colegas de profissão tanto elogiavam a minha didática em sala, eu sentia e sabia que tinha feito a escolha certa. Os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social sempre foram algo fascinante e até intrigante para mim. Nas minhas análises pessoais, a disciplina de Introdução, a única diretamente ligada à profissão nos primeiros períodos de Serviço Social, é

a mais importante, porque é através dela, da forma pela qual ela será ministrada, que o estudante perceberá se é aquilo mesmo que ele quer como profissão. Enquanto monitora, e até mesmo quando me procuravam para sanar dúvidas a respeito do que é o Serviço Social, do que significa se tornar assistente social, nunca obtiveram de mim respostas romantizadas. Esse papinho de “Serviço Social por amor” é “história para boi dormir”.

Sempre deixei muito evidente a responsabilidade que é se tornar assistente social, e como e por que, apesar do senso comum, Serviço Social não é fazer caridade. Cheguei a ver algumas expressões de espanto em diversas dessas conversas. Mas é como costume falar: se for para se formar e ser só mais um atrás de uma mesa que passa o dia achando que a fome se resolve só com cesta básica, e que não consegue enxergar além do que se vê, não precisa nem continuar. Porque de “profissionais” assim o Serviço Social está cheio.

Além de Introdução, fui monitora de Sociologia com Idalice e de Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos do Serviço Social III com Regina. Recordo de como era quando chegava o período do processo seletivo: por mais que Idalice sempre tentasse me “roubar” da Regina, ela sabia que minha paixão era Introdução ao Serviço Social. Mas Sociologia sempre terá um espaço especial no meu coração, e como tem. Quase que meu mestrado foi em Sociologia, inclusive.

Então, com essa aproximação com a educação e tendo como objeto de pesquisa o Movimento Escola sem Partido e o estudo da educação em si, eu queria muito realizar meus estágios em alguma escola, mas estávamos em período de pandemia, e não foi possível realizar meu desejo. Dessa forma, mais uma vez nas ironias da vida, eu, que nunca tive afinidade com a área da saúde por não gostar mesmo, acabei realizando meus estágios obrigatórios I, II e III na rede de saúde mental da cidade de Uberaba, Minas Gerais, no Serviço Intermediário de Atenção Psicossocial (SIAP), no atendimento

a pessoas com transtornos mentais de média complexidade. Por conta disso, tive a oportunidade de escrever para o IX Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social da UFTM, junto com minha supervisora Ana Sofia e minha amiga e colega de estágio Letícia Corsi, o trabalho resultante de um projeto que realizamos no SIAP, “Oficina de Alfabetização de adultos: a emancipação e a autonomia no Serviço Intermediário de Atenção Psicossocial”

E tive ainda uma outra experiência que pensei que nunca teria: ser professora voluntária de Sociologia no cursinho popular pré-vestibular “Carolina Maria de Jesus” do Diretório Acadêmico de Medicina “Gaspar Viana” da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – um projeto que me fazia transbordar de alegria sempre que entrava em sala. Foi incrível perceber como minhas paixões se cruzaram, ao ter a oportunidade de estar em contato com adolescentes ainda no Ensino Médio ou recém-saídos e poder falar sobre o estudo da sociedade, expectativas para o futuro e diversas coisas que atravessavam o cotidiano daqueles jovens. Foi transformador.

Nas aulas, aprendíamos juntos, era sempre uma troca. Nas explicações, surgiam diversas vezes associações a situações vivenciadas por eles. Ver na prática acontecendo diante os meus olhos eles conseguirem apreender e perceber o conteúdo por meio de suas realidades sempre me fazia silenciosamente agradecer ao universo pelo privilégio da existência de uma figura atemporal como Paulo Freire.

Seguindo o curso dos acontecimentos, quando me vi desafiada a compor um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pensei na possibilidade de continuar a pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Discursos do Movimento Escola sem Partido sobre doutrinação política e ideológica nos livros didáticos de Sociologia*. Parecia fácil seguir esse caminho de pesquisa, que se encontrava bem traçado, uma vez que já tinha um relatório de pesquisa pronto e me bastava apreender as

lacunas dessa pesquisa, a partir das quais eu continuaria a minha investigação problematizando esse tema.

Cheguei até a disciplina de Pesquisa Social quando estávamos aprendendo a montar o projeto de pesquisa. E então aconteceu um fato que me causa risada até hoje: eu tinha entendido, na minha inócua confusão, que era para realizar a pesquisa do projeto, e assim entreguei praticamente um TCC de 60 páginas, todo padronizado nas normas ABNT, sobre o Movimento Escola sem Partido no cenário de endireitamento do Brasil. Eu tinha guardado uma foto da situação da minha mesa de estudos nos meses em que passei fazendo essa pesquisa. Eram livros e livros abertos, noites em claro. Em certo momento, eu sequer pensei que tinha algo errado em realizar uma pesquisa em quatro meses. Não. Por quê? Bom, esse próprio memorial já te explica o porquê. E é claro que tirei um 10.

No entanto, mesmo com essa temática e estudos avançados, havia algo que me incomodava como mulher gorda e preta que sou: a gordofobia. Essas inquietações em relação ao meu corpo e a tudo que eu estava vivendo naquela época me fizeram sumir por quase dois meses inteiros da minha orientadora, que, por sinal, era a Idalice. Foi um período em que não sabia mais o que fazer da minha vida, o que de fato queria pesquisar. E não sabia como chegar até a Idalice e contar sobre isso.

Foi nesse período que, a partir das redes sociais, tive contato com as discussões sobre a gordofobia realizadas pelo ativismo gordo. Foi quando passei a identificar que o que passei a sofrer e sofria com mais intensidade era gordofobia. Passei a acompanhar diversos perfis nas redes sociais, principalmente de mulheres gordas, e foi então que tive meu “encontro de almas” ao conhecer Maria Luisa Jimenez Jimenez, a Malu, que tão carinhosamente digo que é minha “diva *pop*”.

No meio da minha confusão e receio em expressar todos esses sentimentos e descobertas para Idalice, acabei ficando como orientanda

de Regina por uma semana, quando cheguei a ela e disse que queria falar sobre gordofobia. É claro que levei um puxão de orelha da Idalice por ter sentido medo de contar tudo isso para ela. Acabei pedindo desculpas para as duas e continuei com Idalice, e futuramente Regina compôs a minha banca de defesa.

Tendo esclarecido as coisas com Idalice e deixado evidente que o que eu precisava e queria pesquisar era gordofobia, surgiu uma oportunidade que considero o “marco zero” da minha trajetória nos estudos do corpo gordo. O que preciso mencionar é mais uma das ironias da minha vida: aqui estou eu, com uma trajetória acadêmica em construção, na qual é indispensável estudar e questionar a “saúde.

Como extensionista do Programa de Extensão Jornadas pela Democracia, organizei e mediei a mesa-redonda intitulada *Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos*, que teve palestra ministrada pela Prof^a. Dr^a Maria Luisa Jimenez Jimenez (Lute [...], 2022), especialista nos estudos do corpo gordo no Brasil e fundadora do Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas (Pesquisa Gorda), do qual hoje tenho a honra de ser uma das coordenadoras. Nessa palestra que mediei, Malu se propôs a compor minha banca de defesa do TCC, e assim foi feito.

Sobre a Pesquisa Gorda¹, foi uma honra receber o convite para compor o grupo como coordenadora. Desde o momento em que passei a estar ativa nessa temática e pude estar na presença de outros pesquisadores e ativistas do corpo gordo, minha percepção do que é pertencimento mudou. Do mesmo modo, quando estou em espaços que me passam o sentimento de aquilombamento, a gordosfera² me

1 Nossa história, está disponível em: <https://pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/nossa-hist%C3%B3ria>. Já nossos objetivos e detalhes de funcionamento, podem ser acessados em: <https://pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/objetivos-e-funcionamento>.

2 Gordosfera, segundo Malu Jimenez (2020), é, nesse sentido, se sentir pertencente. Estar, apoiar e viver com outras mulheres gordas. É um estado, uma energia,

salvou e me tem salvo todos os dias. Não só pelas inúmeras possibilidades que tem trazido para a minha pesquisa e pela expansão dela, mas por me ajudar a conseguir me olhar no espelho minimamente e não me odiar por completo.

Maria Luisa mudou a minha vida por toda a eternidade, assim como Idalice e Regina. Elas formam a minha trindade de super-heróínas. Em paralelo a esses acontecimentos, depois de tanto postergar, por odiar burocracias, passei a atuar como petiana bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET) em Serviço Social da UFTM, sob a tutoria de Regina. Até o final da minha graduação, fui aluna voluntária e membro da comissão organizadora do Projeto de Extensão *PET Serviço Social em CENAS: Desigualdade Social em Cena sob o olhar de Carolina Maria de Jesus*.

Tive a oportunidade de escrever trabalhos como *A educação e os direitos humanos na perspectiva emancipatória*; *Cenas: O PET Serviço Social*; *PET: Conexões de Saberes*; *A política social e sua similitude com a profissão do Serviço Social*; *O conservadorismo do Serviço Social: história e atualidade*; *Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social*; *Serviço Social e sua dimensão socioeducativa na perspectiva freiriana*. Além disso, pude participar da organização do Primeiro Sarau Cultural do PET.

Voltando para a escrita do meu TCC, a gordofobia sempre fez parte da minha vida, mesmo antes de se tornar objeto de pesquisa. O processo de escrita da minha monografia foi um desafio banhado em lágrimas, primeiro pela responsabilidade que caiu sobre mim ao me deparar com o fato de ser a primeira no Serviço Social brasileiro a abordar a gordofobia, o que até hoje me gera insegurança e medo de falhar. Fui a primeira a vir e dizer: “Ó, a gordofobia é uma expressão da questão social e precisa urgentemente ser tratada como tal”.

uma potência. É afeto que afeta o mundo. É ser e estar no mundo gordamente.

Segundo, porque vivo o que pesquiso, é uma pesquisa vida. Então era óbvio que os desafios seriam enormes, os choros apareceriam ao me deparar, no processo de pesquisa, com violências que também sofro.

Mas carrego comigo a frase: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”. Alguém tinha que dar o pontapé inicial. Às vezes, fico pensando: “por que eu?” Fico. Porque é cansativo, e muito. Mas extremamente necessário. E de todo esse balaio de acontecimentos, nasceu, então, a abordagem: *Por um Serviço Social Gordo: a gordofobia como expressão da questão social*.

A lógica estruturante das relações sociais baseia-se em uma perspectiva conservadora e de opressão, relacionando-se diretamente com a exploração de gênero, classe e raça. É nessa estrutura social sexista, racista, homofóbica e gordofóbica que estão inseridos o Serviço Social e os assistentes sociais. E a gordofobia é uma violência que perpassa gênero, raça/etnia, classe, e orientação sexual.

A gordofobia é uma expressão da questão social (Souza, 2022). Questão social é o que Santos (2017) toma como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista. Portanto a gordofobia é uma dessas expressões que acarretam diversos problemas psicossociais, sendo uma expressão que se reproduz nas mais diversas relações, sendo alimentada pelo sistema capitalista, que preconiza a existência de um corpo “produtivo” e “útil”, possível de estar inserido nas dinâmicas de produção e reprodução do modo de produção capitalista, que não é o caso do corpo gordo, considerado preguiçoso e desleixado. A gordofobia é uma expressão da questão social porque é estrutural, estando impregnada não só na organização da sociedade, mas na forma como se dão as relações sociais.

Durante o processo de finalização da primeira seção da monografia, uma fotógrafa me abordou ao saber sobre o que era o meu trabalho de conclusão de curso e me disse que tinha um projeto intitulado *Pensar/fazer corpo, poesia, fotografia e existência*. Tratava-se de uma

pesquisa em construção de abordagem em fotografia, desenvolvida por ela, poeta e fotógrafa Paula Oliveira, que, numa perspectiva decolonial, busca registrar os corpos em suas singularidades e/ou coletividades, como também no que possuam de indefinido.

Paula Oliveira chegou como um raio de sol que entra na minha janela pela manhã, e assim fizemos juntas um ensaio de nu artístico para compor o capítulo *O que pode um corpo invisível e uma voz silenciada?*, onde tomei o meu próprio corpo como objeto de pesquisa, análise e de arte, representando uma expressão das minhas atitudes políticas no ativismo gordo; a representação da transgressão que vai colocar em cena o meu corpo gordo, este que, em cenários cotidianos, não é visto e nem colocado em destaque. Esse ensaio me permitiu olhar para uma Suyanne que eu não olhava há anos. A minha briga com o espelho foi ressignificada e com certeza conheci uma Suyanne que nunca tinha visto antes.

O ensaio que ficou intitulado *Silenciada, fiz-me ouvir*³ mostra que o meu corpo é espaço e fonte de criação; obra de arte. O corpo é, segundo Le Breton (2006), o lugar onde o mundo é questionado. Do meu corpo como lugar de questionamento do mundo surgiu o significado pessoal desse ensaio. Pela fotografia, busquei colocar o meu corpo gordo em evidência, numa performance fotográfica em que reivindico a destituição do padrão ideal de beleza centrado na magreza e inscrevo o ativismo gordo que torna visíveis as discussões sobre as diferenças de corpo e as expressões da gordofobia, assim como as pautas gordas nas lutas contra essa forma de preconceito.

São tantas as ironias na minha vida que chega a parecer uma piada de mal gosto. Mas, durante a graduação, fui insuficiente no que diz respeito ao meu envolvimento no movimento estudantil, mas as

3 ENSAIO fotográfico “Silenciada, fiz-me ouvir” Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Kylotuxe9muJ1Eici5wTzjkc4vvjLUuQ?usp=sharing>.

minhas críticas pessoais quanto a por que nunca quis ocupar esse espaço na UFTM em si não vêm ao caso. Cheguei a entrar temporariamente, mas sem de fato fazer algo no Centro Acadêmico do Serviço Social. Percebi que naquela altura do campeonato não teria tempo hábil necessário para me dedicar às atividades. Então, da mesma forma que entrei, eu saí. Mas, veja só, tudo em minha trajetória me levava a um fim inevitável: a participação em movimentos sociais. Hoje, enquanto ativista do corpo gordo e representante discente da pós-graduação, tenho certeza de que em um futuro muito próximo estarei organizada em outros espaços do Serviço Social. Não dá para fugir da luta, pois faz parte de quem eu sou.

E isso ficou muito firme quando, no meu discurso de oradora da Turma xx de Serviço Social em janeiro de 2023, enfatizei que o meu diploma não era só por mim ou por nós enquanto turma, mas “[...] por todas as pessoas reféns de um sistema que mata, é pelo combate à fome, pelo acesso à moradia, pela segurança alimentar, pela liberdade, pela consolidação da cidadania, pela defesa intransigente dos direitos humanos, é pelos meus ancestrais [...] Na luta pela construção de uma sociedade mais justa, sem discriminação de raça, classe, etnia e gênero.” E nada disso é possível sem organização e luta coletiva.

Portanto, eu me tornei bacharela em Serviço Social com a certeza de que, para alcançar o que proponho tanto nas minhas pesquisas e na defesa do projeto ético-político do Serviço Social, eu preciso e devo estar ativa não só nas lutas que me cabem, mas nas lutas coletivas, e estar organizada dentro das instâncias do Serviço Social.

Depois de me formar, passei por um período muito difícil na minha vida, sem o amparo financeiro do meu pai, como mencionei, sem conseguir um emprego e em um relacionamento abusivo que era minha única fonte de sobrevivência. Eu vi os meus anos de negligência com a minha saúde mental baterem à porta. E foi quando vieram a minha tentativa de autoextermínio e o fim do meu relacionamento,

em 14 de maio de 2023. O edital do mestrado que abriu em 26 de maio de 2023, do qual hoje faço parte, salvou a minha vida. Eu vi a chance de finalmente dar continuidade ao meu sonho e poder começar a vida do zero em outro lugar, a 1500 km de distância de tudo o que quase me destruiu.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins me foi apresentado por uma professora do Serviço Social da UFTM, e a proposta da minha pesquisa estava fortemente enquadrada na linha de pesquisa Serviço Social, Diversidade e Direitos Humanos. Passei dias dedicada ao processo seletivo, até que saiu o resultado e passei em primeiro lugar.

E agora na pós-graduação, levando a minha pesquisa para o lado das políticas públicas, conforme minha abordagem foi amadurecendo e percebi até onde ela me levaria, passei a ter uma consciência maior da importância do meu trabalho para a sociedade como um todo, e principalmente para os usuários dessas políticas. Já nessa fase do mestrado, percebo que ainda estou caminhando na minha solidificação como referência na temática dentro da profissão com o entendimento da gordofobia como expressão da questão social. Minha pesquisa atualmente tem e terá um impacto muito maior no cenário político, mais do que dentro dos muros da academia, isso porque o que pretendo a partir de agora na minha carreira é construir subsídios, abrir caminhos através dos meus estudos para que se pensem e articulem políticas públicas de reconhecimento dos direitos das pessoas gordas. E é saindo dos muros da academia que isso será possível, através do contato com movimentos sociais e organizações políticas.

Nesses meses de mestrado, ainda em vias de tentar consolidar publicações, escrevi, em coautoria com Kannanda Padilha, o artigo *Gordofobia, racismo e sexismo: categorias indispensáveis na pesquisa em Serviço Social*, e em autoria única, *A gordofobia como violência de gênero*

antinegritude. Ingressei também no Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, formação e exercício profissional (GEPSSFEP).

No início de 2024, tive a honra de voltar à UFTM, onde me formei, como uma das palestrantes da mesa-redonda *Meu corpo dissidente: corporalidades pretas, gordas e travestis*, em parceria com o PPGSsocial da UFT, o Diretório Acadêmico Walkíria Afonso Costa e o Projeto de Extensão Jornadas pela Democracia.

Já no começo do segundo semestre, chegava o tão aguardado momento do estágio em docência. Desde sempre, tinha a certeza de que era em Introdução ao Serviço Social que eu queria estagiar. Débora Bolzan, minha supervisora de estágio e docente da disciplina, assim como Regina, é a personificação do que de fato é ser assistente social, do que é ser docente. Como eu tenho sorte, se é que posso chamar de sorte. Talvez seja destino.

Longe de ser diferente da graduação, na pós, com a junção de Cecilia Froemming como minha orientadora, e Malu Jimenez, na coorientação, sinto que talvez nem o céu seja o limite. Todas, em suas vivências, particularidades, ensinamentos, me fazem ter vontade de continuar viva. Quando digo que minha pesquisa é minha vida, vai muito além disso. Os meus esforços e tudo o que hoje minha pesquisa representa quanto ao potencial de realmente mudar vidas são os elementos que me mantêm viva. Eu preciso continuar, mesmo que em alguns momentos pense que não consiga e até me ache incapaz ou indigna. Porque não é só sobre mim, mas também sobre muitas vidas como a minha que sei que posso ajudar a transformar. Minha trajetória, apesar de sete longos anos já corridos, está só começando. Talvez daqui a alguns anos eu já tenha partido, pois infelizmente não tenho o dom de saber o futuro, mas espero sinceramente que qualquer ser maior que exista me permita terminar o que comecei antes de me levar desta vida.

E finalizando 2024, publiquei em coautoria com Malu Jimenez e Sulamita Rosa, o artigo *Intersecções entre Racismo e Gordofobia para a construção de uma educação antirracista e antigordofóbica*, na revista Inter-Ação. E ainda, em processo final de publicação escrevi um capítulo para o livro da Pesquisa Gorda que vai sair, com o título *A gordofobia como expressão da questão social*.

“Casa”: a docência (não) romantizada (?)

É historicamente visível que o fortalecimento do neoliberalismo nas últimas décadas nos levou a uma onda de privatizações, e aqui não só da educação, mas de tudo o que é possível privatizar. Idalice, em uma de suas obras, traz, por exemplo, que, nesse jogo (anti)político de atentados à democracia, a educação tem sido utilizada como ferramenta controladora, quando alinhada aos interesses de movimentos neoliberais e conservadores radicais, visando a (re)construção antidemocrática da sociedade. Historicamente a educação tem sido tomada como um “campo de disputas e embates em defesa de uma lógica social e política hegemônica que configurasse as dinâmicas de funcionamento da sociedade” (Lima, 2020, p. 321-330).

A defesa de uma educação crítica, revolucionária, emancipatória em todos os níveis, seja na educação básica, seja na de nível superior, é o caminho para se buscar a superação desses retrocessos educacionais. Mas, diante de tanta barbárie, questiono-me, e não é de hoje, qual o meu papel enquanto futura professora? Parece-me quase impossível alcançar esse tipo de educação plenamente, quando não muito distante vivenciamos uma onda de monitoramento de professores em sala de aula e de denúncias contra estes, acusados de estarem propagando uma “doutrinação marxista”, uma “doutrinação político-ideológica”. Esses ataques foram difundidos por adeptos do “Movimento Escola sem Partido”. Segundo eles, essa doutrinação seria a suposta imposição

que os professores estariam fazendo de suas próprias visões de mundo sob o disfarce do termo “visão crítica” da realidade.

O fato é que é feito de tudo para que se impeça essa educação crítica e emancipatória, como nos traz Paulo Freire (2019), porque, a partir do momento em que o indivíduo toma conhecimento das questões que o cercam, das opressões que sofrem etc., ele vai se questionar por quê. Michael Apple (2017), em sua obra *A educação pode mudar a sociedade?*, traz um questionamento que aqui cabe mencionar.

Apple (2017) nos diz que não se pode responder adequadamente à pergunta se a educação pode mudar a sociedade, a não ser que se olhe para a sociedade da posição de múltiplos grupos oprimidos. Afirmar ainda que a resposta para a pergunta é “sim”, mas ressalva que a educação pode mudar a sociedade se e somente se ela questionar classe e capitalismo, pois compreender as relações de classe, como também as dinâmicas e estruturas econômicas, é fundamental para se lidar com os modos pelos quais as sociedades operam.

Frente a isso, já Paulo Freire (2019) nos coloca que a educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas, e as pessoas transformam o mundo. Dessa forma fazendo a junção desses dois pontos, temos a seguinte reflexão: trata-se de uma educação que questiona classe e capitalismo através de matérias que possibilitem analisar essa realidade, como a sociologia, por exemplo, de modo a se conhecer e analisar criticamente a realidade que está posta e imposta. Estamos falando, portanto, de matérias que possibilitem a construção desse senso crítico; de uma educação que tenha obrigatoriamente essas matérias. Essa educação, sim, transforma pessoas, e pessoas através dessa educação transformam o mundo.

Por isso, a construção e agora efetivação desse projeto de desmantelamento da educação crítica e democrática baseia em um falso discurso de melhoria, quando, na verdade, serve para se colocar um “cabresto” e uma “venda” para que as pessoas andem conforme manda

o mercado, sem questionar, sem a possibilidade de identificação das mazelas que atingem a sociedade. É formar pessoas aptas ao mercado de trabalho e somente.

Então, como fugir dessa educação bancária? Como trazer aulas dinâmicas para que os alunos de fato se interessem e prestem atenção no que está sendo dito em sala de aula? Como manter o interesse dos alunos na sua formação quando o mundo parece que está prestes a entrar em um apocalipse de catástrofes? O desafio perante esses questionamentos, a meu ver, é muito mais complicado em um curso como Serviço Social que forma profissionais que estarão em contato direto com a realidade. Quem escolhe de fato o Serviço Social, em sua minoria, tem uma pré-noção do que é a profissão.

Quando comecei o curso, como falei bem no começo, eu sempre quis mudar o mundo, transformá-lo, e pensei que, no Serviço Social, de alguma forma eu poderia conseguir alguma coisa. Com o passar do tempo, eu percebi, bem como mencionei no meu discurso de oradora, que não, eu não ia conseguir mudar o mundo, tão pouco o transformar, porque o próprio sistema em que estamos inseridos trabalha diariamente impedindo que se realizem transformações reais, mas aprendi principalmente que é dando pequenos passos que podemos fazer a diferença. E é com esses pequenos passos que tenho trabalhado. Meus pequenos passos já me proporcionaram ver minha pesquisa sendo falada em residências na área da saúde, ser mencionada em salas de aula através de alunos, inclusive na UFTM, e recentemente discutida através de uma entrevista que dei para alunas de Psicologia na UFT.

Dessa forma, meus pequenos passos já estão fazendo a diferença. Levando a temática da gordofobia e a minha tese da gordofobia como expressão da questão social a lugares que nunca tinha chegado antes. Isso é transformação. Comecei a ver os resultados do meu trabalho desde muito cedo, já na graduação, e um pouco depois de formada.

E de certa forma esse é um dos motivos da minha “crise de carreira” e “crise intelectual”, porque eu não esperava sinceramente me tornar referência tão cedo. Com 25 anos, estou presenciando o meu projeto de vida e plano de carreira chegarem aonde sempre almejei, mas que pensava não ser possível.

A sala de aula sempre foi a minha segunda casa, e quem me conhece já me ouviu falar sobre isso muitas vezes. E aqui o porquê do título desta sessão. Nunca foi minha intenção romantizar o processo de formação ou romantizar a sala de aula, mas, para mim, de fato, o trabalho é tudo. Fazer o que eu faço e futuramente estar em sala de aula como docente do Serviço Social é como estar em casa. Da mesma forma que me traz conforto e paz, proporciona conflito. E é normal. Diversas vezes em monitoria recebi elogios sobre minha didática, e até quanto à forma como eu falo do Serviço Social.

Para mim não tinha e não tem coisa mais satisfatória do que terminar uma aula e ouvir dos alunos que conseguiram compreender e entender o que foi passado e principalmente de se sentirem confortáveis em perguntar quando não entenderam. Muitos chegam com a ideia do senso comum de que o Serviço Social “ajuda pessoas” ou com a clássica atribuição de “doação de cesta básica”. No início e no final de toda primeira monitoria em Introdução ao Serviço Social, eu aplicava uma dinâmica onde pedia para que me falassem qual a primeira coisa que vem à cabeça quando eles ouvem “Serviço Social”. Em uma foto que tenho guardada de uma dessas vezes, as palavras que apareceram foram “acessibilidade”; “cesta básica”; “empatia”; “baixa valorização”; “direitos”; “assistência”; “graduação”; “comunidade”; “desigualdade”; “pobreza”; “movimentos sociais”; “emancipação”; “resistência”; “igualdade”; “ética”; “concurso público”; “caridade”; “viabilizar direitos”; “profissão”; “política pública” e “inclusão”.

Essa dinâmica que era feita no meu primeiro contato com a turma me permitia ter um vislumbre justamente sobre qual era a ideia que

as alunas e os alunos tinham do que era Serviço Social. Da primeira no começo da aula para a última no final, termos do senso comum apareciam com menos frequência. E esse momento de conversar com a turma de uma forma mais descontraída também permitia uma abertura maior para que pudessem falar sobre o assunto sem aquele “medo” de dizer “besteira”. Nesses momentos é necessário ressaltar que não tem certo e nem errado, porque estão no começo do processo de aprendizado, e é por meio dessas ideias iniciais deles que posso apreender quais conceitos e termos da disciplina precisam de mais atenção nas monitorias.

Em relação às cestas básicas, também sempre fiz questão de falar a respeito e dizer que, ao longo da formação, eles iriam aprender que em certas ocasiões não conseguimos fugir do imediatismo, que são essas demandas pontuais, como a distribuição de cestas básicas, porque a fome não espera, a fome tem presa. Mas ressaltava que a diferença do profissional assistente social que segue nossas atuais diretrizes, código de ética e projeto ético-político etc. é que, para além de responder àquela demanda imediata da cesta básica ao usuário que busca por ela, ele vai intervir naquela realidade para que não fique somente nesse atendimento imediato. E lhes falava, por exemplo, a respeito de alguns espaços sócio-ocupacionais e das oficinas de geração de renda, que possibilitam ao usuário aprender algo que lhe possibilite ter um retorno financeiro para sua sobrevivência.

Aqui nesse ponto sempre achei interessante uma forma de falar do Serviço Social como essa criação típica do capitalismo, mediador de conflitos, porque, ao intervir naquela realidade fazendo com o que o usuário esteja apto ao mercado de trabalho, ele está novamente voltando a ser útil ao capital. Toda essa herança contraditória da profissão, de atender ambos os lados, burguesia e proletariado, intriga-me e até me causa raiva às vezes. Injustiças e desigualdades me fazem ter ódio do mundo como ele é. E mais ainda por ter a noção

de que o mundo em um sistema que não seja o capitalista é só um sonho (quase) irreal.

Portanto, qual o meu papel enquanto docente em formação? Acho que principalmente fazer com que meus alunos pensem criticamente acerca da realidade em que irão intervir.

A artista, poeta, “puta”

Afinal, quem é Suyanne Héria? Sou uma mulher gorda preta, bissexual, ativista, que se aventura por aí em algumas palestras, apesar de sempre pensar “meu Deus, estão aqui para me ouvir?”. Sou intolerante a lactose desde que me entendo por gente, não que isso seja relevante. Sou poeta, e sempre digo que sou poeta das coisas eternas, daquelas que nunca morrem. Poesia é arte, que queima, que arde. Daqui que vem o meu “eu” artista, acredito. Sou apaixonada por livros, principalmente romances e livros de fantasia. Neguei por anos veementemente romances por acreditar que nada daquilo era para mulheres como eu, mas o tempo passou, e o amor romântico já foi tão presente na minha vida que, com base no histórico de afeto das mulheres negras, tive “sorte”. Hoje não aceito nada menos do que sei que mereço, e eu mereço tudo.

Eu dediquei a minha monografia a todas as putas, vadias e transgressoras. E não poderia ser diferente. Mulheres que, assim como eu, ousam ser a melhor versão de si mesmas, sexualmente livres, decididas e sem se deixar reprimir. Toda mulher que ousa transgredir a norma imposta é chamada de puta. E aqui não pretendo falar de ressignificar a palavra puta, porque ela, em todos os seus sentidos literais ou não, faz parte de mim. Puta.

Portanto, com todos os meus marcadores sociais, essa é uma pequena síntese sobre mim. Para além disso, Suyanne Héria é bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo

Mineiro e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins, desenvolvendo pesquisas sobre a gordofobia como expressão da questão social voltadas para a construção de políticas públicas de reconhecimento do direito das pessoas gordas, sendo pioneira e referência da temática na área. Também coordenadora no Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas do Brasil – Pesquisa Gorda, vinculado ao CNPq através da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora membra do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação e Exercício Profissional do Serviço Social (GEPESSFEP) da Universidade Federal do Tocantins; pesquisadora egressa na linha de Estudos Culturais e Políticas de Educação e democracia no Brasil no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Educação e Cultura (GEPPEC) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde já desenvolveu pesquisas acerca do Movimento Escola sem Partido e a doutrinação política-ideológica nos livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio. Uma pesquisadora, futura docente, artista, poeta, puta, que, no meio do caos violento de uma pós-graduação, está tentando não ter medo e insegurança quando fala da pesquisa que a fez voltar a ver sentido na vida.

Referências

APPLE, Michael w. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017.

ENSAIO fotográfico “Silenciada, fiz-me ouvir” Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KylOTuxe9mUJIEicj5wTzjkc4vVJLUuQ?usp=sharing>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES DAS CORPORALIDADES GORDAS NO BRASIL (PESQUISA GORDA). **Nossa história**. c2025. Disponível em: <https://>

pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/nossa-hist%C3%B3ria. Acesso em: 9 mar. 2025.

GRUPO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES DAS CORPORALIDADES GORDAS NO BRASIL (PESQUISA GORDA). **Objetivos e funcionamento**. c2025. Disponível em: <https://pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 9 mar. 2025.

JIMENEZ, Malu. **Gordosfera**. Facebook: @malujimez. 9 set. 2020. Disponível em: https://web.facebook.com/malujimez/posts/1262124597463802/?_rdc=1&_rdr#. Acesso em: 9 mar. 2025.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA, I. R. S. A desdemocratização da educação pública na travessia da “ponte para o futuro” Brasil sombrio. *In*: NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

LUTE como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos, por Malu Jimenez e Suyanne Héria. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (2 h 15 min 7 seg). Publicado pelo canal

MESA-REDONDA: Políticas antidemocráticas de Educação Básica: currículos entre disputas. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2 h 46 min 52 seg). Publicado pelo canal

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Sulamita Rosa da; JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez; SOUZA, Suyanne Héria de Vieira. Intersecções entre racismo e gordofobia para construção de uma educação antirracista e antigordofóbica. **Revista Inter-Ação**, v. 49, n. ed. especial, p. 900-917, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79439>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SOUZA, Suyanne Héria Vieira de. **Por um Serviço Social Gordo: a gordofobia como expressão da questão social**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2022.



CAPÍTULO 12

O caminho se faz caminhando: trajetória de vida e de formação de uma assistente social

Maria Helena Cariaga¹

¹ Revisitado e revisado pela autora no início das chuvas de outubro de 2024.

Apresentação

Este memorial visa expor a trajetória profissional a partir da carreira de docente, significando também uma autorreflexão a respeito de minhas vidas pessoal, profissional e acadêmica. Acrescentei a este percurso os aspectos mais marcantes e principalmente a importância dos cursos de mestrado e doutorado, mas também uma parte da minha trajetória profissional como docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Sinto um enorme privilégio em compartilhar neste relato alguns fatos da minha vida. É nessa direção que sigo a trilha para entender o significado do memorial. Segundo o autor Antonio Severino (2007), o memorial tem importante utilidade na vida acadêmica, também para fins de exame de qualificação, por se constituir em uma retomada articulada e intencional dos dados do *curriculum vitae* do estudioso, no que se refere à sua trajetória acadêmico-profissional.

Os acontecimentos e as situações relatados neste memorial são fundamentais e, de certa maneira, colaboraram na minha formação. E as circunstâncias em que ocorreram fizeram com que eu me tornasse o que sou. Penso que hoje sou a síntese de todas essas vivências – tanto positivas como negativas – que contribuíram na construção do meu processo de identidade pessoal e profissional.

Nesse percurso profissional, defrontei-me com dificuldades e com situações facilitadoras que iluminaram a minha existência e colaboraram para que eu me transformasse em sujeita da minha história. Em todos os dias, busquei transformar minha visão de

mundo em relação a outras mulheres e homens, ou seja, aos seres ontológicos com quem, ao longo deste tempo vivido, convivi e me relacionei. Todas essas pessoas merecem meu respeito e hoje posso compreender melhor suas concepções de vida e seu cotidiano.

Refletir e escrever tudo isso significou recordar as dores, as alegrias e as emoções do passado. São esses sentimentos – que o tempo deixou como uma névoa leve, suave, mas que não se apaga – que foram se construindo no meu devir profissional e pessoal. Tudo isso mesclado de incidentes e mediações no plano social e político, de implicâncias econômicas e culturais que marcam esta sociabilidade que historicamente estamos vivendo.

Uma das dificuldades encontradas foi cursar o mestrado e o doutorado, isto é, frequentar as aulas, pois sempre tive que dar muita atenção ao trabalho. Vale ressaltar que a minha vida acadêmica foi atravessada por impedimentos que não me permitiram ter o tempo desejado e necessário para as leituras e estudos e também de sentar e escrever como eu gostaria. Muitos dos atravessamentos vivenciados estão voltados para a minha condição de mulher, mãe e trabalhadora social.

Isso remete às vidas das mulheres historicamente construídas numa condição de subalternidade, de falta de oportunidades e sem direito à vivência no espaço público. Para melhor me fazer entender, recorro à autora Hannah Arendt, que diz o seguinte: a vida humana, “[...] na medida em que se empenha em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens e coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente” (Arendt, 2008, p. 35).

Essa reflexão da autora remonta ao período grego, no qual eram reservados o espaço privado e a vida doméstica às mulheres e crianças. Hoje, apesar de vivenciarmos uma situação diferente, não conseguimos ainda uma sociedade justa e igualitária, nem no campo dos direitos

sociais, nem muito menos no campo profissional, com rebatimentos diretos na vida cotidiana da mulher. Quero dizer que foi nessa condição que ascendi à condição de mulher, esposa, profissional, mãe e companheira. Para construir a minha família, tive que trabalhar de modo a contribuir e apoiar meu marido, meus pais e meu irmão.

Nessa dialética da vida social, a minha vida não foi muito diferente da de outras mulheres. Isso fez com que eu enfrentasse as dificuldades e os sofrimentos éticos da condição feminina de gênero. cursar o mestrado depois de muito tempo fora da universidade, posteriormente, o doutorado e ir mais além ao me decidir pela vida acadêmica não foi um processo de calma, mas, sim, envolto pelas contradições, permeado pela acumulação de papéis e pela dupla jornada de trabalho, ou seja, pelas responsabilidades que a vida sociofamiliar impõe no cotidiano da luta diária pelas necessidades materiais e espirituais.

Nesse sentido, o curso de doutoramento foi para mim um momento especial com diferentes direções e com muitos significados, principalmente na minha decisão profissional, levando-me a mudar a minha inserção profissional aos 49 anos. Mudei os rumos de minha vida profissional, optando por uma carreira que ainda estava por vir, um devir materializado a partir de tantas viagens e andanças entre São Paulo, Mato Grosso e finalmente Tocantins, após ser aprovada em concurso público em dezembro de 2007 para exercer a função de docente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, no cargo de professora assistente, assumido em 24 de julho de 2008.

Memórias

Para recompor minhas memórias, com as lembranças repletas de emoções e pensamentos imperfeitos...

Reli meus escritos para as qualificações do mestrado e do doutorado. E mais uma vez repito que a minha história é como muitas

outras histórias de muitas mulheres brasileiras, cheias de memórias, fantasias e ilusões. Foi assim que decidi atender ao meu próprio chamado, seguir em frente, colocar em prática o desafio de buscar o melhor caminho para sistematizar os meus conhecimentos, minhas inquietações e minhas angústias na pesquisa acadêmica.

Nesse exercício emocional, para transpor a racionalidade, ou melhor, para objetivar a subjetividade que ora me proponho, busco as palavras de Italo Calvino (2002, p. 57): “Os propósitos de minhas explorações são seguintes: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entreveem.... Para descobrir quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes”.

Quando finalizei o mestrado, tive a sensação de não ter contribuído para a pesquisa acadêmica como gostaria. Fiz o que pude, tendo em vista as circunstâncias emocionais em que me encontrava. Meu pai tinha morrido, minha mãe ficara doente, com o mal de Alzheimer. Outros fatos e circunstâncias emocionais mudaram o rumo da minha vida pessoal, como o fim do meu casamento de vinte e dois anos e de minhas atividades profissionais desenvolvidas na cidade de São Paulo por 25 anos. Tudo isso se traduziu no meu modo de ver cada dia, de sentir todas as coisas e as diferentes possibilidades que a vida me impunha.

Recorro também àquele que considero um dos poetas maiores da literatura, Manuel Bandeira, para ilustrar e trazer um pouco das minhas emoções;

Uns tomam éter, outros cocaína.
Eu já tomei tristeza, hoje tomo alegria.
Tenho todos os motivos menos um de ser triste.
[...] Sim, já perdi pai, mãe, irmãos.
Perdi a saúde também.
É por isso que sinto como ninguém o ritmo do jazz-band.
(Bandeira, 1998, p. 125-126).

Na juventude, em alguns momentos, pensei que estava condenada à mediocridade e a viver numa cidade pequena, sem lazer, sem acesso a museus, cinema e teatro, enfim sem acesso a todos os recursos culturais de que dispomos nas grandes cidades. No entanto, hoje me sinto privilegiada por ter trabalhado por vinte anos como assistente social, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, de ter estudado e principalmente por ter tido acesso a várias possibilidades de conhecimentos culturais proporcionados pela cidade de São Paulo, que foi meu lar por 27 anos. São essas coisas, enfim, que me dão alegria e prazer de viver intensamente os meus dias de trabalho, de estudos e de mãe.

Nasci em Dourados, estado de Mato Grosso, no final da década de 50. Sou filha de um casal pobre, que não teve acesso à educação formal. Meus pais são descendentes de paraguaios, pessoas humildes e simples, mas que me deram e fizeram tudo para que eu tivesse uma boa escola e bons amigos.

Minha mãe é filha de uma personagem maravilhosa, minha vovó China (em guarani quer dizer índia), seu apelido por ser uma figura que tinha em suas veias sangue dos tupis-guaranis. Vovó ficou viúva com 33 anos e 15 filhos para criar. Para sobreviver, vendia quitutes nas corridas de cavalo, na estrada, nas festas, onde podia. Ela gostava de contar histórias e cozinhar nossas comidas típicas. Com ela que aprendi a gostar de cozinhar. E, por meio da comida, ela ensinou seus netos a conhecerem, a valorizarem e amarem os costumes e a história da nossa família.

Logo que nasci, fui morar em uma fazenda de café onde meu pai trabalhava, cuidando da propriedade para o administrador geral. Moramos lá até os meus três anos de idade – até hoje guardo na memória lembranças dos cafezais.

O administrador da fazenda era meu avô João Soares, que adotei como vovô postiço, um homem elegante de sorriso largo e sofisticado

para aquelas terras, pela sua cultura e sensibilidade, um militante do Partido Comunista Brasileiro. Com ele aprendi a história da humanidade e a sede de justiça social. Ensinou-me a gostar de livros. Vovô vivia lendo e adorava contar histórias. Sempre que tinha tempo, colocava-me no colo e fazia os relatos históricos e as suas estórias para me encantar.

Comecei a estudar aos seis anos na escola formal. Não fiz pré-escola, mas tive uma infância feliz, livre, uma vida muito tranquila. O lugar em que vivíamos era calmo. E a novidade eram minhas férias que eu passava junto dos meus primos na chácara onde vovó China morava. Lá era nosso laboratório de brincadeiras, de alegrias e felicidade.

No período do vestibular, pensei em várias alternativas para ingressar, mas eu tinha um problema: precisava estudar na universidade pública e também ter tempo para trabalhar. Eu só poderia trabalhar se estudasse à noite e os cursos que existiam na Faculdade Católica se resumiam a Direito, Letras, Psicologia e Serviço Social. Entre eles, escolhi Serviço Social. Naquele momento, eu não sabia muito bem o que significava ser assistente social e o que seria profissionalmente, mas sabia que não queria ser psicóloga, nem advogada.

Entrei na faculdade e logo me encantei com o movimento estudantil e a militância política. Engajei-me no movimento estudantil e na vida acadêmica o quanto pude. Eu me identificava com as pessoas, com os jovens que estavam na luta, nessa jornada, preocupados com as questões políticas. Eram tempos de final da ditadura militar. Enfim, esses momentos contribuíram na minha formação política e me ajudaram a compreender e a ser o que sou hoje. Para representar isso, faço uso das palavras de Fernando Pessoa: “Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagrou ou exclui” (Pessoa, 1980, p. 189).

No segundo ano da faculdade, casei com um militante do Cineclubes Brasileiro e vim morar em São Paulo. Tive a sorte de escolher a Pontifícia Universidade Católica (PUC) para finalizar meus estudos que faltavam da faculdade. Durante meu casamento, também

tive a oportunidade de conviver com muitos intelectuais, docentes e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O meu casamento me abriu as portas do mundo: viajei para muitos lugares, para o Canadá, a Europa e fiquei alguns meses nos Estados Unidos, com amigos que estavam estudando com bolsa sanduíche. Tudo isso contribuiu para que minha vivência pessoal fosse cada vez mais enriquecida e com resultados na minha prática profissional.

Como assistente social, trabalhei por quatro anos na empresa Eldorado S.A., nas duas unidades, no Shopping Eldorado e nos Supermercados Eldorado, onde fiz estágio como estudante e fui contratada como profissional.

Depois trabalhei oito anos na área da saúde na Secretaria de Estado da Saúde. A princípio, como assistente social e depois como assistente de direção, na função de articuladora na região da implantação dos primeiros conselhos de saúde. Fazia atendimentos socioassistenciais às famílias, ouvia reclamações e fazia encaminhamentos de casos para atendimento de referência e contrarreferência. A partir de 1992, fui trabalhar no município de Itapeceira da Serra, na Secretaria Municipal da Saúde, onde fui responsável pela área de recursos humanos e chefe de seção de vigilância sanitária.

Em 1996, desliguei-me da Secretaria de Estado da Saúde, através deo programa de demissão voluntária implantado pelo governador Mário Covas. Fiquei um período sem trabalho e resolvi conhecer os Estados Unidos. Nesse período, o Brasil estava na primeira gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC), aderindo ao neoliberalismo econômico em processo da mundialização da economia.

Morei em Pittsburgh, na Pensilvânia, por um período. Viajei e tive a oportunidade de entrar em contato com a realidade das instituições comunitárias de apoio à comunidade e de educação, além de aprender inglês. Conheci e convivi com estudantes de várias partes do mundo, alguns refugiados, por exemplo, das Filipinas, Coreia do

Sul, Irã, Turquia, Bósnia, Hungria e Rússia. Enfim, de países com culturas e etnias diferentes da nossa. Essa experiência transformou minha visão de mundo, minha relação com a vida, meus valores e o modo como vejo os padrões morais que se constroem na sociedade.

Em 1997, prestei serviços como autônoma para uma ONG que desenvolvia trabalhos com mulheres vítimas de violência doméstica, com atendimentos psicossociais feitos em dupla, uma assistente social e um (a) psicólogo. Era um serviço destinado a membros de famílias que buscavam atendimento sociojurídico.

Em 2001, fui contratada como assistente social pela Liga das Senhoras Católicas para atuar no Educandário Dom Duarte, no projeto social chamado Religar, que visava à restauração dos vínculos familiares e comunitários, tratando da reinserção de crianças e adolescentes em situação de abrigo há mais de cinco anos. O projeto desenvolvia ações direcionadas ao retorno da criança ou do adolescente ao seio da família de origem ou ao convívio com outros membros da família, avós ou tios, por exemplo, que manifestassem o desejo de ter a convivência cotidiana com a criança ou o adolescente.

Esse trabalho social era realizado com as famílias, por meio de aproximações com os representantes familiares, visitas domiciliares, entrevistas e busca ativa de outros membros das famílias. Realizávamos encontros para que de fato ocorresse a religação dos vínculos e para que o objetivo fosse atingido com a volta para casa.

O meu retorno aos estudos acadêmicos tardiamente se deu em função das questões relacionadas à vida pessoal e familiar. Quando casada, fiquei longe dos meus pais, pois vim para São Paulo e eles ficaram em Mato Grosso do Sul, mas, mesmo assim, preocupei-me em contribuir financeiramente para que pudessem viver, ainda que sem recursos, de maneira digna.

Voltei a estudar depois que tive minhas duas filhas, que são adotivas. Primeiramente, eu queria apreender e colaborar com a sociedade

e fazer uma pesquisa sobre esse tema pouco debatido e pesquisado até então e envolto em tantos preconceitos. Mas, ao começar a fazer as disciplinas, percebi que a minha temática era mesmo a família.

Na PUC-SP, foi a professora Dra. Myriam Veras Baptista que prontamente me ouviu e me acolheu no Núcleo de Pesquisa sobre a Criança e Adolescente (NCA) e para participar de suas aulas como ouvinte. Durante meu mestrado, participei ativamente como membro do NCA, na discussão sobre a possibilidade da criação de uma revista digital do núcleo. Posteriormente, com a criação da Associação de Pesquisadores sobre a Criança e Adolescente (NECA), fui membro suplente na composição da direção.

Dessa maneira, deu-se minha entrada no curso de mestrado em 2003. Em dezembro de 2005, finalizei o mestrado, com minha dissertação intitulada *Nas redondezas da cidade...: um estudo do Programa de Assistência Social à Família – PROASF na região Leste de São Paulo*.

Desde que me formei como assistente social, no trabalho que realizei nos últimos anos e principalmente a partir do Projeto Religar, comecei a me organizar e dar a devida importância à reflexão sobre o tema da família. Isso significou dedicação às leituras. E também comecei a frequentar encontros e seminários voltados para a temática da família.

O meu ingresso no curso de mestrado coincidiu com um momento especial da minha vida. Estava voltando a trabalhar, pois me encontrava afastada há três anos em função dos cuidados que dediquei às minhas filhas – que eram naquela ocasião ainda muito pequenas – e isso fez com que eu optasse por ficar um tempo longe da atividade profissional.

Quando voltei a trabalhar fora, senti de imediato que seria um momento para colocar em prática o desejo de estudar e a possibilidade de refletir sobre minha prática profissional já acumulada de quase vinte anos nos diferentes espaços onde estive durante minha

trajetória profissional. Foi assim que também escolhi e fui escolhida pela família, um tema de difícil entendimento e com muitas possibilidades de vivências. Foi isso que sempre me motivou a saber mais. Essa é a razão porque, em todos os lugares onde trabalhei, tal tema me despertou dedicação e reflexão, muito embora assistemáticas.

Precisava, portanto, sistematizar para melhor entender os desafios diante dos projetos institucionais e as ações que criamos no enfrentamento das expressões da questão social, matéria-prima do trabalho do assistente social, sem perder de vista o trabalho social, levando em consideração as atividades a serem desenvolvidas, as rotinas, o cotidiano das pessoas, as diversidades culturais, sociais bem como as condições políticas e econômicas.

No percurso do mestrado, em março de 2004, comecei a trabalhar no Programa de Assistência Social à Família (Proasf), vinculado à Secretaria de Assistência Social do município de São Paulo, cujo objetivo é atender famílias moradoras das regiões de alta vulnerabilidade social, com o atendimento psicossocial por meio de trabalhos socioeducativos na região Leste da capital. A meta era o atendimento de 4300 famílias, distribuídas em quatro microrregiões de altíssima vulnerabilidade social.

Minha tarefa foi coordenar uma equipe de 10 profissionais de Serviço Social e Psicologia, formada por psicólogos, assistentes sociais e estagiários de ambas as áreas. Essa equipe foi responsável pela execução do trabalho de campo e das ações sociais previstas em três distritos que conformavam uma microrregião, com a proposta de atender 950 famílias. O trabalho social consistiu em conhecer os territórios, seus equipamentos sociais e lideranças, realizar busca ativa, sensibilizar e mobilizar as famílias, cadastrá-las e atendê-las em grupos, de acordo com a metodologia de grupos operativos com famílias ou representantes familiares. Esse trabalho resultou na minha dissertação de mestrado. Mas o Proasf, nesse formato, foi encerrado

em fevereiro de 2005, com a mudança do gestor municipal. Assim, novamente estava sem trabalho.

Em abril de 2006, fui aprovada para o doutorado e iniciei meus estudos em agosto. Concomitantemente a isso tudo, outro trabalho social surgiu. Fui trabalhar com Maria Alice Setubal, diretora-presidente do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que estava empenhada em homenagear sua mãe. Para isso, queria recuperar os equipamentos sociais que levavam o nome Tide Setubal, na Zona Leste. Esse propósito fez com que eu assumisse uma função de apoio e assessoria na criação do Instituto, que logo após se transformou em Fundação Tide Setubal.

Nesse trabalho, eu continuava atuando em São Miguel Paulista. Essa oportunidade levou-me a conhecer diferentes lideranças locais e principalmente os equipamentos sociais que levam o nome Tide Setubal na região de São Miguel Paulista. Minha atividade profissional consistiu em mapear os equipamentos e conhecer seus gestores, para aos poucos criar uma rede social local com instituições que atendessem crianças, jovens e famílias.

Fiz os levantamentos da rede socioassistencial existente na região, de modo a localizar as diferentes modalidades de atendimento e as demandas existentes, bem como aferir a articulação necessária para a implantação de novos serviços. Nesse período, atuei como membro do grupo que construiu a Fundação e também como animadora de grupo do sistema de garantias para a criança e o adolescente. Fiz uma pesquisa para a Fundação sobre o perfil das famílias moradoras do entorno do equipamento social que sediava nosso trabalho. Mas essa intervenção foi finalizada em dezembro de 2006.

Nesse período, eu já estava decidida que iria ingressar e me dedicar à docência, mas não sabia muito por onde começar...

Quando fiquei sem trabalho, essa situação me fez repensar minha condição de assistente social. Foi nesse período que a minha amiga

Ivone Ferreira, professora e doutora, despertou-me para fazer uma prova para professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Fui aprovada pela banca avaliadora, e essa oportunidade me levou a ingressar na carreira de docente, em fevereiro de 2007.

Ser docente na cidade de São Paulo seria bem mais difícil, pois a concorrência profissional é grande e desigual, uma vez que muitos bons profissionais estão disponíveis no mercado. Para eu iniciar uma nova atividade profissional, precisei optar por sair de São Paulo e também deixar minhas filhas, minha casa, meus amigos e tudo o que conquistei durante vinte sete anos. Foi uma decisão difícil.

Foram muitos os desafios. São grandes os caminhos e as vias que me levaram a essa escolha. Em janeiro de 2007, assumi a função de professora substituta. Em fevereiro do mesmo ano, iniciei meu trabalho como professora da UFMT, em Cuiabá. Durante o ano de 2007, estive em Mato Grosso, em função da necessidade de trabalhar e também de experimentar outra atividade profissional, a de me tornar docente, numa universidade pública. Nesse período, mesmo afastada do doutorado, estudei e me dediquei à atividade profissional de docente e ensinei a disciplina Ética e Serviço Social, com carga horária de 72 horas, na UFMT.

Meu contrato de trabalho era de seis meses para ensinar a disciplina de Ética e também desenvolver atividade de docência assistencial, ou seja, supervisionar atividades de Serviço Social desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), onde eu trabalhava 18 horas semanais. Na UFMT, tive também outras atividades além da sala de aula, como por exemplo, participar das reuniões semanais do colegiado do curso. No NPJ, local para o estágio de vários alunos dos cursos de Serviço Social e Direito, participei da supervisão de campo direta feita pelos profissionais acadêmicos envolvidos nesses campos quanto à prática em conjunto com os profissionais operadores do Direito.

Cabe destacar ainda outra atividade exercida concomitantemente à docência: a função de coordenadora pedagógica do Projeto Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares, um programa do Ministério da Educação (MEC), realizado por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). O programa atuava por meio da defesa de ações afirmativas, visando contribuir para a formação e implementação de uma política pública de acesso e permanência de jovens de origem popular nas universidades públicas. Foi uma experiência inesquecível!

Uma das atividades desenvolvidas nesse projeto foi a realização de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico e educacional da população. Foi realizada pelos alunos do projeto na Comunidade Renascer, bairro próximo ao *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso. Era uma região com precária infraestrutura básica, com problemas, por exemplo, de saneamento básico e iluminação pública, dificuldades de acesso, e falta de equipamentos sociais, como escolas, creches, unidades de saúde e áreas de lazer. Outra característica é que o bairro fora ocupado pela população há menos de 10 anos, o que acarretava a não regularização das moradias das famílias que lá residiam.

Essa coordenação não era atrelada ao colegiado do Curso de Serviço Social, e foi assumida por mim mediante convite da Pró-Reitoria de Vivência Acadêmica e Social (Provivas) da UFMT.

No NPJ, tive a oportunidade de conhecer vários assistentes sociais e docentes, que contribuíram muito nas discussões sobre a formação no Serviço Social e a respeito da relação entre teoria e prática, exercendo, assim, uma influência especial na dedicação aos meus estudos e nas minhas leituras. Isso me deixou mais segura e tranquila para aceitar o convite para ser coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Rondonópolis (Facer), na terceira maior cidade do interior de Mato Grosso. Mantive os dois trabalhos até o mês de julho.

A partir de junho de 2007, iniciei as minhas incontáveis viagens entre São Paulo, Cuiabá e Rondonópolis, o que também marcou minha entrada definitiva na vida de docente.

Nesse período, fiquei entre viagens de idas e vindas de 15 em 15 dias, para ver minhas filhas, que ficaram morando com o pai, outro aspecto pessoal e de sofrimento. Deixar minhas filhas em São Paulo não foi fácil. Em muitos momentos pensei em desistir da minha escolha profissional. Foi nesse período que me afastei do curso de doutorado, da cidade de São Paulo e da minha família. Mesmo com todas essas atividades, meu desejo e impulso para estudar foram maiores e me dediquei o quanto pude às leituras referentes à profissão.

Participei do XII Congresso de Assistentes Sociais (CBAS) em Foz de Iguaçu. Nas redondezas da cidade...: Apresentei um estudo sobre o Proasf, através de uma comunicação oral e publicação de resumo de artigo. Também participei de seminários e encontros regionais em Mato Grosso. Na Faculdade de Serviço Social de Rondonópolis, além de exercer a coordenação do Curso de Serviço Social, com jornada de 20 horas semanais, ensinei a disciplina Instrumentais técnico-operativos, com carga horária de 72 horas semestrais.

Além da coordenação diária do curso, estive presente em sala de aula, com o ensino e através da construção da disciplina de 72 horas semestrais intitulada Oficina de instrumentais técnico-operativos, tendo como base teórica o livro *A instrumentalidade do Serviço Social*, de Yolanda Guerra (2022), que me oportunizou, por meio da leitura, um conhecimento ímpar e diferenciado, juntamente com os alunos. Construímos oficinas, painéis e grupos de discussão sobre as competências profissionais do assistente social e suas articulações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas materializadas na prática profissional no exercício do estágio. As discussões foram recheadas de questionamentos e muitas inquietações acerca do fazer profissional no cotidiano e da articulação das competências. Outras disciplinas

que ministrei foram as de Trabalho e Sociabilidade e de Supervisão Acadêmica de Estágio I, ambas com carga horária de 35 horas.

Durante a coordenação na faculdade, organizamos, com uma equipe de professores, as reuniões pedagógicas, resultando na criação de uma política de estágio para a instituição e para o corpo docente. Foram definidas cinco áreas de concentração: política de saúde; política de assistência social; Serviço Social na educação; direitos humanos; e Serviço Social e gestão.

Essa política de estágio foi implantada com a contribuição maciça de profissionais assistentes sociais das áreas de Serviço Social e de saúde do município, além dos professores e discentes da faculdade. Outros pontos a serem ressaltados foram os encontros, visitas e reuniões com os profissionais das áreas envolvidas que se dispunham a ofertar vagas para as(os) alunas(os) que estavam no período de estágio.

Essa construção foi um momento importante e decisivo para os docentes e para os alunos, pois era a primeira turma de acadêmicos, ou seja, estavam começando o período de estágio e naturalmente havia muitas dúvidas. Serviu também para criar um espaço de reflexão, de encontros e reuniões pedagógicas do curso. Dos encontros com os profissionais e alunos envolvidos nesse processo, resultou uma ação conjunta entre a faculdade e os profissionais do Serviço Social, com discussão das competências e orientação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, visto que muitos profissionais eram formados há muito tempo e apresentavam uma defasagem em relação às diretrizes curriculares na formação acadêmica de hoje.

Em março de 2008, eu consegui uma bolsa integral para continuar meu doutorado. Estava feliz com a volta pra São Paulo e por retomar o doutorado. Por isso, desliguei-me da coordenação do curso. Fiquei até julho, quando fui chamada para assumir meu cargo de professora na Universidade Federal do Tocantins, no Curso de Serviço Social, após um concurso realizado em dezembro de 2007 na UFT.

No início de março de 2008, participei da Semana de Pesquisa em Serviço Social, encontro realizado pelo Programa de Estudos de Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Ouvi a fala da professora doutora Maria Carmelita Yazbek sobre a pesquisa avaliativa realizada no Programa de Cooperação Acadêmica (Procad), através do subprojeto *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um estudo avaliativo de sua implantação*, desenvolvido em muitos estados. Imediatamente me envolvi na pesquisa. Na reunião seguinte do grupo, eu já estava integrando a equipe de pesquisadores para viajar para a cidade de Congonhas do Campo em Minas Gerais.

Fui responsável pela coleta de dados nos municípios de Congonhas e Carbonita, no estado de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada por meio das técnicas de observação participante, de entrevistas com gestores municipais e de grupo focal com servidores dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Nessa pesquisa, eu estava atenta aos temas família, atendimentos, demandas, metodologias de trabalho social aplicados com famílias e ações e intervenções realizadas na prática dos assistentes sociais.

Convém lembrar que, ao longo das minhas atividades e experiências como assistente social, observei que alguns profissionais ainda apresentavam dificuldades, no seu cotidiano de trabalho, para a compreensão, articulação e elaboração das mediações no espaço de trabalho. Esse fato dá-se em decorrência dos projetos ideopolíticos com os quais se defrontam: o da instituição onde atuam e o da profissão que exercem. Para muitos, ainda há falta de clareza quanto ao seu papel profissional, atividades a serem desenvolvidas e, sobretudo, procedimentos necessários para uma intervenção efetiva e eficaz.

A oportunidade de compor a equipe de pesquisadores marcou profundamente meu retorno ao curso. O fato de ser absorvida no grupo do Procad da PUC-SP e PUC-RS possibilitou estudar e contribuir na coleta e na sistematização das informações coletadas nas regiões

visitadas, as cidades de Congonhas do Campo e Carbonita, na segunda viagem. Tanto as viagens pelo interior do Brasil quanto os encontros de organização e de discussão sobre o objeto investigado, seja quanto à implementação do Suas, seja a respeito do andamento dos Cras nos municípios, tiveram pesos decisivos na condução da minha reflexão e de minhas inquietações sobre a discussão do trabalho social realizado com famílias.

Na pesquisa estive atenta também às minhas inquietações sobre as ações realizadas e sobre quais intervenções se processavam no cotidiano da prática dos profissionais, especialmente dos/as assistentes sociais nos Cras de Congonhas e Carbonita. Vale ressaltar que esse trabalho me levou a buscar mais conhecimento e a continuar a minha atividade acadêmica, contribuindo também no desejo de aprofundar meus estudos no doutorado.

O meu percurso de doutorado teve muitos obstáculos, percalços e dificuldades típicos da vida cotidiana de uma mulher que é mãe e uma profissional que busca na luta do dia a dia seu reconhecimento e que quer sempre mais e mais adquirir conhecimento. Como dizia o grande poeta Carlos Drummond de Andrade (2002, p. 16): “Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”...

Eu queria estudar, mas precisava trabalhar. Eis a questão! Nem sempre é possível conseguir com facilidade realizar sonhos e desejos. Lutar para poder realizar e alcançar nossos sonhos nos faz melhores e mais humanos. Nossos dias são feitos para realizações, ou, como diz Cecília Meireles (2002, p. 148): “De que são feitos os dias? – De pequenos desejos, vagarosas saudades, silenciosas lembranças”.

No entanto, diante disso tudo, sempre estive inquieta e atenta às discussões, visando sempre elevar o ato de pesquisar, de me debruçar, e de refletir sobre o processo de conhecimento e o trabalho de pesquisa acadêmica. Hoje, mais ainda, pois, na universidade como

docente, temos que articular o ensino, a pesquisa e a extensão no cotidiano profissional.

Lembrando sempre que o conhecimento é um processo que leva tempo, para o qual temos que ter paixão, no sentido da predisposição para o seu aprofundamento, como já diziam Eco (1970) e Santaella (1992). Então, podemos dizer que: “Pesquisar é também penetrar na intimidade das camadas de leitura que vão sendo constituídas pelo pesquisador através da sua interação simbólica com o mundo” (Souza, 2003, p. 81).

Outro momento importante a ser destacado foi a participação no concurso público para docente da Universidade Federal de Tocantins (UFT), na área de Supervisão de Estágio, realizado em dezembro de 2007. Nessa oportunidade, fui aprovada em 2º lugar, com as notas 8,0 na prova escrita e 9,13 na prova didática, um ótimo resultado, ainda mais considerando que a candidata classificada em 1º lugar já era doutora. Tomei posse em 24 de julho de 2008 como professora assistente I, com regime de trabalho de 40 horas, e em de agosto do mesmo ano passei a exercer a docência em regime de dedicação exclusiva.

Nesse período, tive a oportunidade de participar e apresentar um trabalho em forma de resumo e com apresentação oral na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, realizada em Salvador (BA), de 19 a 21 agosto de 2008. Em 2010, criamos o Grupo de Estudo em Política Social, Intersetorialidade Interdisciplinaridade (Gepsi) na UFT, que permaneceu ativo até 2020, quando se transformou em Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (Geposs).

Na pesquisa para o doutorado, a intenção foi realizar uma apreensão crítica sobre a relação de particularidade dos processos desenvolvidos pelos assistentes sociais – a partir de depoimentos e observação – com as determinações de caráter mais amplo, em nível nacional, para

aquela intervenção. A tese, intitulada *A particularidade da prática com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social de Palmas do Tocantins*, foi defendida 4 de março de 2011. Para escrevê-la, realizei uma apreensão crítica sobre a relação dialética dessa particularidade com a universalidade da proposta nacional definida para essa área, expressa na legislação e, principalmente, nas políticas públicas de nível nacional. A perspectiva teórico-metodológica dessa apreensão teve por referência os estudos realizados por György Lukács sobre a dialética entre universal e particular, constitutiva do saber sobre uma dada realidade social.

Essa perspectiva expressa uma concepção que tem por base a teoria social de Marx, e sua abordagem busca reconstituir no pensamento a totalidade – as múltiplas determinações – relacionando a realidade empírica com as condições estruturais e suas transformações sócio-históricas. A pesquisa possibilitou a apreensão da particularidade da ação realizada em Palmas do Tocantins, tendo como ponto de partida a compreensão do processo de formação social e histórica do estado e de sua capital, por meio de pesquisa documental e de depoimentos de personagens significativos nessa história. A particularidade empírica foi apreendida a partir de depoimentos dos profissionais e da observação das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais.

A pesquisa evidenciou aspectos importantes da realidade local que determinam os modos como os avanços constitucionais e suas propostas são apropriados, em termos de política de assistência social, expressos na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e operacionalizados na Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS). Também revelou como as características socioeconômicas, culturais e políticas da região e as dificuldades resultantes da falta de capacitação específica dos profissionais, relacionadas àquelas normativas e regulações, para o desenvolvimento de seu trabalho, expressam-se na ausência de uma

proposta metodológico-operacional efetiva, com ações norteadas por objetivos claros.

Entre tantas outras atividades exercidas no cotidiano acadêmico, destaco minha contribuição no campo da assistência social, como presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Tocantins (Ceas/TO), eleita por votos diretos em maio de 2010, onde permaneci até 2012.

Finalizando este memorial, ressalto que aos poucos tenho realizado meu percurso acadêmico, embora seja recente essa minha reinvenção profissional. Sempre busquei exercitar no dia a dia meu comprometimento ético com o ensino, a pesquisa e a extensão, principalmente com o objetivo de contribuir na área do Serviço Social e na ação profissional.

Deixo aqui minha singela homenagem a minha eterna orientadora Myrian Veras Baptista (2006, p. 71):

A pesquisa, implica um processo de reflexão, de análise e de produção de conhecimentos de explicações e de ações, que busca compreender como se operam as mudanças nas condições da sociedade e como uma atuação pode ocorrer para o alcance dos avanços considerados necessários.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Introdução de Gilda e Antonio Candido. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Tradução de Pérola Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1970.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

PESSOA, Fernando. **Poesias**. Lisboa: Editorial Ática, 1980.

SANTAELLA, Lucia. **A assinatura das coisas: Peirce e a literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Helena Cariaga. **A particularidade da prática com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social de Palmas do Tocantins**. 2011. 128 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2011.

SOUZA, Solange Jobim e. Dialogismo e alteridade na utilização da imagem técnica em pesquisa acadêmica: questões éticas e metodológicas. In: FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia (org.). **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 77-94.

The background is a solid dark blue. Overlaid on this are several intersecting lines made of small, oval-shaped segments. One line is red, another is orange, a third is green, and a fourth is blue. These lines cross each other in various ways, creating a complex geometric pattern. The orange line is the most prominent, crossing the others multiple times.

CAPÍTULO 13

Trajetórias e construções

Vanessa Pereira Rosa

Introdução

Ao escrever este texto, assumo a tarefa de repensar sobre o processo histórico da minha vida enquanto mulher, filha, estudante e profissional. Para atingir o objetivo, foi preciso refletir e descrever sobre fatos por que passei durante várias etapas da vida, desde a infância até o momento tão esperado da finalização de todas as etapas do mestrado.

O memorial¹ constitui-se como importante instrumento para a compreensão dos acontecimentos e uma valiosa referência para a reflexão acerca dos saberes e das práticas docentes. O instrumento acadêmico é uma exigência no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGsocial) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – e deverá ser construído ao longo do curso. Nos documentos do Curso de Mestrado do PPGsocial da UFT, o memorial é descrito como instrumento de resgate e significação

1 “[...] a história particular de cada um de nós se entrelaça numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com outras situações culturais. [...] por outro lado, os próprios posicionamentos teóricos ou práticos, que foram sendo assumidos a cada momento. Desse ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido ela, que caracteriza a história particular do autor. O Memorial deve cobrir a fase de formação do autor, sintetizando aqueles momentos menos marcantes e desenvolvendo aqueles mais significativos; depois deve destacar os investimentos e as experiências no âmbito da atividade profissional, avaliando sua repercussão no direcionamento da própria vida; o amadurecimento intelectual pode ser acompanhado relacionando-o com a produção científica [...]”. (Severino, 2007, p. 245-246).

pessoal, profissional e acadêmica, uma maneira de estabelecer a interdisciplinaridade e registrar as experiências acumuladas ao longo da vida acadêmica.

De maneira especial, refletir sobre o percurso estudantil e acadêmico, culminando com o ingresso no mestrado, proporcionou-me um leque de amadurecimento intelectual, trazendo maior clareza e possibilidade de interagir com o objeto de estudo escolhido por mim, que é a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de ter me ajudado a suprir as expectativas a partir desse trajeto até a qualificação.

No primeiro momento, oportunizo uma autorreflexão sobre a minha vida pessoal, familiar, profissional e acadêmica, como o percurso da minha trajetória desde meus estudos no Ensino Fundamental. Apresento também minha trajetória no mestrado, dialogando com o aprendizado nas disciplinas que estão sendo cursadas e demais atividades que envolvem esse período acadêmico.

Ademais, o percurso acadêmico contribuiu para o conhecimento de uma forma geral para o início da pesquisa no mestrado. Durante as disciplinas cursadas, alguns pontos foram destacados, como, por exemplo, o respeito à proteção social, a política social, os direitos humanos, os povos originários, as comunidades tradicionais e as territorialidades desses grupos.

Cumprе enfatizar ainda que esse percurso acadêmico, que vem desde os estudos na graduação até o mestrado e as orientações, envolvendo disciplinas cursadas e participações em eventos científicos, contribuiu significativamente para a minha formação e, inclusive, aguça-me a dar seguimento em novos trabalhos.

Em relação ao projeto de pesquisa, cabe dizer que será pesquisado o atendimento das vítimas de violência contra a mulher no sistema judiciário, com a delimitação em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Vulneráveis (Deamv) e Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) no estado do Tocantins.

Nesse ínterim, sinto-me privilegiada em compartilhar minha história de vida, pois, durante a longa caminhada em direção aos meus próprios limites, frente ao processo de aprendizado, deparei-me com muitos desafios e situações. Por isso, sou grata a Deus por tudo o que passei para chegar até aqui. E, por fim, trago o projeto de pesquisa até então delineado com informações sobre objetivos gerais e específicos, metodologia e cronograma.

Trajatória familiar, infância e interesse pelos estudos

Meu nascimento aconteceu na Maternidade Mãe Domingas, na cidade de Miracema do Tocantins. Naquele ano, na cidade de Miranorte (TO), onde minha família residia, só existia uma maternidade particular e meus pais não dispunham de condições financeiras para custear o parto. Daí o motivo da busca por essa maternidade na cidade vizinha à Miranorte. Aparentemente, era uma maternidade como outra, porém ela teve sua origem através de uma mulher negra, pobre e parteira. Fiquei curiosa em saber sobre o lugar onde vim ao mundo e descobri que mãe Domingas, que deu nome a essa maternidade, foi uma mulher muito acolhedora, em um momento que o serviço público era muito incipiente.

Essa mulher negra e pobre tinha um grande ideal, o de acolher mulheres de poucas condições financeiras que, para terem seus bebês, recorriam a ela. Mas o que mais me chamou atenção na história dessa mulher foi que ela acolhia mulheres jovens, as quase meninas que engravidavam, muitas delas, expulsas de casa por seus pais, sem poder olhar para trás. Não tendo a quem recorrer por parte do Estado, mãe Domingas as recebia.

No ato de escrita deste memorial, cheguei a conversar com uma mulher desse grupo de mulheres acolhidas por mãe Domingas, especificamente nesse caso, a denominarei como MFR. Ela relatou que era

muito jovem quando engravidou e foi expulsa da casa de seus pais. Em seguida, foi acolhida por Domingas e viveu sob a proteção da parteira de 1972 a 1973.

Durante a conversa, a senhora MFR relembrou que ajudava a parteira na manutenção da casa, com os afazeres domésticos, auxiliava nos cuidados com as outras acolhidas e a manter a residência organizada. É importante ressaltar que mulheres fortes e lutadoras, em qualquer época, devem ser valorizadas e homenageadas, inclusive:

Em 25 de julho, é celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. O Serviço Social brasileiro, em seu código de ética que completa 30 anos, tem como um dos princípios fundamentais, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Adjuto, 2023).

Essa concepção do Serviço Social, por meio do Conselho Federal de Serviço Social (Adjuto, 2023), contrapõe-se às atitudes assistencialistas do passado, que eram desenvolvidas quando havia uma grande fragilidade das políticas de saúde, no tempo em que mãe Domingas iniciou seus atendimentos em favor de mulheres pobres de Miracema e do entorno.

Como assistente social, passo a rememorar e apresentar minhas primeiras lembranças, que são as de morar com meu pai, mãe e avó e avô maternos. Logo depois, houve a chegada do meu único irmão. Morávamos em uma chácara a 12 quilômetros da cidade de Miranorte. A chácara foi adquirida por meu avô materno através do trabalho de vaqueiro.

Para frequentar a escola, percorria de bicicleta os 12 quilômetros de ida e os 12 de volta. Estudava pela manhã e voltava ao meio-dia. Por vários anos, não tinha merenda na escola, por isso a volta era sofrida: fome, cansaço e sol quente ou chuva. Até o ano de 2003, meu

pai me levava na garupa da bicicleta. Em 2003, quando completei 10 anos, ganhei uma bicicleta da minha madrinha. A partir de então, meu pai já não me levava mais. E também meu irmão começou a estudar. Então, meu pai levava-o na garupa da bicicleta dele e eu ia pedalando na minha.

Durante três anos, para estudar, eu pedalava 24 quilômetros diariamente nos cinco dias da semana. De 2006 a 2011, passou a ter uma linha de transporte escolar muito precarizada. Era feita por camionete movida a gás. Por alguns anos depois, passou-se a utilizar uma Kombi. Quando não chegava suja de lama na escola, era porque estava suja de poeira.

Meus avós maternos moravam conosco. Ambos nesse período sofriam com várias enfermidades e limitações. Os dois foram vítimas de acidente vascular cerebral e posteriormente minha avó sofreu de câncer. Durante esse intervalo, houve várias brigas familiares e foi nesse contexto que percebi o quanto maltratavam e humilhavam minha mãe. Era nítida a sua submissão diante dos seus irmãos. Isso me incomodava muito, entretanto eu era uma criança e uma adolescente sem independência.

Enquanto meus avós moravam com a gente, o sustento da casa era deles. Meu pai não ganhava nada, pois trabalhava na roça e produzia pouca coisa, apenas para nosso consumo mesmo. Quando meus avós morreram, ficou muito difícil, pois passamos fome. Minha mãe continuou sendo perseguida pelos irmãos dela e até a processaram. Fizeram de nossa vida um inferno durante bastante tempo. No final de 2017, um deles morreu e só assim ela teve um pouco de paz. Mas o outro irmão estava perto dela se fingindo de bonzinho e ela, humilde, acreditava.

Meu pai é deficiente auditivo. Ele ouve, mas com dificuldade. E minha mãe sofreu violência por parte dos irmãos. Enfim, machismo! Aproveitando aqui, cabe dizer que essa minha vivência também me

fez despertar o interesse em pesquisar sobre violência doméstica intrafamiliar.

Eu morei na chácara até os 18 anos. Energia elétrica só foi instalada quando eu tinha 14 anos. Televisão, aos 16. Sempre vivi com muito pouco. A timidez é um problema que me aflige desde criança. Lembro de já ser tímida quando tinha apenas uns 6 anos. Tentava já nessa época controlar meus atos. Uma criança de 6 anos não tem muito controle das coisas, mas eu, com o pouco que eu conhecia, já tentava controlar e me conter o máximo que podia. Isso contribuiu para que eu me tornasse uma pessoa curiosa e estudiosa, pois, sabendo mais das coisas, poderia me precaver. Lembro que ainda criança tinha horror de situações de surpresa.

Meus avôs maternos eram primos descendentes indígenas – principalmente minha avó tinha traços indígenas marcantes. Meu avô era branco. Minha avó e minha mãe tinham os cabelos lisos. Meu pai tem o cabelo crespo. Eu tenho o cabelo cacheado e meu irmão, cabelo liso. Eu não sofri muito preconceito fora de casa por ser negra nem por causa do cabelo. É claro que sofri preconceito maquiado por ser negra pobre e morar na roça. Mas, em casa, minha avó sempre falava que eu tinha que usar o cabelo preso e curto. Ela criticava muito a família do meu pai por ser negra.

No ano de 2020, tive o diagnóstico de hanseníase. Posteriormente, em 2023, depois de dois anos de terapia, acabei recebendo o diagnóstico de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH - F90). Esse transtorno de ansiedade generalizada me fez ter várias crises de pânico. Ainda tenho diagnósticos de fobia social e de depressão moderada. Sou acometida por timidez excessiva, tenho medo de falar em público, sou muito insegurança, tenho baixa autoestima, sentimento de inferioridade e dificuldade em me concentrar com outras pessoas e com tempo cronometrado. Como sequela da hanseníase, sinto muitos tremores nos nervos das pernas e dos braços.

Trajetória educacional

Quando tinha 5 anos, no ano de 2000, fui matriculada na Escola Municipal Antônio Uchôa Viana, na Vila São José, em Miranorte. Esse setor era considerado “periférico” na cidade. Meus pais sempre me incentivavam a estudar. Nesse primeiro ano, as atividades consistiam em somente desenhar, pintar e brincar. Adaptei-me rapidamente à escola. Apesar do sacrifício de acordar às 5 da manhã, pedalar 12 quilômetros e chegar cansada para estudar, eu amava minha escola. No ano seguinte, em 2001, iniciei a 1ª série. No início, eu tive bastante dificuldade com a alfabetização, devido ao TDAH. Lembro de que nessa época eu passei a brincar de estudar no período da tarde, e assim eu aprendi a ler praticamente sozinha.

Minha mãe, ao mesmo tempo que me incentivava, pressionava-me bastante. Eu não tive aula particular. Minha mãe não tinha muita didática para me auxiliar. Além disso, como tínhamos uma vida bastante difícil, eu não queria ser mais um problema para meus pais. Depois que aprendi a ler, sempre estudei sozinha e nunca repeti de ano. Minha mãe sempre falava que tinha que se esforçar nos dois primeiros bimestres para tirar notas boas, para não ficar apertada com notas no final do ano. Até a 5ª série (no ano de 2005), eu ainda ia para a escola de bicicleta. No ano de 2006, passou a existir uma rota de transporte escolar municipal na chácara. Como afirmei antes, era feita por uma camionete S10 movida a gás e com capota de lona.

Durante minha vida escolar, a matéria com que sempre tive maior dificuldade foi matemática, mas sempre me esforçava pra passar na média. Estudei na Escola Municipal Antônio Uchoa Viana até o início do 9º ano. Antes de terminar o ano, fui para a Escola Municipal Antônio Pereira de Sousa.

Os três anos do Ensino Médio cursei no Centro de Ensino Médio (CEM) Rui Brasil Cavalcante. Nessa época, ainda morava na

chácara e usava o transporte escolar municipal (feito por uma Kombi Volkswagen branca e bem velha).

Nessa época, eu me sentia perdida, pois não me entendia como adolescente da época e sentia muita pressão para passar no vestibular. Com preocupação com o futuro e sem nenhum parente político influente, os únicos empregos que conseguiria seriam em trabalho doméstico – mas minha mãe não me deixava trabalhar porque queria que eu focasse apenas nos estudos. Aos 17 anos, fui morar na cidade de Miranorte e passei a trabalhar em um mercado, onde recebia pouco e trabalhava 10 horas por dia.

Durante a minha vida escolar, bem nos anos iniciais, eu quis ser professora, depois bióloga, depois agrônoma. No Ensino Médio, fiz o vestibular da Universidade Federal de Tocantins (UFT) para jornalismo e fui aprovada, mas perdi a data de matrícula e ainda não tinha terminado o Ensino Médio. Além disso, seria difícil conseguir me manter em Palmas para frequentar a faculdade.

Por fim, analisei os cursos da UFT disponíveis em Miracema, Pedagogia e Serviço Social. Decidi cursar Serviço Social. Não tinha conhecimento nenhum sobre a profissão, tampouco do curso. Apesar de não conhecer nada da área, encontrei-me no curso. Meus pais ficaram muito felizes com a minha aprovação. Durante o curso, enfrentei muitos desafios: falta de dinheiro para xérox, para transporte, para alimentação; não tinha conhecimento sobre assistência estudantil e não consegui conciliar o trabalho no mercado com o curso. Acabei optando por continuar estudando. Tempos depois, consegui uma bolsa de auxílio. Nessa época, não tinha computador, nem celular inteligente. Lembro que para os colegas falarem comigo tinham que ligar. Usava o laboratório de informática do *campus*. Depois, com os auxílios das bolsas estudantis, fui adquirindo celular e computador. Por muito tempo, eu tinha *notebook* sem internet.

Durante o curso, ainda tinha muita dificuldade de falar em público, pois era extremamente tímida e possuía dificuldade de me

expressar, além de ter que enfrentar as cobranças do meio acadêmico. Apesar dos desafios, tenho grande orgulho da minha formação na Universidade Federal do Tocantins. O meu ingresso foi no atraso da greve e, no ano de 2015, passamos por mais uma greve.

As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV foram realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Miranorte. Tive como supervisora acadêmica a professora doutora Célia Maria Grandini Albiero. Após conclusão do curso de Serviço Social, passei no Curso de Direito da UFT, mas não cheguei a cursar. No último ano em que cursava Serviço Social, comecei a estudar para concursos públicos, com muita dificuldade, sem muito acesso a material. Usava a internet do *campus* e baixava os materiais pra estudar quando chegava em casa.

O primeiro concurso em que fui convocada foi o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o cargo de agente censitária. Em 2019, fui aprovada no concurso do município de Presidente Kennedy (TO), e em 2020 tomei posse no cargo de técnica de proteção especial, onde trabalhei por um ano e 5 meses. No ano de 2020, fui aprovada no concurso de Colinas (TO), onde tomei posse em 2022 e estou atuado até o momento. Em 2022, prestei o concurso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ficando em 3º lugar, apesar da alta concorrência. Vale ressaltar que, além do meu esforço, a graduação em Serviço Social que cursei na Universidade Federal do Tocantins (no *campus* de Miracema) contribuiu para eu ter conseguido essa colocação.

Percurso profissional

Eu ingressei na UFT no Curso de Serviço Social no segundo semestre do ano de 2013. Como já relatei aqui, realizei meu estágio obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social de Miranorte. Colei grau no início de 2018.

Em 2019, fiz processo seletivo do município de Miranorte, onde fui selecionada para trabalhar no Cras. Logo após, fui aprovada e nomeada em Presidente Kennedy, onde atuei por um ano e cinco meses como técnica de proteção social especial do município. Após esse período, tomei posse em Colinas do Tocantins, onde trabalhei inicialmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e posteriormente no Cras, onde estou atualmente.

Em Presidente Kennedy, no trabalho de técnica de proteção social especial, ficava lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e atuava com as demandas de violações de direitos. Trabalhava em parceria com a rede intersetorial: Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS, Saúde e escolas.

No Creas de Colinas, atuei juntamente com a equipe técnica interdisciplinar nas demandas de violações de direitos: violência doméstica, violência contra o idoso, violência contra a criança, negligência contra o idoso, a criança e o deficiente, e trabalho infantil, entre outras. Já no Cras, trabalhamos com a prevenção e a viabilização dos benefícios de assistenciais.

Percurso acadêmico até o mestrado

Minha formação acadêmica inclui graduação em Serviço Social, concluída em 2018, na UFT. Estagiei no Cras de Miranorte. Em seguida, fui efetivada num pequeno município do interior do Tocantins como técnica de proteção especial, onde tive um maior contato com a realidade da violência contra a mulher.

Atualmente sou servidora pública efetiva e atuo como técnica de referência especializada no Creas de Colinas. Foi por meio desses campos de atuação que surgiu o interesse em desenvolver pesquisas sobre a temática, pois se compreende melhor um determinado assunto quando ele emerge da realidade vivida e analisando a problemática

que a atual sociedade enfrenta. Assim, como sou credenciada no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) desde 2019, realizo perícias sociais, quando determinado, e elaboro os respectivos laudos sociais sobre as situações que dizem respeito às partes e/ou familiares relacionados aos processos judiciais e administrativos.

Entre os meus objetivos profissionais, está a produção de reflexões e intervenções qualificadas no âmbito das políticas sociais, da diversidade e dos direitos, com foco na realidade brasileira e nas particularidades regionais em uma perspectiva interdisciplinar.

Minha opção pelo Curso de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins se justificou pelo fato de ser uma universidade pública e de qualidade, e por eu conhecer o corpo docente (da graduação), que promove atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, exponho aqui minha trajetória com a temática de violência contra a mulher. Participei do Projeto de Extensão Cinema e Debate: Gênero e suas Interfaces, que teve o seguinte cronograma: leitura de artigos (*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, de Joan Scott, e *Dinâmica Consubistanciabilidade das relações sociais*, de Daniele Kergoat); exibição de documentários e filmes (*O silêncio das inocentes*, *A outra*, *A fonte das mulheres*, *Flor do deserto*, *Mulheres no poder* e *O aborto dos outros*).

Cabe colocar aqui que cursei a disciplina optativa Trabalho, gênero e Serviço Social, ministrada pela professora doutora Debora Bolzan, onde foram discutidos os conceitos de trabalho e gênero, com interseção no Serviço Social, e assistidos vários filmes sobre a temática, como: *O sorriso de Mona Lisa*, *A cor púrpura*, *Anjos do sol* e *Eu, tu, eles*.

Foram trabalhados os seguintes textos: artigo de Tereza Lisboa, intitulado *Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão*; e partes do livro de Mirla Cisne, *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social* (A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica; Trabalho flexível,

empregos precários?: Uma comparação Brasil, França). E por fim houve apresentações de seminários.

Cursei também a disciplina optativa Políticas públicas para mulheres, LGBT e questão étnico-racial, ministrada pela professora doutora Bruna Irineu. Na primeira aula, foi exibido o filme *Nem gravata, nem homem* e após foi realizado debate com a turma. Na segunda aula, houve exposição sobre o filme. Também foram realizadas exposições sobre o feminismo, as políticas públicas para garantir direitos, e a violência como uma violação de direitos. A terceira aula foi ministrada pelo professor convidado Mayk Diego, psicólogo, que trouxe informações sobre seu trabalho em consultório de rua na cidade de Goiânia, atendendo pessoas sem lar. O profissssinal abordou, entre outros tópicos, o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), um dispositivo da política pública em saúde que trabalha a redução de danos, e o consultório de rua como uma estratégia de abordagem em favor da população sem lar. A quarta aula teve como temas o contexto histórico das políticas públicas, a cidadania, e a Organização das Nações Unidas (ONU). A quinta aula contou cm dinâmica para responder questões relacionadas à disciplina. Na sexta e sétima aulas, houve apresentações de seminários.

E ainda realizei o Curso de Extensão Universitária Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizado pela Universidade Aberta do Nordeste da Fundação Demócrito Rocha, no período de 18 de novembro de 2020 a 5 de abril de 2021, com carga horária de 140 horas. Também participei do Curso de Extensão Universitária O Papel do Homem no Enfrentamento da Violência contra a Mulher, realizado pela Universidade Aberta do Nordeste da Fundação Demócrito Rocha, no período de 23 de agosto a 20 de outubro de 2021, com carga horária de 48 horas.

Tanto essas disciplinas cursadas na graduação quanto os cursos de extensão citados acima contribuíram para a construção do meu

projeto de pesquisa, bem como me apresentaram teóricos e referências para o enriquecimento da minha trajetória acadêmica.

Mestrado em Serviço Social (PPGSSOCIAL)

Em 2024, no mestrado acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, cursei as seguintes disciplinas: Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Pesquisa Social, Serviço Social no Âmbito Sócio-Jurídico, Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, e Estado, Política Social e Direitos Humanos.

A disciplina Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais foi trabalhada através do panorama da diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na América Latina. Foram abordados, entre outros tópicos: a invisibilidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos; o debate entre Estado capitalista e as populações indígenas e tradicionais; e as ações organizativas na afirmação da territorialidade e dos direitos sociais dos povos indígenas e comunidades tradicionais na Região Norte e na Amazônia Legal.

A disciplina teve como objetivo discutir a importância desses povos e comunidades no processo da formação territorial brasileira, abordando suas formas de uso e ocupação da terra, seus processos organizativos e sua relação com o acesso às políticas públicas.

Foi abordada a questão da invisibilidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais como sujeitos de direito, a despeito de seu reconhecimento legal em importantes marcos jurídico-formais nacionais e internacionais, o que remete à necessidade de compreender a relação contraditória que o Estado mantém com essa expressiva parcela da população brasileira. Dessa relação contraditória, marcada por desigualdades, discriminações e negações de direitos, emergem

ações organizativas e de mobilização em torno da afirmação das territorialidades desses povos e comunidades e do reconhecimento de seus direitos.

A disciplina se organizou com um curso de leitura e seminários sobre o temário dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, partindo do pressuposto de que a construção de conhecimento é uma tarefa coletiva que envolve leitura de textos, observação e conhecimento da realidade, organização das ideias, exercício de escrita e diálogo entre nossos pares, para citar alguns dos mecanismos envolvidos na produção acadêmica. A metodologia proposta articulou exposições dialogadas, cuja condução foi de responsabilidade da professora, com trabalhos em grupos e seminários de responsabilidade dos mestrands, que deveriam realizar a leitura dos textos indicados no programa da disciplina.

A cada aula, foi entregue um fichamento dos textos indicados na bibliografia. Organizou-se um seminário temático com apresentações e debates com a turma. Como trabalho final, foi produzido um memorial acadêmico por cada aluno.

A disciplina Serviço Social no Âmbito Sociojurídico proporcionou o contato com elementos de reflexão sobre o significado da atuação de assistentes sociais na área judicial, considerando os fundamentos críticos e ontológicos do denominado Projeto Ético-Político da profissão no Brasil. O programa da disciplina incluiu reflexões sobre os seguintes tópicos: o Direito em Hegel, Marx e Pachukanis; judicialização e questão social; política de segurança (reintegração, ressocialização e reeducação); retribuição e justiça restaurativa.

A área sociojurídica se apresenta na atualidade como relevante eixo de análise e reflexão quanto à atuação dos assistentes sociais. Considerando o avanço do projeto estatal e, com ele, da judicialização das relações sociais, o debate sobre essa posição se torna relevante para a profissão, considerando, inclusive, a interface que se faz presente

na materialização de várias políticas e a impositividade do Estado. Dessa maneira, o debate sobre a área sociojurídica é instrumento de ponta na reflexão profissional e matéria atualíssima, determinando a imperiosa necessidade de se estabelecer ao mestre em Serviço Social da UFT a possibilidade de conhecer e se fundamentar em seu processo formativo sobre a problemática dessa conjuntura societária.

Os principais objetivos da disciplina foram: contribuir no processo formativo de mestres em Serviço Social através do aprofundamento de análises referentes ao universo sociojurídico; e aprimorar o processo formativo dos mestres, considerando os estudos sobre a justiça e sua aplicabilidade na sociedade brasileira.

A disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social abordou o estudo dos fundamentos do Serviço Social, as vertentes teórico-metodológicas que têm subsidiado o debate profissional a partir dos anos 1980, os estudos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina e sua incidência no Serviço Social, e os fundamentos e aspectos sócio-históricos e éticos do Serviço Social.

Como objetivo geral, buscou propiciar o estudo aprofundado dos fundamentos do Serviço Social. Quanto aos objetivos específicos, teve o intuito de levar os mestrandos a compreender o significado sócio-histórico da profissão, apreender os seus fundamentos sócio-históricos e éticos e discutir sobre as vertentes teórico-metodológicas que norteiam o campo de atuação dos assistentes sociais. A metodologia de ensino para o desenvolvimento dessa disciplina incluiu aulas expositivas dialogadas com e sem recursos audiovisuais, seminários e debates sobre os textos indicados e exigência de trabalhos individuais e coletivos.

A disciplina Estado, Política Social e Direitos Humanos trouxe abordagens conceituais sobre o ente estatal, referentes à política social e aos direitos humanos. Para isso, abordou tópicos como: o desenvolvimento do Estado na sociedade capitalista e as funções

da política social; a análise do Estado Social: expansão e crise; as políticas sociais na América Latina: planejamento, gestão, controle e financiamento; a análise comparada da Política Social e suas relações com o Serviço Social; as tendências e críticas da política social no debate contemporâneo e sua reconfiguração no neoliberalismo; e os limites e as possibilidades da materialização dos direitos humanos na sociedade capitalista.

Como objetivo geral, possibilitou analisar o Estado, a política social e os direitos humanos enquanto fenômenos contraditórios na sociabilidade capitalista, orientada e pautada por diferentes e divergentes abordagens teórico-conceituais, que atribuem complexas e contraditórias relações entre o Estado e as classes sociais e, entre estas e a luta pelos direitos, cidadania e emancipação. Quanto aos objetivos específicos, buscou fornecer elementos teórico-conceituais para a compreensão e análise crítica da política social e das influências das principais abordagens teórico-políticas – liberalismo, marxismo, social democracia e neoliberalismo – no processo de emergência, desenvolvimento e crise no capitalismo. Visou ainda levar os alunos a apreender as abordagens conceituais do Estado, da política social e dos direitos humanos no contexto do capitalismo; compreender as particularidades da política social brasileira, considerando as determinações sócio-históricas: planejamento, gestão, controle e financiamento; e problematizar a condição contemporânea da política social e suas potencialidades e limites na garantia dos direitos, da cidadania e da emancipação em contexto de crise do capital.

Apresentei o trabalho acadêmico intitulado *O trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Colinas-ro: atuação frente à violação de direitos*, na 11ª Amostra Científica e produção de conhecimento do Curso de Serviço Social, realizada na Universidade Federal do Tocantins. Nesse artigo, refleti sobre a atuação profissional do assistente social no Creas na cidade

de Colinas, ressaltando os impasses frente às demandas de violência com que o órgão atua. Busquei demonstrar como a intervenção profissional se dá em meio ao desmonte das políticas sociais.

Particpei da ação de extensão universitária com a comissão discente de apoio aos minicursos no evento Políticas Públicas: um dever do Estado e direito de todo cidadão, realizado em parceria com a Defensoria Pública Estadual de Palmas e de Miracema e Escritório Social de Palmas.

Todas essas disciplinas proporcionaram oportunidades enriquecedoras que contribuíram para embasar a construção da minha pesquisa, que culminará na dissertação. Os debates e os seminários realizados em sala de aula por proposta dos professores foram de extrema relevância para minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Aprendi com as diferentes dinâmicas de apresentação, além ter tido a excelente oportunidade de ter acesso aos demais trabalhos apresentados que acrescentaram bastante.

Projeto de pesquisa

O interesse em pesquisar sobre a violência contra a mulher se deu inicialmente pelo meu incômodo pelas mais diversas expressões de atos violentos contra o gênero feminino fruto das relações patriarcais que percebi à minha volta. Desde a infância, ouvia histórias de agressões físicas contra a mulher de forma naturalizada, com responsabilização das vítimas. Como exemplo, posso citar que meu avô paterno sempre contava com orgulho que traía minha avó. Segundo seus relatos, chegou a contrair infecções sexualmente transmissíveis (IST) e minha avó teve que cuidar dele (preparando medicamentos e cuidando das feridas). Segundo ele, minha avó estava cumprindo seu “papel” de esposa.

Outro caso que me causou bastante incômodo quando criança foi saber que minha tia paterna sofria violência física do companheiro e perceber que todos da família sabiam e viam como algo natural. Quando ela tomou a decisão de se separar, não teve apoio de nenhum familiar, inclusive, dos meus pais. Assim, a mesma história dos meus avós se repetiu com ela. Seu esposo ficou doente, com a mobilidade reduzida, dependendo de seus cuidados até o último dia de vida.

No meu núcleo familiar, eu não convivi com a violência de gênero entre meus pais. A relação deles sempre foi harmônica e respeitosa. Apesar disso, eu percebia que minha mãe sempre demonstrou ser bem submissa a sua família de origem. Ela não tinha uma boa relação com seus irmãos. Com um deles cheguei a ter convivência e presenciei situações de abusos físicos, psicológicos e financeiros contra minha mãe. Ela se submetia a tais violências porque achava natural.

Outro fato que me despertou a atenção sobre esse tema foi o trabalho no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Colinas do Tocantins, onde me deparei com demandas de violência (contra idosos, crianças, pessoas com deficiência e mulheres). Trabalhando com as vítimas de violência, pude compreender a fragilidade da proteção dessas pessoas, especialmente no judiciário. A maioria das demandas de violência contra a mulher que chegam ao Creas são advindas da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Vulneráveis (Deav)² do município.

2 As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Vulneráveis (DEAMS) são unidades da Polícia Civil que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência, solicitação a juiz de concessão de medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, e realização de investigação de crimes.

Diante disso, meu projeto de pesquisa para a construção da dissertação tem como objetivo geral analisar os atendimentos de violência familiar contra a mulher no sistema judiciário do Estado do Tocantins. Já como objetivos específicos, a proposta é: contextualizar a violência de gênero no Brasil (tipologias); analisar o Estado capitalista e as ações do sistema judiciário na implementação de políticas, programas e serviços de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar; identificar os órgãos de atendimento às mulheres, e por último investigar a relação entre justiça, legislação e violência contra mulher no Tocantins por meio da 4ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Vulneráveis de Colinas (DEAMV).

Orientação do projeto de pesquisa

Quando passei no processo seletivo para o mestrado no ano de 2024 (Edital nº 17/2023-PPGSS), a proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação foi abordar o atendimento em casos de violência contra a mulher no sistema judiciário no estado do Tocantins. O objetivo era compreender o processo pelo qual a mulher vítima de violência passa nos atendimentos nos órgãos da justiça. Com o decorrer das diretrizes iniciais da professora orientadora, chegamos a uma nova proposta de pesquisa, levando em consideração o contexto do judiciário tocantinense e a questão do tempo para a realização da pesquisa.

As alterações dialogam bastante com o desejo de manter o anseio pela pesquisa envolvendo questões voltadas para uma aproximação com o sistema sociojurídico. As orientações do projeto de pesquisa acontecem uma vez por semana. Estamos dando continuidade à temática, a partir das orientações, que são muito relevantes para o amadurecimento dos pontos-chave.

A proposta inicial de pesquisa se manteve e o projeto está ganhando mais corpo a partir das orientações regulares com a professora doutora Josenice Ferreira dos Santos Araújo, fazendo com que eu possa envolver-me cada vez mais com o objeto da pesquisa, além de adquirir um direcionamento científico. Vale enfatizar ainda que os momentos de orientação estão sendo essenciais para que eu possa me aprofundar nos caminhos metodológicos necessários e nas categorias e conceitos que serão trabalhados na pesquisa.

Considerações finais

A incumbência de escrever sobre a minha trajetória de vida exigiu uma ação complexa de lembrar as dificuldades e também as oportunidades vividas ao longo da minha trajetória. Esses movimentos discursivos me levaram a refletir sobre minha existência e a resgatar momentos vividos na infância.

Expus aqui meu objeto de estudo e os objetivos de pesquisa, demonstrando as circunstâncias que me levaram eleger essa temática. A vida cada vez mais desafiante impõe, frequentemente, a necessidade de profissionais preparados para a diversidade e que sejam capazes de fazer leituras positivas frente às adversidades, principalmente em relação às políticas públicas nas quais atuo.

Finalizo aqui essas linhas resumidas sobre o meu ser social em construção. Apesar das contradições e controvérsias atravessadas, estou em busca de romper com as adversidades por meio dos estudos.

Referências

ADJUTO, Diogo. No mês de julho, o Serviço Social reafirma e fortalece a luta antirracista! **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2026>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.
São Paulo: Cortez, 2007.



CAPÍTULO 14

Tecendo memórias: travessias de uma nordestina em busca do saber

Hanna Brito Holanda Soares

Apresentação

O presente memorial foi contruído objetivando atender aos critérios exigidos pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como item obrigatório para a qualificação de mestrado, curso este concluído em 2022, resultado de muita luta, dedicação, disciplina e renúncias. É também uma forma de compartilhar e refletir sobre minhas vivências e meus processos educacionais, boas lembranças, conquistas, dificuldades e todos os esforços da minha família que me fizeram hoje mulher, mãe, nordestina, pesquisadora, mestra e servidora pública concursada do estado do Tocantins.

A maior dificuldade em produzir este memorial foi conciliar com a maternidade. Na época, minha filha Maria tinha apenas 5 meses e meio, estava em aleitamento materno exclusivo, e as demandas do dia a dia eram ainda mais desafiadoras devido ao cenário caótico da pandemia. Hoje, Maria tem 3 anos e 8 meses, é uma criança cheia de vida, inteligência, graça, energia e, acima de tudo, muito amor. Em nenhum momento, deixei de priorizá-la, pois, como diz Emicida (Pequenas [...], 2019):

[...] eu vou bater de frente com tudo por ela
Topar qualquer luta
Pelas pequenas alegrias da vida adulta
Eu vou
Eu vou pro *front* como guerreiro

Nem que seja pra enfrentar o planeta inteiro
Correr a maratona, chegar primeiro
E gritar é por você, amor.

Escrever minhas memórias me trouxe a lembrança de muitas pessoas e situações felizes, e de outras ásperas. A essas pessoas e recordações todo o meu respeito, pois contribuíram para ser quem sou, profissional e pessoalmente, afinal, assim como compartilha Ecléa Bosi (1994, p. 417), a memória é tanto individual quanto coletiva, sendo a primeira uma interpretação da segunda. A autora afirma que, diante de diferentes deslocamentos e pertencimentos a novos grupos sociais, passamos a ter um ponto de vista diferente daquilo que foi vivido. Ao rememorar lembranças sob uma nova ótica iluminada pela condição atual em que se encontra, gera-se uma nova interpretação. Assim, observa-se que aquilo que nos parece solo, na verdade é múltiplo. A lembrança é um ponto de vários fios e caminhos que ao ser evocado traz junto de si diversos eventos sociais históricos que ocorreram na mesma ocasião.

Trajetória pessoal, pré-acadêmica, acadêmica e profissional

Trajetória pessoal

[...] eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. [...] que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu sempre quis foi comunicar unicamente da maneira mais direta o sabor da minha vida

(Beauvoir, 1945).

Ao discorrer sobre minhas lembranças, faço alusão à minha vida pessoal, pois não a vejo separada da minha vida acadêmica e profissional. Fazer pesquisa é (e aqui também me refiro à pesquisa feita no resgate de memórias), segundo C. Wright Mills (2009), como fazer um artesanato intelectual, usando o método, ou seja, usando a trilha que construímos através do caminho percorrido. O autor ainda afirma que o estudioso/pesquisador é como um artesão que constrói seu artesanato intelectual ao longo de sua vida. De acordo Mills (2009), o artesanato intelectual é idealizado como uma satisfação de trabalho, não estando dissociados, na mente do trabalhador, do produto do trabalho. Nessa relação, o artesão é livre para controlar sua própria arte.

Assim sendo, como pesquisadora, também sou uma artesã intelectual, uma vez que realizo meu trabalho com cuidado, seguindo etapas, colocando doses de criatividade, com liberdade, para controlar a atividade de pesquisa.

A produção final, na medida que me proporciona aprendizado através do que é coletado e interpretado, leva junto uma característica minha, algo que remete à trajetória que vivi e que narro a seguir.

Filha de pai – Marciano Soares e Silva – e mãe – Maria do Socorro Brito Holanda – nordestinos, ele caminhoneiro e ela técnica de enfermagem/servidora pública, nasci em 29 de agosto de 1990, na cidade do Crato, Ceará. “Cresci, amei, sonhei, vivi [...] ao sopé da serra, entre os canaviais”, onde morei até o ano de 2015, quando mudei para o Tocantins. Sou irmã do meio. Meu irmão mais velho, hoje com 36 anos, chama-se Raphael e sempre foi meu companheiro de aventuras e desventuras. Minha irmã caçula, Lyara, filha por parte de pai, hoje tem 17 anos.

Fui criada não só na cidade, mas também correndo nos terreiros e roças dos meus avós e familiares, pois o Crato é uma cidade grande, porém serrana e histórica, com clima do interior. Meu avô por parte

de mãe, vovô Zé Nilton, era veterinário e contribuiu para as mais incríveis aventuras que vivi na infância, quando me levava, meu irmão mais velho e meus primos para suas viagens de trabalho, passeando por entre sítios e grandes fazendas das cidades vizinhas onde cuidava de animais de grande e pequeno portes. Sintia-me como descreve Manoel de Barros:

Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior que o mundo (Barros, 2011).

Ressalto todas essas lembranças, pois acredito que educação está para além do que se adquire nas escolas. Meu avô nos contava sobre nossas raízes, sobre nossas ancestralidades, através das histórias sobre os povos indígenas Kariris. Dizia que o Crato era um dos maiores territórios indígenas, invadido por exploradores devido a suas riquezas naturais, com muitas nascentes, cachoeiras, terras férteis, aos pés do que hoje é a Floresta Nacional do Araripe. Meu pai, por sua vez, buscou sempre conhecer sobre suas raízes, constantemente pesquisando sobre os indígenas, fazendo questão de ressaltar que sou bisneta de uma indígena Kariri, ainda que não houvesse tantos detalhes sobre nossa ancestralidade, a não ser os relatos que ouvia dos seus pais e tios. Desde então, tornei-me muito curiosa a respeito dos povos originários, tema muito presente na história da cidade, porém não tão presente nas pesquisas acadêmicas universitárias.

No que tange à educação escolar, meu percurso educacional nem sempre foi fácil. Meu pai não tem Ensino Superior, abriu mão para ter sua liberdade financeira. Minha mãe concluiu seu Ensino Médio

com muita luta, tendo que trabalhar desde muito cedo em casa de família para estudar, pois meus avós moravam no campo e essa era a única forma de ela conseguir estar na cidade.

Devido a essas questões, nossa educação sempre foi priorizada em nossa família. Ainda nas primeiras séries do Ensino Infantil passei por situações que me geraram dificuldades de aprendizado. No ano anterior à alfabetização, fraturei meu braço direito, o que fez com que atrasasse na escrita. Logo depois, fui diagnosticada com miopia e astigmatismo, inicialmente fazendo uso de aproximadamente três graus em cada olho, situação que fez com que tivesse dificuldade na aprendizagem da leitura, resultando, assim, na necessidade de cursar novamente a alfabetização.

Não tenho lembranças muito saudáveis da primeira etapa do Ensino Fundamental. Na época eu era considerada uma criança acima do peso, e devido a esse fator e por usar óculos, sofria muito *bullying*, o que me causou muitos problemas psicológicos e físicos, como distúrbio alimentar. Por dois anos, a escola era, para mim, um ambiente instável e hostil, mas tinha o acolhimento da minha família e de amigas que estão presentes em minha vida até os dias atuais.

Em todas as três escolas em que estudei, era bolsista. Nas duas primeiras, tive bolsa parcial e, no Ensino Médio, bolsa total. Meu Ensino Médio foi marcado por um grande desafio familiar. Nesse período, eu, minha mãe e meu irmão começamos a vender comida na calçada da Faculdade Leão Sampaio, onde meu irmão cursava Administração de Empresas. Lembro que assistia às aulas pela manhã, às vezes ia almoçar na casa de uma amiga, pois minha casa era longe e nem sempre tínhamos almoço, voltava para a escola às 14h e às 17h40 tinha que sair para trabalhar com minha família. Meu irmão precisou trancar a faculdade, pois minha avó paterna, que pagava os estudos dele, infelizmente faleceu.

Consegui um emprego de aprendiz como secretária numa fábrica de painéis e meu irmão em um banco. Isso fez com que nossas condições financeiras melhorassem um pouco, dando tempo a minha mãe para correr atrás do grande sonho dela, o Ensino Superior. Um semestre antes de meu ingresso na universidade, minha mãe foi aprovada no curso de Educação Física. Pouco tempo depois, meu irmão conseguiu o Fies e então voltou para a faculdade. Em 2010, fui aprovada em Ciências Sociais na Universidade Regional do Cariri (Urca). Agora éramos três universitários em casa.

Trajetória acadêmica

Ainda nos dois primeiros períodos de faculdade, consegui um emprego como recepcionista e faxineira em uma academia ao lado do campus em que estudava. Estudava à tarde e trabalhava parte da noite. No terceiro período, passei em uma seleção para uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo, assim, minhas primeiras experiências com pesquisa. O curso de Ciências Sociais da Urca disponibilizava várias linhas de pesquisa para alunos bolsistas, entretanto, em sua maioria, voltadas para estudos da cultura religiosa, sendo o Cariri berço do Padre Cícero e de grandes romarias.

O grupo de pesquisa em que eu estava inserida tinha por tema Juventude em perigo – conflitos, violência e mercado de drogas. Foi um período de muita produção, pois desenvolvíamos pesquisas e oficinas na cadeia pública, no presídio de segurança máxima e nos centros de reabilitação para jovens dependentes químicos, todos localizados em Juazeiro do Norte, cidade vizinha ao Crato, onde conversávamos com os jovens na busca por um ponto de vista diferente dos que se veem constantemente em reportagens sensacionalistas, buscando entender, assim, os acertos e as falhas das políticas

públicas frente ao combate à criminalidade. Através dessa bolsa de pesquisa, tive a oportunidade de participar de inúmeros congressos, encontros e colóquios, viajando para outros estados e conhecendo diversos pesquisadores cujas contribuições intelectuais são extremamente relevantes. Essa experiência foi enriquecedora e abriu portas que, na época, não eram tão acessíveis para todos. Hoje, felizmente, observamos que esses acessos estão mais democratizados, em grande parte devido à implementação de políticas afirmativas, como as cotas étnicas, que possibilitam um maior ingresso de estudantes indígenas, negros e quilombolas no Ensino Superior.

Logo após o término da bolsa, consegui um estágio no Serviço Social do Comércio (Sesc) do Crato, que também me trouxe muitas experiências enriquecedoras quanto à cultura e às tradições e me proporcionou conhecer pessoas brilhantes – cantores, escritores, mestres de culturas, artistas de todas as áreas –, possibilitando, assim, uma troca de experiências que também contribuiu para o meu desenvolvimento intelectual. Também pude me aproximar um pouco mais da cultura dos povos indígenas caririenses, nas leituras de cordéis e nas terreiradas – festas nos terreiros das casas dos mestres e mestras de culturas – que dialogam com nossas ancestralidades.

Formei-me em outubro de 2014 e, em julho de 2015, me mudei para o Tocantins. Foi aqui que construí minha vida ao lado do meu companheiro, Ivaldo Rosa Sobral Júnior, *personal trainer*, meu parceiro de todas as horas e principal incentivador. Ele sempre esteve ao meu lado, com palavras de encorajamento como: “Vai que eu seguro as pontas”. E, de fato, ele segurou, com muita força e paciência, mesmo nos momentos mais difíceis.

Passamos por muitos perrengues, mas nunca desistimos um do outro. Essa vivência nos mostrou que somos fortes e corajosos, capazes de enfrentar qualquer desafio. Juntos, formamos nossa família, que é a base do meu crescimento pessoal e profissional, e por isso, sou imensamente grata a ele.

Sempre gostei de viajar. Em épocas de férias, fazia o possível para conhecer um lugar novo ou para voltar a um lugar querido. Chegava a ficar mais de um mês fora de casa, mas sempre sabendo a hora de voltar. Deixar minha família, minha terra e minhas raízes foi uma decisão muito dolorosa, mas a ânsia por crescimento pessoal e profissional me trouxe até aqui. Não foi fácil me estabilizar no Tocantins. No início, vivia com uma ajuda de 300 reais enviada pelo meu pai, até conseguir uma vaga no Programa Mais Educação na Escola Ana Alves de Brito, no Povoado Palminha, em Tocantínia.

Trajetória profissional

Após o encerramento do contrato com a Escola Ana Alves de Brito, iniciei minha primeira experiência com a educação indígena, através também do Programa Mais Educação no Centro e Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix Warã). Durante esse período, aproximei-me de muitos alunos que estavam concluindo o Ensino Médio Técnico, e em conversas pude compreender um pouco sobre as perspectivas deles referentes ao Ensino Superior. O interesse surgia mais por parte dos rapazes, reflexo de uma cultura patriarcalista enraizada. Os(as) alunos(as) afirmavam querer ingressar no *campus* de Miracema do Tocantins da Universidade Federal do Tocantins, mas, em sua maioria, não tinham conhecimento sobre como ocorriam os processos seletivos e quais cursos estavam disponíveis, o que me despertou a vontade de estudar as possibilidades e dificuldades de alunos indígenas em ingressar e permanecer na UFT. Também me despertou o questionamento sobre a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas entre a universidade e as escolas indígenas na busca por apresentar as condições de que a UFT dispõe para o ingresso de alunos indígenas, sanando dúvidas, entre outras questões.

Foi no Cemix, através do Fernando, na época diretor, que tive conhecimento do processo seletivo para professora substituta na UFT. Fiz o processo, fiquei em segundo lugar. Não passava pela minha mente que um dia assumiria tal vaga. Nesse intervalo, assumi o cargo de assessora de gabinete da Superintendência Regional de Educação (SRE) de Miracema, onde novamente atuei prestando serviço à educação indígena, já que as escolas indígenas estaduais são de responsabilidade da SRE. Nesse momento, obtive muitas informações sobre o funcionamento das escolas, o quadro de funcionários e as logísticas de transporte e pude observar o quanto ainda há necessidade de melhoria em todos os quesitos. Nesses intervalos, também me dediquei a fazer um curso de licenciatura em Letras, que concluí, mas não no intuito de atuação na área, e sim com o objetivo de adquirir mais conhecimento.

Após um ano e alguns meses, o professor que havia assumido a vaga de substituto na UFT decidiu entregar o cargo. Como o processo ainda estava em vigência e eu havia ficado em segundo lugar, assumi a sala de aula no Curso de Pedagogia, ministrando as disciplinas de Antropologia e Educação, Sociologia da Educação e Sociedade, Cultura e Educação. Essa oportunidade marcou profundamente minha trajetória, pois foi em sala de aula que fortaleci meu interesse em estudar as possibilidades e dificuldades enfrentadas por alunos indígenas para ingressarem e permanecerem no Ensino Superior, especialmente no *campus* de Miracema da UFT. As experiências e relatos pessoais dos meus estudantes indígenas despertaram em mim o desejo de compreender mais profundamente suas realidades, desafios e riqueza cultural.

Foi uma experiência de imensa contribuição para o meu engrandecimento intelectual e profissional. Conviver com profissionais altamente experientes me proporcionou uma valiosa troca de aprendizados, observando suas práticas, participando da construção de eventos

e ampliando minha visão sobre o Ensino Superior. Mas o aprendizado não se limitou a esses colegas. Foi também com os estudantes que cresci imensamente, absorvendo suas perspectivas, suas histórias e os olhares diversos que trouxeram para o ambiente acadêmico.

Essa convivência, tanto com profissionais quanto com alunos, não apenas enriqueceu minha formação como docente, como também reforçou minha crença no poder transformador da educação, especialmente em contextos de inclusão e diversidade. Foi um período de intensa troca, onde pude entregar e receber conhecimentos de grande valor, levando comigo lições que ultrapassam os limites da sala de aula.

Após a finalização do contrato com a UFT de Miracema do Tocantins, me dediquei aos estudos e consegui uma vaga no mestrado em Serviço Social, na mesma instituição. As atividades vivenciadas no PPGSsocial englobaram disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares, como rodas de conversa, palestras e outros encontros especiais para tratar de temas que enriquecem as discussões realizadas em sala de aula. Essas experiências foram de suma importância para a construção do meu pensamento intelectual, sendo uma base para a minha atuação profissional em sala de aula, como detalharei mais adiante.

No primeiro período, em 2020, foram ministradas três disciplinas: Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, que abordou inicialmente as perspectivas da ontologia do ser social, à luz das teorias de Karl Marx e Lukács, e posteriormente a formação social brasileira, por meio de leituras de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e outros autores. Essa disciplina contribuiu significativamente para a compreensão da exploração dos povos originários e da posição deles na construção do país.

A disciplina Trabalho e Sociabilidade aprofundou-se na discussão sobre a ontologia do ser social, tendo a teoria marxiana como

principal fundamento. Isso possibilitou reflexões sobre a implantação e expansão do capitalismo no Brasil, além de debates sobre os espaços de trabalho e estudo dos povos indígenas no país.

Já na Formação e Exercício Profissional em Serviço Social, foram trabalhados temas relacionados ao surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão, além de sua atuação nas áreas de ensino e pesquisa no Brasil. Essa disciplina também ofereceu orientações sobre as legislações e entidades do Serviço Social, além de discutir a questão indígena, perspectiva que será desenvolvida ao longo do texto.

No segundo período, foram oferecidas três disciplinas, das quais cursei duas: Estado, Política Social e Direitos Humanos, que trouxe reflexões sobre as políticas públicas e a diversidade social, e Pesquisa Social, que nos instruiu sobre o método em Marx e contribuiu diretamente para a construção deste memorial e do projeto de pesquisa, completando, assim, a carga horária de disciplinas.

Essas disciplinas foram de imensa importância para meu desenvolvimento intelectual, especialmente durante o mestrado em Serviço Social, onde aprofundei ainda mais os conhecimentos adquiridos na graduação em Ciências Sociais. Sociologia e Filosofia são universos fascinantes, repletos de possibilidades e aprendizados. Embora eu soubesse que essas áreas iluminariam meu futuro, não imaginava que se tornariam tão presentes na minha vida profissional, sendo hoje parte essencial do meu trabalho como professora no Ensino Médio.

Concluí meu mestrado em dezembro de 2022 e, logo em seguida, motivada por necessidades financeiras, assumi, novamente, um contrato na Superintendência Regional de Educação de Miracema do Tocantins, onde atuei no setor de Recursos Humanos. Após quase um ano de trabalho e movida pelo desejo de crescimento intelectual e financeiro, dediquei-me intensamente aos estudos e prestei concurso para o quadro de Professores de Educação Básica do Estado

do Tocantins, na área de Sociologia. Para minha grande alegria, fui aprovada em segundo lugar.

Atualmente, atuo como professora de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Essa experiência tem sido enriquecedora, pois a convivência com a juventude proporciona uma troca de energia e sabedoria ímpares, mesmo diante dos desafios e do estresse. Estar no chão da escola me faz refletir sobre minha própria trajetória como jovem e estudante, além de inspirar o que desejo para a educação da minha filha.

Essa vivência também reforça minha determinação em não silenciar diante das injustiças enfrentadas pelos professores — profissionais essenciais para a formação de uma sociedade e, ao mesmo tempo, tão desvalorizados. Vivemos tempos caóticos, em que o papel do professor é constantemente questionado e seu valor parece se perder a cada dia. Ainda assim, há algo inestimável na certeza de que, pelo menos em uma cabeça, uma semente foi plantada, capaz de florescer em transformação para o futuro.

Poder levar ao público jovem a luz da Sociologia e da Filosofia não apenas como disciplinas, mas como formas de entender o mundo de maneira crítica e reflexiva, é um privilégio que conforta o coração e acalenta a mente e a alma. Apesar de todos os desafios, saber que essas ferramentas podem ser o início de uma mudança, mesmo que pequena, é o que me faz seguir adiante. Como diz meu conterrâneo Belchior (1976): “Amar e mudar as coisas me interessa mais”. Embora seja grata por essa etapa da minha trajetória, não a vejo como um ponto final, mas como o começo de novos desafios e conquistas. “Para o alto e avante” continua sendo meu lema.

Por fim, ousou dizer que escrever sobre minhas lembranças felizes e também dolorosas não foi fácil. Algumas passagens fogem à memória, outras trazem um nó à garganta, que logo vai embora quando observo quem sou agora: mulher, mãe, nordestina, pesquisadora, mestra e

servidora pública concursada do estado do Tocantins, tecendo sua trilha em busca de sempre saber mais e trazendo no coração constante saudade da terra natal, pois como diz Patativa do Assaré (2008):

Tem munta beleza minha boa terra, Derne o vale à serra, da
serra ao Sertão. [...]
Tem munta beleza minha boa terra, Derne o vale à serra, da
serra ao Sertão. [...]
É terra querida do meu coração.
Meu berço adorado tem bravo vaquêro E tem jangadêro que
domina o má.
Eu sou brasileiro fio do Nordeste, Sou cabra da peste, sou do
Ceará.[...]
Sou dos verde mare da cô da esperança, Que as água balança
pra lá e pra cá.
Eu sou brasileiro fio do Nordeste, Sou cabra da peste, sou do
Ceará.
Ninguém me desmente, pois, é com certeza, Quem qué vê
beleza vem ao Cariri,
[...]
Eu sou brasileiro fio do Nordeste, Sou cabra da peste, sou do
Ceará.

Referências

ALUCINAÇÃO. Intérprete: Belchior. Compositor: Belchior. *In*: Alucinação. Compositor e intérprete: Belchior. [S. l.]: Polygram, 1976. 1 LP, lado B, faixa 1.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**: filosofia de um trovador nordestino.

15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **Poema**. 1945. Disponível em:

<https://carambolasazuis.wordpress.com/2013/01/09/simone-de-beauvoir/>.
Acesso em: 15 set. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MILLS, C. Wrigth. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PEQUENAS alegrias da vida adulta. Intérprete: Emicida. Compositor: Emicida. *In*: Amarelo. Compositor e intérprete: Emicida. [S. l.]: Laboratório Fantasma, 2019. 1 CD, faixa 3.



CAPÍTULO 15

Vivências: minha história

Isaura Sousa Matos Santos

Apresentação

O presente memorial tem como propósito a realização do exame de qualificação para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Retrata os trajetos pessoal, acadêmico e profissional, que correspondem aos aprendizados e conhecimentos que colaboraram na investigação teórica e metodológica, percursos que contribuíram para a construção do projeto de pesquisa com o seguinte tema: o Estado, a classe trabalhadora e a luta por direitos laborais.

Objetiva-se repertoriar os fatos e acontecimentos que delimitaram o percurso da história vivenciada no processo de vida pessoal da mestranda, através de registros sobre a trajetória no período da escolha do objeto investigado, as posições acadêmicas no que diz respeito à teoria e à prática, e os impactos experimentados em relação às discussões no transcorrer das disciplinas ofertadas no mestrado, evidenciando, assim, os passos de passagem da formação profissional na produção de conhecimento.

Memórias

Chamo-me Isaura Sousa Matos Santos. Nasci na cidade de Miracema do Tocantins. Porém, antes do meu nascimento, meus pais João Gonçalves de Araújo e Matilde Sousa Matos, residiam no município de Alto Parnaíba no estado do Maranhão. Quando meus pais eram recém-casados, eles passaram por muitas dificuldades financeiras, e

meus avós maternos, que também residiam naquela cidade, convidaram meus pais para morarem com eles em uma propriedade rural, no município de Miracema do Norte, que naquela época ainda não tinha sido desmembrada do estado do Goiás e originado o estado do Tocantins.

Meus pais aceitaram o convite e venderam tudo o que possuíam, algumas poucas mobílias e alguns animais, e com o dinheiro compraram duas passagens de avião com destino ao município de Miracema. Já meus avós maternos e meus tios trouxeram a mudança, viajando mais de trezentos e cinquenta quilômetros do Maranhão para o município de Miracema, montados em animais.

Quando todos chegaram ao destino da propriedade na região da Serra da Lopa, que se localizava no município de Miracema, meu pai conseguiu um emprego de vaqueiro, em uma fazenda denominada Veneza. Com o passar do tempo, nossa família cresceu, já tinham nascido quatro irmãos mais velhos naquele lugar, e minha mãe tinha um sonho: comprar um pedaço de terra para meu pai trabalhar e ir morar na cidade para poder levar meus irmãos para escola.

Passados aproximadamente dez anos, eles decidiram sair da zona rural e ingressar na zona urbana da cidade de Miracema, em busca de uma perspectiva melhor na qualidade de vida. Meu pai, depois de uma década, ainda se dedicava ao trabalho de vaqueiro, realizando empreitas de roçagens, e minha mãe fazia alguns consertos de costura, o que lhe possibilitou juntar algumas economias (um cordão de ouro, uma máquina de costura, e alguns bezerros). Venderam e conseguiram comprar um barracão feito de adobo no centro da cidade de Miracema, na Rua Primeiro de Janeiro, próximo ao Banco do Brasil.

Já na cidade de Miracema, meu pai, que era analfabeto, continuou a trabalhar como lavrador, prestando serviços para alguns fazendeiros da região. Diante disso, minha mãe, que estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental, e mesmo em meio a diversos

desafios, aperfeiçoou a profissão de costureira e se desdobrava como mãe nos trabalhos domésticos, nos serviços de costura e de lavadeira que conseguiu na residência do médico ginecologista Dr. Franklin de Amorim, e também como zeladora da Maternidade Municipal Mãe Domingas.

Em 1980, ocorreu uma grande enchente na cidade de Miracema. Eu ainda não havia nascido, pois estava sendo gerada no ventre da minha mãe, que estava grávida, com seis meses de gestação. Contudo, com as altas do Rio Tocantins, que transbordou, nossa residência, que era construída de adobe, “um tipo de tijolo cru”, acabou desabando. Então, minha família precisou alojar-se na sede do sindicato rural municipal da cidade por alguns dias. Meu avô materno ficou sabendo do ocorrido e veio nos ajudar. Dessa forma, meus pais decidiram que iríamos passar uns dias com meus avós até que as águas do rio baixassem e pudéssemos retornar a Miracema.

Foi muito difícil o traslado até a casa dos meus avós, que já estavam agora residindo em uma propriedade rural no município de Dois Irmãos Tocantins. Naquele momento, estávamos no inverno, o clima era chuvoso e as estradas que davam acesso àquele município não tinham asfalto. Com isso, o ônibus que conduzia os populares até aquela região quebrava diversas vezes. Não havia lugar para comprar comida, e todos já estavam com frio e muita fome. Porém, devido à insistência dos meus irmãos que não paravam de pedir por comida, minha mãe aproveitou um momento em que estavam consertando o ônibus quebrado para pedir gentilmente comida a uma senhora que residia no entorno daquela rodovia, que bondosamente atendeu e lhes serviu.

Passado algum tempo, retornamos a Miracema. Meus pais finalizaram a construção da nossa nova casa. Lembro-me que recebíamos com muito carinho pessoas da zona rural que vinham para a cidade em busca de tratamento médico e se hospedavam em nossa residência

por longos dias. Eu e meus irmãos, por muitas vezes, dormíamos no chão e sedíamos nossas camas para as visitas. Sempre que minha mãe era questionada por nós, por que tínhamos muitas visitas e teríamos que ceder nossas camas a eles, ela respondia que nossa casa servia de apoio, de referência para aqueles que já se encontravam tão fragilizados com um problema de saúde, e se um dia no futuro ela ou algum de nós precisasse de abrigo ou apoio, com certeza, iríamos encontrar pessoas para nos ajudar.

Infelizmente esse dia chegou à vida da minha mãe: ela ficou gravemente doente com uma doença (um tipo de alergia ou urticária) que só foi diagnosticada no Hospital Universitário de Brasília. Ela precisou ficar por meses fazendo tratamento em Brasília. E no momento em que ela mais precisou, conheceu um casal amoroso e muito acolhedor, Wando e Alexandrina, que eram amigos da minha irmã mais velha e que residiam naquela cidade. Eles acolheram minha mãe com muito amor e carinho, dando-lhe todo o suporte necessário para seu tratamento que se estendeu por anos.

Na profissão de costureira, minha mãe se destacou, sendo referência na cidade. Mais tarde, prestou concurso público estadual e se tornou a primeira auxiliar de serviços gerais (ASG) do Palácio Araguaia, que estava naquele momento com sede provisória na cidade de Miracema, que se tornou a primeira capital do estado do Tocantins, desmembrado do estado de Goiás.

Com o passar dos tempos, conseguiram comprar a tão sonhada terrinha, uma propriedade a dez quilômetros da cidade, denominada Chácara Novo Horizonte. Através do plantio de abacaxi, conseguiram realizar mais um sonho: comprar o primeiro automóvel, um Passat na cor branca. Meus pais tiveram nove filhos. Minha mãe faleceu em 2005, em decorrência de agravamentos decorrentes dos problemas de alergia, e meu pai faleceu no ano de 2012, por conta de um traumatismo craniano.

Lembro-me que sempre me dediquei aos estudos, realizando o desejo dos meus pais. E aos 16 anos de idade, além de estudar, conquistei o meu primeiro emprego, em uma agência de jornal impresso, denominado Mira Jornal. O proprietário e editor-chefe do jornal era formado em jornalismo, com ampla experiência no ofício. Graças a esse emprego, tive a oportunidade de ter o meu primeiro contato com um computador. Trabalhei como vendedora de anúncios, recepcionista, telefonista, digitadora e auxiliar administrativa. Ainda nesse período, adquiri experiências com atendimento ao público que foram muito válidas para eu vencer a timidez daquela época, sendo um momento de muito conhecimento e aprendizado.

Mas tarde, mudei para cidade de Palmas, atual capital do estado do Tocantins, e trabalhei na Secretaria de Segurança Pública, no cargo de assistente administrativo, lotada no Instituto de Identificação, executando trabalhos administrativos. Em 2006, fui transferida a pedido para Miranorte, trabalhando e residindo naquela cidade por dois anos, lotada na Delegacia de Polícia. Mas tarde, tive que solicitar transferência para Miracema, por motivo de falecimento de um parente. Quando retornei à cidade de Miracema, fui lotada na 1ª Delegacia de Polícia, também no cargo de assistente administrativo, até o fim do contrato.

Na sequência, trabalhei na Prefeitura Municipal de Miracema, na função de coordenadora de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, onde prestei atendimento ao público em geral, principalmente aos professores municipais lotados naquela secretaria. Após vencer o contrato de serviço naquela unidade, trabalhei como assessora parlamentar na Câmara Municipal de Miracema, assessorando um então vereador daquela casa.

Em 2009, conheci o amor da minha vida, Ivanilson Santos. Começamos a namorar e, no intervalo de um ano, noivamos e casamos. Meu esposo é formado em Contabilidade, um estudioso na área

contábil e também da Teologia. Ele sempre me incentivou a estudar. E, quando necessário, cuida com muito carinho do nosso amado filho, Isaac Matos Santos, de cinco anos de idade, enquanto me dedico às leituras e à escrita das atividades do mestrado.

Trajetória escolar e acadêmica

Adentrei no Ensino Infantil com seis anos de idade, na Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos. Entretanto, por motivo de mudança de endereço, morávamos na parte baixa da cidade. Devido a enchentes no Rio Tocantins, na década de 1990, tivemos que mudar para a parte alta da cidade. Dessa forma, a primeira unidade de ensino em que estudei foi a Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos, porém, concluí o Ensino Infantil na Escola Conveniada Manoel Messias. Já o Ensino Fundamental e o 2º Grau foram por mim cursados na Escola Estadual Dona Filomena Moreira de Paula. Realizei o Curso Técnico em Magistério, finalizando-o em 1999. Sempre estudando em escolas públicas.

No período da alfabetização, tinha uma irmã mais velha, chamada Raimunda, que residia na cidade de Brasília. Minha mãe e meus irmãos sempre escreviam para ela. As cartas e o orelhão telefônico eram os únicos meios de comunicação com ela em tal época. Certo dia, disse para minha mãe que queria também enviar uma carta. Ela respondeu que eu deveria escrever, então imaginei como escreveria uma carta, se não sabia ler e escrever ainda.

Apesar disso, peguei papel e lápis e comecei a rabiscar algumas garatujas (desenhos e linhas desordenadas). Quando terminei, entreguei a minha mãe para que ela pudesse enviar pelos Correios. Esse fato marcou muito a minha infância, porque me instigou a querer apreender a ler e escrever logo. Após esse fato, todos os meses enviava uma carta para a minha irmã.

Em 2011, iniciei um curso de graduação na Universidade Federal do Tocantins: Serviço Social. No período da graduação, encontrei diversos obstáculos, mais, a cada desafio, encontrei, na didática do curso alicerçada nos referenciais teóricos introduzidos na sala de aula pelos professores, conhecimento científico e equilíbrio para prosseguir.

No período de estágio supervisionado, estagiei no projeto de extensão no interior da Universidade Federal, no *campus* de Miracema, que se denominava: *Assessoria às Organizações Sociais: uma contribuição para o fortalecimento da participação da sociedade nas transformações societárias*. O projeto era coordenado pela docente doutora Maria José Antunes, que era minha supervisora de campo naquela época. Esse projeto de extensão foi o primeiro dentro da universidade a receber estagiários, e me senti honrada por fazer parte dessa conquista tão importante.

Embora estivesse inserida em um projeto de extensão de assessoria às organizações sociais, público-alvo que se diferia do convencional, as atividades desenvolvidas eram de suma importância, pois prestávamos assessorias a ONGs e associações locais. No campo de estágio, além de ler e refletir sobre as leituras propostas pela supervisora de campo, também participava ativamente das atividades, como na comissão organizadora das oficinas que eram realizadas mensalmente.

Esse momento foi imprescindível para a minha formação profissional, facultando-me muito aprendizagem e possibilitando-me conhecer o meu objeto e lócus de pesquisa, que, naquele período da graduação, até então, antes do estágio supervisionado, não tinha despertado minha atenção, que foi o Centro Acadêmico do Curso de Serviço Social (CASS).

Concluí a graduação em 2018. Quando ingressamos no âmbito universitário, buscamos incessantemente por respostas para inquietações que vislumbramos acerca do Curso de Serviço Social. Ao longo do percurso, tais dúvidas são sanadas graças aos conhecimentos que

adquirimos. A partir de uma percepção acadêmica, tendo em vista os estágios de aprendizagem que percorremos, embora fosse desafiador, tornou-se gratificante esse processo de formação.

Trajetória no mestrado

Quando ingressei no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, em agosto de 2023, na Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Miracema, senti-me lisonjeada, visto que, para ser aprovada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial), precisava-se passar por várias etapas. No momento em que estava acontecendo a seleção para o mestrado, estava passando por um período difícil, com um familiar doente, diagnosticado com câncer e que em seguida foi a óbito. Pensei muito em desistir. Apesar disso, meu esposo Ivanilson Santos me incentivou a continuar. E logo logrei êxito.

O mestrado tem me oportunizado um aprimoramento teórico e metodológico, contribuindo na minha produção de conhecimento. Consequentemente me possibilitará ampliar meus conhecimentos como assistente social. Ademais, me permitirá a probabilidade de uma possível oportunidade de me tornar docente no contexto do curso de Serviço Social.

Neste momento do presente memorial, apresentarei as atividades realizadas em sala de aula, referentes às disciplinas obrigatórias e optativas que foram cursadas no mestrado.

No primeiro semestre de aulas (2023.2), cursei a disciplina obrigatória, denominada Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, tendo como docente o professor doutor André Luiz. As aulas foram expositivas e dialogadas, com reflexões sobre os textos utilizados. A metodologia de avaliação realizou-se pela produção de um artigo científico sobre o tema: reflexões sobre o ecletismo e a sua influência no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Esse

artigo, produzido por mim juntamente com as mestrandas Raimunda Lemos e Margarida Moura, foi desenvolvido de forma a priorizar as bibliografias apresentadas nessa disciplina, entre elas, textos sobre a formação social e histórica do Brasil Colônia, Império e República, fenomenologia, positivismo e marxismo entre outros temas.

Ainda no primeiro semestre de aulas, cursei a disciplina obrigatória Estado, Política Social e Direitos Humanos, ministrada pelas docentes doutoras Maria Helena Cariaga e Josenice Ferreira Araújo. As aulas eram participativas, com a leitura prévia das bibliografias indicadas e debates em sala de aula, com cada mestrando discorrendo sobre um texto específico. Ao final, cada aluno entregou uma resenha crítica.

A avaliação se deu pela produção de um artigo científico a respeito do tema o Estado e os movimentos sociais. Tal artigo adveio das leituras e reflexões em sala de aula, tendo como finalidade discorrer sobre a complexa relação entre o Estado capitalista e os movimentos sociais, buscando compreender a contradição do Estado sobre as tensões dos movimentos sociais em busca de direitos fundamentais, trabalhistas, sociais e humanos.

Essa disciplina me despertou o interesse sobre meu objeto de pesquisa: os direitos trabalhistas. Diante do exposto, resultou o desejo de compreender a difícil relação entre o Estado e a organização da classe trabalhadora em busca da efetivação de direitos laborais.

Também cursei a disciplina optativa Gênero, sexualidade, etnia e raça, também no semestre 2023.2. Nessa cadeira, foram promovidas aulas de maneira reflexiva, com participação de todos os mestrandos, com leituras dos textos e fichamentos de citações, procedimentos feitos a cada conteúdo debatido, com a apresentação dos pontos principais dos textos. O requisito de avaliação foi a produção de um artigo científico: *O papel da mulher indígena na comunidade xerente na contemporaneidade*, feito por mim, Raimunda Lemos e Margarida

Moura. Nessa produção, percebe-se que, para compreender o papel da mulher indígena na comunidade xerente, na concepção social, política e de poder, é preciso entender a construção do termo gênero ao longo da história, que primordialmente está relacionado às condições biológicas determinadas pelos gêneros feminino e masculino. É no transcorrer da história que se modificaram e se incorporaram a novos aspectos, sociais, políticos e culturais, entre outros.

Já no segundo semestre de aulas (2024.1), cursei a disciplina obrigatória Pesquisa Social, ministrada pela docente doutora Maria Helena Cariaga. Foram promovidas aulas com leituras e interpretação dos textos, de tal modo que cada mestrando ponderava sobre o seu entendimento. Também houve a produção de resenha crítica, além de considerações sobre a elaboração do projeto de pesquisa. A avaliação consistiu na elaboração dos seguintes tópicos do projeto de pesquisa: tema, objetivo geral, objetivos específicos e metodologia. Essa disciplina facultou o aprimoramento do entendimento teórico acerca do método dialético-crítico e possibilitou reflexões em relação aos conceitos e categorias direcionadas ao ambiente da pesquisa social.

Também no semestre 2024.1, frequentei a disciplina optativa Estado e Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, tendo como docente a doutora Rosemary Negreiros. As aulas foram ministradas a partir da apresentação das bibliografias a serem discutidas em sala de aula. A avaliação se deu através das participações nas aulas, realização de fichamentos, resumos e apresentação de dois seminários em grupo (o grupo de que participei trabalhou as temáticas Povos Indígenas e a Lei nº 9.985 do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza – SNUC). Ao final, houve a construção de um memorial acadêmico com relatos sobre as autobiografias dos alunos.

Parte da avaliação consistiu na apresentação de seminários e na realização de uma roda de conversa com o indígena Alexandre

Shapazane Xerente, que falou sobre sua dissertação a respeito do tema Cosmologia e Relações SocioAmbientais dos Akwẽ Xerente. Também houve a visita do renomado líder indígena, reconhecido internacionalmente, cacique Kayapó Raoni Metuktire, que ministrou uma palestra na cidade de Palmas, debatendo sobre os temas preservação do meio ambiente, direitos humanos e importância dos povos indígenas (assisti essa extraordinária palestra pela página no YouTube da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – Esmat). No período das aulas, tivemos momentos muito relevantes, que permitiram diversos conhecimentos e aprendizados.



CAPÍTULO 16

Memórias da filha do coco-babaçu: entre a terra e a tradição

Maria Guanamar Soares de Sousa

Apresentação

Este memorial ambiciona cumprir uma exigência do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do *Campus* de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para o exame de qualificação. Neste escrito, encarrego-me de percorrer o processo histórico e metodológico da minha vida como um ser social em constante transformação. Para alcançar essa finalidade, foi necessário revisitar a trajetória vivida em várias etapas da minha vida, desde a infância, com singelas e doces lembranças, mas também com alguns fatos que trazem à tona gatilhos negativos. Todos os fatos rememorados me fizeram refletir e descrever como a filha de uma quebradeira de coco-babaçu, agricultora familiar, mãe de Siang Soares (22 anos), João Miguel Soares (8 anos) e Júlia Soares (2 anos) alcançou o momento tão desafiador quanto o mestrado – ainda que muitas vezes os desafios do caminho me fizessem quase querer desistir.

Este memorial relata as minhas trajetórias pessoal, acadêmica e profissional, enfatizando, em especial, as atividades por mim realizadas após a inclusão no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e minha atuação como militante sindical na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins (Fetaet).

Trajetoária pessoal, acadêmica e profissional

Eu, Maria Guanamar Soares de Sousa, enfrentei uma infância que ultrapassou muitos desafios e descobertas, com inocência rompida

precocemente e sem perspectivas de vida. Cresci em uma família analfabeta que não entendia o valor da educação, mas vagava nos seus pensamentos que seria uma forma de mudar de vida. E meus familiares não estavam errados. Acreditavam que estudar levaria para bem distante do trabalho pesado e árduo de uma vida no campo, da qual tiravam o sustento de toda a família. O que incentivou meu compromisso com o aprendizado foi observar minha vó com uma lamparina tentando ler sua Bíblia. Sua persistência e superação me deixavam cheia de esperança, mas a cada dia essa vontade de ler e o desejo pelos livros se tornavam um sacrifício e incertezas.

As dificuldades e desafios gritavam sobre a responsabilidade de ajudar em casa com os serviços domésticos e com as crianças menores. Enquanto minha mãe estava na luta com seu machado e seu cacete, cá estava eu, uma menina que queria brincar com sua boneca de espiga de milho com sua maquiagem de urucu, com seus cabelos brilhantes com azeite de coco-babaçu. Na complexidade de uma vida no campo, a escola de multisseriados traçava minhas experiências escolares desenvolvidas para obter uma visão de mundo que valorizasse a perseverança e a resiliência.

Nessa fase, os sonhos não tinham forma porque ali não se conhecia outra realidade, outras perspectivas, a não ser casar, ter filhos e constituir uma família – e assim repetir padrões de gerações. Mas, com o tempo, as interações sociais e as atividades escolares, foi-se criando forma e intensificando o desejo de conhecer outra realidade de vida, para, assim, contribuir com as mudanças sociais da sociedade, levando-me a considerar o Serviço Social como uma opção pela graduação, tendo em vista que, no interior do estado, não se tinha opções de escolha. Então, eu não escolhi, fui escolhida, mas foi o meu refúgio para entender todos os obstáculos vivenciados e, dessa forma, construir outra trajetória com perspectiva de um mundo melhor.

Durante a graduação, por ser cursada de forma remota, uma vez por semana o aprendizado teórico era complementado pela prática em estágios e projetos de extensão, momentos vitais para a minha formação profissional.

Este memorial resgata uma reflexão sobre minha caminhada até aqui (o mestrado). Cada trajetória da vida, com desafios, perdas e conquistas, contribuiu para formar o ser humano que sou hoje. Ao visitar essas lembranças, vejo uma trajetória marcada pela busca contínua por melhoria de vida através do aprendizado. E, ao analisar essa reflexão, percebo o mestrado como um novo capítulo, repleto de desafios, mas de grandes possibilidades e de compromissos renovados com a profissão do Serviço Social e com os movimentos sociais e sindicais.

Atividades profissionais – áreas de atuação

Trabalhei como professora de séries iniciais na Prefeitura de São Sebastião do Tocantins por um período de três anos. Nessa função, fui responsável pelo desenvolvimento e implementação de currículos educacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante para crianças em fase inicial de escolarização. Minha atuação envolveu a criação de atividades pedagógicas, acompanhamento do progresso dos alunos e colaboração com pais e colegas para garantir a qualidade do ensino.

Também atuei como diretora de Habitação na cidade de Buriti do Tocantins por um ano. Nessa posição, fui encarregada da gestão de projetos habitacionais e da coordenação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de moradia. Minha atuação incluiu a análise e aprovação de projetos habitacionais, a supervisão da execução de obras e a interação com a comunidade para entender suas necessidades e garantir a eficácia das políticas implementadas.

Fui dirigente sindical, após experiência como secretária de jovens no Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares de São Sebastião, Buriti e Esperantina (SRTTR). Nessa função, desempenhei um papel crucial na organização e representação dos trabalhadores rurais, em especial a juventude, defendendo seus direitos e interesses. Minha responsabilidade incluía a organização da produção e o acesso às políticas públicas. Essa experiência me permitiu aprofundar meu entendimento sobre as questões agrárias e as desigualdades sociais, além de colaborar com o fortalecimento da minha capacidade de liderança.

Mestrado

Ingressei no mestrado no segundo semestre de 2023. Percebi a urgência e a importância de ocuparmos os espaços acadêmicos. É fundamental que nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, estejamos presentes nas universidades para que nossas histórias sejam contadas sob uma perspectiva autêntica e inclusiva. É na interseção entre o conhecimento científico e as sabedorias tradicionais que encontraremos caminhos para a preservação e valorização de nossos ecossistemas e culturas.

Que cada passo que dermos na academia seja um passo em direção à justiça ambiental e à equidade de gênero, para que possamos construir um futuro igualitário para todos os seres que compartilham este planeta.

As disciplinas cursadas no primeiro semestre do mestrado foram: Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social; Gênero Sexualidade e Raça/Etnia em Tempos de Neoliberalismo; e Estado, Política Social e Direitos Humanos.

A disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social, ministrada pelo professor Dr. André Luiz Augusto da Silva, abordou

objetivos muito relevantes e essenciais, ao investigar as principais correntes teóricas que moldaram o Serviço Social, como o funcionalismo, o marxismo, o estruturalismo, o funcionalismo e a teoria crítica. Graças à disciplina, pudemos avaliar como essas perspectivas influenciaram a compreensão das questões sociais e a intervenção profissional. Além disso, trabalhamos as perspectivas contemporâneas de modo a analisar as tendências mais recentes no campo do Serviço Social, como o pós-modernismo, o feminismo, a teoria pós-colonial e as abordagens críticas de raça e etnia, sendo capazes de examinar como essas perspectivas desafiam o entendimento das desigualdades sociais e das práticas de intervenção.

Quanto à metodologia de intervenção, foram exploradas as diferenças metodológicas de intervenção utilizadas no Serviço Social, como o trabalho social clínico, o trabalho social comunitário e as abordagens baseadas em direitos humanos. Entre as habilidades abordadas, estavam: avaliar a eficácia e a adequação das diferentes correntes em relação aos contextos contemporâneos; problematizar os desafios éticos e políticos enfrentados pelos profissionais do Serviço Social na ampliação das teorias e metodologias; analisar questões de poder, justiça social e autonomia, e a relação entre valores profissionais e as estruturas institucionais. Já quanto à interseccionalidade e à diversidade, considerou-se que as perspectivas de interseccionalidade (que consideram as interações entre diferentes identidades sociais como gênero, raça, classe, sexualidade, etc.) são incorporadas nas teorias e práticas do Serviço Social. Avaliou-se ainda como essas abordagens promovem uma compreensão mais holística e inclusiva das experiências dos indivíduos e grupos atendidos.

Em resumo, tratou-se de uma abordagem profunda e crítica empreendida na disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social na perspectiva acadêmica, envolvendo não apenas compreender as teorias e metodologias existentes, mas também

questionar suas premissas, explorar novas perspectivas emergentes e considerar como essas contribuições podem refletir sobre práticas mais eficazes no campo do Serviço Social.

Já na disciplina Gênero Sexualidade e Raça/Etnia em Tempos de Neoliberalismo e Estado, ministrada pelo professor Dr. João Nunes da Silva, foram abordadas as teorias feministas e de gênero. O objetivo foi explorar como as teorias feministas têm contribuído para a compreensão das questões de gênero e sexualidade no contexto do neoliberalismo. Isso inclui análises sobre patriarcado, feminismo interseccional, teorias *queer*, e críticas ao binarismo de gênero. Já no Estudo de Raça e Etnicidade, investigamos as teorias críticas de raças e etnicidade, examinando como essas abordagens elucidam as dinâmicas de poder e as experiências de marginalização racial e étnica. Isso incluiu discussões sobre colonialismo, racismo estrutural, identidades diaspóricas e resistência cultural. No tópico Neoliberalismo e Política de Estado, pudemos analisar como o neoliberalismo influencia as políticas públicas relacionadas a gênero, sexualidade e raça/etnia. Para tanto, foram abordados estudos sobre privatização de serviços sociais, desregulamentação econômica e impactos nas comunidades marginalizadas. Sobre Metodologias Críticas e Participativas, exploramos as metodologias de pesquisa que desafiam as normas dominantes e promovem a participação ativa das comunidades afetadas, enfatizando a pesquisa-ação, os estudos de caso participativos e as narrativas de vida como métodos para capturar experiências subalternas.

Em relação aos Direitos Humanos e Justiça Social, investigamos como as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia são abordadas nos contextos de direitos humanos e justiça social. Para tanto, consideramos o papel das organizações não governamentais e dos movimentos sociais na promoção de mudanças estruturais e legais. Nas críticas ao Estado e Alternativas Comunitárias, questionamos o papel do Estado

na regularização das identidades e relações sociais, enquanto se exploraram alternativas comunitárias e autônomas. Nesse sentido, foram enfatizadas análises sobre autogestão, economia solidária e práticas de cuidado comunitário. Já em referência ao tópico Globalização e migração, consideramos como a globalização impacta as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia, especialmente em contextos de migração e deslocamento forçado, ressaltando estudos sobre diásporas, fronteiras e identidades transnacionais. Um entendimento profundo e crítico dessas correntes teóricas e metodológicas não apenas amplia o conhecimento sobre as interseções entre gênero, sexualidade e raça/etnia, mas também capacita os profissionais de Serviço Social a desenvolverem práticas mais inclusivas, sensíveis e eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais em contextos contemporâneos marcados pelo neoliberalismo e políticas estatais variadas.

Por sua vez, a disciplina Estado, Política Social e Direitos Humanos, ministrada pelas Dra. Maria Helena Cariaga Silva e Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo, abrangeu a fundamentação teórica sobre a análise crítica da compreensão do contexto histórico e social no qual as políticas sociais e os direitos humanos se desenvolvem. Isso incluiu entender como as ideias de justiça social, igualdade e dignidade humana são fundamentais para a formulação e implementação de políticas sociais. O tópico Objetivo e Conflitos de Interesses envolveu a abordagem das políticas sociais, demonstrando que frequentemente visam mitigar desigualdades e promover o bem-estar humano, mas são moldadas por interesses diversos, incluindo políticos, econômicos e sociais. Uma análise crítica disso ajuda a questionar quem se beneficia e quem é prejudicado por essas políticas, destacando potenciais conflitos de interesses e impactos desiguais. Já a respeito da implementação e da eficácia das políticas, um aspecto crítico mencionado foi a necessidade de examinar como as políticas sociais são implementadas na prática e até que ponto

alcançam seus objetivos declarados. Isso envolve avaliar barreiras institucionais, capacidade administrativa e financiamento adequado, entre outros fatores que podem afetar a eficácia das políticas na promoção dos direitos humanos.

Na abordagem do item Direitos Humanos como Fundamentos e Critérios de Avaliação, demonstrou-se que uma perspectiva crítica considera os direitos humanos não apenas como um fim em si mesmo, mas também como critério para avaliar a legitimidade e a eficácia das políticas sociais. Isso inclui garantir que as políticas respeitem e promovam os direitos humanos universais, como o direito à educação, saúde, moradia e trabalho digno, entre outros. Na Abordagem Interdisciplinar e Comparativa, frequentemente adota-se uma abordagem interdisciplinar, incorporando contribuições de disciplinas como sociologia, economia, direito e filosofia política. Além disso, podemos comparar diferentes contextos nacionais e internacionais de modo a identificar práticas exemplares, desafios comuns e lições aprendidas na formulação de políticas sociais baseadas em direitos humanos. Já a respeito da Participação e Empoderamento, podemos vivenciar como uma perspectiva crítica destaca a importância da participação cidadã e do empoderamento dos grupos vulneráveis na formulação e implementação de políticas sociais. Isso não apenas fortalece a legitimidade das políticas, mas também promove uma abordagem mais inclusiva e eficaz na garantia dos direitos humanos para todos. Em resumo, adotou-se uma abordagem profunda e crítica em políticas Sociais e Direitos Humanos que envolve não apenas entender as políticas sociais como instrumentos de mudança social, mas também como meios de promover e proteger os direitos humanos fundamentais em diferentes contextos sociais e políticos.

No segundo semestre do mestrado (2024.1), as disciplinas cursadas foram: Pesquisa Social; Estado de Direito de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; e Serviço Social na Área Sociojurídica.

A disciplina Pesquisa Social, ministrada pela Dra. Maria Helena Cariaga Silva, proporcionou vários pontos fundamentais que são essenciais para um entendimento profundo e crítico das interseções entre diferentes perspectivas das teorias e paradigmas de pesquisa. Os pesquisadores são expostos a uma variedade de teorias e paradigmas de pesquisas que influencia como os fenômenos sociais são entendidos e investigados. Isso inclui abordagens como o positivismo, o interpretativismo e o construtivismo, entre outros. Compreender esses paradigmas permite uma análise crítica das suposições subjacentes e das implicações metodológicas.

No tópico Métodos de Coletas de Dados, a disciplina ensinou-nos métodos variados para coletar dados na pesquisa social, como entrevistas, observação participante, questionários e análise documental, entre outros. Um entendimento profundo desses métodos é crucial para avaliar suas vantagens, limitações e aplicabilidade em diferentes contextos de pesquisa. Já na Análise e Interpretação de Dados, pudemos asseverar que os pesquisadores desenvolvem técnicas para analisar e interpretar dados qualitativos e quantitativos de maneira crítica. Isso inclui métodos estatísticos, análise de conteúdo, análise de discurso e análise de redes sociais, entre outros. A capacidade de interpretar dados de maneira informada e reflexiva é essencial para extrair conclusões válidas e significativas da pesquisa. Sobre o item Contexto social e Político da Pesquisa, verificamos que a pesquisa social envolve compreender como o contexto social, político e cultural influencia os processos de pesquisa e os resultados obtidos. Isso inclui considerar o poder, as relações de poder e as desigualdades sociais que podem moldar as experiências dos participantes e os dados coletados.

Quanto à Ética e à Responsabilidade Social, a disciplina enfatizou a importância da ética na pesquisa social, abordando questões como consentimento informado, confidencialidade, proteção dos

participantes vulneráveis e uso responsável dos dados. Um entendimento crítico dessas questões é essencial para garantir que a pesquisa respeite os direitos humanos e contribua para o bem-estar das comunidades pesquisadas. Na Interdisciplinaridade e Colaboração, a pesquisa social frequentemente se beneficia da colaboração entre diferentes disciplinas acadêmicas. Os pesquisadores aprendem a integrar conceitos de áreas como sociologia, psicologia e economia, entre outras, para abordar questões complexas e multifacetadas de maneira mais abrangente. Já em relação ao tópico Contribuição para o Conhecimento Acadêmico, a disciplina abordou como o conhecimento acadêmico pode ser disseminado através da produção de pesquisas originais, apresentação de resultados em conferências e publicação em periódicos especializados. Isso promove um engajamento crítico com o debate acadêmico e uma evolução das teorias e práticas na pesquisa social.

Em resumo, a disciplina de pesquisa social não apenas ensinou-nos métodos e técnicas de pesquisa, mas também promoveu um entendimento profundo e crítico das interseções entre teorias, métodos, contexto social e ética. Esse entendimento é fundamental para os pesquisadores que desejam realizar pesquisas significativas e impactantes dentro do campo das ciências sociais.

A disciplina Estado de Direito de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ministrada pela Dra. Rosemary Negreiros, abrangeu uma série de objetivos importantes que foram essenciais para um entendimento profundo e crítico. Essa disciplina foi extremamente significativa para mim, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Os seminários que realizamos ao longo do curso foram momentos de grande aprendizado e reflexão.

Os seminários Cafés Debates foram particularmente excepcionais. Esses encontros foram verdadeiros espaços de experiência e partilha, onde pudemos discutir e refletir sobre temas complexos de maneira

aberta e participativa. As trocas de ideias e as dinâmicas desses debates enriqueceram profundamente minha compreensão sobre a diversidade cultural e os desafios enfrentados por diferentes comunidades.

Outro seminário de grande relevância foi sobre os Povos Originários. Esse seminário nos proporcionou uma visão detalhada sobre a história, as culturas e as lutas dos povos indígenas, ajudando a compreender melhor o papel crucial desses grupos na formação territorial e cultural da América Latina.

Minha participação no seminário sobre as Quebradeiras de Coco-Babaçu foi especialmente significativa para mim. Além de me permitir aplicar os conceitos discutidos na disciplina à realidade dessas mulheres e suas comunidades, foi um momento de profunda conexão com o tema. Refletir sobre a realidade das quebradeiras de coco-babaçu e suas lutas me fez perceber a relevância prática e social do conhecimento adquirido.

O seminário sobre Quilombolas também foi importante, pois destacou a luta contínua dessas comunidades pelo reconhecimento e pelos direitos territoriais. Esse seminário trouxe à tona a necessidade urgente de políticas públicas que respeitem e atendam as especificidades dessas populações.

A disciplina foi essencial para ampliar minha compreensão sobre a relação entre o Estado e os povos tradicionais. Os seminários, especialmente os Cafés Debates, foram momentos valiosos de experiência e partilha, contribuindo significativamente para minha formação acadêmica e profissional. Essa experiência não apenas aprofundou meu conhecimento, mas também reforçou meu compromisso com a justiça social e o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais.

A disciplina Serviço Social na Área Socio jurídico, ministrada pelos professores Dr. André Luiz Augusto da Silva e Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo, abordou objetivos muito relevantes e essenciais que atualmente desempenham um papel crucial na sociedade,

especialmente diante das transformações sociais, econômicas e políticas contemporâneas. Aqui estão algumas considerações importantes sobre como essa disciplina refletiu sobre os tempos atuais.

Em relação ao tópico Interseccionalidade e Complexidade Social, verificamos que as questões abordadas são cada vez mais complexas e interligadas. Profissionais e acadêmicos precisam entender como diferentes sistemas de opressão como raça, classe, gênero e sexualidade se interseccionam e impactam as populações atendidas. Quanto aos Direitos Humanos e Justiça Social, em um contexto global de aumento das desigualdades e violações de direitos humanos, o Serviço Social na Área Sociojurídico foca na defesa e promoção dos direitos individuais e coletivos, trabalhando para garantir justiça social e igualdade de acesso à justiça.

No item Desafios Legais e Éticos, pudemos refletir sobre como os profissionais de Serviço Social que trabalham na área sociojurídica enfrentam constantes desafios éticos e legais, especialmente ao lidar com questões de privacidade, confidencialidade e equilíbrio entre intersetorização e autonomia dos assistidos. Já em relação às Políticas e a Advocacia, verificamos como tal item está profundamente ligado à análise crítica das políticas públicas, buscando influenciar mudanças legislativas e estruturais que possam beneficiar os grupos marginalizados e vulneráveis. A advocacia é uma ferramenta essencial para promover essas mudanças.

A respeito de Inovação e Intervenção Social, abordou-se como o avanço das tecnologias e novas formas de organização social reflete-se em uma necessidade crescente de inovação na prática de modo a adaptarmos-nos às novas realidades e ampliarmos o acesso aos serviços para comunidades historicamente negligenciadas. Na Formação e Pesquisa Crítica, enfatizou-se a necessidade de formação de profissionais capazes de realizar pesquisas críticas que não apenas descrevam problemas sociais, mas também proponham soluções baseadas em

evidências e promovam o empoderamento das comunidades. Em resumo, o Serviço Social na Área Sóciojurídica continua a evoluir e se adaptar às necessidades emergentes da sociedade contemporânea, mantendo seu compromisso com os princípios de justiça social, direitos humanos e transformação social. A reflexão nesse campo é essencial para informar práticas eficazes e impactantes.

Projeto de pesquisa

Entrei no mestrado com o projeto de pesquisa intitulado *As mulheres na agricultura familiar e a produção da alimentação: os obstáculos cotidianos para mulheres produtoras rurais*. Esse tema não só reflete um interesse acadêmico profundo, mas também está profundamente enraizado na minha trajetória pessoal e profissional.

Desde o início da minha atuação, estive envolvida com movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que me proporcionou uma visão íntima dos desafios e das dinâmicas que essas comunidades enfrentam. Militar diretamente com essas organizações me permitiu observar a importância crucial das mulheres na agricultura familiar e como elas desempenham um papel central na produção de alimentos e na gestão dos recursos naturais.

Minha escolha pelo tema da pesquisa é uma extensão natural dessa experiência. A agricultura familiar, muitas vezes invisibilizada, é uma fonte vital de sustento e de produção de alimentos para muitas comunidades, e as mulheres desempenham um papel essencial nesse contexto. No entanto, as dificuldades que elas enfrentam diariamente, desde questões de acesso a recursos e tecnologia até desafios de reconhecimento e apoio institucional, são frequentemente subestimadas ou ignoradas.

Através da minha pesquisa, busco destacar e analisar os obstáculos cotidianos que essas mulheres da agricultura familiar enfrentam.

Minha intenção é trazer à tona não apenas as barreiras estruturais e práticas, mas também as formas de resistência e as estratégias que essas mulheres desenvolvem para superar as dificuldades. Ao focar em suas experiências e contribuições, espero contribuir para uma maior compreensão e valorização do papel das mulheres na agricultura familiar e, assim, promover políticas públicas e práticas mais inclusivas e equitativas.

Além disso, meu envolvimento com os movimentos sociais me proporcionou uma visão crítica sobre a necessidade de abordagens mais sensíveis às questões de gênero dentro das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. Através dessa pesquisa, pretendo não apenas explorar e documentar as realidades vividas pelas mulheres na agricultura familiar, mas também propor soluções e recomendações que possam melhorar suas condições de vida e trabalho.

Em suma, o tema do meu projeto de pesquisa é uma manifestação do meu compromisso com a justiça social e a igualdade de gênero, fundamentado em uma trajetória de engajamento e experiência prática com homens e mulheres do Campo, das Águas e das Florestas. Estou entusiasmada com a oportunidade de aprofundar essa análise e contribuir para um reconhecimento mais justo e abrangente das mulheres na agricultura familiar.

Conclusão do memorial

A disciplina Estado de Direito de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ministrada pela Dra. Rosemary Negreiros, apresentou uma exigência fundamental que foi a elaboração deste memorial. Essa tarefa foi de extrema importância para meu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando uma oportunidade de reflexão e aprofundamento nos temas abordados. A seguir, destaco como essa exigência contribuiu significativamente para a minha formação.

a) Compreensão dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: o estudo das legislações nacionais e internacionais, como a Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprofundou meu entendimento sobre as bases legais que garantem os direitos desses grupos e a importância de seu reconhecimento formal.

b) Análise da História e Cultura: examinar a história, a cultura, as tradições e os modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais me proporcionou uma visão detalhada sobre suas especificidades e a necessidade de preservação e respeito às suas práticas.

c) Impacto das Políticas Públicas: avaliar os impactos das políticas públicas em áreas como saúde, educação, território e meio ambiente revelou as complexidades enfrentadas por esses grupos, bem como as oportunidades para melhorias.

d) Desenvolvimento de uma Perspectiva Crítica: a exigência de elaborar o memorial promoveu uma visão crítica sobre o tratamento recebido por esses grupos por parte do Estado e da sociedade, permitindo a identificação de desigualdades e a proposição de soluções para superação.

e) Capacitação Profissional: a tarefa me preparou para atuar na defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais em diversos campos profissionais, como o jurídico, o social e o ambiental.

f) Promoção do Diálogo Intercultural: incentivou o respeito e a valorização da diversidade, destacando a importância do diálogo intercultural e da inclusão.

g) Estudo de Casos Concretos: a análise de estudos de caso forneceu uma compreensão prática dos conflitos e soluções relacionados aos direitos desses povos.

h) Reflexão sobre Desenvolvimento Sustentável: discutir a relação entre os direitos desses grupos e o desenvolvimento sustentável destacou a importância das práticas tradicionais para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

A exigência de elaborar este memorial foi uma experiência essencial para meu crescimento intelectual e profissional. Ela não apenas me desafiou a refletir profundamente sobre os conteúdos da disciplina, mas também me ajudou a conectar minhas próprias experiências e trajetórias com as questões discutidas. Essa tarefa foi crucial para fortalecer meu compromisso com a justiça e as questões sociais, contribuindo significativamente para minha formação como pesquisadora e defensora do meio ambiente e dos direitos humanos. A disciplina e a elaboração do memorial desempenharam papéis fundamentais na minha jornada acadêmica, oferecendo uma perspectiva valiosa e inspiradora para minha atuação futura.



CAPÍTULO 17

Da infância aos desafios acadêmicos: um compromisso com a educação

Romilda Macedo Oliveira Rodrigues

Apresentação

A jornada no mestrado teve início no primeiro semestre de 2024 e pode ser comparada a um processo de gestação, inicialmente longo e desafiador, mas que trouxe alegria e realização com sua concretização. Ingressar no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT) – *Campus* de Miracema, foi resultado de dois anos de intensa dedicação e estudo. Durante esse período, enfrentei desafios e incertezas, mas a persistência me manteve firme, compreendendo que a educação contemporânea exige um pensamento complexo e integrado, como enfatiza Bauman (2001).

Antes de ser aprovada na UFT, fui selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Embora essa experiência tenha sido enriquecedora, percebi que meu verdadeiro propósito estava no Serviço Social, área da minha formação inicial. Essa clareza me motivou a tentar novamente o mestrado na UFT, um programa alinhado aos meus objetivos pessoais e profissionais.

Após ser aprovada, decidi abrir mão do programa na UFNT para me dedicar integralmente ao mestrado na UFT, o que envolveu uma mudança significativa, incluindo a ida para Palmas, cidade mais próxima de Miracema, enquanto minha família permanecia em Estreito (MA). Essa decisão, tomada em conjunto com meu marido e filhos, refletiu nosso compromisso em investir tanto na minha formação quanto no bem-estar familiar.

No primeiro semestre do mestrado, cursei três disciplinas obrigatórias que expandiram significativamente meu conhecimento, além de disciplinas optativas e cursos complementares. Também estou participando de dois cursos de longa duração, que têm enriquecido minha formação no Serviço Social. Essa busca constante por aprendizado reflete meu compromisso em ser uma profissional cada vez mais capacitada para lidar com as demandas complexas da sociedade.

A experiência no mestrado tem sido marcada por aprendizados e reflexões. Cada aula, leitura e discussão tem proporcionado uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das possibilidades de intervenção no campo do Serviço Social. Apesar dos desafios, sinto-me motivada e preparada para continuar crescendo e me transformando.

Concluo que essa jornada é um marco significativo na minha vida, repleta de possibilidades e aprendizagens. Estou ansiosa para aplicar meus conhecimentos de forma prática e eficaz, contribuindo para o desenvolvimento do campo do Serviço Social e beneficiando as comunidades com as quais trabalho. Este é apenas o começo de uma trajetória de crescimento e transformação.

Trajetórias

Trajetória familiar e de infância e o interesse pelos estudos

Minha história começa com a paixão de dois jovens analfabetos que residiam no interior de Rondônia, ambos filhos de pessoas analfabetas e que conheciam apenas a lei que pune, em outras palavras, não sabiam sobre direitos, apenas sobre deveres, como a imensa maioria dos conhecidos como “povo” ou “massa”.¹ Fui a primeira filha

¹ “O termo ‘massa’ refere-se àqueles indivíduos que, agrupados, constituem um ser coletivo, mas que não têm consciência de sua própria identidade coletiva

desse casal, e posteriormente eles tiveram mais dois filhos homens. Contudo, a paixão da juventude se desfez, levando-os à separação.

Após essa ruptura, fui morar em São Paulo com meus avós, uma realidade de muitas famílias brasileiras que, ao término de um casamento em decorrência das fragilidades econômicas, emocionais, patrimoniais e intelectuais, entre outras, passa a contar com o acolhimento de membros da família extensa. Não muito diferente dos meus pais, os meus avós também eram analfabetos e lutadores constantes, verdadeiras vítimas do sistema capitalista.

Naquele momento, o Brasil enfrentava as loucuras da inflação², e havia dias em que não tínhamos alimento. Schmidt (2021) explica que o indivíduo em situação de desvantagem social tem o direito de participar dos diversos programas de assistência social criados para garantir seu sustento. Mas acredito que os programas da época eram poucos ou inexistentes. Do que me recordo é da extrema pobreza de acesso a serviços e informações, do frio e da fome. Minha mãe mostrava-se resiliente em todas as áreas de sua vida, e na área sentimental não foi diferente: casou-se novamente e teve mais dois filhos. Aos 28 anos, minha mãe decidiu voltar a estudar e cursar a quarta série, demonstrando uma persistência admirável, trabalhando de dia e estudando à noite.

e não se sentem ligados por laços internos de solidariedade. Em contraste, o ‘povo’ implica uma coletividade de pessoas que compartilham uma identidade comum, sejam laços culturais, históricos, linguísticos ou étnicos, e que têm uma consciência de pertencer a esse coletivo, o que lhes confere coesão e sentido de propósito comum. A massa é amorfa, inconstante e frequentemente sujeita a manipulação, enquanto o povo é estruturado, dotado de memória e capaz de ação coletiva coordenada.” (Gasset, 1930).

- 2 A inflação é um termo da economia frequentemente utilizado para designar o aumento geral dos preços na sociedade. Ela representa o aumento do custo de vida para o consumidor e para as empresas, resultante da elevação do preço dos produtos e da desvalorização da moeda (Pena, 2022).

Aos 12 anos, voltei a morar com minha genitora. Observando sua dedicação aos estudos, entendi que essa também seria a minha luta e que nada e nenhuma circunstância iriam me impedir. Durante mais de 18 anos, não tive notícias do meu pai, e eu e meus irmãos enfrentamos as dificuldades de crescer sem a presença paterna. Mesmo assim, continuamos a trilhar nossos caminhos, ambos sabíamos o que de fato queríamos ser, e sabíamos que os estudos eram o caminho. Aos 18 anos de idade, eu cursava o segundo período de Direito na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) em Palmas. Na época, era bolsista e isso era motivo de grande orgulho, principalmente quando surgiu a oportunidade de um estágio remunerado.

Foi nesse ambiente que conheci o Amor da minha vida, aquele que iria despertar em mim coisas que nem eu mesma imaginava e principalmente iria me deixar inquieta, com o desejo imenso pelo conhecimento e que viria a ser o pai dos meus filhos. Ele, com 26 anos, já era um advogado de sucesso e a pessoa mais inteligente com quem já havia me relacionado, tendo ele, inclusive, galgado o título de mestre em Direito em 2017. Casamos e, no primeiro ano de casamento, já tínhamos duas filhas: uma biológica dele, que eu adotei de coração, nossa doce Allannys Mythya, e a nossa filha biológica, a destemida Elysa Maria, e mais tarde, bem mais tarde o nosso príncipe das galáxias Allysson Filho.

As lutas eram imensas, mas lutávamos felizes porque estávamos juntos. Com ele, senti uma necessidade urgente de estudar e estudar para aprender, não somente para passar no final do ano. Compreendi que meu conhecimento era limitado, meu vocabulário pobre em palavras e retórica, e eu não conseguia expressar minhas ideias com clareza, nem possuía um senso crítico desenvolvido. No entanto, ele tinha paciência e, todos os dias, me ajudava a aprender sobre muitas coisas. Eu me sentia como o Eduardo da música “Eduardo e Mônica” da Legião Urbana. Após um ano e seis meses, em 2008, devido a

necessidades financeiras e profissionais, mudamo-nos de Palmas para o interior do Maranhão, para um município chamado Estreito.

Estreito, de fato, fazia jus ao nome. Lá, não foi possível continuar o curso de Direito, pois a cidade não oferecia essa opção. Contudo, minha sogra, sempre atenta, me encorajou a continuar meus estudos e me apresentou o curso de Serviço Social. Foram quatro anos de luta, e muitas vezes desejei desistir, mas nem ela, nem meu marido, nem principalmente minhas filhas permitiram que eu abandonasse meu sonho da graduação. A educação sempre foi vista por mim como a chave para um futuro melhor, e, apesar das adversidades, encontrei na minha família o apoio necessário para continuar. Assim, cada desafio enfrentado fortaleceu minha determinação e consolidou meu interesse pelos estudos, moldando o caminho que me trouxe até aqui.

Trajetória educacional

Escrever este memorial me deixou bastante reflexiva, pois minha trajetória educacional é marcada por um percurso de dedicação e superação, às vezes mais dedicação do que superação propriamente dita. Desde cedo, fui incentivada a valorizar a educação, especialmente ao observar a luta da minha mãe, que voltou a estudar aos 28 anos enquanto trabalhava durante o dia e enfrentava as dificuldades de criar três filhos sem o apoio do pai deles. Essa inspiração me motivou a seguir um caminho acadêmico rigoroso e comprometido, sem desviar do propósito, mesmo que às vezes fosse doloroso segui-lo.

Aos 6 anos de idade, morava na periferia de São Paulo, sob os cuidados dos meus avós maternos, que eram analfabetos e sofriam com as dificuldades financeiras em uma grande metrópole. Junto a mim, moravam muitos outros, primos, tios, tias e agregados. Eram muitas pessoas para comer, assim, meus avós tinham a difícil decisão de escolher o horário em que cada um ia estudar, pois, por vezes, seria

o único horário de uma refeição, que não fosse regada a apenas um ou dois ingredientes.

Ir à escola era basicamente para isso, e, claro, para ficar um período fora de casa, para dar um descanso merecido a minha avó, que cuidava de tantos. Aos 8 anos, ainda não sabia ler e nem escrever. Sofri muito daquilo que hoje denominamos de *bullying*. Reprovi a 1ª série e nem compreendi o que isso significava. Aos 12 anos, ao voltar a morar com minha mãe, consegui compreender, fiquei triste, mas motivada a não deixar isso nunca mais acontecer.

Cursei o Ensino Fundamental parte em São Paulo, parte em Palmas, e o Ensino Médio em Palmas, sempre sob muita pressão da minha mãe para que eu estudasse. Hoje compreendo que precisava de menos pressão e mais acompanhamento, mas sua rotina e batalha a ser travada diariamente não lhe permitiram agir de outra forma. Mas ela fazia esforços gigantes, matriculou-me primeiro em escolas estaduais, depois brigou por bolsas em escolas privadas e assim finalizei essa primeira etapa.

Dei início à minha formação acadêmica com a graduação em Direito na Universidade Luterana do Brasil em Palmas, e como já dito, durante o curso, participei de um estágio remunerado, o que me proporcionou uma valiosa experiência prática e me permitiu aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Esse estágio foi um divisor de águas em minha vida, tanto profissional quanto pessoal, pois foi onde conheci meu futuro marido, que se tornou uma grande fonte de apoio, incentivo e inspiração para meus estudos. Com ele, já não se tratava apenas de pressão, mas, sobretudo, de orientação.

Apesar disso, devido a necessidades financeiras e profissionais, mudei-me para o interior do Maranhão, para o município de Estreito, onde não havia continuidade para o curso de Direito. Nesse momento, fui incentivada por minha sogra a seguir uma nova direção acadêmica. Em decorrência de sua insistência, prestei o vestibular e, mediante

a aprovação, matriculei-me no curso de Serviço Social. Optar por Serviço Social foi um grande desafio, principalmente porque o curso era oferecido na modalidade de educação a distância (EAD).

Para obter um bom desempenho em um curso a distância, o aluno deve possuir conhecimentos básicos em informática, conhecimento esse que me faltava. Assim, tive que aprender mais essa competência, uma vez que a falta dessa habilidade poderia impactar negativamente em meu processo de aprendizagem ao longo do curso.

Outro ponto fundamental foi o fato de que a instituição de ensino não oferecia aos alunos acesso à internet e não disponibilizava uma sala específica para o uso desse meio digital no ambiente físico da instituição. Também seria essencial que o professor tivesse a capacidade de buscar novos métodos para transmitir conhecimentos e estivesse preparado para acompanhar e auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas tarefas, o que também não existia.

Estudar em um município de pequeno porte, com recursos limitados e poucas oportunidades de interação presencial, como era o meu, exigiu e muito de mim, colocando-me em uma situação em que eram mais que necessárias uma disciplina rigorosa e uma capacidade de autogestão do tempo e do aprendizado, o que, por vezes, não era feito com sucesso, pois já era mãe, esposa e trabalhava fora, realidade de muitas mulheres brasileiras.

Durante os quatro anos do curso de Serviço Social, enfrentei muitos desafios, houve momentos em que a vontade de desistir era grande, mas o apoio incondicional de minha família, especialmente do meu marido e minhas filhas, fora vital para que eu persistisse. A cada semestre, meu comprometimento com a área de Serviço Social se fortalecia, alimentado pelas experiências práticas nos estágios e pelo aprofundamento teórico proporcionado pelas disciplinas. Assim, minha paixão pela profissão foi crescendo a cada semestre.

A jornada acadêmica foi marcada não apenas pelos desafios próprios do curso, mas também por questões pessoais expressivas. No decurso do período da pós-graduação, não foi fácil, também enfrentei lutas e desafios intensos, pois coincidiu com minha última gestação, que foi de risco. Aliado a esse fato, fui diagnosticada com fibromialgia, uma condição que trouxe limitações físicas e dores constantes. Esse período exigiu uma resiliência³ extraordinária. Cabe aqui destacar que na época eu nem sabia ao certo o significado de resiliência, somente com os estudos ao longo dos anos é que entendi, compreendi e passei a usar em meu repertório. Coisas que os estudos nos acrescentam.

Não parei com a graduação, busquei de forma contínua ampliar meus conhecimentos por meio de cursos de curta e longa duração. E como já havia aprendido usar a tecnologia ao meu favor, sempre estive aprendendo por meio das redes, onde pude interagir com profissionais da área, trocar experiências e atualizar-me sobre as novas tendências e pesquisas em Serviço Social. Minha trajetória educacional é, portanto, um reflexo diuturno de perseverança e paixão pelo aprendizado, em todas as esferas.

Desde os primeiros passos influenciados pela fome e necessidade de ir à escola para fazer uma refeição, até a dedicação da minha mãe, que nos mostrou, com seu exemplo, que todo tempo é tempo de aprender, até a conclusão do curso de Serviço Social, cada etapa foi marcada por um esforço constante em superar os desafios que iam surgindo para que pudéssemos alcançar novos patamares de conhecimento. Essa jornada não apenas me preparou como profissional,

3 De acordo com o Dicionário Volpi (2010), o termo “resiliência” refere-se à capacidade de um corpo de recuperar sua forma original após sofrer deformação ou choque, ou seja, a elasticidade. Figurativamente, a resiliência é a habilidade de uma pessoa de superar adversidades, adaptar-se às mudanças e enfrentar situações difíceis com uma atitude positiva.

mas também reforçou meu compromisso com a educação como um meio de transformação social.

A continuidade dessa trajetória no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins. no *Campus* de Miracema, representa, por fim, a culminação de anos de dedicação e esforço, e me faz acreditar que o doutorado não é um sonho, é um projeto a ser realizado. Estar mestranda é uma oportunidade de aprofundar meus estudos, contribuir para a produção acadêmica na área e, principalmente, aplicar o conhecimento adquirido para promover mudanças positivas na sociedade.

Percurso acadêmico ao mestrado

Formada em Serviço Social pela Universidade Anhanguera – Uniderp, com especialização em Gestão de Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Itop, a minha trajetória acadêmica e profissional é marcada por experiências relevantes, atualmente complementadas pela Formação Pedagógica em Sociologia pela Uniasselvi. Durante a graduação, desenvolvi um projeto para a inclusão de jovens vulneráveis através do esporte e, na pós-graduação, elaborei uma monografia sobre ressocialização de autores de violência doméstica, experiências que fortaleceram minha prática profissional.

A formação inclui cursos significativos, como o Programa Avançado em Direitos Humanos de Mulheres e Meninas (Fiocruz), o Curso ECA Comentado (Pótere Social) e o curso sobre História Indígena, que ampliaram meus conhecimentos sobre direitos humanos, justiça social e temas culturais. Capacitações como a Oficina de Pais e Mães (CEAJUD) e o curso sobre Medidas Socioeducativas (Escola de Governo do Maranhão) aprofundaram minhas habilidades no fortalecimento familiar e no trabalho com adolescentes em conflito com a lei.

No campo da saúde pública, participei do curso Covid-19: Por que precisamos de isolamento físico? (AVA SUS) e de programas voltados à dependência química, como o Sistema para a Detecção do Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas (Unifesp). Adicionalmente, aprofundi-me em Direito Previdenciário e elaborei projetos sociais voltados à política sobre drogas.

Contribuí para a pesquisa científica com dois artigos publicados em revistas Qualis B2. O primeiro abordou o papel do Serviço Social nas políticas públicas de leitura e o segundo discutiu a inclusão de usuários nos serviços de saúde mental, ambos refletindo minha experiência prática e inquietações profissionais, especialmente no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Estreito.

Na prática profissional, destaquei-me como perita social do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e como tutora de Serviço Social na Unopar, reforçando habilidades em avaliações sociais e na formação ética de futuros profissionais. No mestrado, tenho ampliado minha capacitação com cursos como Autocuidado em Saúde e Literacia para Promoção da Saúde (Fiocruz) e Formação de Assistentes Sociais no Tribunal de Justiça de São Paulo, além de uma extensão sobre Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais (UNB).

A experiência demonstra meu compromisso contínuo com o aprimoramento profissional e acadêmico, alinhado aos desafios do Serviço Social e suas múltiplas dimensões.

Disciplinas cursadas

Pesquisa social

A disciplina de Pesquisa Social foi útil para a minha formação enquanto pesquisadora, oportunizando-me saberes críticos e

reflexivos. A disciplina, com carga horária de 60 horas e conduzida pela Prof. Dra. Maria Helena Cariaga Silva, compreendeu diversos aspectos relevantes da produção do conhecimento nas ciências sociais e no Serviço Social. A disciplina incluiu a ontologia e a epistemologia, categorias próprias do método dialético-crítico, ciclo investigativo e ética na pesquisa, o que me forneceu uma base para que eu conseguisse desenvolver habilidades em favor de pesquisas rigorosas e bem fundamentadas.

Durante o período de aulas dessa disciplina, observei que seus objetivos foram amplos e profundos, uma vez que não visava apenas ao conhecimento teórico, mas também à aplicação prática dos conceitos aprendidos, sendo possível apreender os fundamentos e o processo investigativo do método dialético-crítico. Fomos incentivados a conhecer o percurso teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, assim como a estudar sobre a investigação social como produção científica, para que possamos ter condições de desenvolver a elaboração de um projeto de pesquisa social.

O conteúdo programático detalhado e bem estruturado do curso promoveu uma compreensão profunda dos métodos de pesquisa social. Foram abordados nas aulas tópicos como a introdução ao conteúdo programático, a leitura e a análise de textos elementares, assim como os métodos positivista-funcionalista de Émile Durkheim e o compreensivo de Max Weber.

Atividades realizadas

As atividades da disciplina incluíram seminários, debates, apresentações e elaboração de projetos de pesquisa, promovendo a integração entre teoria e prática, além de incentivar a participação ativa e a reflexão crítica. Fiquei responsável por apresentar reflexões sobre dois textos importantes. O primeiro foi *Teoria do Desenvolvimento*

Capitalista, de Paul M. Sweezy, que destaca a relevância da economia política marxista para os profissionais de Serviço Social. Essa leitura reforçou a importância de compreender conceitos como teoria do valor e mais-valia, fundamentais para analisar as questões sociais e políticas enfrentadas na profissão, além de incentivar o aprofundamento no estudo das teorias marxistas. O segundo texto foi o livro *A Sociedade do Cansaço*, de Byung-Chul Han, que analisa a dinâmica da sociedade contemporânea, marcada por efemeridade, esgotamento e autoexploração na busca incessante por produtividade. Refletir sobre essa obra foi especialmente enriquecedor, pois trouxe à tona questões como a valorização do tempo de ócio em uma era que privilegia o desempenho constante. Durante minha apresentação, conectei as ideias do autor com exemplos da literatura, como *O Pequeno Príncipe* (Saint-Exupéry, 2009), proporcionando uma tarde rica em discussões e *insights*. A experiência destacou a importância de integrar diferentes perspectivas teóricas e culturais no aprendizado coletivo.

Estado e direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais

Ministrada pela Prof. Dra. Rosemary Negreiros, a disciplina despertou em mim um profundo interesse, especialmente por minha conexão pessoal com os povos originários, já que minha filha pertence à etnia Javaé, do estado do Tocantins. As aulas proporcionaram uma compreensão ampla das relações complexas entre o Estado e os povos indígenas e comunidades tradicionais, destacando a necessidade de respeitar sua diversidade cultural e garantir seus direitos específicos. Aprendi sobre os desafios enfrentados por esses grupos no Brasil, como a luta pela demarcação de terras e a preservação de suas culturas e territórios, e a importância de sua participação ativa na formulação de políticas públicas que ecoem suas vozes e respeitem suas especificidades.

Um aspecto marcante da disciplina foi a introdução ao conceito de *Nova Cartografia Social*, de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que enfatiza a criação de mapas por comunidades indígenas e tradicionais, destacando suas prioridades e demandas. Além disso, as discussões sobre o protagonismo e a autonomia desses povos reforçaram a importância de sua liderança na defesa de direitos e na construção de soluções que respeitem suas culturas e territórios. A disciplina consolidou minha visão sobre a relevância da valorização das especificidades culturais e a defesa da justiça social para esses grupos historicamente marginalizados.

Atividades desenvolvidas

Sem sombra de dúvida, essa foi uma das disciplinas mais envolventes e em que mais desenvolvi trabalhos que aprofundaram minha compreensão sobre os direitos e desafios enfrentados por esses grupos. Entre os temas abordados, a análise das *Terras Tradicionalmente Ocupadas* destacou a luta das comunidades tradicionais pela formalização legal de seus direitos territoriais e a importância dessas terras para a conservação ambiental e a sustentabilidade dos modos de vida das comunidades. Esse texto em particular chamou-me muito a atenção e me proporcionou a compreensão do quanto árdua é essa luta.

No evento sobre *Direitos Humanos, Meio Ambiente e Povos Indígenas*, participei de uma palestra com o cacique Raoni Yanomami, onde ele e os que se fizeram presentes discutiram a importância da demarcação de terras e da preservação da natureza para a manutenção das culturas indígenas. Este evento destacou o papel vital dos povos indígenas na proteção da biodiversidade e os desafios enfrentados em suas lutas contra a invasão e destruição de seus territórios. Foi uma grande alegria a tarde desse evento.

No *Café Debate*, foram discutidas a definição e a importância dos bens comuns, com destaque para as práticas de manejo e conservação por comunidades tradicionais. Apreendi a respeito da cartografia social⁴, que foi um tema central, evidenciando como esses instrumentos ajudam na autoafirmação e visibilidade das comunidades, fortalecendo sua identidade e promovendo o empoderamento contra a devastação territorial. Confesso que foi o meu primeiro contato com esse saber, ou seja, a cartografia social.

Em grupo, participei e elaborei um seminário sobre povos indígenas, fui responsável por abordar os direitos dos povos indígenas e políticas públicas. Nessa ocasião, discuti a importância das políticas de saúde, educação e assistência social específicas para esses grupos. Foi destacada pelo grupo a situação no Tocantins, onde a modernidade convive com as tradições de aproximadamente 10 mil indígenas de sete etnias diferentes. Esse seminário me permitiu uma análise aprofundada dos direitos fundamentais necessários para a preservação das culturas e modos de vida indígenas.

Além dessas atividades que listei, foram discutidos muitos textos e alguns documentários. Tivemos também a visita do indígena Alexandre Xerente, que levou sua experiência acadêmica e curiosidades de seus povos. Foi uma manhã deliciosa. Todas as manhãs de terças-feiras me deram a oportunidade de aprender muito sobre essa disciplina. E cabe destacar que todas ou quase todas foram regadas a um lanche coletivo, onde podíamos ter um momento de estreitar vínculos enquanto colegas e pesquisadores.

4 “A cartografia social é uma abordagem da geografia que envolve a participação ativa das comunidades na criação de mapas, expressando suas visões e experiências, e é utilizada como ferramenta para defender seus direitos”. (OTSS, 2018).

Serviço Social na área sociojurídica

Ofertada pelos professores Dr. André Luís e Dra. Josenice Ferreira Araújo, a disciplina abordou de forma crítica e ontológica o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, destacando seu papel na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos. Fundamentada nas teorias de Hegel, Marx e Pachukanis, permitiu reflexões profundas sobre o direito e suas implicações na questão social, ampliando minha compreensão das dinâmicas jurídicas e sociais que impactam a atuação do assistente social. Com um enfoque especial na judicialização das relações sociais, as discussões incluíram as contradições das políticas de segurança, como reintegração e ressocialização, além de explorar a justiça restaurativa como alternativa humanizada à retribuição penal, enfatizando a necessidade de reparação social.

A dimensão técnico-instrumental do Serviço Social na área sociojurídica foi outro ponto central, com ênfase nos processos de mediação e nas relações interdisciplinares que os assistentes sociais precisam dominar para desenvolver práticas éticas e efetivas. As aulas também destacaram a relevância do estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos, área pela qual tenho grande paixão profissional. Essa disciplina consolidou meu interesse por temáticas sociojurídicas e reafirmou sua importância para o fortalecimento do compromisso ético e transformador do Serviço Social.

Atividades desenvolvidas

Durante os encontros realizados às tardes de terças-feiras, participei de atividades como leituras de textos fundamentais de Hegel, Marx e Pachukanis, seguidas da elaboração de fichamentos. Essas atividades foram essenciais para debates aprofundados sobre judicialização das

relações sociais e políticas de segurança, permitindo uma compreensão detalhada e contextualizada dos temas abordados. Além disso, foi proposta a elaboração de um artigo científico, desenvolvido em parceria com minha colega, Raimunda Carvalho Lemos, intitulado *Família e proteção social: arranjos contemporâneos*.

O artigo tem como objetivo analisar os arranjos familiares contemporâneos, com ênfase nas famílias homoafetivas, destacando como elas são reconhecidas e protegidas pelo direito positivado no âmbito da proteção social. A pesquisa aborda as implicações legais e sociais dessa proteção, além dos desafios e avanços na interpretação jurídica que influenciam diretamente as vidas dessas famílias. A construção desse trabalho tem proporcionado uma oportunidade de aplicar e integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, fortalecendo a reflexão acadêmica e prática sobre o tema.

Estágio docente

O estágio docente, realizado sob a supervisão do Professor Dr. André Luiz, foi uma das experiências mais enriquecedoras do primeiro ano de mestrado, com carga horária de 30 horas na turma do 4º período de Serviço Social, na disciplina de Ética. Durante as aulas, foi abordada a evolução dos Códigos de Ética do Serviço Social no Brasil, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas do país, bem como o desenvolvimento da profissão.

Inicialmente, o Código de Ética de 1947 foi contextualizado no período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado por uma visão conservadora e assistencialista, em que o assistente social era visto como um agente de caridade e controle social. Posteriormente, foram discutidas as transformações até o Código de 1993, que adapta a prática profissional às demandas contemporâneas, destacando os desafios éticos enfrentados pelos assistentes sociais em áreas como saúde, educação e justiça.

Essa experiência docente proporcionou um entendimento aprofundado sobre os paradigmas e princípios éticos que guiam a profissão, reforçando a importância da defesa dos direitos humanos e da construção de uma sociedade justa. Além de ampliar meus conhecimentos sobre ética, o estágio contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e meu compromisso com os valores éticos do Serviço Social, preparando-me para a futura atuação acadêmica e profissional.

Projeto de pesquisa

Com o título *Polícia Penal e Serviço Social: contextos históricos, profissionalismo e Direitos Humanos no sistema prisional*, o meu projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a atuação da Polícia Penal como instrumento de justiça dentro do sistema prisional, explorando os contextos históricos, sociais e culturais que moldam seu papel e eficácia na garantia dos direitos humanos. A investigação pretende compreender as transformações no perfil dos agentes penitenciários, que assumem agora a função de policiais penais, e como essa mudança impacta sua formação e prática diária. Além disso, busca-se identificar as interações entre o Serviço Social e a Polícia Penal, com foco na articulação de práticas interdisciplinares que promovam a justiça social e o respeito aos direitos humanos. A orientação do Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva tem sido crucial para estruturar o projeto e aprofundar o entendimento das dinâmicas institucionais que influenciam essas práticas.

Metodologicamente, a pesquisa adotará uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando-se de revisão bibliográfica e análise documental, conforme fundamentado por Minayo (2007) e Cellard (2008). A revisão de literatura incluirá livros, artigos científicos e teses que abordem a atuação da Polícia Penal e sua articulação com

o Serviço Social, enquanto a análise documental examinará legislações, diretrizes institucionais e relatórios oficiais relacionados ao tema. Essa combinação de métodos visa construir uma compreensão integral dos desafios e oportunidades na atuação desses profissionais no sistema prisional, contribuindo para o debate acadêmico e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).
- GASSET, J. O. **A rebelião das massas**. Madri: Revista de Occidente, 1930.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OBSERVATÓRIO DOS TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSSO). **Cartografia Social**. c2018. Disponível em <https://www.otss.org.br/cartografia-social>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- PENA, Rodolfo F. Alves. O que é inflação? **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-inflacao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 65. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- SCHMIDT, Renata. Baixa renda entenda quem pode ser considerado como um. **Notícias Concursos**, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/baixa-renda/>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- VOLPI, Francisco S. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

<i>Título</i>	Memoriais das travessias de vida: assistentes sociais narram suas memórias
<i>Organizadores</i>	Rosemary Negreiros de Araújo Ingrid Karla da Nóbrega Beserra Maria José Antunes da Silva Maria Helena Cariaga Silva Raí Vieira Soares
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	Calluna (texto), Sisters e Nexus Sans Pro (títulos)

